

ANAIIS DO III CONGRESSO DE HISTÓRIA DO ABC



***À Sombra das Chaminés
A Produção da Cultura no ABC***



Fundação Pró-Memória
São Carlos do Sul

ANAIS DO III CONGRESSO DE HISTÓRIA DO ABC

À Sombra das Chaminés
A Produção da Cultura no ABC



[REDACTED]
Avenida Góias, 600 - Centro
São Caetano do Sul (SP)
CEP 09521-300
Telefones: 441-9008 - 441-7420
www.mp.usp.br/fpm



Este livro integra o *Projeto Editorial da Fundação Pró-Memória*, denominado *Ensaios*, no período administrativo 1997-2000 (prefeito Luiz Olinto Tortorello), cujo objetivo é resgatar a História do Município e da região através da publicação de pesquisas e documentos inéditos.

ANAIS DO
III CONGRESSO DE
HISTÓRIA DO ABC

À Sombra das Chaminés
A Produção da Cultura no ABC



ISBN 85- 86788-12-0

Feito o depósito legal

Fundação Pró-Memória - Série Ensaios

Direção: Aleksandar Jovanovic

FICHA CATALOGRÁFICA:

III Congresso de História do ABC: "À Sombra das Chaminés";
A Produção da Cultura no ABC. (3.: 1994: São Caetano do Sul)
C759c Anais do III Congresso de História do ABC, 6 a 8 de julho
de 1994./ São Paulo: Fundação Pró-Memória; São Caetano do
Sul;1999./ 252 p./

I.História - Congresso Região Grande ABC 2.História Região ABC
3.Fundação Pró-Memória - Anais. II.Título

CDD 981.61206

Ficha composta por Jussara Ferreira Muniz

Índice

Álbum Fotográfico	11
Memória e Cultura	17
Memória e Trabalho	33
Memória, Meio Ambiente e Qualidade de Vida	61
Imagens e Movimento	83
As Relações Humanas no Processo de Produção	105
Clubes e Serviços	121
Raízes e Conflitos Culturais no Processo Migratório	141
Família	159
Imprensa: A crônica do dia-a-dia	181
A Cultura das Ruas	197
Encerramento	219
Participantes do III Congresso de História do ABC	225
Memória e Cultura: um jogo de espelhos do fazer-interpretativo individual e/ ou coletivo	227
Memória e Trabalho: "Quando o apito da fábrica toca	237

Ficha Técnica

Coordenação Geral: *Claudinei J. Rufini*

Coordenação Executiva: *José Roberto Gianello e Milton Andrade*

Secretaria: *Maria Aparecida Fedatto e Rosemeire Luzia Dias*

Conferências

1. Memória e Cultura

José Sebastião Witter e Aleksandar Jovanovic

Mediação: *Marco Antonio S. Silva*

2. Memória e Trabalho

Luiz Roberto Alves e Heloísa de Souza Martins

Mediação: *Márcia Gallo*

3. Memória, Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Édis Milaré e Antonio Pezzolo

Mediação: *Alexandre Polesi*

Plenárias

1. Imagens e Movimento

Coordenador: *Antonio de Andrade*

Debatedores: *Carlos Miranda, Attilio Santarelli, Mário Del Rey e Ademir Médici*

2. As Relações Humanas no Processo de Produção

Coordenador: *Alexandre Takara*

Debatedores: *Luiz Carlos Gianello, Antonio Possidônio e Fuad Sayar*

3. Clubes e Serviços

Coordenador: *Henry Veronesi*

Debatedores: *Philadelpho Brás, Urames Pires dos Santos, Gilberto Toni e Victor Matsudo*

4. Produção Solitária, Produção Solidária

Coordenadora: *Dalila Teles Veras*

Debatedores: *Manuel Reis, Sônia Regina Ramos, Aristides Deodoro, Paula Caetano, Rinaldo Gissoni e Iracema M. Régis*

5. Raízes e Conflitos Culturais no Processo Migratório

Coordenador: *Gilberto Alves*

Debatedores: *Gisela Saar, Constantino Agazzi, Giuseppe Casù e Noêmia Rodrigues Rezende*

6. Família

Coordenador: *Glenir Santarnecchi*

Debatedores: *Carla Cristina Garcia, Dagmar Silva P. de Castro, Mônica de Souza e Adriana Ramos*

7. Teatro

Coordenador: *Paschoalino Assumpção*

Debatedores: *José Armando Pereira, Milton Andrade, Antonio Assumpção e Wilson de Souza*

8. Imprensa: A crônica do dia-a-dia

Coordenador: *Ademir Médice*

Debatedores: *Humberto D. Pastore, Aleksandar Jovanovic, Carlos Laranjeira, Nicola Tortorelli e Valdenízio Petrolli*

9. A Cultura das Ruas

Coordenadora: *Arlete F. P. da Cruz*

Debatedores: *Elmir de Almeida, Luciano Nardelli, Walter G. Miranda e Maria Helena V. Villar*

Atividades Paralelas

1. Plenária - Música

Coordenador: *Milton Andrade*

Debatedores: *Gonçalo Labrada, Antonio Prada, Flávio Florence, Ireudo Assis e Cesar A. Nemitz*

Serenata com Flor Amorosa

Abertura da Exposição Imagens Ocultas

2. Sarau Literário

Participantes: *Ronisley Gonzales, Maria do Céu Formiga, Judith Villas Boas, Cêlio Robusti e Maria das Graças*

Apresentação da Obra do Maestro Joaquim Capocchi

Coral Capella Áurea e Corporação Musical Municipal

Uma das linhas temáticas do III Congresso de História do ABC foi a produção artística com o painel sobre Música, realizado no SESC - São Caetano, com a participação do *Grupo Musical Flor Amorosa*, em 6 de julho de 1994



Na plenária Raízes e Conflitos no Processo Migratório, realizado em 7 de Julho, a coordenação foi do sociólogo e professor do Instituto Municipal de Ensino Superior Gilberto Alves (ao centro) tendo como debatedores Giuseppe Casù, diretor do Patronato Italiano em São Caetano do Sul, e Gisela Saar, advogada e pesquisadora do Rio Grande da Serra

O tema Música foi discutido na plenária realizada no SESC - São Caetano, em 6 de Julho, coordenada pelo ex-diretor da Fundação das Artes, Milton Andrade (ao centro) tendo como debatedores Antônio Ireudo Assis, pesquisador e maestro de bandas marciais, à esquerda, e Flávio Florence, maestro da Orquestra Sinfônica de Santo André, à direita



A plenária Imprensa: a Crônica do Dia-a-Dia, realizada em 8 de julho, sob a coordenação do jornalista Ademir Médici, contou com os seguintes debatedores. Da esquerda para direita: Valdenizio Petrolli, membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória; Aleksandar Jovanovic, assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória e professor da Universidade de São Paulo; Ademir Médici, jornalista; Nicola Tortorelli, membro da Academia de Letras da Grande São Paulo; Humberto Pastore, jornalista e editor do *Jornal Vida* e Carlos Laranjeira, assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo



A conferência de 8 de Julho, com o tema Memória, Meio Ambiente e Qualidade de Vida foi coordenada pelo jornalista Alexandre Polesi, diretor de redação do Diário do Grande ABC (ao centro) e tendo como participantes, Antonio Pezzolo, ex-prefeito de Santo André, à esquerda, e Edis Milaré, Secretário do Estado do Meio Ambiente, à direita

A plenária As Relações Humanas





A plenária A Cultura das Ruas, realizada em 8 de julho, teve a participação dos seguintes pesquisadores (da esquerda para direita): Elmir de Almeida, professor da Fundação Santo André; Luciano Nardelli, professor da Faculdade de Educação e Cultura; Arlete F. P. da Cruz, coordenadora da mesa e pesquisadora do Serviço de Documentação da História Local de São Bernardo do Campo, Maria Helena V. Villar e Walter G.

Na plenária Teatro, realizada em 8 de julho, da esquerda para direita: Milton Andrade, ex-diretor da Fundação das Artes de São Caetano do Sul (coordenador); Antonio Assumpção, presidente do grupo teatral Regina Pacis, de São Bernardo do Campo; Paschoalino Assumpção, coordenador do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC e Wilson de Souza, diretor da Federação de Teatro Amador de Santo André



A plenária Imagens e Movimentos, realizada em 6 de Julho, foi coordenada pelo professor Antonio de Andrade, do Instituto Metodista, à direita, e teve a participação do ator Carlos Miranda, que interpretou o personagem *O Vigilante Rodoviário*, na televisão brasileira (centro) e Atílio Santarelli, pesquisador de São Caetano do Sul

Da plenária Clubes e Serviços, realizada em 6 de julho, participaram os seguintes pesquisadores (da esquerda para direita): Gilberto Toni, ex-presidente da Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul; Henry Veronesi, coordenador e membro Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória; Víctor Matsudo, diretor do Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul; Philadelpho Brás, pesquisador do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC e Urames P. dos Santos, ex-vereador de São Caetano



A conferência de 7 de julho, com o tema Memória e Trabalho, foi coordenada pela professora Márcia Gallo, diretora do Departamento de Educação e Cultura de São Caetano do Sul, tendo como participantes, Luiz Roberto Alves, professor do Instituto Metodista de São Bernardo do Campo e Universidade de São Paulo; Heloísa de Souza Martins, professora da Universidade de São Paulo

A plenária Produção Solitária, Produção Solidária, realizada em 7 de julho, contou com a participação dos pesquisadores (da esquerda para direita): Sônia Regina Ramos, artista plástica; Manuel Reis, designer gráfico; Dalila Teles Veras, coordenadora, escritora e membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC; Paula Caetano, artista plástica e Iracema M. Regis, poetisa





A plenária Família, realizada em 7 de julho, contou com os seguintes pesquisadores (da esquerda para direita): Adriana Ramos, historiadora; Mônica de Souza, historiadora; Domingo Glenir Santarneckchi, (coordenador) jornalista, advogado e historiador; Carla Cristina Garcia, professora da Pontifícia Universidade Católica e Dagmar Silva P. de Castro, mestranda do Instituto Metodista de São Bernardo do Campo



A conferência de 7 de julho, sobre o tema Memória e Cultura foi coordenada pelo professor Marco Antônio Santos Silva, diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior (centro) e apresentado pelos professores José Sebastião Witter (à esquerda), diretor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e Aleksandar Jovanovic, assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória e professor da Universidade de São Paulo

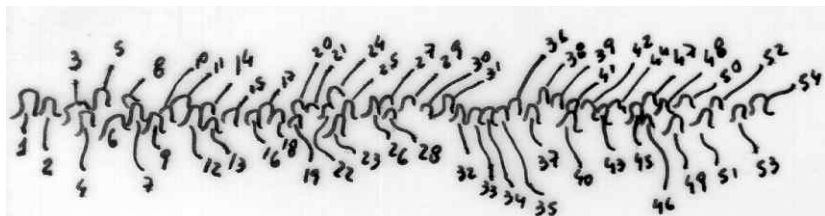


Foto de participantes do III Congresso de História. Da esquerda para direita: 1 - Edilson Sampaio de Carvalho, 2 - Sônia R. Bertocchi, 3 - Ester Della Coleta Darronqui, 4 - Sueli Monteiro, 5 - (?), 6 - Antônio Ireudo de Assis, 7 - Jorge Joaquim Magior, 8 - ?, 9 - Gisela Saar, 10 - Pesquisadora do Serviço de Documentação da História Local, 11 - Pesquisadora do Serviço de Documentação da História Local, 12 - Paschoalino Assumpção, 13 - Arlete Feriani Pinheiros da Cruz, 14 - Doraci Sponchiato, 15 - João Batista, 16 - Sônia Maria Franco Xavier, 17 - Gisleine Pellizze, 18 - Miriam Marchesin, 19 - Ida Marta Dall'Anese, 20 - Maria Neide Ventura, 21 - Dirceu Real, 22 - Carlos Manias Neto, 23 - Letícia Pezzolo, 24 - Ademir Médiç, 25 - Valdenízio Petrolli, 26 - Domingo Glenir Santarnecchi, 27 - Antônio Andrade, 28 - Osmar Valentim, 29 - Antônio Pezzolo, 30 - ?, 31 - Alexandre Polesi, 32 - Roseli Schewald, 33 - Miriam Garbelotto Agrela, 34 - Moacir Rodrigues, 35 - (?), 36 - (?), 37 - Edis Milaré, 38 - Antônio José Zaccharias, 39 - Gilson Pocker, 40 - Márcia Gallo, 41 - Leocádio Aparecido da Silva, 42 - (?), 43 - Oscar Garbelotto, 44 - Roberto Pinto, 45 - Jayme da Costa Patrão, 46 - Mary Ferreira Lopes, 47 - Adolpho Hamma, 48 - Claudinei Rufini, 49 - Carla Cristina Garcia, 50 - José Roberto Gianello, 51 - Henry Veronesi, 52 - José Nicoletti, 53 - (?), 54 - Milton Andrade

Memória e Cultura

*José Sebastião Witter
Aleksandar Jovanovic*

Mediação

Marco Antonio S. Silva

Cerimonial - Para compor a mesa da cerimônia de abertura dos festejos comemorativos do 117º aniversário da Fundação de São Caetano do Sul, convidamos: o excelentíssimo Prefeito de São Caetano do Sul, Antônio José Dall'Anese; a primeira-dama do município e presidenta do Fundo Social de Solidariedade, dona Ida Marta Dall'Anese; professor Marco Antônio Santos Silva, Diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior; Vereador Airton Lauriano, representando o Presidente da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, Maurílio Teixeira Martins; Dr. Aleksandar Jovanovic, Presidente da Comissão Municipal de Festejos; Dr. Oscar Garbelotto, Presidente da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul; Paschoalino Assumpção, Presidente do Gipem (Grupo Independente de Pesquisa da Memória do ABC); Professora Márcia Gallo, Diretora do Departamento de Educação e Cultura do Município; Antonio Fabris, Secretário de Educação e Cultura do Município de São Bernardo do Campo; Antônio José Zacarias, Diretor do SESC de São Caetano. Gostaria também de registrar a presença das seguintes pessoas: Dr. Péricles Arcuri Gastaldo e Luiz Carlos Morcelli, membros executivos da Comissão Municipal de Festejos; Professora Sônia Bertochi, assessora de Cultura do Município; Henry Veronesi; Jayme da Costa Patrão; Antônio Andrade e Valdenízio Petrolli, membros do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul; Claudinei Rufini, coordenador do III Congresso de História do ABC; Vereadores Yolanda Ascencio, Diogo Cáceres, Amaury Laselva; Laércio Batista da Silva, vice-diretor do IMES; Farid Cury, diretor do Departamento de Esportes e Turismo; Rodolfo Borna, Gerente do Banco do Brasil; Gilson M. Ferreria, da Petrobrás; professor dr. José Sebastião Witter, Diretor do Museu Paulista da USP e conferencista de hoje, Dr. José Carlos Manga, Diretor da Fundação Municipal da Saúde; Dr. Antonio Gusman Filho, Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente; Tenente Oswaldo Trindade, do Tiro de Guerra de São Caetano do Sul; Mauro Bastos, da Aciscs de São Caetano e Wilson Stanziani de Souza, diretor do Museu de Santo André. Está presente também a professora Sônia Maria Franco Xavier, diretora do Museu de São Caetano.

Ouviremos agora a palavra do excelentíssimo Prefeito de São Caetano do Sul, Antônio José Dall'Anese.

Antônio José Dall'Anese - Minhas senhoras e meus senhores, meus amigos: São Caetano tem o prazer de abrir os festejos de comemoração dos seus 117 anos de fundação com o III Congresso de História do ABC. Pouca coisa poderia ser tão significativa e tão simbólica, fruto de incessante atividade, muitas vezes anônima, dos

integrantes do Grupo Independente de Pesquisa e Memória do ABC. O Congresso de História do ABC seguramente veio para ficar. A prova está no fato de já estarmos assistindo à terceira versão desta rodada de debates e esperamos poder assistir a muitas outras para que o passado de nossa cidade e de nossa região possa sempre estar presente em nossas lembranças. A Comissão Municipal de Festejos de São Caetano do Sul decidiu, por unanimidade, abrir as comemorações deste ano com o Congresso de História, sinalizando, entre outras coisas, que se preocupa muito com a cultura e, particularmente, com a preservação da memória coletiva. Não é por acaso que São Caetano possui uma Fundação Pró-Memória. Não é por acaso que São Caetano edita, no sexto ano consecutivo, a revista *Raízes*, que já se tornou ponto de referência obrigatório para os trabalhos desta natureza. Não é por acaso que São Caetano possui um projeto editorial, cujo sexto volume também será lançado durante as comemorações do aniversário da cidade. Não desejamos que o passado seja apenas reverenciado sem compreensão. Desejamos que o passado seja entendido e que dele sejam extraídas lições para o presente e o futuro. Saudamos a todos os participantes do III Congresso de História do ABC e desejamo-lhes muito sucesso nos próximos três dias de intensos trabalhos. Também agradecemos seu empenho, interesse e dedicação. Aproveitamos para agradecer o trabalho da Comissão Municipal de Festejos que, este ano, não somente repete o sucesso do ano passado, mas também tem dado demonstrações inequívocas de dedicação ao trabalho e de interesse em promover uma programação diversificada, atraente e bem estruturada. Acreditamos que o sucesso obtido nos festejos do ano passado tenha decorrido do fato de que a Comissão Municipal de Festejos, conduzida acima de tudo de modo íntegro e ético, tenha sabido buscar nos diversos setores da comunidade de São Caetano, resposta a um trabalho coletivo e, como sempre, o povo da cidade respondeu à altura. Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer pelo apoio e, incentivo oferecidos à organização do III Congresso de História do ABC às seguintes entidades: Grupo Independente de Pesquisa e Memória do ABC - Gipem, Serviço Social do Comércio - SESC, Diário do Grande ABC, Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Instituto Municipal de Ensino Superior e Secretaria da Educação e Cultura da cidade. Sejam bem-vindos todos, meus amigos. E muito obrigado.

Cerimonial - Vamos iniciar a conferência cujo tema é Memória e Cultura. Para tanto, convidamos para compor a mesa os conferencistas de hoje: professor dr. José Sebastião Witter, professor de História da Universidade de São Paulo - USP - há 32 anos, ex-diretor do arquivo do Estado de SP, ex-diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP e atual diretor do Museu Paulista, conhecido como Museu do Ipiranga. O professor dr. Aleksandar Jovanovic, professor da Universidade de São Paulo. Trabalha com Linguística Aplicada, Psicolinguística e Semiótica, também é jornalista, editor da revista *Raízes* e diretor do projeto editorial de livros históricos da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Presidirá a mesa o professor Marco Antonio Santos Silva, professor de Contabilidade, empresário e diretor-geral do Instituto Municipal de Ensino Superior.

Marco Antonio Santos Silva - Bom dia, senhoras e senhores. É com muita satisfação que estamos aqui presidindo este debate de cultura, no qual temos duas personalidades nessa área, já apresentadas pelo nosso protocolo. Em primeiro lu-

gar passaremos a palavra ao professor José Sebastião Witter e, em seguida, ao professor Aleksandar Jovanovic.

José Sebastião Witter- Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer por mais esta oportunidade de participar do Congresso de História do ABC. Desde o primeiro, participo em condições diferentes. Neste eu tenho a alegria de estar na abertura deste importante encontro, que cuida de recuperar um pouco daquilo que o país esquece a cada momento, e que é a sua história. Quando fui convidado para trabalhar o assunto *Memória e Cultura*, comecei a procurar uma forma de pensar os dois conceitos mais difíceis que nós, que trabalhamos com história, temos que lidar no nosso dia-a-dia. Depois de muito pensar, decidi fazer com vocês a única coisa que eu sei fazer, ou seja, dar uma aula e depois conversar com os alunos. Pois não me sinto com a autoridade que gostaria de ter para tratar de outra maneira estas duas questões que são, basicamente, a própria identificação do povo e também daquilo que nós mais reclamamos na sociedade presente, que é a necessidade de cada um de nós assumirmos a nossa cidadania. Estas duas palavras - Cultura e Memória - muito usadas e banalizadas hoje em dia, são fundamentadas numa riqueza conceitual que nos obriga, naturalmente, a pensar um pouco em torno daquilo que fazemos com nossa cultura e nossa memória. E eu havia até escrito um texto a partir de uma observação que fiz ontem na cidade de Itu, mas depois nem trouxe para não lê-lo. Fui inaugurar uma exposição no Museu Republicano, que é um anexo do Museu Paulista. Na verdade é a mesma exposição que estamos fazendo, em tamanho maior, no Museu Paulista. Chama-se *O Museu vai à Copa*, esta que é parte integrante e de inquestionável importância para a nossa memória. O Brasil do futebol é coisa muito séria. Então, vejamos: fui para aquela cidade inaugurar a exposição e lembrei-me de uma coisa. Fui tomar um café num dos restaurantes-bares mais importantes, não o do Alemão, mas um daqueles bares onde todo mundo se reúne. Então, li a seguinte plaquinha: *Visite um bar*. Quando li esta frase, acho que não entendi, de propósito mesmo. Mas voltei a viagem toda pensando nisso. Vou, então, colocar alguns pontos nesta palestra e depois a gente volta a conversar um pouco mais. Aquela frase, eu ia dizendo, me trouxe algumas impressões. Uma delas é a de que este é um país absolutamente criativo naquilo que tem de maior importância, que é a nossa própria cultura popular. Camargo Rodrigues, grande historiador brasileiro, dizia: Olha, eu não gosto da palavra memória. Quer dizer, basicamente, a memória é algo que se petrifica. À proporção que a gente envelhece, a memória vai ficando menos elástica. Eu não gosto da palavra memória. Na minha opinião, não se pode confundir memória com história. E era justamente isso que estávamos fazendo nos últimos tempos: 1968, 1969 e 1970. Em todos os nossos congressos, os debates eram muito longos e Camargo Rodrigues sempre trazia a questão "O que é memória?" e também "O que é história?", tentando nos mostrar a grande diferença, do significado que existe entre estas duas palavras. Ele dizia: "A memória é uma coisa que se petrifica, enquanto que a história é dinâmica. A história é revolução, é mudança." Nós temos, cada vez mais, pensar naquilo que significa o nosso passado mas sem, de forma alguma, tornar este pensamento uma busca nostálgica. Isso para que possamos entender este nosso passado, o momento que tivermos no presente e podermos até

mesmo ter a coragem de fazer algo pelo futuro. Diziam também José Honório e Sérgio Buarque que o historiador não pode pretender ser um homem que, através do seu conhecimento, fizesse projeções ou diagnósticos. Dizia o Sérgio muitas vezes: *Toda vez que o historiador pretende prever alguma coisa, ele erra*. Nós não somos capazes de pensar como os geólogos ou como os filósofos. Nós somos pessoas que trabalham com o concreto. Nós trabalhamos com documentos, com arquivos. Dizia um outro professor, uma saudosa lembrança: *O historiador é um profeta do passado*. Por quê? Pega um tema lá da Idade Média, estuda e mostra o fim, mas ele sabe tudo desde o começo. Ele está estudando o passado. Ele está recuperando, ou reestudando. Então, só pode ser um profeta do passado, nunca um profeta real. Quando a gente começa a dizer: olha, *a memória é igual à história* é porque todo mundo já está pensando assim. Automaticamente, todas as pessoas que ocupam posições como as que eu ocupo nos Departamentos de Patrimônio Artístico e Histórico de São Paulo, ou no país ou em qualquer outra cidade, usam muito a palavra memória, inconscientemente até. Eu quero aproveitar este momento para colocar alguns pontos que considero fundamentais. Eu não sei se vocês acompanharam, nos últimos meses, duas ou três reportagens feitas pelo *Estado de São Paulo* e pelo *Jornal da Tarde*, reportagens grandes inclusive, que discutiam a questão do patrimônio cultural brasileiro e do patrimônio histórico nacional. E por quê eu trago isto para vocês? Porque eu acho que nós já estamos falando de um III Congresso de História do ABC. Portanto, estamos trabalhando com pessoas que lidam com a história, que se preocupam seriamente com este assunto. O Gipem é um dos exemplos mais significativos que eu já vi na minha história particular como professor. Queria, realmente, homenageá-los pelo esforço que vem sendo feito e que eu acompanho. Cultura, memória e história são três questões fundamentais para se construir de fato uma nação. Partindo daquilo que eu sempre digo: o que está mais próximo de nós é o Município, que é onde a gente tem a possibilidade real de encontrar as figuras que comandam a própria vida da cidade. Quer dizer, nós não vemos um governador com a mesma facilidade com que nos encontramos com um prefeito. É mais fácil chegar para um prefeito e dizer: *Olha, senhor prefeito, caiu uma casa...* Essa questão da memória do Município é uma coisa fundamental. Principalmente para nós que trabalhamos com cultura. Eu garanto que os mais velhos aqui como eu certamente se lembram de quantas casas foram destruídas em São Caetano, São Bernardo ou Santo André. E eu, que convivi durante toda a minha juventude e até a hora em que comecei a ser professor primário, com o povo de Mogi das Cruzes. Eu me lembro como se fosse hoje do centro daquela cidade, como uma Ouro Preto a 50 quilômetros de São Paulo. Nada mais está como era antes. Quando eu lhes falei daquela série de reportagens do *Estadão* e do *JT*, eu estava justamente pensando que, a cada dia que passa, nós temos menos preservada a memória e, vejam bem, eu só estou falando da memória de pedra e cal, o edifício, que é mais fácil de ser visto e, portanto, fica mais fácil sensibilizar as pessoas para que estes prédios sejam mantidos. Nessa longa reportagem do *Estadão* há denúncias e é por isso que eu a citei. É este o momento de fazermos denúncias, já que existem no país grupos organizados de receptores de obras de valor histórico, que até pouco tempo podiam ficar expostas tranquila-

mente e as pessoas viam aquilo com um certo respeito pelo que representavam como relíquias do passado. Vejam só: dois dias depois de eu ter assumido o Museu Paulista, ele foi assaltado. Foi o furto de uma caneta de ouro que pertenceu a Washington Luís. Até então, eu nunca tinha ouvido falar em furtos no Museu Paulista e fiquei extremamente deprimido, é claro.

Então, eu fiz um comentário sobre o fato com os funcionários, perguntando: *Você tem certeza de que foi gente de dentro quem roubou?* Fizemos uma longa reunião e aí uma moça se levantou e falou: *Professor, não fique preocupado. Toda mudança de diretor some alguma coisa. Daqui a pouco aparece. A história do Museu sendo revivida por uma funcionária e eu dizendo: Mas, como assim, aparece?* E ela: *Não, é coisa de fantasmas.* Bom, tudo indica, pelas investigações da Polícia e pela nossa sindicância interna, que o fantasma já comprou um carro novo, mobiliou a casa... parece até que já descobrimos quem é. Se tudo isso for verdade, logo vocês saberão pelos jornais. Porque eu vou fazer um estardalhaço enorme, justamente para não permitir que mais ninguém saia impune depois de um crime desses. Bem, mas se eu contei essa história do Museu é para lembrá-los de que existem estes grupos organizados de receptadores. E além dessa história, existem outras na Bahia e no Rio de Janeiro. E também no Museu Republicano de Itú, onde o vigia me disse: *Por duas noites seguidas, forçaram estas duas portas. Se a gente faz uma denúncia ou se um jornal publica uma coisa como essa, acaba justamente incentivando aquilo que a denúncia queria evitar que acontecesse.* Ou seja, a denúncia estimula para que aconteça ainda outras vezes. Esse é um traço cultural do nosso país e pessoas como nós, que vivem no âmbito da memória, cuidando daquele objeto da cultura material, fundamental para que a gente preserve um pouco da nossa história, precisamos nos preparar para o que acontece em decorrência da existência desses grupos organizados. Outro assunto que eu gostaria de abordar é a respeito da cultura material, ou edifícios, vilas, casas. E nem falo mais das grandes casas da classe dominante, mas quantas vilas operárias estão sendo destruídas assim como se nada demais estivesse acontecendo? Como, se destruíram as senzalas ou se queimaram os documentos da escravidão? Para que a gente não tivesse vergonha disso, né? Então, a gente vai notar do que certos setores na área das edificações vão se desleixando depois de terem sido tombados pelos diferentes patrimônios históricos e artísticos. Pensem bem em todos os escritórios, todas as casas, todos os locais onde possam estar documentos escritos? Onde está a nossa documentação de arquivo? A gente vive ouvindo alguém dizer: *Olha, houve uma inundação lá no prédio dos arquivos e perdeu-se metade da documentação.* Felizmente, parece que agora vamos ter um arquivo realmente em condições de receber documentação, e de preservá-la. Mas há quantos anos a gente não vê um movimento efetivo para a criação de arquivos? Ou então a gente ainda ouve alguém falar, em pleno século XX, que o arquivo está morto. *Onde está o arquivo,* alguém pergunta. Ao que o outro responde: *Ah, o arquivo morto?* Arquivo morto é a expressão mais usada para dizer onde fica nossa história. Mas um arquivo é um lugar onde se preserva a documentação. É um local, inclusive, que deve estar preparado com os benefícios tecnológicos da nossa época tão avançada, com computadores e tudo o mais, para facilitar a recuperação da informação. O ar-

quivo é onde devem estar guardados os documentos que efetivamente poderão ser recuperados. Eles não estão mortos e enterrados. Eles estão guardados para que qualquer área do conhecimento seja um psicólogo, seja um historiador sociólogo ou político, vá lá e recupere a memória das coisas e que possa escrever ou não a respeito. Mas, pelo menos, poderá conhecer algo mais a respeito de um assunto de seu interesse, a respeito da história que se passou. Um arquivo bem organizado permite uma melhor administração em qualquer órgão. Ao mesmo tempo, o arquivo corrente, como nós o chamamos, permite uma recuperação mais imediata, ainda mais hoje em dia. Eu acho que em cada Prefeitura deve haver um arquivo muito bem organizado para que o prefeito, em sua mesa, possa saber de tudo o que aconteceu através de um simples toque no computador. E ao mesmo tempo, este prefeito deve ir armazenando documentação e informações para que, lá no ano 2010, um historiador diga: *Olha, o prefeito tal instalou isso. O prefeito tal fez aquilo...* O erro fundamental ao se falar em arquivo é pensar que só existe arquivo morto ou histórico. Graças à informática, o arquivo pode prestar um grande serviço à administração no corrente e preservar a sua própria história para o futuro. Na minha opinião, isto é preservar a memória. E quando a memória é preservada, são criadas as condições para mantê-la acessível, no sentido mais democrático da palavra, para qualquer pessoa. Aí, realmente, se nós caminhamos para isso, vamos dar a todo cidadão e a toda a sociedade aquilo que é a base fundamental para ele criar o que está todo mundo reclamando pelas ruas: *cidadania*. Aí nós estaremos criando de verdade a cultura necessária através da verdadeira informação e não essa cultura massificada, orientada. Porque nós que fazemos história, nós que tentamos preservar a memória, seja através da biblioteca, seja através da preservação dos edifícios, nós estamos realmente remando contra a maré. Pois nossa função foi sempre essa: a função do historiador é remar contra a maré. Eu tenho sempre essa sensação. Por quê? Embora eu ache a televisão importante e hoje em dia ela é imprescindível, o fundamental mesmo é o livro. Mas é preciso dizer que eu fui um homem que já trabalhou com TV, no Canal 2. Passei 10 anos da minha vida trabalhando ali. Então, eu sou um homem que conhece televisão por dentro, e posso dizer que muito do que tem sido feito na televisão comercial brasileira é um desperdício, algo simplesmente prejudicial ao nosso conhecimento e à nossa formação. Tentam provar-me o contrário, mas eu digo que não, não é assim. Mas esse seria tema para uma outra conferência em que eu gostaria muito de participar. E para encerrar, pois eu já passei do tempo que havia prometido a mim mesmo, eu queria dizer o seguinte: quanto mais se procura entender os conceitos de memória e cultura e preservar aquilo que sobrou da nossa documentação escrita (seja em disquetes ou em microfílm), mais é preciso pensar sobre o que estamos perdendo no país graças à não-preocupação com a formação escolar de nossos estudantes. Da mesma maneira, há o descaso com uma formação eficaz dos professores. É preciso fazer uma revolução neste país e recriar a escola como ela foi anos atrás. Sem nostalgia. Eu não estou querendo uma escola sonsa e fraca, não. Isso é nostalgia. Mas professores bem formados e ganhando bem para exercerem todas as suas funções e não fazerem da escola um bico. Todos nós temos uma posição como formadores de opinião que é a mesma que tivemos há muito tempo. Nós per-

demos muita coisa na nossa caminhada. A escola precisa voltar a ter qualidade. A escola é conservadora mesmo. A gente podia até pensar que a sociedade não precisa de escolas mas, de qualquer jeito, a escola é conservadora, quer queiram ou não os jovens. As regras têm que existir: elas sempre existiram. O importante, também, é que existam pessoas para burlá-las, senão fica até sem graça. Bom, eu fiquei sério demais. Eu não gosto disso. Comecei a ficar preocupado em dizer coisas que acho fundamentais. Mais ou menos isso. Depois a gente volta a conversar. Muito obrigado pelo convite e pela paciência.

Marco Antonio Santos Silva - Já ouvimos as palavras do professor José Sebastião Witter e já estão sendo distribuídas as fichas para as perguntas que devem ser endereçadas à mesa. Agora, vou passar a palavra para o dr. Aleksandar Jovanovic.

Aleksandar Jovanovic - Meus amigos, é um prazer estar aqui. Quando propuseram esse tema, logo pensei em duas questões bastante distintas. A primeira é o fato de que eu não me sinto, academicamente, a pessoa mais indicada para falar sobre *Memória e Cultura*, por uma razão muito simples: trabalho com um segmento muito específico das Ciências Humanas. A segunda questão na qual pensei foi exatamente em decorrência da primeira, porque só posso fazer uma análise destas relações entre memória e cultura com um instrumental científico dentro das Ciências Humanas com o qual eu trabalho e que, diante da amplitude do tema, é um instrumental até certo ponto limitado. Eu vou colocar algumas questões que, acredito, possam suscitar debates, e eu acho que isso é bom. A primeira questão - e esta nem é uma questão que considero polêmica - muito mais do que as Ciências Exatas, as Humanas, pelo próprio objeto com o qual trabalham, têm uma necessidade compulsiva, em termos epistemológicos, de definir não apenas os seus métodos, mas também o seu objeto. Isto é fundamental na medida em que os objetos das Ciências Humanas não podem ter uma comprovação experimental reiterativa como nas Exatas. Isso é uma baliza fundamental para a gente começar a discussão e nem se pode aplicar em termos tecnológicos, práticos, os resultados das pesquisas das Ciências Humanas. Não é uma aplicação prática como na área das Ciências Exatas ou, como eu diria, desumanas, para contrastar com as humanas. Por outro lado, a perspectiva sob a qual eu consigo ver a relação entre memória e cultura é a de um jogo de espelhos. Provavelmente, devido às minhas limitações que declarei logo no início, não consigo enxergar, a não ser sob a perspectiva de um jogo de espelhos, pelo seguinte: se nós pensarmos sob uma perspectiva antropológica o que significa o termo cultura na sua totalidade, se pensarmos que cultura é o total, ao falarmos da produção geral de uma comunidade, temos que pensar também que as relações entre memória e cultura são fundamentalmente humanas e caracterizam o ser humano. Porque não se tem provas científicas, até hoje, de que qualquer outra espécie zoológica - nós somos uma espécie zoológica, por mais estranho que isso possa parecer - seja capaz de possuir a memória que nós temos enquanto seres vivos e que possa produzir cultura dentro dos nossos conceitos. Em se tratando de duas questões profundamente ligadas à nossa estrutura enquanto seres vivos, é preciso lembrar que não conhecemos o universo real que nos cerca de forma direta. Isso porque a única forma que temos de conhecer o

mundo que nos cerca é a forma simbólica. Antes de mais nada, enquanto espécie, somos animais simbólicos. Enfatizo este ponto porque é preciso refletir sobre ele. O sistema simbólico mais poderoso que temos para fazer esta reflexão é o código lingüístico. Através dele poderemos refletir sobre ambas realidades. E, se nós somos capazes de conhecer o mundo apenas sob o ponto de vista simbólico, isto tem uma importância fundamental na medida em que, não apenas o sistema de significação - que é a língua - mas todos os demais sistemas simbólicos que o homem foi capaz de produzir (eu penso desde os desenhos rupestres nas cavernas no neolítico inferir, que são, enfim, uma forma de comunicação, de expressão e uma tentativa de mostrar a realidade), até os sistemas de significação mais complexos, como a TV, histórias em quadrinhos, etc. Juntos, formam várias formas de linguagem.

Marco Antonio Santos Silva - Vamos dar início às perguntas. A maior quantidade de informações sobre a história do ABC, até o momento, tem sido fornecida por memorialistas. Até que ponto o cotidiano individual pode refletir as relações sociais estabelecidas?

Aleksandar Jovanovic - Acho que esta questão é bastante interessante e complexa. Existem vários níveis de análise possíveis. Eu vou tentar dar uma resposta dentro daquela perspectiva na qual eu estava começando a questão da memória e da cultura. Obviamente, acho que a memória é individual apenas na medida em que cada um de nós é diferente do outro enquanto ser humano, enquanto indivíduo que reage de formas diferentes diante de circunstâncias semelhantes ou iguais. Mas não somos tão diferentes entre nós enquanto compartilhamos uma cultura, como membros de uma sociedade e uma comunidade sócio-lingüístico-cultural. Pode haver diferenças em termos ideológicos, mas no que diz respeito a esta questão, acho que há uma reiteração quase constante de uma série de eventos vividos.

José Sebastião Witter - Um dos grandes problemas do Brasil é o fato de nós não termos preservado a nossa história. Então disso decorre que todos falam o *Brasil é um país sem memória*. Até bem pouco tempo, faziam restrições severíssimas à questão da história oral. Eu sempre recomendo aos meus orientandos que fazem trabalhos com a história mais recente que, sempre que tiverem oportunidade, obtenham ao lado da documentação, depoimentos. Uma coisa ajuda a ver a outra. Por quê? Imaginem vocês: o Brasil é um país no qual as pessoas mais falam do que escrevem. Nós somos muito falantes. É difícil encontrar uma pessoa que escreve cartas e outra que responde. Mas as pessoas falam ao telefone por 40 minutos, uma hora, e se a gente for conversar com alguém que tem coisas guardadas na cabeça, isso não é só uma recuperação individual, é uma parte do todo coletivo. Nós podemos obter informações riquíssimas, seja através de memorialistas que têm capacidade de escrever alguma coisa ou daqueles que fazem depoimentos de grande riqueza e com calor humano. Uma das coisas mais impressionantes que eu vi na minha vida foi um trabalho que abortou, infelizmente, por falta de financiamento. Era uma recuperação da memória dos jogadores de futebol e que está guardada até hoje no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo. São coisas espetaculares. Coisas que jamais o Feitiço, velho centro-avante do Corinthians, iria escrever. Mas ele acabou conversando com a gente sobre futebol numa época de

Copa, algo assim. Falou coisas do arco-da-velha, recuperando São Paulo, explicando como funcionava a engrenagem do futebol no começo da nossa história esportiva, recuperando o Bixiga para a gente. Ele tinha a sua própria visão do Bela Vista. Ora, compete ao historiador que depois vá trabalhar este depoimento. É importante que o historiador saiba separar o joio do trigo para fazer a sua interpretação. Enfim, eu acho que os depoimentos são importantes.

Pergunta - O investimento público nas áreas científicas e de pesquisas, preservação e divulgação histórica é visto por muitos como um desperdício. Como vocês vêem essa colocação?

José Sebastião Witter - Isso para mim é um absurdo. Preservar a memória e divulgar o que for possível, criando subsídios para que este país seja de fato um país não é desperdício. Cultura é investimento e as autoridades que não o fazem estão trabalhando contra o país.

Pergunta - Aleksandar, na leitura dos símbolos não podem ocorrer ruídos e daí surgir outro histórico?

Aleksandar Jovanovic - Sim, é claro que podem surgir ruídos na leitura dos símbolos, mas isto é uma visão da Teoria da Comunicação e ainda dos anos 50, aquele modelo básico de emissor e receptor, etc. etc. Não é apenas essa a questão. Foi muito bem lembrada esta questão dos ruídos, mas a perspectiva na qual nós havíamos colocado a leitura da realidade indica que, com ruído ou sem ruído, somos produto de uma comunidade sócio-cultural e lingüística. E como produtos desta comunidade, nós também somos produtores dos eventos culturais da mesma comunidade, de modo que esta questão do ruído a que a pergunta se refere é uma visão apenas técnica. Uma palavra bem ou mal pronunciada, um conceito claro ou pouco claro podem gerar ruídos. Mas a discussão que tivemos coloca a memória como leitura simbólica da realidade e não permite nenhuma espécie de ruído na medida em que todas as comunidades fazem uma leitura específica da realidade. Talvez o melhor exemplo disso sejam as diferenças lingüístico-culturais que nos separam. Porque de cultura para cultura nós temos não apenas palavras diferentes, mas conceitos diferentes. Enquanto falantes do português, conseguimos dimensionar um curso d'água pelo seu volume de água. Para um falante de francês, não existe o conceito *rio*. Ele absolutamente não conhece este objeto. Ele só consegue diferenciar um curso d'água que entra em outro ou um que entra no mar. Portanto, a leitura da realidade concreta, objetiva, é completamente diferente de cultura para cultura, dentro de cada comunidade sócio-lingüístico-cultural. Eu acho que esta é uma perspectiva muito importante para se pensar porque tem muito a ver, também, com a história do memorialista. Na verdade, por mais individual que seja a leitura da experiência pessoal, ela está condicionada pela leitura que o grupo pode fazer dos fatos históricos, individuais, inclusive.

Pergunta - O desleixo nacional para com a memória seria sintoma ou causa do complexo de inferioridade cultural do povo brasileiro? Favor comentar o tal complexo de inferioridade cultural.

José Sebastião Witter - Eu não sei se nós temos um complexo de inferioridade cultural. Acho que é muito pelo contrário. Nós somos até meio pretensiosos demais. Pode ser que agora nós estejamos vivendo um momento de depressão do

governo Sarney para cá. Nós estamos vivendo um pouco de depressão coletiva. Eu não vejo o Brasil como um país que tenha complexo de inferioridade cultural. Eu acho que nós temos, às vezes, um pouco de vergonha de sermos brasileiros, o que é uma outra coisa. Eu sou muito crítico sobre a política brasileira e sobre nossos políticos. Tenho muitas dúvidas a respeito do que vem a ser essa nossa complexa organização do Senado e da Câmara dos Deputados. Sou um crítico contumaz do poder instituído. Eu sempre vivi na oposição, mas eu acho que este país não tem que ter complexo de inferioridade intelectual. Ele só anda meio deprimido. Nós estamos tristes. Mas, por outro lado, se pensarmos um pouquinho no que temos produzido, nós não somos modestos nisso não. Machado de Assis, Lima Barreto, Caetano, Chico, Pelé. Para mim, culturalmente, nós fomos um país jogado para cima. O problema é que estamos com vergonha de sermos brasileiros, de mostrar o que estamos fazendo. Mas nós somos competentes para fazer coisas extraordinárias em qualquer atividade. Agora, nós também temos a desorganização total do ensino. Temos as classes dominantes, incompetentes e incapazes de perceber que, se não investirem na cultura e na educação, elas estarão matando a galinha dos ovos de ouro. Pois estarão matando todos nós que estudamos. A universidade brasileira está sendo sucateada enquanto local de produção de conhecimento. Nós não somos um país que está isolado de um complexo mundial capitalista, muito mais agora. Somos um país que nos últimos oito anos, talvez, perdeu alegrias e prazeres. Mas nós não temos complexo de inferioridade cultural, não. Basta vocês acompanharem os nossos grandes cientistas, as nossas autoridades da vida acadêmica. Eles saem do país e brilham em qualquer lugar.

Aleksandar Jovanovic - Eu concordo em gênero, número e grau. Só que gostaria de acrescentar o seguinte; talvez o ponto de vista não seja essa questão do baixo astral, mas sim que estamos num país neurotizado nos últimos anos. Acho que é isso. Uma sociedade neurotizada por vários motivos e talvez com boa razão. Isso também é resultado do colonialismo cujas marcas ficaram. Porque, na verdade, nós não conseguimos superar esses resíduos de colonialismo, inclusive cultural. Porque mesmo quando o Brasil deixou formalmente de ser colônia portuguesa, passou a ser, até certo ponto, colônia francesa sob o ponto de vista cultural. O Brasil nunca foi um país colonizador.

José Sebastião Witter - Mas aí o que você está querendo dizer se refere àquela coisa do colonizado... Tudo o que vem de fora é mais importante, é um reflexo de uma tradição...

Aleksandar Jovanovic - De não se dar valor àquilo que se tem. E valorizar o vizinho.

José Sebastião Witter - O grande problema do Brasil é que ele sempre teve as costas voltadas para a América Latina, ele sempre está olhando para a Europa, certo?

O povo brasileiro, esse povo que tem amor à camisa - você vê 200, 300 mil pessoas se reunindo lá no Anhangabaú e na praça da República - esse povo acredita no Brasil. Ele não tem nenhum complexo de inferioridade. Nós, intelectuais, temos. Precisamos sair do Brasil, passar nem que seja 15 dias na França convidados por algum amigo, para voltar dizendo *Olha, eu estive com Fulano, Sicrano e Bel-*

trano, e aí, pronto. Vão dizer Olha, o sujeito esteve na França, viu? Passou nos Estados Unidos... eu acho que ele é importante...

Aleksandar Jovanovic - Oficialmente não se valorizam as coisas para dentro, valorizam-se para fora. É justamente isso.

José Sebastião Witter - Somos nós. É essa diferença que existe e que eu não consigo traduzir bem...

Aleksandar Jovanovic - Mas você concorda? Oficialmente não há uma valorização daquilo que se faz aqui. Isso não acontece em outros países porque eles valorizam a si próprios, os demais são os demais.

José Sebastião Witter - Como os Estados Unidos, que não sabem nada de geografia. Não têm jornais como o *Estadão* e a *Folha de São Paulo* mas acham que têm o melhor jornal do mundo.

Marco Antonio Santos Silva - Dentro dessa linha, o senhor tem conhecimento de que o espírito de aceitação do povo brasileiro decorre da depressão sofrida na época da escravidão? Isso tem alguma ligação?

José Sebastião Witter - Bem, nós mesmos, intelectuais, criamos a mística da democracia racial, que foi uma das coisas mais divulgadas nesse país, dizendo que aqui não havia discriminação. Isso apesar do grande trabalho de Florestan Fernandes, que mostrou como realmente há preconceito racial no Brasil e foi escrito por volta de 1950. Ora, é claro que nós criamos mais um mito. O nosso país é democrata, todo mundo é igual... É mentira. É mentira até hoje. E hoje mais do que nunca, nas propagandas de TV vocês vêem que são todas loiras, quando muito uma morena que não chega a ser negra. Ou então a forma como são tratadas as pessoas que se casam com negros. A minha filha mais velha é casada com um negro. É diferente quando vamos todos nós a um restaurante e quando só vão os dois. Então é claro que carregamos uma carga. A história deste país está altamente vinculada à questão da escravidão, como, por outro lado, está vinculada à imigração. São dois pólos de formação sócio-político-cultural deste país. Nós não podemos negá-los. A pergunta é se o nosso espírito está envolvido. Não é isso. Em decorrência da História, sabemos como foi brutal a escravidão aqui. O último país a libertar seus escravos, e lentamente, etc. etc. E as teses de meados do século 19, querendo trazer o imigrante europeu nórdico para *branquear* o país? Tudo isso, é claro, está aí. Não há como negar, mas eu não sei se o nosso espírito sofre por isso. Acho que é uma questão da própria evolução da história.

Marco Antonio Santos Silva - O Homem é produto da cultura. Essa afirmação é muito conservadora? A ponto de manter injustiças históricas e prestar-se à dominação?

Aleksandar Jovanovic - Eu não sou partidário das teorias do Hyppolite Taine sobre o determinismo histórico. Absolutamente. Ou talvez tenha me expressado de forma incompleta para gerar uma interpretação desse tipo. Absolutamente não acredito no determinismo. Eu tentei fazer uma análise sob a perspectiva da leitura que uma comunidade sócio-cultural pode fazer a partir do que a cerca. Então, nesse aspecto, o fato de não haver uma ruptura numa comunidade sócio-lingüístico-cultural, e de haver uma continuidade, torna lícito pensar no fato de que o homem não deixa de ser produto deste grupo. Mas ele, obviamente, interfe-

re e modifica os destinos de seu grupo. Mas a leitura individual e coletiva da realidade não deixa de estar condicionada pela leitura que os seus antecedentes fizeram. Mas não sob o ponto de vista do determinismo histórico. Isso em momento algum. Não havendo ruptura do grupo, há um condicionamento mútuo entre grupo indivíduo e indivíduo grupo. Essa visão é um novo jogo de espelhos e não o determinismo histórico do século 19. Absolutamente não é nada disso.

Marco Antônio Santos Silva - Vou passar para o dr. Witter três perguntas: A memória, enquanto leitura do passado e do presente, faz dela mesma algo petrificado? É aí que reside a dinâmica da memória? Não me ficaram suficientemente claros os nexos entre memória, cultura e história, embora os conheça isoladamente. Ele também se reporta à pergunta anterior, sobre o complexo da cultura brasileira.

José Sebastião Witter - O mais interessante é a questão sobre como fazer circular a cultura marginal contra a oficial. Eu acho que não fui claro o suficiente sobre a questão da petrificação. Não é que eu esteja de acordo com a idéia da petrificação. Eu apenas estava dizendo que o professor José Honório Rodrigues é um defensor da idéia de que não se deva falar tanto em memória, tornando-a, de alguma forma, equivalente à História. Para ele, quando a gente só pensa em memória, ela se petrifica. Isso sobre a questão do acúmulo da memória, isto é, a memória do computador, a quantificação de dados que não agrupados e que, portanto, estão estáticos. É nesse sentido, e não no da memória humana, que o Aleksandar já explorou propriamente. A História vai buscar esses dados que estão aí guardados... Então, vamos pensar no arquivo em vez da memória. Se alguém que trabalha com história for procurar esta documentação que está arquivada, retire esses dados tão diversificados e faz o quê? Reinterpreta-os à luz de sua experiência como historiador. Uma das coisas fundamentais que o historiador faz é não reproduzir aquilo que está armazenado nos arquivos. Os nexos que existem nisso é que, quando você produz objetivamente algo que possa ser muito bem preservado num memorial qualquer, produzindo boa História, você está fazendo cultura. Quanto à transmissão da cultura oficial, ora, quando eu dirigia o arquivo, havia uma crítica constante: *Isso é um arquivo do Estado. Ele só preserva a história oficial, só guarda aquilo que foi produzido pelo governo...* Mas essa é a função do arquivo público: quem escreve sobre aquilo que está preservado é quem produz ou não, dependendo da sua crítica, a história oficial ou uma história realmente crítica. É por isso que essa cultura marginal não é tão difundida e aquilo que o historiador faz não é tão divulgado. Muitas vezes, o historiador não é convidado para participar de muita coisa porque, basicamente, ele é um crítico, um sujeito que, ao fazer sua pesquisa detecta defeitos. Então, o administrador, o dono do poder, não quer ouvir, ou porque se julga suficientemente competente para não ouvir ninguém, ou porque há outros interesses que não aquelas que o historiador vai mostrar. Por exemplo: na nossa história, se a gente tivesse não a manipulação, mas sim as informações sobre tudo o que era a administração Collor - Alagoas... Se não houvesse uma distorção a partir do que a TV fez e do oficial que passou, como caçador de marajás, jamais ele teria sido eleito. Os poderosos usam a máquina que têm à mão, E nós somos fracos para... Quantas vezes você teve acesso a um canal de TV para dizer o que

pensa? Quantas horas por dia está custando para o seu bolso e o meu a propagação do real? E quanta falta de troco existe? A verdade é que se não tem troco é porque está havendo inflação. Quem não produziu troco suficiente foi o próprio governo que achou que o povo não ia aceitar direito a coisa. Não acreditou. Não estou fazendo discurso de petista, não. Eu só estou vendo aquilo que está se passando... Uma moeda que tem o mesmo símbolo. Ela é igualzinha do um centavo ao... Como é que pensaram tanto tempo, seis meses, e soltaram isso na praça? Agora, nós que não temos a cultura da moeda, nós precisamos acreditar no que fazemos e dar continuidade. Meu grande medo é que tudo isso não tenha continuidade. Mas o uso que se faz é o do poder, principalmente, e da mídia, que comanda hoje este país. Quando eu estava no Arquivo do Estado, dei muitas entrevistas para a TV. Vinha o sujeito e falava comigo meia hora. Depois, ela cortava um pedaço que eu jamais diria na frente de uma câmera isolado. E que aquilo interessava para corroborar o que o jornalista tinha feito. Eu não podia dizer que não tinha falado. É a manipulação desenfreada e maldosa, para não dizer anti-ética, do poder e, principalmente, dos meios de comunicação.

Marco Antônio Santos Silva - Até que ponto nossos meios de comunicação auxiliam ou prejudicam a memória e a cultura nacional diante da superficialidade das informações e da inversão de valores? Outra pergunta: Qual sua avaliação do papel desempenhado pela revista *Raízes* no que diz respeito aos pontos levantados pelo professor Witter sobre história, cultura e memória?

Aleksandar Jovanovic - Os veículos de comunicação eletrônicos têm um papel fundamental porque estão em toda parte. Só uma emissora de TV tem uma audiência de 58% nos horários de pico; portanto ela abarca uma boa parte da população e o que ela disser está dito e o que ela deixar de dizer deixou de ser dito, o que ela informar está sendo informado e o que deixou de ser informado não existe. E, então, uma relação bastante binária, ou um *sim* ou um *não*. Por outro lado, somos 160 milhões de pessoas e talvez haja uma 5 milhões de leitores de jornais diários no país, isto estimando pela tiragem que, obviamente, é uma coisa insignificante em relação a outros países. É, o caso do Japão que tem 120 milhões de habitantes e o *Asahi-Shinbun* tem 33, 34 milhões de leitores por dia, porque tem tiragem de 11 milhões de exemplares. Um em cada quatro japoneses lêem este jornal. Nós não temos esta tradição e a população também não tem dinheiro para comprar jornal. Eu acho que isto é um pano de fundo sem o qual não dá para analisar qualquer possibilidade de resposta para a pergunta. Em que medida a mídia influi ou não para preservar a memória? Influi na medida em que quiser ou que puder, mesmo porque o controle social da comunidade sobre os veículos de comunicação é bastante baixo e fraco. Acho que este é um quadro muito típico no nosso país e na América Latina, quer dizer, comunicação rápida, quente. O principal veículo é o eletrônico, basicamente a TV e depois o rádio, muito mais do que a comunicação impressa. Não há controle social. E se nós compararmos a produção da TV Cultura, que é uma fundação e que tem um conselho dirigente que representa esse controle social, se considerarmos a qualidade de uma produção dessa emissora em termos culturais, tudo isso é incomparável em relação ao que as TVs comerciais fazem. Esse é o quadro mais evidente. Com relação à revista *Raízes*,

em primeiro lugar, eu sou editor por mero acidente. A relação entre história, cultura e memória fica muito clara no trabalho da revista, porque a proposta editorial inicial era ser, ao mesmo tempo, um espaço em que pudéssemos contemplar artigos acadêmicos - com linguagem acadêmica mesmo: notas de rodapé, bibliografia, tudo como manda o figurino - mas que pudesse contemplar, também, depoimentos orais de antigos moradores da cidade, mais um espaço para fotografias antigas da cidade. E, ainda, que pudesse contemplar o espaço jornalístico propriamente dito, da reportagem ou da grande reportagem, que é um gênero em extinção na imprensa brasileira, um dinossauro que aos poucos vai morrendo. Além de ser este espaço fundamental, acadêmico, também considero importantes estes depoimentos, *memórias*, lembranças, a fim de que possam ser retrabalhadas pelos pesquisadores, porque, ao mesmo tempo em que nós possibilitamos a análise, a avaliação dos fatos, a revista também não deixa de ser uma espécie de arquivo para consultas posteriores. A proposta era esta mesmo. A relação direta entre história, memória e cultura ficam claras na proposta editorial da *Raízes* e naquilo que se tem conseguido fazer graças ao empenho de todos os que participam deste projeto. O que se conseguiu foi um retorno bastante grande da própria comunidade, uma resposta direta das pessoas que se interessam.

José Sebastião Witter - Deixa eu falar sobre a *Raízes*. Eu sou um leitor bastante assíduo da revista por gentileza de vocês que não me esquecem. Eu acho que a *Raízes* tem um papel fundamental. Não faço parte do grupo, não sou da comissão editorial, não estou aqui para jogar confete. Hoje, a revista é uma das mais importantes no que diz respeito à preservação da memória de uma região. E que é de fundamental importância até para os cursos que a gente tem trabalhado em São Paulo. Algumas das reportagens de fôlego são muito úteis. Hoje, ela é uma revista imprescindível e espero que não sofra por descontinuidade. Pode até atrasar um pouco, mas que não se interrompa. Para falar sobre TV, bem, eu acho que o que falta a esses canais de TV, sejam eles estatais, de fundação ou comerciais, é pensarem que é realmente preciso fazer um bom arquivo, coisa que não fazem. As reportagens são todas montadas, mas é preciso manter o original e eles não têm esta visão. Esse tipo de produção é muito preciosa para a gente recompor a história desse país. Eu convivi com o Canal 2 durante muito tempo e dos programas feitos, só foram mantidos os 40 filmes de História do Brasil do Telecurso 2º grau que eu comprei, doei ao departamento de história e que já foi passado para vídeo. Em mais de mil filmes feitos para todas as matérias, 40 foram preservados. Não há preservação histórica e olhem que estou falando sobre a Fundação Padre Anchieta. Imaginem o que acontece nas outras emissoras: não há um arquivo preparado para isso. Você vai dizer: como é que vão manter tudo aquilo?. Claro. Custa dinheiro e precisa-se investir na área de arquivos para se fazer a preservação da memória. Isso é um problema cultural brasileiro. Arranja-se espaço para tudo, menos para um bom arquivo.

Marco Antônio Santos Silva - Eu acho que o professor até já respondeu à pergunta sobre o que ele pensa a respeito da memória oral. Outra pergunta: já que São Caetano vem investindo e crescendo em termos culturais nos últimos tempos com livros, revistas, exposições de rua e outros, a população vem respondendo com entusiasmo a todas estas oportunidades e participando da nossa

história. Até que ponto as pessoas de história da cidade estão preocupadas em dar continuidade a esses resgates de memória e preparar herdeiros interessados em fazer o mesmo no futuro?

Aleksandar Jovanovic - Tentando responder de forma genérica e rápida, eu acho que a preocupação em deixar herdeiros das pessoas de história merece dois comentários. Primeiro que todo mundo é sujeito e objeto da história, isto está implícito dentro, por exemplo, do projeto *Raízes*. Em segundo lugar, eu acho que essa visão do que se queira perpetuar está evidente no fato de que cada vez mais vêm se somar pessoas para colaborar. No caso específico do projeto *Raízes*, em vez de nós termos tido um decréscimo de colaboradores, temos tido sempre um acréscimo deles. É um projeto aberto. Evidentemente, há um conselho editorial que seleciona os trabalhos, mas fora isso é um projeto aberto. Qualquer pessoa que tenha uma contribuição a dar, uma contribuição pertinente, pode fazê-lo e o faz. Essa é a questão fundamental. O projeto se perpetua através desse trabalho de reprodução.

Marco Antônio Santos Silva - Partindo do raciocínio de que o ser humano observa o mundo de forma indireta, como o senhor vê a afirmação de que a interpretação do mundo por este ser é sempre imperfeita porque o homem, além de observador, é também sujeito da observação?

Aleksandar Jovanovic - A colocação é perfeita. Na verdade, esta relação à qual eu me referi logo no começo tem que ser entendida como uma relação dinâmica, dialética, se preferirem, até porque este é o termo mais exato. Claro que é uma visão imperfeita, limitada. Existem várias limitações dentro desta perspectiva: cada grupo social tem na observação do mundo real uma limitação até a observação individual. Não é uma visão holística, de 360°. É uma determinada forma de analisar a realidade. Cada cultura analisa a realidade concreta que a cerca de formas bastante divergentes, o que mostra, talvez, que a soma de todas elas poderia, assim mesmo, dar uma visão parcial daquilo que seja a forma pela qual o ser humano consiga interpretar a realidade. Mas é claro que somos sujeito e objeto o tempo todo. Somos sujeitos e objetos da História, daquilo que observamos. É sempre uma relação dialética.

Marco Antônio Santos Silva - Pergunta: mencionaram os dois conferencistas que a memória e a cultura são reflexos dos nossos condicionamentos, vivências em comunidade, semântica, etc. Os conferencistas entendem também que pode haver memória advinda da nossa evolução, espiritualmente falando? Evolução de vidas passadas em viagem transcendente? Lembranças de já termos falado línguas diferentes, de fatos. Este tipo de memória já está sendo estudado em nível de História?

José Sebastião Witter - É uma coisa que eu nunca trabalhei, então é difícil responder. Eu acho que é possível, mas eu não sei.

Aleksandar Jovanovic - Isso não faz parte ao meu trabalho acadêmico e do que eu conheço. Não posso responder, porque não tenho conhecimento desta área.

Pergunta - Aleksandar, as diversas formas de representação teatral também podem estar ligadas mais diretamente ao jogo de espelhos da memória e da cultura?

Aleksandar Jovanovic - Também. Pode ser o teatro ou qualquer outra coisa. A questão do teatro é um bom exemplo, sem dúvida nenhuma, mas isso é apenas um pedaço do problema. A relação do jogo de espelhos entre a memória e a cultura não é apenas o teatro. Na verdade, é tudo. É o artigo que nós lemos há cinco anos e que vamos rememorar, é a reportagem que nós lemos ou o fato que vivenciamos, a experiência pessoal que tivemos num determinado contexto enquanto indivíduos ou pode ser a experiência que o próprio grupo social viveu e que transmitiu de geração para geração sob a forma de narrativa. Há um ponto sob o qual nós acabamos não tocando nessa discussão sobre memória e que é fundamental: é o papel da narrativa, a memória oral, o papel da narrativa sob o ponto de vista cultural. A narrativa é tão velha quanto o homem. Desde que o homem conseguiu falar uma língua verdadeiramente articulada, a narrativa foi a principal maneira de transmitir vivência, a experiência, o saber acumulado. Eu acho que o teatro não deixa de ser uma forma complexa de narrativa, em que várias linguagens se entrecruzam para dar expressão a um determinado conteúdo. Fundamentalmente, é o código lingüístico que vai ser o intérprete dos fatos. A narrativa, de forma geral, é a mola-mestra da questão da memória oral. Se nós pensarmos sob essa perspectiva, ficaram-nos narrativas bastante importantes desde a Antiguidade, grandes textos hindus, gregos, que na verdade não são apenas uma memória coletiva e não deixam de representar muito mais que isso. São expressões coletivas da visão que uma cultura tem e não apenas a memória coletiva mas também representam uma cosmogonia, uma visão de concepção para o mundo. Eu acho que essas questões estão sempre entrelaçadas.

Marco Antônio Santos Silva - Antes de encerrar, gostaria de perguntar ao professor Witter se ele quer falar sobre algum assunto que tenha em mente no momento.

José Sebastião Witter - Não, só queria agradecer ao convite que acho muito honroso, dizer da minha tristeza por não poder participar do congresso inteiro. Realmente, não é demagogia, é a pura verdade. Eu gostaria de estar presente, mas como andei cinco ou seis dias fora, eu tenho que estar agora no museu e ver o que está acontecendo por lá. Gostaria também de dizer que este Congresso não deve deixar de existir e, acima de tudo, agradecer às pessoas que ficaram até agora, de certa forma nos aturando com nossas manias, idiosincrasias e com nossas verdades. Muito obrigado. Passo agora a palavra ao dr. Aleksandar.

Aleksandar Jovanovic - A desvantagem de falar por último e ter que, às vezes, repetir o que já foi dito. Sou obrigado não apenas a concordar mas também agradecer pela paciência de todos por terem me aturado. Fico muito contente por ter estado aqui participando desta mesa. Muito obrigado a todos.

Marco Antônio Santos Silva - O mediador agradece a todos e me sinto também muito honrado por ter mediado um debate entre duas pessoas que nos trouxeram um conhecimento muito importante nessa área e que muitas vezes nós deixamos de lado. Este congresso vem resgatar e fazer com que a escola, a universidade, se envolva cada vez mais nesse assunto importantíssimo que é a questão da memória e da cultura.

Memória e Trabalho

Luiz Roberto Alves
Heloísa de Souza Martins

Mediação

Márcia Gallo

Márcia Gallo - Acredito que o tema de hoje, Memória e Trabalho, fale bem de perto à nossa região e a algo bem vivido por todos nós. Temos hoje aqui dois debatedores: professora Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas da USP. Ela obteve, na mesma instituição, os títulos de mestre, em 1975, e de doutoura, em 1987, em Sociologia. Trabalhou no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), como assistente técnica e depois como diretora técnica. Publicou pela Hucitec as obras: *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil* e também a coletânea *Terceirização e Negociação no Mundo do Trabalho*, com José Ricardo Ramalho. Professora, seja bem-vinda a São Caetano.

Temos também nessa mesa, o professor Luiz Roberto Alves, professor e pesquisador da ECA (Escola de Comunicação e Artes) da Universidade de São Paulo, coordenador de pesquisas do Instituto Metodista de Ensino Superior e ex-secretário da Educação e Cultura de São Bernardo do Campo, uma tarefa difícil e, nos parece, bem desempenhada.

Passo a palavra para a professora Heloísa, para sua primeira intervenção.

Heloísa de Souza Martins - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui novamente participando desses congressos aqui no ABC. Acho que eles revelam a vitalidade da cultura e a proposta de fazer com que as pessoas, os moradores do ABC, sejam capazes de refletir a respeito de sua própria História. Essa é uma condição fundamental para a cidadania e é com muita satisfação que torno a participar, já agora desse III Congresso, e espero participar de muitos outros nos anos que virão.

Vou fazer a minha exposição de hoje fazendo um pouco a propaganda do livro que vai ser lançado no dia 26. Então, começando também com uma memória, a da realização desse trabalho, que é uma pesquisa feita aqui no ABC sobre a relação entre a igreja e o movimento operário no período que vai de 1954 a 1975, portanto, o período em que D. Jorge Marcos de Oliveira esteve à frente da Diocese. Mas eu vou fazer essa memória reconstituindo um pouco como cheguei a fazer a minha pesquisa porque acredito que isso coloca algumas questões referentes exatamente ao tema *Memória e Trabalho*.

No início de 1978, estava preocupada com um projeto de tese de doutoramento. Fiz o doutoramento em 1987, mas a reflexão em torno dele começa

em 1978. Já então queria estudar essa relação entre igreja e movimento operário. Já conhecia alguma coisa sobre a realidade do movimento operário, mas não conhecia quase nada sobre a realidade atual da igreja, especialmente da católica. Então um colega de departamento me indicou o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e me indicou os nomes de algumas pessoas que trabalhavam lá: Carlos Alberto Ricardo, Beto e o Ramalho. Assim, entrei em contato não só com o CEDI, mas também com outros amigos e pessoas que foram me ajudando a desvendar essa nova realidade que estava surgindo em torno da igreja católica.

Comecei a assistir a algumas reuniões e encontros promovidos por grupos e entidades ligadas à Igreja Católica. Participei de seminários, debates. Semanas, que foram aos poucos me revelando uma nova forma de ser igreja que setores comprometidos com os movimentos populares estavam construindo. O primeiro impacto recebido é que, exatamente nesses setores, especialmente nos movimentos populares, havia uma rejeição contra os intelectuais, que eu chamo aqui de *intelectuais de alguma forma acadêmicos*, que procuravam essas pessoas com a finalidade de realizar uma pesquisa, nem sempre fundamental para essas pessoas, mas sim para a carreira do pesquisador.

Essa primeira desconfiança - *afinal de contas, quem é você? O que vem fazer aqui? Por que vem nos procurar, nos incomodar, perturbando a rotina de nossas vidas, fazendo perguntas, nos investigando no papel de detetive em busca de elementos que lhe permitam construir algumas verdades... Afinal de contas, como isso contribui para melhorar, transformar e ajudar nossas vidas?* Na verdade, eu percebi ali uma recusa em se deixar explorar, uma denúncia dos usos e abusos que o pesquisador, principalmente aquele que os via como objetos, e também uma reivindicação do reconhecimento da sua possibilidade de se constituírem sujeitos até mesmo de um processo reconhecimento. Mas havia também uma ambigüidade, pois ao mesmo tempo havia uma valorização do conhecimento científico que era fornecido pelas Ciências Sociais. Mas esperava-se que o intelectual, o cientista social portador desse conhecimento, fosse capaz de compreender o que estava sendo gestado pelo saber e pela ação daqueles grupos populares. Havia ali uma redefinição do papel do intelectual que, se esperava, estivesse menos voltado para as exigências de uma carreira, de uma ciência acadêmica, ascética, objetiva, não comprometida, do que um intelectual que tivesse ou pensasse em um compromisso com o destino e com a história de um objeto.

Foi nesse contexto que comecei a me aproximar do CEDI. Na verdade, a procura foi fácil. Carlos Alberto Ricardo havia sido meu aluno no curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Eu percebi que, da mesma forma como os movimentos populares, também no CEDI fui testada, e a questão que me colocaram foi a seguinte: *Tudo bem, você quer ter informações para a sua pesquisa. Mas o que você pode dar em troca? Que tipo de trabalho você pode fazer que não seja só tirar, só ter vantagem?*

Na verdade, havia pedido a eles uma introdução junto aos movimentos populares, mais do que isso até, junto a essa intersecção existente entre igreja e movimentos populares, especificamente o movimento operário. Então, acabei partici-

pando e trabalhando como assessora voluntária junto a um programa que eles tinham, de pastoral urbana. Isso foi a melhor coisa que fiz na vida enquanto pesquisadora. Tive dois momentos fundamentais : um, quando comecei a pensar na tese de mestrado e meu orientador disse tudo *bem, quer entender o que é sindicalismo? Vá trabalhar junto a ele!* e me arrumou um lugar no Dieese. Eles estavam se reorganizando e procurando mesmo uma pessoa e eu fui trabalhar lá e viver por dentro realidade do movimento sindical. Entrei em contato com os dirigentes e as lideranças sindicais, saindo um pouco desse conhecimento obtido apenas através dos livros. Assim, aprendi a fazer pesquisa, a trabalhar com o meu objeto exatamente me aproximando dele, acompanhando sua trajetória, tentando entender de perto e não me colocando numa posição de afastamento entre sujeito e investigador.

Então, no CEDI vivi a experiência mais rica da minha vida, não como pesquisadora, mas também como pessoa. Nesse trabalho de assessoria voluntária, tive a oportunidade de prestar serviços na área de pastoral urbana, para Comunidades Eclesiais de Base, grupos de jovens, de mães, de operários, de defesa dos direitos humanos... participei de cursos, debates, palestras nos bairros, na periferia de São Paulo, e fui conhecendo aos poucos, com a ajuda dos companheiros do CEDI, a realidade dos movimentos que se organizavam nos bairros e nas paróquias de periferia. Isso é que me permitiu compreender completamente o sentido, o dilema, os significados das transformações que ocorriam na igreja e na sociedade brasileira naquele momento.

Como era, também, um trabalho que se realizava nessa intersecção entre igreja e movimento, eu estava numa posição privilegiada para entender o que acontecia no movimento operário. O CEDI também desenvolve trabalhos no Rio e muitos dos trabalhos lá realizados eram acompanhados por nós aqui. Então, tudo isso me colocou em contato com militantes operários no final dos anos 70, início dos 80, principalmente com aqueles da chamada oposição sindical. Também comecei a assistir a vários encontros na área do movimento sindical, principalmente naqueles chamados encontros dos trabalhadores em oposição à estrutura sindical.

Mas esse trabalho começa a se desgastar porque você fica como que atendendo a demandas - há muito o que explorar - sem apresentar uma proposta de trabalho que se antecipe a essas necessidades e a essas colocações. Foi quando, no ano de 1962, começamos a discutir um trabalho mais diretamente ligado ao movimento operário, não só devido à importância que ele estava adquirindo na conjuntura nacional, mas também porque vários assessores tinham esse interesse e eu, especificamente. Além desse trabalho de assessoria, já estava muito preocupada com a minha tese de doutorado. Ela já tinha passado para um segundo plano, mas eu tinha um compromisso, prazos. Daí, também começamos a pensar em função de um acúmulo de conhecimentos, de solicitação na área sindical e do que estava acontecendo. Na verdade, a partir de 80, já tínhamos acompanhado a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que se havia realizado de 21 a 23 de agosto, em São Paulo. Em 82, estivemos presentes nos encontros que terminaram por adiar a realização do I Congresso Nacional da Classe trabalhadora

e que depois foi realizado naquele ano e acabou resultando na formação da Central Única dos Trabalhadores em um congresso que foi realizado de 26 a 28 de agosto de 83. Nós íamos a estes encontros, gravávamos, entrevistávamos, fotografávamos e, quando o uso do vídeo começou a se tornar mais difundido, passamos a gravar estas reuniões, debates e congressos. De tal forma que, em 84, já no primeiro ano do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, juntamente com outras pessoas com as quais tivemos condições de elaborar e editar um livro sobre este primeiro congresso, tivemos a oportunidade de acompanhar um processo que analisava as divergências existentes no movimento sindical e que acabaram resultando na existência de duas centrais sindicais.

Tudo isso é que nos leva, já em 83, a elaborar um programa de trabalho para anos, definindo uma proposta no que chamávamos de reconstrução das lutas operárias na região do ABC. Nosso objetivo era o de colaborar na construção de um novo sujeito político que a nosso ver tinha sua origem principal na experiência sindical e nas outras que tinham se iniciado aqui no ABC, especificamente no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. A ênfase posta na reconstrução dessa memória como parte da construção da identidade de um novo sujeito histórico visava recuperar tanto as tradições e experiências como os avanços, retrocessos, as habilidades e certezas, de forma a incluí-los em uma reflexão crítica.

A nossa preocupação e o nosso compromisso político naquele momento era o de documentar, analisar e principalmente socializar o conhecimento produzido como uma forma de contribuição aos vários setores do movimento sindical comprometidos com o sindicalismo denominado de autêntico e combativo. O uso da memória desse trabalho é como um ponto de partida para uma reflexão em torno do tema *Memória e Trabalho* porque ele coloca um conjunto de questões que gostaria de destacar aqui. Acho que essa experiência da realização de uma tese especialmente proposta para possuir uma memória da classe trabalhadora como condição para a construção de uma identidade política coloca problemas que eu queria apontar hoje.

A primeira questão diz respeito à aquilo que nós entendemos por memória. Há um livro belíssimo que cito sempre e uso em aula que é *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*, de Ecléa Bosi. É um livro no qual ela trabalha com histórias de vida de oito pessoas com mais de 70 anos que sempre viveram na cidade de São Paulo. É um livro lindíssimo, escrito com uma sensibilidade muito grande, principalmente porque ela parte do reconhecimento do elemento metodológico, que é fundamental nesta relação do pesquisador com os sujeitos pesquisados, construção de uma comunidade de destino, isto é, pesquisador e pesquisado compartilham o mesmo destino.

Ela coloca o seguinte: *Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstituir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado*. Na verdade, esse trabalho da memória significa um olhar a partir de um determinado lugar do presente para o passado. Quando solicitamos ao informante que nos conte o seu passado ou que relembre um determinado acontecimento, a sua vida, na verdade, ele o faz a partir do lugar que hoje ocupa. É um olhar marcado por tudo aquilo que ele viveu desde o momento que se busca recuperar, até

aquele presente. E é a mesma autora que nos diz o seguinte: *A memória não é sonho, é trabalho, por isso, lembrar é trabalhar, é tentar reconstruir algo que está no passado com os olhos do presente.*

Mas naquele sentido do trabalho que nós tínhamos no CEDI, é mais do que isso porque é também recuperar o passado para que se possa compreender o presente e aí sim, pensar numa transformação para o futuro. Só é possível entender o que acontece conosco no presente se conseguimos iluminar esse presente também com aquilo que vem do passado. Por exemplo, essas oito pessoas entrevistadas pela Ecléa Bosi olham para seu passado a partir de uma situação de extrema dificuldade, que é a situação da velhice.

Na velhice - e isso é demonstrado no trabalho - as pessoas lembram com mais facilidade do passado do que do dia anterior. Então, o passado é muito presente e, principalmente, é presente porque lá tem coisas que hoje faltam. Lá existia uma vida plena, de trabalho, e hoje, em face desta sociedade capitalista que avalia as pessoas pelo seu trabalho, eles são a população inativa, que não conta, que se encosta, se abandona, se esquece. E os velhos sentem isso. Sentem, primeiro, as dificuldades de viver, dificuldades naturais, a debilidade física... Às vezes, a Ecléa tinha que interromper a entrevista porque as pessoas não conseguiam falar mais, sentiam-se mal, choravam, emocionavam-se, enfim, ficavam cansadas com esse trabalho de memória. E o livro termina com uma frase muito bonita de um dos entrevistados, que pede para a entrevistadora para que ela seja a intermediária desse conhecimento a respeito da vida passada dele para os jovens porque *eles precisam saber que nós também trabalhamos*. Essa questão é importante, certo?

O trabalho realizado nessa pesquisa que eu fiz mostra que o olhar que nós solicitamos que as pessoas tenham - de repente chega um estranho e pede a alguém se lembre de seu passado e que o conte - é um olhar que se volta, que tenta recuperar esse passado. É um olhar, no caso desses velhos, por exemplo, de sofrimento por causa daquilo que eles tinham no passado e que não existe mais agora. Isso coloca uma questão complicada porque, na verdade, nós estamos pedindo - a Ecléa, por exemplo, pedia - que eles lembrassem acontecimentos significativos na vida da cidade de São Paulo. Como é que posso pedir, enquanto pesquisadora, que este trabalho de memória tenha como fundamento um elemento que é extremamente subjetivo? É aquilo que ele pode lembrar, aquilo que ele quer lembrar, da forma como ele faz. Isto coloca uma questão.

Então, na verdade, a lembrança de um indivíduo é aquilo que ele pode lembrar a partir de suas experiências de hoje e de ontem. E aqui, introduzo uma colocação do livro *O subúrbio*, também editado aqui por São Caetano que, na verdade, a memória mais oculta do que revela, pois revela omitindo e deformando. Portanto, não se deve estranhar os esquecimentos e os silêncios que caracterizam boa parte da nossa memória histórica, principalmente no que se refere à história das classes subalternas, dos espoliados, dos vencidos, das mulheres, das crianças, porque eles não contam, não são parte desta população ativa que, na verdade, tem o poder para dizer o que recordar, o que deve ser preservado e como isso deve ser feito. Esses grupos de pessoas tem poder. Essas categorias sociais acabam não sendo capazes de dizer que também fizeram história e também são arte da história.

Por isso é que nós, pesquisadores, somos vistos como aqueles que podem servir como intermediários e levar adiante a sua história individual. É muito importante e significativo que alguém se disponha a ouvi-los e relatar isso. Eu sempre digo que prefiro entrevistar pessoas na periferia, nas casas pobres, porque nelas sou bem recebida. Quantas e quantas vezes preenchi questionários nas cidades do interior, fiz entrevistas com gravador nas portas das casas de advogados e juízes porque ali não podia ser recebida, enquanto que nas casas dos trabalhadores sempre me ofereciam um café, água, cadeira para sentar, enfim, a hospitalidade e a solidariedade. Eles percebiam que eu estava ali como uma trabalhadora também, ainda que uma trabalhadora estranha, que não tinha nada a ver com a realidade das suas vidas. E isso é que nos dava a possibilidade de uma relação social. É isso que garantia a identificação, que é uma condição fundamental para a realização de qualquer trabalho de pesquisa.

O trabalho de reconstrução da memória deve ter presente a idéia de que existem memórias com base em experiências diversas. Este trabalho deve estar atento às diferenças existentes entre os trabalhadores, como as diferenças de gênero, de relação, de raça, de religião e, principalmente, lugares diferentes. No CEDI, nós estávamos preocupados em construir uma memória dessas condições para que os trabalhadores percebessem-se como sujeitos e não como objetos no processo histórico. Estávamos, portanto, preocupados com a construção de uma identidade política e, muitas vezes, privilegiamos em nossos trabalhos o olhar do dirigente sindical, da liderança sindical, esquecendo que ele vá de maneira diferente do trabalhador comum, do peão, daquele trabalhador que está lá na oficina, no interior das diferentes seções de uma fábrica. Por exemplo, esta memória dos trabalhadores. O militante olha a fábrica diferentemente do trabalhador de base, que, muitas vezes, é visto por esse militante como o bom operário. Aliás, não só pelo militante, mas também pela própria direção da empresa, porque ele se ajusta, se adapta às diferentes mudanças. O que não significa necessariamente que ele deixa de resistir.

Muitas vezes, ao se privilegiar determinados segmentos da classe trabalhadora ou da população, nesse trabalho de reconstrução da memória o que se pretende é ignorar, esquecer que existem outros segmentos, outros grupos que podem ter uma visão diferente daquela da fábrica do acontecimento.

É preciso estar atento para que isso não ocorra, para que esses diferentes olhares, diferentes memórias, sejam recuperadas. Essa atenção vem principalmente da necessidade de apanhar esse olhar diferente que vem de baixo, do homem comum, que não tem a possibilidade de uma visão do conjunto. Se nós entrevistarmos uma liderança, um militante, ele terá uma visão ao conjunto da empresa que é diferente da visão do trabalhador comum porque ele consegue apanhar fragmentos da realidade que vão remeter a outros fragmentos da realidade, permitindo assim, uma reconstrução da história.

Uma segunda questão diz respeito ao uso que se faz da história oral porque ela surge com muita intensidade a partir dos anos 70 como uma forma de trabalhar e elaborar um documento histórico. E surge no contexto do questionamento da chamada história oficial. Eu preciso romper com esta ou, pelo me-

nos, vê-la de uma forma crítica porque procurava deixar na penumbra esses personagens comuns, aparentemente sem importância, destacando apenas aquilo que se considera que deva ser lembrado, cultuado. Esses personagens comuns foram excluídos pela história oficial porque não são reconhecidos como sujeitos, produtores de conhecimento. A partir dessa crítica, começou-se a buscar a recuperação desses personagens comuns, aparentemente esquecidos na memória popular para se criar um documento.

E aqui este uso da história oral coloca uma série de problemas que vão desde a maneira de se registrar o documento com o uso ou não de gravador, se o entrevistado aceita ou não, muitas vezes, os depoimentos mais significativos são citados quando se pede para desligar o gravador. Da mesma forma, a questão do relacionamento entre entrevistador e entrevistado, pois esta relação implica numa relação social. Um entrevistador e o entrevistado, no momento do recolhimento do depoimento, são portadores de determinados valores, temores, angústias, ansiedades e a situação da entrevista faz isso aparecer e tornar-se uma realidade que muitas vezes pode se manifestar ou não. E que se manifesta, por exemplo, com a recusa do fornecimento da entrevista, com as ausências, os esquecimentos, e pode se manifestar também quando o próprio entrevistador toma conta da situação e responde aquilo que ele quer que seja registrado.

É o que provoca ansiedade em muitos pesquisadores porque, afinal de contas, é o entrevistador quem tem o poder ali, que sabe porque a entrevista está sendo feita, porque ele precisa daquela informação e de alguma forma, ele cerca o entrevistado e cria situações que facilitam a obtenção da informação. Isso coloca questões éticas no momento da entrevista. Na história das ciências sociais, isso é constante. Muitas vezes, as pessoas são entrevistadas e se solicita informações sem que elas sejam sequer informadas para que tudo aquilo vai servir, sem que saibam como aquilo vai ser usado. Isso se constitui em ignorância e desprezo por aquele informante enquanto pessoa portadora de direitos, incluindo o mínimo direito de ter privacidade a respeito de sua própria vida. Portanto, esta situação de elaboração de uma história oral coloca também a questão da forma de apresentação do material obtido. Por exemplo, há muitos historiadores que ficam angustiados com a subjetividade que é inerente a este tipo de método. Aqui você está essencialmente baseado num depoimento que é obtido através da memória, com todos os problemas que a envolvem. E principalmente porque o pesquisador está sempre muito preocupado em chegar a uma verdade a respeito das coisas. Como eu posso acreditar que aquilo que me foi relatado aconteceu efetivamente da forma como foi dito? O que me garante que a pessoa está sendo sincera? A sua versão dos acontecimentos é honesta? Enfim, são questões que os pesquisadores se colocam, *Como eu posso acreditar nisso?*

Muitas vezes, o pesquisador vai montar uma interpretação daquilo que está sendo dito. Como é essa interpretação. E aí a ciência se propõe a trabalhar com a verdade. Como ela pode garantir que essa explicação a que se chega, o conhecimento que se elabora, tem alguma validade, se é construído a partir de relatos e informações que estão cercados pela subjetividade e daquilo que as pessoas conse-

quem lembrar? Onde fica a objetividade? Como eu posso superar esta subjetividade? Estas questões perturbavam e ainda perturbam muitos dos trabalhos de reconstrução da memória. Mas, há respostas para isso.

Pode-se entender que os relatos são representações a respeito dos acontecimentos, dos fatos históricos, assim como também a interpretação do cientista social, do historiador, é uma outra representação até porque ele também interpreta. E, além disso, a representação que constrói não é única, nem a verdadeira porque outras pessoas, com base em outros valores, em outras experiências, construirão outras representações. Isso porque as versões da memória são várias e novamente volto àquele entendimento que se tem da memória não como única na história, mas como memórias da história, como versões da história, como olhares que as pessoas são capazes de dirigir ao passado.

O sentido da história oral é dado pelo entendimento da memória como produto cultural complexo, portanto, existente também num campo de relações culturais. Sem isto não é possível realizar nenhum trabalho com a memória.

Uma outra questão que gostaria de abordar diz respeito à forma de apresentação desse trabalho de reconstrução da memória. Novamente vou voltar ao meu trabalho que foi agora publicado - *A igreja e o movimento operário*. Toda a trajetória que tive no CEDI, o trabalho de assessoria, todo o material que recolhi aqui no ABC, as entrevistas que fiz, tiveram um sentido também de recuperar a memória de um setor da classe trabalhadora aqui da região e estava ligado aos movimentos operários. Foi a memória desses militantes operários que eu procurei reconstruir como uma forma de dizer que a história do ABC teve a participação de diferentes pessoas, diferentes personagens que foram colocados em situações, posições e lugares diferentes e que me contaram fragmentos desta história que por ele foi vivida. Todo esse material que recolhi está lá no arquivo do CEDI. Como as pessoas que me forneceram essas informações, cujo sentido procurei reconstruir, podem ter acesso ao meu trabalho? Esta era uma questão que me preocupava muito no momento da redação do trabalho e optei por fazer um texto que deixasse de lado o sociólogo e que tentasse ser mais simples e acessível, mesmo assim tendo consciência de que não era suficiente.

Felizmente, consegui uma publicação aqui em São Caetano, o que vai facilitar o acesso porque uma outra editora cobraria pelo livro e quem dessas pessoas que me deram as informações poderia comprar um livro? Eu escrevi vários artigos, participei de seminário. Aqui no ABC sempre que qualquer grupo de trabalhadores me chama para dar uma palestra sobre a minha pesquisa, eu vou. Tentei levar através da fala o que havia recuperado, mas não é o suficiente.

Se o pesquisador está preocupado com esta reconstrução da memória histórica em um trabalho que visa a construção de uma identidade de classe; portanto, de um novo sujeito político, como ele pode dar uma contribuição de tal forma que o produto de seu conhecimento seja também um elemento de informação, de educação política? Como este trabalho com a memória pode chegar até as pessoas que, na verdade, são personagens da história? Existe a experiência de um grupo na Inglaterra, o *History Oxford*, que é uma oficina de história que surgiu numa faculdade da Universidade de Oxford, na qual a própria universidade dava cursos

para os trabalhadores e solicitou que eles mesmos fossem os pesquisadores e os escritores de sua história. É evidente que nem no trabalho do CEDI, nem nas universidades, se conseguiu, até hoje, esse tipo de proposta que também tem muitos problemas, que tem questões metodológicas muito complicadas, mas que, na verdade, conseguiu fazer com que esses trabalhadores fossem capazes não só de se afirmarem como sujeitos do conhecimento, disputando com os historiadores, com os cientistas sociais, esta possibilidade de elaborar uma interpretação, uma reconstrução dessa memória. Vou deixar algumas questões derivadas aqui para o debate. Muito obrigada.

Luiz Roberto Alves - Cumprimento todos e agradeço esta oportunidade de conversar sobre memória e trabalho quando o apito da fábrica toca. O III Congresso de História do Grande ABC, desta feita e com grande prazer em São Caetano, propõe recuperar e partilhar mais alguns fatos e valores ocorridos à sombra das chaminés, quando e onde soam os apitos. Sugere também que a memória daquelas gigantescas válvulas de escape da produção industrial, associadas aos sons indicativos do tempo e do trabalho, crie relações com as produções artísticas e os relacionamentos inter-individuais no país. Nesse sentido, o programa de trabalho deste Congresso continua a considerar a força preponderante do sistema de produção industrial e sua lógica econômica, que transformaram estes espaços de passagem entre o planalto e o mar, que é o nosso ABC, era um pólo de grande condensação urbana.

O mesmo tempo e a mesma lógica humana das relações sociais colocou as suas necessidades e desejos na lógica da produção e fez do subúrbio a morada, do escoadouro de produção a fundação de suas raízes, do espaço auxiliar da metrópole um centro nervoso de relações de trabalho. O que deveria ser fluido e difuso se orienta como concentrado. O que poderia ter sido uma parte especializada da dinâmica do capitalismo dependente tornou-se uma fatia capaz de dar provas do sabor pleno do país, suas riquezas culturais, contradições sócio-políticas e desafios.

A temática do Congresso não segue o caminho mais fácil que seria o de atestar o nosso salto para a pós-modernidade, quando já não há mais grupos de interesses ou classes, quando o sistema industrial de produção não determina as formas das relações de trabalho, quando a tercialidade plena já excluiu qualquer coesão entre o trabalhador e os meios de produção. Ora, no momento histórico em que a cidadania ainda é uma conquista sofrida, em que o desemprego não indica a supremacia da informatização, mas sim a política de reaplicação do capital, e no qual as chaminés com dificuldades são contidas em sua sanha de ataque ao ambiente natural, o pesquisador, o estudante, o cidadão, precisam reconhecer que ainda há um caminho longo e difícil para que essa concentração humana produza a passagem do sistema de produção sócio-econômico-cultural com a dignidade e a grandeza que merecem. Para tanto, convém duplamente o exercício da memória para que sintamos nas várias dimensões a dimensão plural que preconceitos e estereótipos pelos quais esse sistema industrial de produção possibilitou o adensamento humano no Grande ABC.

Um salto quantitativo dos 25.215 habitantes da região em 1920 para os atuais dois milhões de pessoas, a par do pulo de qualidade nas formas comunitá-

rias e sindicais de organização de vida. Do mesmo modo, é imprescindível que o nosso encontro com a realidade histórica plena, mediado pela categoria do trabalho, possibilite e estimule os novos lances da ação social organizada na passagem que já está em desenvolvimento para novas formas de relações econômicas e sociais. Oxalá essas novas formas superem a frustração perante as atuais formas de progresso que submetem as maiorias à miséria...

Memorizar o trabalho sob o signo dos apitos das chaminés implica em ver que as várias formas de cultura aqui produzidas enovelaram-se em torno do trabalho. Que o trabalho produziu certas culturas, que o som das sirenes e a fumaça das chaminés são valores e pontos de referência para a memória, enfim, para a cultura criada no Grande ABC, isso nos já sabemos. As sirenes e os apitos, prezados amigos, ordenam o tempo, enquanto que as chaminés dão sentido ao espaço.

Em nossa região, muito cedo os campanários submeteram-se a força superior dos apitos industriais superando a memória da centralidade religiosa dos espaços interiores e anunciando que um poder mais alto se levantava, enquanto as torres, símbolos por excelência da conexão entre terra e céu, entre matéria e espírito, transformavam-se em condutos da nova força, do novo poder temporal.

A arte brasileira foi brilhante para mostrar a realidade humana decorrente desses poderes da sociedade industrial. Não o fez em algum estereótipo. Por exemplo, o do Jeca Tatu, o lado atrasado do Brasil, não-progresso, o que precisa dos produtos da nova sociedade para sair da sua letargia. Monteiro Lobato não perscrutou o sentimento e a inteligência do Jeca, mas o seu corpo abatido pelos séculos de exploração. Ali viu somente o atraso mas não o resultado das relações de produção ao mundo agrário. O mundo da cidade deveria salvar o rural, o que de fato não poderia acontecer e não aconteceu porque o processo migratório não é a salvação, mas sim, o adiamento dos confrontos e crises, bombas-relógio que o Brasil continua a ver estouradas em suas mãos.

A arte literária viu também a extrema frustração perante o sistema industrial. O quixotismo evidente de uma personagem como Vitorino Papa-Rabo, de José Lins do Rego, em *Fogo Morto*. O novo cavaleiro da triste figura a dar pinotes e rodeios com seu pangaré, sob os apupos das crianças e as gozações gerais. Vitorino é um Quixote sem rumo, sem perspectiva perante o novo sistema de relações do trabalho, em que o antigo banguê e o engenho manual vão sendo substituídos pela usina, capaz não somente de triturar cana mas também carne e ossos humanos a ela submetidos. Assim, um dos frutos do trabalho é a própria morte, aquele velho castigo que Lewis Monfort e outros profetas da modernidade industrial viam na formação das cidades.

Mas não foi somente isso que a arte viu e mostrou. A revolução começa quando o modernismo literário quer captar essa novidade industrial nas próprias palavras, no próprio significante, a fim de fazer o que Oduvaldo Vianna mais tarde sugeriria: olhar de perto e diretamente nos olhos da tragédia para superá-la. Nas brincadeiras as palavras, na aglutinação dos mundos italiano, espanhol, brasileiro, que se encontram em Bandeira, Alcântara Machado, Mário de Andrade e outros, já se começava a sugerir o domínio ao humano sobre o processo tecnológico. A superação do dilema tem na palavra a sua primeira vivibilidade. O silêncio do je-

ca ou do imigrante, a angústia monossilábica do Vitorino, de José Lins do Rego, serviram para a proliferação do domínio, enquanto a criação poética do modernismo começou a tourear a nova feira industrial. Pois evidente ainda é um discurso dialético que se encontra na música *Três Apitos* de Noel Rosa. *Quando o apito da fábrica de tecidos vem ferir os meus ouvidos, eu me lembro de você.* O primeiro apito é o reconhecimento do poder sonoro da indústria sobre a sua amada, trabalhadora da fábrica de tecidos. O segundo apito é o contorcionismo do amante e sua angústia para aproximar-se dela, tão envolvida pelo processo de produção. No terceiro apito ou terceiro momento, a tornada de consciência de que aquele apito era negativo ao seu amor. Aí o humano sensibilizado se revolta contra o chefe da amada, símbolo do processo cuja impertinência inviabiliza o encontro amoroso. De fato, não seria correto dizer que os rostos das nossas cidades industriais fora moldados pelos equipamentos industriais aqui instalados, cujo simbolismo no apito e na chaminé marcou um sistema de referência. O molde das nossas cidades, e as nossas sete com destaque no cenário brasileiro, foi dado pela tensão pelo confronto. Pela falta de consenso entre o tamanho da humanidade e o tamanho do sistema. Pelo duelo entre as falas, as metáforas, as poéticas do povo querendo dizer mais alto o que simbolizavam o *apito das chaminés*. Qualquer identidade só pode dar-se mesmo no confronto. Sensibilizar-se para juntar gente a fim de não se submeter aos apitos exclusivos e a imponência das chaminés foi o desafio contínuo dos homens e mulheres do ABC. Esses confrontos criaram a cultura do trabalho, uma forma especial de criação de valores em que o velho vetor do trabalho com o suor, sofrimento e morte dá lugar ao trabalho não como honra e nobreza, mas a um modo de criar valores e símbolos que a fala humana supere a intensidade aos apitos e o calor dos homens e das mulheres seja superior ao das chaminés.

Tarefa incompleta, mas que já tem alguma história. De fato, as formas de cultura fincadas sobre a base do trabalho aqui desenvolvidas, privilegiaram a alta comunicabilidade advinda da máxima concentração. Aqui, a primeira recusa cultural entre nós foi a de que esse espaço fosse mera passagem passiva, ou linha auxiliar. Essa forma de pensar a cultura, que Noel Rosa e os modernistas intuíram e a concentração industrial do ABC vivenciou, isto é, produzir comunicabilidade e discurso inteligível e de alta sonoridade a fim de não se submeter à imponência do sistema em exemplos concretos, que não nascem somente em 1970, mas que abrem maior comunicabilidade, experiência e sonoridade sob a força da memória reprimida, memória migrante que aceita os silêncios parciais para produzir gritos maiores.

Entre tantos exemplos, a memória puxa os fatos para dizer desse modo de fazer cultura pelo confronto. Plenamente não consensual, pela comunicabilidade da experiência, que mostra a cara das nossas cidades.

Eu queria citar inicialmente um fato do final do século XIX, quando *apitos e chaminés* eram coisas novíssimas, marca do novo impulso industrial, da migração inicial campo-cidade, os primeiros acampamentos. Cito a visita do imperador Pedro II aos colonos italianos estabelecidos em São Caetano. O fato está presente no livro do colega pesquisador José de Souza Martins, em *Subúrbio* e eu uso para interpretá-lo. Desde alguns dias após a sua chegada, os italianos não tinham supor-

tado a vida nas fazendas para as quais tinham sido levados. Os imigrantes começaram a reclamar das condições adversas, como a falta de mantimentos. Três meses depois de chegados aqui, 15% dos italianos haviam morrido no núcleo de São Caetano. A morte dá, portanto, o tom do ritmo do trabalho. A visita real se realiza como um complemento à sociabilidade de sua majestade. Dura precisamente uma hora, vindo de São Paulo por trem. Chega às 15h45 e parte às 16h45.

O seu olhar real se encontra com as casas precárias de poucos trabalhadores, algumas senzalas mais antigas, sinal do outro sistema de trabalho escravo e uma linda capela barroca do século XVII, construída na fazenda dos beneditinos. Durante a manhã e parte da tarde daquele 28 de setembro, o imperador assistira aulas na faculdade de direito, visitara e apreciara as obras de arte na igreja do Pátio do Colégio, recebe comunicacões de caráter pessoal e então tomara o trem da São Paulo Railway para uma parada no subúrbio que abrigava italianos. Algumas linhas de seu diário merecem nossa atençao e referem-se à visita. O que dizem elas? *São Caetano, colônia de governo de italianos. 162, estabelecidos os mais antigos há pouco mais de um ano. Parece que prosperaram plantando cereais. Convém que tenham melhores habitações. Estão contentes.* Acabou, D. Pedro II não articula a realidade, mas destila um discurso pré-construído, a despeito da materialidade em frente aos seus olhos. Ele não ignorava as contradicões da imigraçao subvencionada, na qual abrigava projetos e interesses. As notícias certamente lhe chegavam. Ademais, entre a ferrovia e a sua rápida hospedagem no núcleo colonial lhe proporcionaram o Brasil passado e presente. Casas precárias, senzala, igreja barroca finamente decorada, no entanto, a consideraçao e a determinaçao postas no papel para ficar para sempre, obedecem a lógica do senso comum do poder, surgem as expressões verbais *é, parece, convém e estão.* A estrutura maior da determinaçao com certo direito intermediava a impressao do imperador. Recurso realista para ver alguma materialidade, mas que termina sendo mera observaçao, detalhe demagógico de interesse. No entanto, a auto-explicaçao se fecha em determinaçao. *Estão contentes.* Parece que D. Pedro está criando uma estorinha, fazendo ficçao ingênua. Por exemplo: *era uma vez um grupo de italianos que chegou ao Brasil para trabalhar e ganhar a vida aqui, se estabelecendo na periferia da cidade de São Paulo. Depois de algum tempo de luta, prosperaram com o cultivo de cereais. No entanto, habitavam casas acanhadas, as quais, na medida da prosperidade do cultivo de cereais, iam melhorando. Enfim, esses trabalhadores eram felizes...*

O texto escrito pelo imperador é paradigma dos muitos discursos oficiais relacionados ao trabalho, à prosperidade e ao pioneirismo. Perpassam as falas de palanque, de palácio e jorram pelos livros didáticos e paradidáticos nos quais a carne, o sangue e o suor dos pretensos cidadãos, vida feita cultura pelo trabalho que reordenam em matéria verbal competente para refluir o criado à condiçao de natureza. *Estão contentes.*

Perenidade da natureza e do estar, do ser o que convém, da história feita paisagem. Ali, o mundo do trabalho da nossa região é apenas espaço de paisagem. Se é verdade que o olhar do poder não representa a realidade, pois núcleos coloniais continuaram como espaços de sofrimento, pobreza e luta, no entanto, interfe-

re como conceito. *Os trabalhadores estão contentes*. O que parece a elite termina sendo a realidade, diferentemente do que tem dito a arte e a sensibilidade dos cidadãos sobre o mundo do trabalho.

O texto escrito pelo imperador em 1878 atualiza uma visão folclórica e romantizante do povo e, entre capelas, fachadas barrocas e senzalas de escravos, determina a alegria, determina o contentamento. O discurso de D. Pedro nega o esforço dos novos trabalhadores para superar a fragmentação cultural, a condição abjeta e a transformar um espaço de passagem e paisagem em centro de trabalho. Então, se pode estar contente morrendo diariamente de diarreia e tuberculose? Ou estar contente quando nenhum filho pode ir à escola? Em 1915, bem depois, menos de um quarto das crianças escolarizadas da Borda do Campo freqüentavam escolas e as que iam abandonavam para meter-se no mundo do trabalho. O apito do trem de D. Pedro não sinalizou qualquer crescimento na dignidade dos trabalhadores. No entanto, as vozes nunca se calaram por aqui.

Ao contrário, cresceram. Se esse sistema de produção significava salário baixo, doença, mutilação, silêncio, em torno dele produziu-se um conjunto de sons e falas que se transformou em ato político. Ora, o humanismo renascentista italiano já tinha ensinado há muito tempo que a comunicabilidade é a própria essência da vida civil, da criação de sentidos para a cidade, para o burgo. Felizmente, os pobres não aceitaram integralmente os discursos positivistas dos republicanos e mantiveram dentro de si reservas da velha experiência grupal já vivenciada na Europa, na África e no ambiente nativo desses trópicos.

E os sons crescem. Os gestos também, confrontando-se com *apitos e chaminés*. Aqui, reorganizo e condenso informações também presentes na obra de Ademir Médice e outros companheiros da memória na região do ABC. Existe uma produção homóloga de fábrica e resistências. Vejamos. A expansão do capital entre nós pode ser vista na seqüência da instalação dos equipamentos industriais que mostram a relação entre a ação humana e o processo industrial de produção. Por exemplo, em 1913 instala-se o matadouro Martinelli, bem como a Cerâmica Privilegiada. A Rhodia ao lado da Metalúrgica. No ano de 1922, a Refinadora de Óleos Brasil. No ano seguinte, a Pirelli, Matarazzo em 1926. A GM em 1927. Os anos 50 encontram Willis Overland, Mercedes e as demais conhecidas ao lado de uma ampla rede de auto-peças e indústrias químicas. O operariado já é uma realidade. Em 1902/7 algumas lutas das tecelagens resultaram em vitórias parciais quanto à jornada de trabalho. Em 1907 é fundada em São Bernardo a Liga Operária. Em 1917 também os trabalhadores da nossa região param no famoso movimento. O jovem Castelani é fuzilado no centro da atual Santo André ao participar de uma passeata. O seu assassino é promovido num posto policial. Alexandre Zanella, italiano, líder dos pedreiros, é deportado para seu país de origem em 1919. Há outras deportações nos anos 20 e 30 ao lado da criação de uniões operárias e das transformações dos sindicatos, a despeito da estrutura sindical montada pela ditadura getulista. Em 1939 funda-se o sindicato dos metalúrgicos de Santo André. Dirigentes sindicais promovem movimentos contra o fascismo. Em 1947 Armando Mazzo e uma grande bancada de vereadores da esquerda são eleitos e, pela força, impos-

sibilitados de tomar posse. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema é fundado em 1961. Criam-se movimentos universitários, de operários de resistência à repressão. Há presença da arte teatral e literária num esforço de criar sonoridade para esse esforço humano de criar uma cultura nascida do trabalho. E porque nascida do trabalho, da semântica do trabalho, capaz de resistir à idéia de trabalho como castigo, medo, mutilação e morte.

Seguem-se os acontecimentos brilhantes dos anos 70 que ajudaram a re- ver, quer na liderança, quer no anônimo, e questionar o modelo político brasileiro, patrimonialista e liberal, rígido e falsamente modernizante. Ao incômodo da condição humana submetida que a arte sentira e dissera, seguiu-se a resistência, a criação de instrumentos comunicantes, veículos capazes de evitar o silêncio. Nesta evolução projeta-se alguma identidade, resultado do próprio confronto. Não se pode identificar-se com A sem confrontar-se com B. No caso da região do ABC, a identidade aurida no processo de industrialização vê o esforço para superar as oligarquias regionais que não foram diferentes do nordestino até onde puderam dominar, vê a criação de instituições adequadas ao jogo de confronto entre capital e trabalho, desde aquelas sociedades antigas de mútuo socorro e ligadas aos sindicatos centrais. De fato, quem descobre a vocação complexa das sociedades industriais como a nossa, não são as elites, as oligarquias, para quem a organização social é cúmplice, porque de mão única, mantendo as mesmas regras do domínio, quem descobre a vocação complexa dessa sociedade é a própria organização complexa dos trabalhadores, um grupo que teve de ouvir o soar dos *apitos* e sentir o vulcão das *chaminés*, secundado pelos gestos artísticos que procuraram expressá-los e realizar a análise da experiências. Tourear, a coisa. Para tanto, o baú das memórias e uma alta comunicabilidade foram imprescindíveis. De fato, a sociedade civil é educada pela condensação da memória e pela animação dos modos de comunicar a experiência. Monfort tinha razão na sua obra *Cultura das Cidades*, quando afirmou que *é na cidade considerada como teatro, que as atividades positivas do homem são formuladas e elaboradas mediante o conflito e a colaboração de personalidade, acontecimentos e grupos, para resultar nas culminâncias mais significativas*. Aqui se produz uma visão da totalidade brasileira. Só não se fez mais no grande ABC porque as representações políticas executivas e legislativas foram sempre muito inferiores às forças de resistência e às formas de organização. Sendo inferiores, porém poderosas, porém veigas, porém oligárquicas, atrapalharam as formas de organização de comunicação e de proposição. Outro bom exemplo desse processo aconteceu depois da II Guerra Mundial.

Como se sabe o sistema industrial revelou-se obsoleto exigindo a atualização. Os senhores do capital exigiam do governo benefícios múltiplos, para a extensão do sistema industrial, modernização e capacitação para o consumo de massa que exigia alta produção. Paralelamente, os líderes trabalhadores exigiam liberdades cívicas, democráticas. Duas exigências diferentes. Intuíam que a extensão do capital sem democratização torna-se o império das desigualdades pois nenhuma quantidade cria a qualidade se não for uma quantidade qualificada por valores. O movimento de trabalhadores sempre sugeriu que os apitos tivessem sons diversos, como entendem dentro de si a diversidade. Como é horrível ouvir sempre a

mesma cantilena. Também sugeria que as chaminés tivessem tamanhos humanizados. As torres e chaminés não poderiam ter na modernidade idealizada pelos trabalhadores a altura ideológica das velhas torres, que diminuíam os humanos, provocavam respeito medroso e o sentido de domínio. As criações de resistência na região tiveram a memória das coisas grandes, amplas, como amplo e grande sempre foi o capital dominante. Miguel Guillin, o velho sindicalista, se recorda de um fato do tempo da guerra, quando as indústrias solicitavam o apadrinhamento do governo para expandir e eles as liberdades democráticas. Disse ele que em primeiro de maio a turma forçou a vinda de Getúlio Vargas para São Paulo, aqui no Pacaembu, para assinar a legislação trabalhista, essa porcaria que ai está. O Getúlio veio em companhia do Marcondes Filho, Ministro do Trabalho. Nesse dia o Pacaembu lotou de forma tal que se jogasse uma agulha para cima ela não cairia no chão. Nesse dia o Getúlio engoliu tudo quanto fosse reivindicação. Engoliu o problema das liberdades sindicais, a decretação da Guerra contra o nazifascismo e também o pedido de todo o povo de anistia ampla e irrestrita, inclusive para Luiz Carlos Prestes que era o que mais fedía para ele. Ele disse que atenuaria todos os pedidos. Aí a coisa começou a mudar, com contradições e tudo. Essa foi a memória. Uns cobravam expansão de lucros, outros liberdade. Aliás, quem cobra liberdade só o faz em público e muito público. A memória de Guillin se atualiza na fala do líder político sindical que esteve nesse primeiro congresso realizado em Santo André, Luis Inácio Lula da Silva, que dizia assim: *No começo de 79 assisti a uma disputa do campeonato brasileiro, Corinthians x Guarani. O Morumbi estava entupido de gente (eu destaco o verbo entupir). Eu sonhava fazer uma assembléia com o mesmo número de pessoas de um campeonato de futebol. Assim a gente ia virar a mesa. No dia 9 de março convocamos a assembléia e para minha surpresa o estádio de Vila Euclides entupiu de gente por todos os lados. Nós não tínhamos nem mesmo aparelhagem de som. Era tudo na base do grito. Eu gritava e o pessoal ia passando aquilo que eu dizia para quem não ouvia lá atrás. Imagine como as coisas chegavam lá no fundo do estádio. A gente tinha que convencer o peão e depois a mulher dele, caso contrário ela passava a ser mais adversário dele do que da greve, com medo do marido perder o emprego e a família morrer de fome. Depois tínhamos que convencer a sociedade para que ela fosse solidária.*

O Morumbi entupiu de gente, o Vila Euclides também. Noutros momentos também as igrejas, as praças e as ruas entupiram de gente. Não aquela imagem de Guimarães Rosa em *Grande Sertão - Veredas* sobre os catrumanos das Gerais, gente sem nenhuma organização, mas a recorrência, a dignidade como resultado do entupimento de gente, pois o entupir reelabora o sentido de tomar conta em oposição a rarefação dos corpos e mentes, cada qual para o seu lado. O desentupimento faz escorrer ralo abaixo os corpos e as intenções dos protagonistas de algum projeto. O entupimento é concentração, uma espécie de gravidez necessária ao crescimento e à maturidade além de se transformar em algo sólido, visível à distância, construtor de solidariedade que se fortalece, depois vem a luz. Os pobres do mundo rural e suburbano conheciam pouco encontro, a concentração mais que pontual, a distância divisionista, a comunicação fragmentada. Por

isso, Monteiro Lobato faz injustiça para com *Jeca Tatu*. Nesta cidade fizeram por tornar-se o contrário do desentupimento, que significava nos governos militares a circulação por um emprego ou desemprego; o chamado *turn-over*, num contexto em que não concentrava ou entupia, índices justos na contagem da economia, mas destilava em contagotas os sinais da mentira do bolo nacional, os lucros em ritmo de comunicação global. Assim, o entupimento dos espaços era a simbolização da retomada dos lugares públicos que devem servir para a festa e para o reclamo. E se o entupimento do Vila Euclides demandava um valor superior à concentração futebolística no Morumbi, ambos se opunham à fragmentação operada pela comunicação de massa, ou pela propaganda getulista, as quais se horrorizam perante o ajuntamento de pessoas. A metáfora, refaz a história regional. O entupimento de gente que se nega a ser pedaço ou detrito no espaço público ampliado pela transmissão das vozes, que se amplifica nas práticas da rádio peão é a necessidade vista, desejada e trabalhada nos mais de 150 anos de transmissão de experiências das passagens do planalto, que exigiam o fincamento de suas raízes, da própria criação da nossa região, desde o movimento dos imigrantes empobrecidos aos migrantes desejosos de recriar a vida. Severina. No entupimento de gente supera-se a informação pela comunicação, a resistência pela proposição. Em outras palavras, aí fica claro o desejo de não aceitar as formas da desintegração. Entupir significa estar perto, ouvir e dizer. Não admitir a rotina e o vazio, bem como a racionalidade tecnocrática e o individualismo.

Ouvindo histórias populares da região nós coletamos cerca de duzentas delas em quatro anos de trabalho entre 1980 e 1984. Detectamos a memória da vida de migrantes, nativos, imigrantes; especialmente pessoas mais idosas. Valores semelhantes à experiência aqui argumentada que eu também desejo interpretar um pouco. Quando homens e mulheres contam as histórias de suas vidas produzem aquela dialética também presente na música de Noel Rosa e nas atitudes dos movimentos sociais perante o sistema econômico-social. As falas das pessoas querem ser um acontecimento coletivo em que o *EU* deseja falar não somente de si, mas ser solidário com o outro. Em segundo lugar, as falas nas histerias reconhecem os problemas culturais como valores básicos que têm de ser enfrentados. Finalmente, costumam buscar o equilíbrio. Buscar e descobrir a totalidade da vida. Afinal de contas, quem é que deseja ser um pedaço alienado da vida e da história? Não está aí toda a angústia que sentimos nos livros de Kafka e Camus? As histórias são o lugar onde queremos garantir a vida, como sempre nos mostraram Bandeira, Drummond de Andrade e cada poeta que nós conhecemos, daqui ou de longe. Pode ser, por exemplo, a história da sra. Natália, de Santo André, que diz assim: *Chegamos em 36 como imigrantes, né? Aí fomos trabalhar na fazenda Arara. A situação era muito difícil e nós éramos muito vigiados. Eles cozinham o milho com feijão, pão com serragem. Outro narrador, outra história tinha dito que o pão nosso de cada dia é um sinal do estado da nação. Quando se fabrica um pão com serragem, bromato e outras coisas, isso é evidência de que o país vai mal, inclusive eticamente. O pão é o alimento simbólico do país. Mas, dona Natália continua: Aí começamos a ficar doentes. Quem tinha dinheiro podia ir embora da fazenda. quem não tinha cumpria a missão do trabalho de seis*

meses a um ano. A família era grande e nós éramos muito pequenos. Então, meu pai resolveu fugir da fazenda, junto com mais três homens de outras famílias. Tentaram fugir para procurar uma vida melhor. Nós e minha mãe ficamos na fazenda, meu pai partiu com minha irmã mais velha e outro conhecido. Ele combinou com a minha mãe que caso não voltasse em três dias era para ela pegar as crianças e ir para a cidade mais próxima. Assim ela fez. Ela cozinhou um saco de feijão e um de milho e pôs nas costas dos irmãos mais velhos e aí nós partimos. Ficamos três dias andando até chegar em Cafelândia. Ali nós esperamos o caminhão que fazia o transporte para Lins. Ela pediu uma carona até Lins onde pegaríamos o trem para São Paulo. Parecia pau-de-arara. Aí nós caminhamos. Nossa, nós chorávamos de fome. Minha mãe tinha um nenezinho de seis meses. Não tinha leite nem comida e quando chegamos em São Paulo, ele morreu. Trouxeram-nos para Lins para pegar o trem, onde nós ficamos três dias dormindo na estação e esperando por ele. Minha mãe teve que dar coisas boas que tinha para podermos pegá-lo. Descemos, na estação da Luz e meu pai estava lá esperando. Lá ele era livre não tinha mais perigo e ele nos levou a casa de um conhecido. Foi aí que a vida começou a melhorar um pouco no trabalho. O tempo da fazenda foi o pior de toda a minha vida.

Outro narrador, Paulo Bernardo, anota que depois da vida difícil na cidade do interior mudou-se para cá, mas a mãe, apesar de todo o conforto que ele procurou dar, vivia saudosa, descontente, triste, não conseguindo se adaptar, morrendo pouco depois da chegada. Acrescenta assim *o tempo cicatriza tudo*. Uma história com algum humor, da senhora Ivone, de São Bernardo. É sobre o hospital da região. *Eu tinha sido internada e eles não fizeram exame de urina, não fizeram nada, não me deram nada. Eles me batiam debaixo do braço, assim da paleta das costas pra baixo até nos rins. Quando eu vi um grandão, eu levantei e falei: opa. E ele falou: pelo jeito a doença da senhora está muito boa. O senhor vai me bater também? Estão te batendo aqui? Claro, até aqui não fizeram nada. Só me bateram. Não pensa que o senhor também vai me bater. Ele pegou e mandou fazer exame de urina e tudo, mas eu, falei que ia fugir. Na próxima vez que ele veio, para fazer o exame de urina, eu já tinha fugido do hospital. Aí mandaram a polícia no endereço de casa, mas eu não estava lá. Eu estava na minha mãe no Ipiranga. Eles mandam aqui em São Bernardo. Mandaram chamar meu marido na Scania, mas foi um loró naquele dia e eu perdi o direito ao hospital. Por isso que eu falo. Aquele hospital é uma porcaria. Não serve nem prá cachorro!*

Outro narrador conta das perseguições do governo aos pobres, da luta entre partidos em que o povo sempre sai prejudicado da carestia, dos dramas individuais em que o trabalho exerce a função terapêutica do acerto de contas com os patrões via sindicato e a tentativa de exploração que o trabalhador sofre na hora desses acertos, tanto pelo peleguismo como pelo não cumprimento das obrigações trabalhistas. Outro cita as profecias da avó sobre as grandes aeronaves do futuro, que já chegou, e da Babel do desentendimento humano. Ao final, a asserção: *Agora eu estou ficando velha. Estou ficando cansada*. Um outro se posiciona sobre a eleição e a posse impedida do prefeito Armando Mazzo. *Independentemente, amigos, das posições político-ideológicas, porque isso é representação, que nós*

devemos entender, essa gente conhecer pela palavra. O seu conhecimento, embora colocado no horizonte de uma classe social, busca abertura no tempo e no espaço, reage pela memória, faz confrontos, joga com o antes e o depois, as relações sociais, as dores e as saudades, mas busca pela palavra difícil o equilíbrio vital. Como faz a região, a sociedade civil no seu afã de produzir uma cultura pelo trabalho, mesmo que o trabalho se reorganize na diversidade continua nula. Paulo Freire, quando introduziu uma publicação dessas histórias disse que a coletânea era uma forma de dar voz às classes silenciadas na história. Coisa de elite. Sempre puderam falar, inclusive falar mal ou bobagem. A narrativa é uma das formas de devolução da palavra a trabalhadores que tinham sido convidados a marcar o compasso da vida pelo ritmo dos *apitos e chaminés*, no entanto, silenciosos.

Nessas histórias os exemplos de vida são reconhecidos. Essas vidas continuamente em risco buscam escolher as possibilidades e a palavra. Quando aparece a repressão, como vimos no hospital e na fazenda, dá-se a reação, o protesto, a descoberta do novo espaço. A palavra é o espaço e a cidade seu lugar de crescimento. A recorrência à comunidade, ao grupo, à família, à vizinhança, é contínua. Nas histórias a palavra é a própria cultura, a criação cultural, como para o poeta. No caso das culturas diretamente associadas ao trabalho, como no caso destes memorialistas, a palavra cria um conjunto capaz de explicar o trabalho. Sofrimento, caminhada, fazenda, viagem, repressão, esperanças. De preferência criando uma ordenação na qual o trabalho, não se transforme num mal, mas num valor necessário embora difícil. É verdade que o trabalho é objeto de crítica, como no caso do hospital com atendimento medíocre, de onde fugiu a paciente fato ao qual se pode associar milhares de críticas ao trabalho mutilador, repressor, cansativo, desvalorizado. No entanto, a palavra que aponta os males do trabalho também não o negam, ao contrário, terminam por afirmar que ele é uma fonte de dignidade possível, dependendo de como for conduzido. O que é um possível castigo, pode ser também uma benção.

A palavra procura descobrir o melhor sentido no trabalho. E a palavra está baseada no baú cultural, na história. inclusive a sua memória ética e mesmo religiosa. Algumas histórias terminam de modo pior, outras sob revolta. No seu conjunto, porém, sobressaem-se valores capazes de sustentar a vida. A história é exatamente o modo de ao narrar, buscar a sustentação para a existência difícil. A palavra deseja deter-se no mundo do trabalho, em sua história e provocar mudanças. Mostrar como é possível produzir a vida. Onde há possibilidades efetivas de morte. Quem acompanhou todos os movimentos sociais ocorridos em nossa região nos últimos vinte anos sabe que os temas associados ao trabalho se transformaram em palavras, discurso, poesia, memória, cinema, música, dança, isto é, o universo do trabalho é motivo central da cultura e a produção cultural tematiza, exorciza, provoca mudanças no próprio sentido como se fez o trabalho. Na virada, criam-se politicamente sentidos novos para o trabalho, por isso, a região tem apresentado ao país e ao mundo, discursos, conversações, negociações capazes de com cuidado e atenção fazer a passagem da etapa industrial para a pós-industrial. Para tanto, o processo educativo diretamente associado ao modo de ser dessa micro-física regional, vai ser central a partir de agora, permitindo a passagem

de etapas de modo harmônico e não-anônimo, civilizado e não-caótico. Para as próximas gerações será impossível discutir, pesquisar e avançar nas reflexões sobre a cultura da região do grande ABC, fora do vetor do trabalho, não visto como camisa-de-força, mas como fator fundante em torno do qual se criaram as expressões, comunicações e análises da experiência humana aqui radicada. A concentração industrial não é unitária e singular, mas é menos plural do que em outras regiões geográficas e sociais. Por isso, a cultura no grande ABC constituiu-se numa semântica especial em torno do trabalho. No entanto, é necessário alertar sobre o futuro imediato. Há memórias, potencialidades, histórias e criação regionais capazes de fazer cultura e produzir uma vida melhor.

Mas não há vacinas ou curas contra a falsidade política ou reacionarismos, clientelismos e o sufocamento dos espaços públicos por exercício da experiência da sociedade organizada. Provavelmente a memória das nossas potencialidades e a contínua vigilância vão garantir que esse processo educativo nesta nova etapa do sistema político-econômico da região do ABC. Nossos filhos precisarão ter constituído novos sentidos para o trabalho. Convém dizer para concluir que as memórias e as ações não se bastam na representação da cidade, mas são postura da cidadania. A gente que viveu sob as estruturas contínuas da dominação, regulação e simbolização oficial também busca o direito de superar a oficialidade da linguagem. Aliás, a cidadania não é fruto da representação da cidade. Para não se perder em linguagem oficial ou folclorização da realidade, mas ao contrário, é construção de novos sujeitos culturais que não obedecem fronteiras. A memória acumulada esteve sempre a exigir novos lances na construção da cidadania, nome melhor para as pequenas conquistas da gente que aqui constrói a cidade. Cidade que não é um jardim, mas também não é um inferno. É o lugar possível onde nos é dado lançar os lances da vida e alargar os espaços da existência, criando a qualidade indispensável da mesma vida. À *sombra das chaminés* e ao som dos apitos produziu-se uma palavra e um gesto horizontal e vertical que produziu identidades por confronto que também plantou o coração da própria cidade, que é a cidadania. Falta agora acompanhar, cultivar, educar o processo para os novos saltos. Obrigado.

Pergunta - Por quê a sua pesquisa não se estendeu até o final da década de 70, início de 80 quando a participação da Igreja foi crucial no movimento operário aqui na região. Outra pergunta: o que prevalece na coleta de dados, a objetividade do entrevistador ou a subjetividade do entrevistado? A entrevista tem o poder de violentar?

Heloísa de Souza Martins - Vou juntar as duas perguntas referentes à pesquisa e ao movimento operário. Resolvi pesquisar apenas o período de 1954 a 1975, compreendendo apenas o chamado período D. Jorge Marcos, aqui no ABC, por uma questão de viabilidade de coleta de material. Os acontecimentos do início da década de 70 estavam muito próximos ainda para que se pudesse fazer uma reconstrução desta participação da igreja no movimento operário aqui no ABC. Eu achava que para que se pudesse entender o que estava acontecendo no início dos anos 80 era preciso recuperar toda a trajetória da igreja nessa intersecção com o movimento operário aqui na região, porque o meu trabalho partia do seguinte pressuposto.

A história não acontece por acaso e de repente. Não foi em 1978 que sur-

giu aqui no ABC um movimento operário, um movimento sindical e nem é neste contexto que se dá a relação da igreja com o movimento operário. Havia uma história anterior e era essa história que gostaria de reconstruir. Não era a história da perspectiva da Igreja enquanto instituição, mas sim a história desses militantes católicos aqui na região. Decidi, então, trabalhar apenas com o período 1954-1975, que já é um grande período. É um momento em que as transformações estavam se dando aqui mais intensamente, um momento em que mudanças profundas estavam ocorrendo no próprio sistema de produção, no sistema econômico em nível nacional, e era importante perceber como é que no ABC este processo ganhava sua singularidade, a sua especificidade.

A segunda questão é qual o legado político da atuação dos militantes católicos no movimento sindical brasileiro? Eu não estudei a participação desses militantes católicos no movimento sindical brasileiro. Tentei localizar esta relação igreja-movimento operário neste contexto singular que é o do ABC, que era um contexto muito significativo para mim porque, efetivamente, ocorreu no Brasil uma primeira pastoral do trabalho elaborada por D. Jorge. E, principalmente, porque consegui perceber através de todo o material recolhido que não é possível pensar na afirmação, e esta é a minha tese, era construção de um sindicalismo autêntico e combativo sem recuperar a participação destes militantes operários católicos aqui na região, porque eles se anteciparam de alguma forma a muitas das teses e dos elementos fundamentais que caracterizam esse sindicalismo autêntico. Os principais elementos são uma ênfase muito grande num sindicato construído a partir da base, uma forte contestação a essa estrutura sindical oficial que limitava, constrangia o sindicalismo brasileiro, portanto uma ênfase na organização de base, isto é, o sindicato construído a partir da fábrica, dos pequenos grupos e que tinha nos bairros sua intersecção, sua relação, sua ampliação, num trabalho que se dava nos bairros fazendo com que outros lugares além do local de trabalho fossem significativos, isto é, o bairro, a moradia e a família, que acabavam levando a um tipo de sindicalismo. Eu acho que não existe essa expressão *novo sindicalismo*. Considero a equivocada. Na verdade, o sindicalismo que surge com toda a potência aqui no ABC não inventou nada. Ele recriou formas que na minha perspectiva estavam sendo gestadas e que não surgem de repente no final dos anos 70. Elas foram gestadas a partir de lutas, confrontos, sofrimento, prisões, desemprego, que vinham lá dos anos 50, final dos anos 50, especificamente começo dos anos 60.

A outra pergunta já é mais metodológica: o que prevalece na coleta de dados, a objetividade do entrevistador ou a subjetividade do entrevistado? Eu acho que são as duas coisas. Toda pesquisa não depende somente da subjetividade do entrevistado, mas também da subjetividade do entrevistador. Nenhum entrevistado seleciona um tema, elabora um problema de pesquisa senão a partir da sua própria subjetividade. É também a sua experiência de vida que interfere naquilo que ele se propõe a estudar. Então, tanto o pesquisador, como o pesquisado, partem dessa condição de subjetividade. É evidente que, como todo trabalho de interpretação que está ancorado ao conhecimento científico, há uma exigência de objetividade. Mas, o que é esta objetividade? Por que só o pesquisador é capaz de elaborar uma interpretação. Na verdade, ele está elaborando uma

interpretação a partir de interpretações que lhe são feitas, que também são elaboradas pelo entrevistado. Ele constrói a sua interpretação e elabora aquilo que um antropólogo norte-americano, Geertz, chama de *interpretações de interpretações*. E, com isso ele está, na verdade, assumindo e garantindo para o cientista social um certo poder, porque é ele que tem de alguma forma, o sentido da totalidade. Ele que consegue juntar todos aqueles fragmentos, que são resultados dessas experiências fragmentárias individuais e que ganham esta totalidade nas mãos do cientista, que é capaz de fazer esta interação, como qualquer intelectual é capaz. É por isso que é importante que ele possa, de alguma forma, devolver esse conhecimento produzido, para aqueles informantes, porque é aquilo que dá sentido ao próprio trabalho desse intelectual, aí ele vai tê-lo completado. Ele é capaz de dar a perceber àquelas pessoas que aquele conhecimento individual, particular, fragmentado, ganhou um sentido histórico. Mostrar a eles como o indivíduo se une à coletividade, à totalidade de um processo histórico.

A entrevista tem o poder de violentar, sim. Ela sempre é uma violência. Eu, como professora de métodos e técnicas de pesquisa, insisto constantemente com os meus alunos que eles precisam estar muito atentos, se colocando o tempo todo essa possibilidade da violência que cometem contra seus objetos. Há todo um movimento nas ciências sociais para se deixar de usar esta expressão, objeto do conhecimento, para que se possa falar em sujeito de pesquisa, informante, pesquisado. Mostrar que ele também é parte importante deste processo de conhecimento, porque sem seu conhecimento, que é o primeiro conhecimento, o pesquisador não elabora o seu próprio conhecimento. Isso que é significativo. De qualquer maneira, para que o entrevistador possa realizar o seu conhecimento ele precisa dominar, muitas vezes violentar, fazer com que aquele conhecimento primeiro seja produzido, elaborado. É preciso tomar muito cuidado com isso. Porque este poder, esta força, pode ter conseqüências inesperadas. Existem princípios éticos que devem orientar toda e qualquer atividade de pesquisa, especialmente essas que lidam com a questão da memória, porque rememorar é muito doloroso, é muito sofrido. Há situações em que, às vezes, é uma alegria poder fazer este trabalho, mas na maioria das vezes não é. E isto é muito complicado, tanto para quem ouve, quanto para quem dá a informação.

Márcia Gallo - Agora o professor Luis Roberto vai pegar o gancho da resposta e complementar.

Luiz Roberto Alves - Como o professor Alexandre Takara fala sobre o memorialismo como uma realidade na região graças ao Gipem, depois suscita o fato de que falta embasamento teórico e se haveria possibilidade de cursos, palestras sobre metodologia e fundamentação teórica e que isso seria uma forma de avanço no resgate da memória. Claro que não posso discordar disso, Takara. Aí eu ligo até a pergunta que fizeram sobre a existência de um núcleo de memória. Fundou-se no Instituto Metodista, nos anos 80, que depois desapareceu. Inicialmente por força de uma violência institucional. Havia uma crise econômica na instituição e o núcleo foi desativado e não houve seguidores para tocá-lo. Eu mesmo, pessoalmente o coordenava. Tanto havia coordenado o projeto de pós-graduação inteiro da universidade, como depois fui para a Secretaria de Educação, Cultura e Espor-

tes de São Bernardo e nisso se passaram seis anos. Não deu para retornar pessoalmente para coordenar um núcleo de memória. Ao lado disso, vi nascer na região um interesse grande e bonito pela memória, quer o Gipem quer a preocupação dos centros de documentação das prefeituras, que têm diversos nomes, mas não deixem de ser centros de documentação da experiência. São centros de pesquisa, de reflexão e me parecia que isto era suficiente. Não se precisava de mais um. Precisava-se de avanço, animação, estímulo, mas aí, Takara, você me fala que esse memorialismo precisa de fundamentação. A professora Maria Helena disse que sim em outras palavras, que tudo precisa da fundamentação teórica da metodologia de pesquisa. Sem dúvida!

O que eu acredito é que é necessário nos misturarmos um pouco mais para que nós, da universidade, não sejamos aqueles que dêem para vocês lições das quais não estão precisando. Se vocês resolvem ler conosco algumas coisas, estudar conosco alguns temas, fazer as suas leituras e permitir que nós façamos as nossas, se nós nos misturarmos nesse processo, claro, crescerá o trabalho, crescerá o laço teórico-prático na região, no sentido da memória. Mas não pensemos em lições, porque as nossas pesquisas na universidade também já deram com os burros n'água tantas vezes. Quantas coisas nossas não foram boas, nem para a frente, mesmo que tivessem boas intenções. Por outro lado, aqui no ABC vejo a coisa se animando, crescendo. Às vezes fico um pouco nostálgico ao olhar para trás.

Oxalá fôssemos um pouco conservadores. Para ser revolucionária, a cultura tem que ser conservadora. É necessário ter alguns pontos centrais, dos quais a gente obstinadamente não sai, que são o sentido do valor, do equipamento a serviço da pesquisa, da análise, não deixando de modo algum que ele sofra interferência, quer dizer, acreditar nisso como uma obsessão. Essa obsessão é necessária. Ao lado disso, a relação teórico-prática, a leitura conjunta dos textos, a reflexão e talvez nós possamos passar alguma experiência depois de termos trabalhado vinte ou trinta anos com pesquisa. Eu não diria que isso é central, porque ao mesmo tempo em que a gente faz reuniões com vocês, a gente aprende, mesmo que alguns de vocês não tenham sido especializados na universidade. Existe entre nós um jogo de teoria e de prática que deve ser estimulado.

Quanto a outra pergunta, eu não sei se é necessário que nasça um novo núcleo para pensar a memória na região do ABC. Creio que são competentes o suficiente os organismos que aí estão. Elas precisam ser crescentes na sua animação e não podem sofrer nenhum tipo de retrocesso. Que avancem um pouco teoricamente, mas que tudo isso seja num processo de colaboração e solidariedade. Eu até acho que estamos todos prontos para uma animação e uma continuação nessa relação teórico-prática, porque há desafios novos. Tento apontar alguma coisa. Eu sinto desafios novíssimos para o grande ABC nessa passagem do sistema econômico-social e aí eu acho que os vetores educação e memória são centrais. Há o vetor do trabalho mas dando um passinho além dele. Sinto que é um momento delicado em que precisamos pensar juntos sobre formas, temas, seqüência dessa realização teórica e prática, como ela se organiza... É um momento delicado, sim, porém desafiador. Tomara possamos avançar juntos nesse processo de recuperação e salto de qualidade no rumo da reflexão sobre o ABC.

Márcia Gallo - Eu vou pedir para a profa. Heloísa comentar as questões colocadas pelo prof. Takara a respeito da instituição dos cursos, etc, porquê também foram dirigidas a ela.

Heloísa de Souza Martins - Bom, eu concordo com o Luis Roberto a respeito dessa necessidade de haver um entrosamento maior entre os intelectuais que vêm da universidade e aquilo que se chama, e muitas vezes com um certo sentido negativo, de memorialistas. Eu penso que tem-se muito a aprender e que há uma troca de saber, de conhecimento, muito significativa. Mas acho também, a partir da experiência, e aqui eu aproveito para entrar um pouco numa pergunta do Adolfo que fala da experiência da History Workshop, na Inglaterra. É uma tentativa elaborada de tentar fazer que esses elementos das classes trabalhadoras fossem capazes de reconstruir e recuperar sua própria história, uma história que independe do conhecimento que vem da universidade, porque se reconhece que este elemento subalterno, para usar uma terminologia granciana, é portador de um conhecimento tão importante e significativo, quanto o conhecimento do intelectual acadêmico. Mas eu acho que essa troca é importante na medida em que este cientista social tem um conhecimento sobre técnicas, sobre métodos de pesquisa que podem ajudar, facilitar. Eu não sei se no sentido de cursos, não. Cursos formais. Esse grupo da History Workshop promoveu cursos na universidade à noite. Os operários iam até lá aprender, estudar-se, formar e eles passaram a ser os seus próprios historiadores e elaboraram as suas histórias. Há muita crítica em relação a isso, porque chegou um certo momento em que esses historiadores-trabalhadores formados no Huskin College acabaram pondo de lado o próprio historiador, como algo que já não tem mais utilidade. Se agora a classe trabalhadora tem os seus próprios historiadores... Afinal de contas, o que se pretende no trabalho de reconstrução e construção de uma identidade política é que essa classe seja capaz de criar seus próprios intelectuais - intelectuais orgânicos - e se eles já existem, para que servem os intelectuais da universidade? Então, qual é o sentido do nosso trabalho? E aí todas as opiniões contrárias. A história não nasce por si própria. E porque esses historiadores vão também recuperar a sua memória a partir de posições muito particulares, enfim, tudo aquilo que procurou negar de alguma forma o trabalho feito no interior dessa oficina de estudos. A minha posição é dar toda força para que essas pessoas, grupos de historiadores locais que não necessariamente tenham passado pela universidade, para que eles façam o seu trabalho. Se possível com a ajuda desses outros profissionais que também são interessados nesta reconstrução.

Isto lembra uma pergunta que fala da questão da pesquisa participante, da pesquisa-ação. A pesquisa participante só tem sentido fora da universidade, por isso acho que é um equívoco dos cientistas sociais que dizem fazer pesquisa e apresentam teses que são resultado de pesquisa participante. Eu acho que não tem nenhum significado. É preciso saber muito bem quais são e não cair numa inocência de achar que esse intelectual acadêmico tem um saber igual ao do elemento popular. São saberes e conhecimentos diferentes que não podem se confundir. O que é importante ressaltar é a necessidade e a possibilidade dessa troca de saberes que se dá e que pode se dar no contexto da pesquisa participante ou, numa outra forma que ela pode assumir, que é a pesquisa-ação, que sempre está ligada a um trabalho

de educação política, de superação de uma determinada realidade, de sua transformação a partir da qual se colocou a necessidade dessa pesquisa. A pesquisa como momento desse processo de educação política. Aqui é importante, sim, essa troca de saberes entre esses intelectuais diferentes.

Márcia Gallo - Ainda nessa linha metodológica, a Sônia Xavier pergunta até que ponto a pesquisa com depoimentos orais, memórias de idosos, pode ajudar no resgate para um maior respeito e uma vida melhor para os idosos. Walter Carneiro pergunta o seguinte: tomei centenas de depoimentos em minha cidade e enquanto os mais humildes gostavam, os mais abastados até faziam pouco caso. Por quê esse comportamento?

Heloísa de Souza Martins - Vou começar pela pergunta do sr. Walter, uma vez que também tive essa experiência. As pessoas ditas comuns recebem-nos e tratam-nos melhor. Elas reconhecem a importância desse trabalho da memória, porque, na verdade o pesquisador lhes aparece como alguém que pode ser um veículo de transmissão de suas histórias. Ele pode, de alguma forma, contribuir para melhorar ou até divulgar o que é essa condição de velho. O que é ser velho nesta sociedade? Quais são os problemas que o trabalhador enfrenta? Quais são os problemas que o jovem enfrenta? O que é ser uma mulher trabalhadora? Então, essa possibilidade, de alguma forma, de levar adiante, transmitir para os outros esses elementos de uma história vivida por esses personagens, que não têm possibilidade de serem ouvidos, que não contam. Personagens que sempre foram silenciados como mostra a nossa história. Se alguém se dispõe a trazê-los para o cenário histórico, eles se sentem recompensados. Sentem que, de alguma forma, estão contribuindo com esse trabalho. É muito interessante essa necessidade de falar que se percebe nos depoimentos dessas pessoas. Falar, conseguir, de alguma forma, aparecer, lhes dá a possibilidade de ter acesso a certos mecanismos de poder, enquanto que os mais abastados não precisam disso. Eles já têm o poder. Eles é que decidem que tipo de história vai ficar registrada, quem deve ser ouvido, que tipo de monumento deve ser construído, no fundo para justificar a dominação que exercem. Eu encontro a explicação nesse sentido.

Esses velhos entrevistados pela Ecléia, por uma outra aluna que trabalhou com aposentados e fez uma pesquisa com velhos da zona leste de São Paulo, Eneida Haddad, professora da Unesp, lá em Franca. Trabalhar com as memórias dos velhos parece para eles como se estivessem sendo reconhecidos, alguém se lembrando que eles existem. Porque, na verdade, as próprias famílias - isso é algo doloroso que aparece nesse trabalho - não sabem lidar com os velhos. Eles são muito lentos, confundem as coisas, estão sempre cheios de doenças... dão trabalho. Então, se eles pudessem ficar num canto, sem dar este trabalho, seria muito bom para as famílias e eles relatam isso nas suas entrevistas. Essa necessidade que as pessoas têm de relatar suas alegrias e sofrimentos, principalmente seus sofrimentos, que faz com que o pesquisador pareça para eles como alguém que tem este poder de fazer com que ocupem um lugar e apareçam, que deixem de ser esquecidos.

Márcia Gallo - Agora, para o professor Luis Roberto, a pergunta de Osmar Valentim. Sua explanação demonstrou um desprezo do poder público em relação aos mais necessitados. Como reverter essa crise institucional em fun-

ção de tantos exemplos históricos abordados?

Luiz Roberto Alves - ...preocupados mesmo com os poderes públicos, com os governos e seus representantes como se eles fossem... um pouco da nossa história, foi essa né? Como se eles fossem determinantes demasiadamente poderosos de tudo que acontece. É verdade que eles têm poder, mas haverá um tempo, desde que isso não seja no ano 2100 ou 3000 porque a gente quer ver isso antes de morrer, em que as sociedades que se dizem organizadas, os grupos nas formas de pressão e animação cultural vão superar o poder de atrapalhamento dos próprios poderes públicos, mostrando que eles também deviam se colocar no seu devido lugar, de animadores e agilizadores da veiculação da experiência do saber humano. É um belo papel para governos, né? Ser um agilizador da experiência humana na sua passagem. Tudo bem. Vamos dizer que não é isso que acontece, mas isso a gente já viu na história. O fato é que houve também momentos muito agradáveis na história em que as sociedades organizadas tiveram força e essa força ficou visível, clara, patente e mesmo que isso não tenha durado uma eternidade, porque sempre há um jogo de poder no processo social, foi possível demonstrar isso na prática e aí os poderes públicos ficaram no seu lugar. Hoje já não me preocupa mais o poder demasiado que a gente afirma dos chamados governos do estado, os poderes públicos. Eu desejo que fiquem pequeninos a ponto de não terem valor nenhum. Só estou querendo dizer que vale a pena apostar nessa passagem desses sistemas políticos, econômicos e culturais, apostar mais do que nunca nas formas organizatórias de todos os lugares. E tudo o que for organizado e animador do espaço cultural deve ser estimulado a ponto de que os poderes públicos possam até ir redescobrimo o seu melhor lugar. Eles botam os pés pelas mãos e deixam de entender qual é o seu papel de veículo de devolução e de animação dos saberes da sociedade por vias daquilo que o povo lhes confiou pagando impostos e seu trabalho. Está difícil chegar a essa simples conclusão? Está. Por causa até desse jogo patrimonialista, coronealista, pelo qual nós fomos educados. Contudo, é mais do que hora da gente acreditar em nossa própria capacidade organizatória no rumo de dar o papel devido aos governos e é no ambiente dos municípios que a gente deve se organizar a ponto de conseguir superar as atrapalhções de poder e realizar trabalhos de boa qualidade. Nesse momento delicado de passagens a gente está precisando de muito mais educação e cultura, que são os elementos por trás desse processo.

Márcia Gallo - A professora Helena vai complementar duas questões que já foram respondidas. Uma pergunta feita pelo prof. Takara: *O memorialismo é uma realidade no ABC, sobretudo graças ao Gipem, no entanto verifico que nos falta embasamento teórico, tamanha é a carga de subjetividade na memória e fundamentais as representações simbólicas. Pergunto: haveria possibilidade de nos ministrarem palestras ou mesmo cursos sobre a metodologia e fundamentação teórica? Suponho que seja uma forma de avanço no resgate da memória. E a outra: Você terminou sua explanação inicial na preocupação da realização ao feedback entre o produto da pesquisa e os pesquisados - classes subalternas - exemplificando com os workshops. Será que essa questão não é hoje o maior entrave para o desenvolvimento de uma pesquisa participante, digna desse nome?*

Será que não temos que fazer uma pausa nessas pesquisas até termos uma clareza maior sobre esse feedback? Pelo menos aquelas que se dizem participantes ou ação? Que preocupação existe hoje em relação a esse feedback no universo acadêmico enquanto iniciativas concretas?

Heloísa de Souza Martins - Acho importante complementar, especialmente levando em conta as pesquisas feitas com a memória dos trabalhadores. E aí se coloca uma questão fundamental: aquele que se propõe a reconstruir a memória e esse intelectual que vem da universidade - o meu caso por exemplo - mesmo que pretenda fazer uma pesquisa participante, isto é, trabalhar junto com os trabalhadores na reconstrução desta memória, existe aqui uma diferença fundamental entre o meu trabalho e o trabalho deles. Eu não sou operária, nunca fui e nunca serei. Esta é uma condição que, de alguma forma, nos coloca numa relação de alteridade. Ele é ele, eu sou eu. Nós não podemos nunca, mesmo quando pensando numa pesquisa participante, pensarmos como nós, a não ser em termos de algum projeto que, de alguma forma, se firme como uma utopia que dá esta possibilidade desse trabalho em conjunto. Fora isso nós somos diferentes, essa diferença não se anula. É uma incoerência pensar que posso me colocar no lugar do outro e realizar seu trabalho ao invés dele. Esses são trabalhos e conhecimentos diferentes. A interpretação que posso fazer da história é diferente da interpretação dele. São essas interpretações que se troca, que se complementam e se ajudam. É isso que gostaria, de frisar. Quando comecei a pesquisa sobre igreja e movimento operário tentei me aproximar de um grupo da pastoral operária para entender como estava essa relação este igreja e movimento operário. Num dos encontros conversei com um dos militantes e disse: *Olha, eu tenho muito interesse em fazer uma pesquisa junto com vocês, participar um pouco mais dessa vida, desse grupo que é a pastoral operária.* Ele falou: *Seria ótimo, só que nós temos cinco condições. Primeiro, ser operário, ser católico, morar no bairro....* Eu falei: *Pode parar. Não é possível esse tipo de participação. A condição, o ponto de partida do meu trabalho e do trabalho dele é esta diferença que existe entre nós, e esta diferença, por maior boa vontade que se tenha, nunca é superada. E eu acho que isso é que é fundamental não esquecer, para não confundir os trabalhos e não prejudicar esse trabalho da memória que todos nós estamos interessados em fazer.*

Márcia Gallo - Pergunta: Se há possibilidade, na qualidade de professora especializada na área de pesquisa, designar alunos que pudessem vir a campo ajudar os pesquisadores leigos no resgate da memória?

Luiz Roberto Alves - Sentindo, por exemplo, na seqüência dos trabalhos que são realizados no IMES, Instituto Municipal de Ensino Superior, como exemplo entre outras instituições preocupadas com a questão. Descobrimo alunos assim como o professor Antonio de Andrade, um grande colega nosso que trabalha no Intituto Metodista de Ensino Superior, descobrimo entre nós estudantes interessados que queiram se voltar para a pesquisa da memória, nós certamente os encaminharíamos para essa colaboração. A gente se compromete, sim. O importante é que estejamos ligados e não percamos de vista uns aos outros nesse trabalho de formação de pessoas para trabalhar com a memória. De minha parte fica o compromisso. Creio que os outros colegas e o Gipem, todos nós juntos, devemos nos preocupar em ter novas maneiras de expandir es-

se trabalho de recuperação da memória.

Heloísa de Souza Martins - Acho que é possível. Eu mesma tenho aqui uma aluna que está fazendo uma pesquisa, mas ela mora aqui no ABC e trabalha na reconstrução da história do movimento estudantil aqui na região, principalmente nos anos 60. É muito complicado, e penso na minha situação, diferente um pouco da do Luis Roberto, que está aqui numa instituição de ensino, de pesquisa, no ABC. Eu estou lá na USP e, por incrível que pareça, a distância é muito grande. E é grande a distância entre a universidade e os movimentos, entre ela e a vida que está acontecendo nas cidades. Há alguns pesquisadores que conseguem superar esse tipo de distância, trazer alunos consigo, mas eu não sei ... do meu ponto de vista seria muito importante que esses alunos fossem aqui do ABC e junto com a população conseguissem ir recuperando a memória. Estou disposta a conversar e até ajudar nesse trabalho com os alunos. Mas na USP temos poucos alunos do ABC que demonstram esse interesse pela sua própria história. Essa é uma realidade.

Márcia Gallo - Quando se resgata a memória de uma região, apenas alguns segmentos e indivíduos são pesquisados, selecionados por um determinado grupo que decide o que será publicado. Isso não leva ao resgate de apenas um aspecto da história? A pergunta é da Nilze Toni. Aqui apenas uma observação que não está assinada, que na palestra de ontem *As Relações Humanas no Processo de Produção em Relação à Memória e ao Trabalho*, os operários da General Motors do Brasil tiveram como prêmio de suas lutas a aquisição de uma simples casa, que ao meu ver, serve mais como um túmulo vivo onde suas memórias passadas e presentes estão estáticas na sua concepção de vida presente. Vejo, porém, que o trabalho deva proporcionar algo mais belo e amplo, já que vivemos num país imenso e belo e a visão de homem não vai além de poucos quilômetros de sua casa ou vida.

Heloísa de Souza Martins - Há tentativas, aqui no ABC, de se pensar alternativamente essa concepção de museu ou arquivo. Não é algo que fique distante da população ou dos grupos da população. É algo que é pensado como a própria vida cultural da cidade. Então, a recuperação da memória, inclusive todo o debate que foi feito aqui, é alternativa. Recuperar a memória como um momento importante dessa elaboração de cultura, de construção de cidadania. Eu não conheço a história, mas estou entendendo que esta casa seria um depósito desta memória. Uma memória assim depositada não tem esse sentido criador de mobilização, de organização das pessoas que levam avante um projeto que, em última análise, é político e transformador. É esse outro tipo de memória que nós estamos aqui defendendo.

Com relação à pergunta da Nilze, eu acho que é por aí mesmo. Se ficar só nisso é problemático, mas eu acho que o que tem que ser, sempre é. Por exemplo, grupos de trabalhadores da GM que estão envolvidos na recuperação da memória do trabalho na GM. De alguma forma isso é extremamente significativo. Se este processo de recuperação da história de pequenos grupos e segmentos e categorias acaba se juntando a outros esforços, a outras memórias e a história é construída a partir disso, a partir desses fragmentos mesmo. É por essa história local, circuns-

tancial que se começa. É uma história que enfrenta muitos problemas. Enfrenta os problemas daquilo que é definido como *a história*. E é preciso que seja recuperada. E só com o esforço das pessoas que a construíram que isso é possível.

Luiz Roberto Alves - Estou muito contente por ter estado aqui, mas bastante consciente de que há alguma coisa que está faltando aqui na nossa região. É uma consciência da própria microfísica desse espaço, desses quilômetros quadrados nos quais estamos colocados como uma condensação humana brilhante, enorme, com um conjunto de equipamentos que já não precisam mais de muita construção, nem de túmulos de faraós aqui para a gente juntar mais e mais documentos. O que se precisa é de uma consciência regional, uma consciência de tamanho. Acreditarmos no nosso tamanho. É um pouco o tamanho da região. Nós não somos menores, pequenininhos. Nós não somos uma cidade só. Onde estão nossas fronteiras? Se consciência regional crescesse entre nós, se houvesse um trabalho de cooperação, uma relação teórico-prática abundante e solidária. Se criássemos e formássemos pessoas para pensar a região de forma mais intensa e isso com colaboração de todo mundo, inclusive dos poderes públicos. Se isso acontecesse, talvez a gente fizesse uma coisa que está sendo essencial no Brasil de hoje: a gente criar indicadores e apontar para o governo e para o estado, uma maneira nova de se fazer política, de se pensar politicamente. Porque quando você está em etapas desafiadoras de processos de passagem, mecânico para outra coisa, industrial para outra coisa, enfim, um momento assim delicado. Você vê desemprego, mas vê também a terciariedade rapidamente se desenvolvendo entre nós. É hora de botar os pés no chão muito mais animadamente para recuperar a história e trabalhar o hoje também. Fazer um jogo entre sincrônico e diacrônico mas animado e intensamente, formando e estimulando pessoas, mas tendo uma consciência regional. Aqui nós não precisamos mais construir coisas. É hora de aproveitar todos os espaços. Alguns deles são belos, agradáveis e utilíssimos. Eles podem ser readaptados, revistos e repensados.

Precisamos ter essa consciência de que esse grande ABC, que já deu algumas demonstrações de sua potencialidade, pode agora ser indicador de algumas coisas para o país e até para fora dele. Ele poderá em breve ser comparado de forma mais tranqüila com outros espaços de Primeiro e Segundo Mundo. Muito rapidamente. Eu acho que setores como educação e cultura terão o privilégio de ser os espaços para a gente fazer as comparações, descobrir o que ainda não está bem, ter visão da regionalidade, ter solidariedade em relação a essas sete cidades e começar a produzir futuro. É claramente hora de se fazer a criação do futuro aqui entre nós, pois isso é um ato de grandeza, de regionalidade, de solidariedade também. Com isso me despeço abraçando a todos e muito feliz pela realização desse III Congresso.

Márcia Gallo - Passamos para a professora Heloísa para suas últimas palavras.

Heloísa de Souza Martins - Depois das palavras do professor Luiz Roberto, não quero falar mais nada. É isso mesmo. Muito obrigada a todo mundo e temos que investir nisso que ele acabou de colocar.

Memória, Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Édis Milaré
Antônio Pezzolo

Mediação
Alexandre Polesi

Cerimonial - Alexandre Polesi, mediador esta manhã, é o diretor de redação do *Diário do Grande ABC*. Ele é formado em jornalismo pela USP e iniciou suas atividades no próprio jornal que hoje dirige. Alexandre Polesi foi correspondente do ABC no *Jornal do Brasil*. Trabalhou na *Folha de São Paulo* em praticamente todas as funções da editoria de Política, e posteriormente na sucursal da *Folha de São Paulo* em Brasília. Dirigiu, também, o *Diário do Povo*, de Campinas. No seu retorno ao *Diário do Grande ABC*, introduziu a modernização no enfoque jornalístico deste jornal onde está até hoje. É conhecido o interesse que o *Diário do Grande ABC* tem pelas questões culturais e de memória da nossa cidade. Por isso, ele merece destaque todo especial em nosso III Congresso.

Alexandre Polesi - Gostaria de iniciar o debate chamando nossos palestrantes de hoje. O primeiro deles, uma figura muito importante na história político-administrativa da região: Antônio Pezzolo, ex-prefeito de Santo André.

Como vocês sabem, Antônio Pezzolo teve uma presença muito importante na formação da consciência ecológica e no conceito de melhoria da qualidade de vida do ABC. Foi fundador da Comissão Intermunicipal de Controle de Poluição da Água e Ar, um organismo muito importante que deu origem à atual Cetesb, como órgão intermunicipal do controle da poluição. Foi também, e ainda é, consultor da Secretaria do Meio Ambiente. É, portanto, quem mais seguramente pode falar sobre qualidade de vida, meio ambiente e história aqui na nossa região, não apenas porque se envolveu administrativamente neste assunto, mas também por competência técnica. Afinal, ele é engenheiro de formação.

O segundo palestrante é Édis Milaré, secretário de Estado do Meio Ambiente, em São Paulo. dr. Édis Milaré é Procurador da Justiça e curador do Meio Ambiente no Ministério Público. Durante vários anos, foi coordenador das curadorias do Ministério Público no Estado. Ele também colaborou na elaboração da legislação de direito ambiental no Estado de São Paulo e tem vários livros e artigos publicados sobre esse tema no Brasil e no exterior. Tem entre suas obras um estudo sobre impacto ambiental, que é considerado ímpar na América do Sul. Eu diria, portanto, que temos aqui condições de promover um debate verdadeiramente profundo, profícuo, com informações atualizadas sobre as questões ambientais aqui no Grande ABC, cuja maior fonte de poluição, como se sabe, é a própria população.

Antônio Pezzolo - Exmo. sr. dr. Édis Milaré, digníssimo secretário estadual do Meio Ambiente, demais autoridades presentes, minhas senhoras e

meus senhores. É com imensa satisfação que compareço hoje aqui no III Congresso de História do ABC para apresentar alguns assuntos sobre meio ambiente e qualidade ambiental.

O conceito de meio ambiente representa tudo que nos cerca, constituído de matéria, vida, energia e suas interações. O primeiro ambientalista do Brasil veio junto com Pedro Álvares Cabral e chamava-se Pero Vaz de Caminha. Chegando aqui e vendo a grandeza do país, suas florestas, suas matas, águas e a fertilidade do solo, Pero Vaz escreveu para o rei D. Manuel com uma preocupação muito grande. Ele pedia para Sua Majestade que tivesse piedade e protegesse os indígenas. Pois aqui existiam cinco milhões de índios. Três séculos depois foram reduzidos para 250 mil.

Porque éramos conquistadores, invasores, e aquela era uma luta pelas riquezas naturais, sob a forma de guerrilha. As lutas pela posse da terra transformavam isto aqui num país, desde o começo, com muita degradação. Interessante também é que o ABC naquela ocasião apresentava um problema ambiental. João Ramalho capitão-mor, recebeu uma denúncia dizendo que a água de um córrego, quando bebida por animais ou pessoas, matava. Mandou verificar e efetivamente tomou todas as medidas para que aquilo cessasse. A poluição era produzida por uma moagem de mandioca cujos despejos corriam pelo rio.

É interessante, também, saber que naquelas ocasiões a pena para estes casos era de prisão e o denunciante recebia metade da multa que o denunciado pagava, sendo que a outra metade ficava para a Câmara Municipal. Assim, já na época da colônia, tivemos diversos casos de degradação ambiental. Já no século seguinte, no Brasil Reinado, quando a família imperial portuguesa veio para o Brasil, expulsa pelos franceses e protegida pela Inglaterra, as coisas já começaram a melhorar. As fábricas, que antes eram proibidas, foram liberadas. Para cá vieram as escolas militares, de engenharia, de medicina, enfim, houve uma abertura muito grande, inclusive a abertura dos portos. Em 1º de outubro de 1828 foi promulgada por D. Pedro I a primeira lei onde o meio ambiente já era citado com muita ênfase.

Esta lei se referia à insalubridade da atmosfera, das águas infectas, da instalação de curtumes, fábricas de sebo e outras indústrias poluidoras em lugares adequados. Essa lei foi muito importante por ser a diretriz para a administração dos municípios. Foram publicadas leis provinciais em diversos municípios. Podemos, por curiosidade, citar uma cidade que já em 1870 decretava que as fábricas de sebo, de sabão, os curtumes e os matadouros deviam ser instalados em locais determinados pela Câmara e que as fábricas também deveriam ter equipamentos especiais para que os vapores que dali saíssem não prejudicassem seus operários. Havia também uma disposição que dizia *é permitido jogar imundícies nas praias somente após às 21 horas*. Com a Proclamação da República, a questão ambiental passou a ser de alçada federal, estadual e municipal. Em nível estadual, quem cuidou do meio ambiente, da poluição das águas e do ar foi a Secretaria da Saúde, porque a poluição era considerada um problema de saúde. Assim, o primeiro código sanitário do estado de São Paulo foi promulgado em 1894. Ele já apresentava um conceito de poluição e dizia o seguinte: *é proibido poluir a água potável*. A lei também dizia que *junto às indústrias perigosas é proibido construir residência*

até à distância de dois quilômetros. E as residências que fossem construídas a menos dessa distância eram proibidas.

Naturalmente, esta legislação foi sendo modificada até praticamente 1953. Foi nessa época que houve um agravamento muito forte da poluição no Estado de São Paulo e em muitas outras partes do Brasil. Isso porque os órgãos estaduais responsáveis pela questão não tinham os elementos necessários nem mesmo para aplicar aqueles conceitos destituídos de força, mas que poderiam evitar certas localizações de indústrias perigosas ou nocivas.

Aqui no ABC, quando se instalou uma refinaria de petróleo junto ao rio Tamanduateí, seus primeiros despejos produziram uma concentração de poluição tão forte que as indústrias que usavam essa mesma água em sua produção não puderam mais fazê-lo. Então os industriais fizeram uma reclamação junto à Prefeitura. O prefeito encaminhou o assunto para o Departamento de Águas e Esgotos, onde eu era o diretor. Praticamente estava desgarnecido também. O departamento não tinha água para fornecer às indústrias, era muito precário, não tinha técnicos, nem dinheiro; enfim, não tinha absolutamente nada para poder oferecer aos industriais.

Então, procuramos fazer um grupo de trabalho junto aos industriais de quatro municípios do ABC, a saber: Santo André, São Bernardo, São Caetano e Mauá. Fomos pedir para o prefeito de Santo André editar uma lei criando a comissão intermunicipal de controle da poluição das águas do rio Tamanduateí. Essa comissão era constituída por industriais, pelo Conselho de Águas do Estado de São Paulo e por representantes da Prefeitura. Foi ali então que, inclusive com o auxílio de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) da Prefeitura, construí o primeiro laboratório de controle da poluição das águas. E com isso foi possível, também, fazer programações. As pessoas que participavam com entusiasmo desse trabalho abriam as portas dos seus laboratórios, forneceram técnicos e foram, então, feitos todos os levantamentos e cadastramentos de despejos, além de programas de redução de poluição.

Em 1958, chegou-se à conclusão de que essa comissão não poderia trabalhar sem uma estrutura. Então foi estudado um projeto de lei para se criar uma Comissão Intermunicipal de Controle das Águas (Cicpa), integrada por industriais, Prefeituras e representantes do Estado. Esse projeto de lei foi submetido aos prefeitos. Então recebemos uma sugestão do prefeito de Santo André, Oswaldo Samuel Massei, no sentido de incluir-se nesse projeto a poluição do ar. Isso foi aceito. Nós sabíamos da responsabilidade que a comissão assumiria com isso, pois não existiam no país técnicos com experiência de controle da poluição do ar.

Com isso, foi encaminhado o projeto de lei e no dia 16 de agosto de 1960, no gabinete do brigadeiro Faria Lima (que era um entusiasta desse projeto) foi assinado um convênio para a criação da Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar, Cicpa, integrada por 12 representantes das indústrias, quatro de Prefeituras e seis do Estado. Começamos a funcionar com uma dotação financeira também providenciada pelas Prefeituras, no valor de Cr\$ 700.000,00 mensais. Mas, no início de 1962, a Comissão chegou à conclusão de que não tinha condições de trabalhar no controle da poluição do ar. Todos os esforços feitos no Brasil a fim de se iniciar um trabalho nesse sentido foram baldados.

Foi resolvido que se devia fazer um esforço para se encontrar uma solução antes de confessar aos prefeitos que a Comissão não tinha nem competência nem condições de trabalhar nesse sentido. Porém, isso foi muito bom porque, procurando o brigadeiro Faria Lima, ele nos concedeu duas viagens para os EUA e para lá enviamos dois técnicos, um engenheiro químico e um engenheiro civil, que deveriam percorrer todos os centros de controle de poluição e solicitar, junto à Organização Mundial de Saúde (OMS), uma colaboração para a Cicpa deixando um relatório nesta organização.

Em fins de 1962, recebemos na Cicpa a visita do dr. João Blufiro, que era o diretor-geral de controle ambiental para as Américas. Ele esteve conosco um dia inteiro, mas não se manifestou sobre nada; somente ouviu e, a partir de então, ficamos no aguardo de uma solução. Logo em seguida, recebíamos a visita do engenheiro Ricardo Haddad para efetuar um relatório completo sobre as condições da poluição na Grande São Paulo. Esteve conosco durante três meses e no seu relatório sugeriu que a Organização Mundial de Saúde (OMS) apoiasse os trabalhos da Cicpa, argumentando que esta poderia ser a semente para o controle da poluição no Estado.

Em março de 1964, no Palácio dos Bandeirantes, foi assinado o convênio Brasil 2.101, com a Cicpa fornecendo consultores, equipamentos e bolsas de estudo. Com isso, foi possível abrir uma grande porta em relação às aspirações que tínhamos. O convênio tinha a duração de dois anos e um valor de US\$ 2.000. Ele foi prorrogado por seis anos, até 1972.

No início de 1965, recebemos do prefeito Anacleto Campanella, de São Caetano, a permissão para o uso de uma grande área aqui no Palácio de Esportes de São Caetano para a construção do nosso laboratório. Isso também foi feito com a ajuda dos industriais, das prefeituras, de técnicos, etc. O laboratório foi construído e nesse mesmo ano começamos a receber os equipamentos para o controle da poluição. Recebemos também um consultor permanente, o engenheiro ambientalista César Marcher, profissional de alta experiência e competência. Isto também foi muito importante e assim foi dado início à implantação de um sistema de controle de poluição do ar em toda região do ABC. Assim, após estes trabalhos, que também contaram com a ajuda de outros assessores a curto e a longo prazo, foi possível, então, já em 1970, comemorarmos o 10º aniversário de uma Cicpa já bastante fortalecida.

O agravamento da poluição no estado de São Paulo ensejou aos prefeitos do ABC e às autoridades do Estado a transferência da Cicpa para o Estado, a fim de unificar os esforços neste sentido. Isso foi feito com assinatura de um convênio em 31 de agosto de 1971. Essa transferência foi feita para a Superintendência de Saneamento Ambiental, a Sudam e, logo em seguida, em 1973, com a criação da Cetesb como empresa, este mesmo grupo foi transferido para ela e daí, então, todos os serviços de controle da poluição das águas, do ar, dos resíduos sólidos e da energia sonora foram unificados e rapidamente estes trabalhos foram desenvolvidos. Já em 1975 era promulgada a lei nº 977, que criava o sistema de controle da poluição das águas, do ar, do solo e da energia sonora; decreto nº 8.468 dava os meios necessários para que o projeto fosse realizado.

Foi um trabalho muito fecundo e isso permitiu, também, que a Secretaria Metropolitana promulgasse uma lei para o zoneamento industrial da Grande São Paulo, de muita importância. Estava assim e aqui devemos confessar que sem a colaboração, sem o entusiasmo da Cicpa e de todos que nela trabalharam, não teria sido possível atingir os nossos objetivos. Quando assumimos a Prefeitura para a gestão 1972-76, mesmo com as recomendações feitas pela OMS, incluímos em nossa prioridade de governo a distribuição do uso e ocupação do solo. E assim foi criada a lei nº 5.042.

Demos prioridade, a partir de uma recomendação dada por um consultor da OMS, para o controle do destino final dos resíduos sólidos. Os sete municípios do ABC entraram em entendimentos com o governo do Estado e chegou-se à conclusão de que deveríamos fazer uma empresa para cuidar deste problema. Ela foi iniciada mas, infelizmente, não foi concretizada porque nosso período de governo já estava no final. Dela participavam o Estado e os Municípios. Tínhamos esperanças de que, na ocasião, os prefeitos viriam em seguida e as próprias autoridades estaduais levassem aquele programa adiante, mas infelizmente ele não foi logo aproveitado e o problema foi se agravando. Depois, houve mais uma tentativa, aqui mesmo no Grande ABC, na administração passada, criando-se um consórcio entre os sete Municípios. Mas foi uma lei muito grande, foi, praticamente, uma Superprefeitura que se formou e a solução para o problema do lixo não foi levado adiante.

Agora, temos a esperança de que o Estado faça algo. Ele está desenvolvendo um programa para o destino final do lixo. É uma situação gravíssima. São Caetano, por exemplo, não tem para onde levar o lixo. Eu recebi um livro publicado pelo Instituto Konrad Adenauer, da Alemanha, em cujo primeiro capítulo, artigo 1º, há o seguinte: *A Cicpa representou o primeiro trabalho específico no controle da poluição*. Naturalmente, é um tremendo reconhecimento até em nível internacional.

Neste livro também é reproduzido um levantamento feito pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em 1992. Esse trabalho foi feito para detectar quais as condições que apresentavam os órgãos ambientais na época. Ele foi custeado pela Secretaria e abrangeu todos os órgãos ambientais do Brasil.

Neste livro e no publicado pela Secretaria, sob o título *Brasil 92*, constam todas as regiões, os territórios, os trabalhos que fazem e as dificuldades que têm, as contribuições que recebem para seu desenvolvimento. Naturalmente, houve uma conclusão que foi entregue na Eco 92, solicitando a todos os governos que fizessem o máximo esforço para o fortalecimento de todos os órgãos ambientais do Brasil. Bem, não se notícia nada a respeito, é uma complexidade de coisas, de esperanças que aí estão, mas parece que estão surgindo algumas coisas.

Quando a Cicpa foi transferida para o Estado, os prefeitos do ABC me encarregaram de fazer os entendimentos com as autoridades competentes, ou seja, o grupo de reforma administrativa do Estado. Naquela ocasião, conversando com os prefeitos, percebi que eles estavam de acordo quanto ao fato de as Prefeituras continuarem contribuindo com o Estado. Mas a questão da contribuição não foi aceita pelo grupo. Então, conversei com o governador e disse que, para o desenvolvimento desses trabalhos, é preciso muito numerário. Ele me prometeu que iria con-

versar com o grupo e me informaram que o Estado não poderia permitir que os Municípios também participassem. O meu argumento foi que poderia haver uma exceção, mandar uma lei para a Assembléia onde os Municípios, nesse caso, também poderiam contribuir. Mas a minha sugestão não foi aceita e hoje vejo com mais profundidade que, efetivamente, os Municípios têm que colaborar no controle da poluição, não só financeiramente, mas também na questão da disciplina e do solo. Nunca será feito um controle ambiental efetivo se não tivermos um controle do uso e disciplina do solo. Esta é uma meta muito ambiciosa. É uma aspiração, um desejo. Com isto haveria maior velocidade nos trabalhos. Agradeço a atenção de todos e muito obrigado.

Alexandre Polesi - Acredito que a palestra será agora muito bem complementada pelo dr. Édis Milaré.

Édis Milaré - Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar os organizadores deste singular evento e queria fazer esse cumprimento na pessoa do querido amigo e presidente da Fundação Pró-Memória, professor Oscar Garbeloto. Gostaria de cumprimentar o mediador desta mesa de trabalho, diretor de redação do *Diário do Grande ABC*, Alexandre Polesi. Queria cumprimentar, em nome de todos aqueles que aqui se encontram, o meu particular amigo Moacir Rodrigues, professor desta tradicional casa de ensino, promotor de Justiça a que me deu a grande alegria de, por anos a fio, privar de sua amizade que muito me honra. E gostaria, também, de cumprimentar efusivamente o nosso sempre mestre, professor Antônio Pezzolo, engenheiro.

O sr. Pezzolo hoje nos honra sobremaneira por ser um dos melhores exemplos de profissional que milita na nossa Secretaria de Meio Ambiente. Com toda esta folha de serviços prestados à comunidade, com toda essa experiência, o sr. Antônio Pezzolo, da Secretaria do Meio Ambiente, é um verdadeiro sustentáculo, um verdadeiro guru de todos aqueles técnicos que mourejam na nossa coordenação de Planejamento Ambiental. Queria cumprimentar e dizer que não pretendo complementar o que o engenheiro Pezzolo disse, porque é praticamente impossível colocar alguma coisa a mais naquele esforço histórico, nas suas observações agudas e profundas sobre a temática ambiental, começando pelo primeiro ambientalista, Pero Vaz de Caminha, e chegando até os dias de hoje em um discurso extremamente feliz. De sorte que eu me permito apenas fazer umas rápidas considerações dentro da temática global de memória, meio ambiente e qualidade de vida, deixando para os eventuais debates as questões mais específicas que possam ter um interesse maior para este seletto auditório.

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar uma circunstância comum em termos de meio ambiente. Fala-se muito que a temática ambiental é modismo e que, portanto, vai rapidamente passar e que nós estamos perdendo tempo. Por ser uma moda já ultrapassada, não empolga mais o grande público como há algum tempo. Eu discordo disso porque acho que quando se discute a temática ambiental se fala em qualidade de vida, que é um tema que não vai sair de moda nunca. Acho que esse é um dos temas mais importantes deste século e que se incorporou não como moda, mas para ficar. E a primeira pergunta que se faz quando se fala em qualidade de vida, em termos de meio ambiente, é se estamos fa-

zendo uma administração inteligente do nosso ambiente. A resposta científica que tem sido dada a esta pergunta infelizmente não é das melhores. Pelo contrário, o retrato que se tem da nossa casa é, até certo ponto, muito sombrio e mostra muita angústia. Ainda recentemente, as Nações Unidas, através do programa para o meio ambiente, trouxeram à luz um relatório onde se procurou fazer um balanço sobre o tema. Falou-se sobre aquele grande evento da ONU, em 1972, realizado em Estocolmo e sobre a Eco 92. E no balanço destes 20 anos, o retrato traçado pela ONU é, repito, muito sombrio. O relatório é sugestivo e começa com uma frase inquietadora que diz que o *planeta está sitiado*.

E o relatório, na verdade, faz coro com outras preocupações, como, por exemplo, a do Papa João Paulo II que, no início de 1990, ao falar sobre o tema, dizia que o *slogan* da igreja para esta década seria *Paz com Deus, o Criador, Paz com toda a criação*. E o Papa enfatizava: Por que paz com toda a criação? Porque, segunda S. Santidade, estávamos assistindo a uma verdadeira pancadaria em cima da nossa natureza. E dizia que a questão ambiental deveria representar, para o cristão, e eu acrescento, não só para o cristão, mas para todos, não apenas um problema de ordem ética, mas mais do que isso, um problema de ordem moral.

Logo em seguida, na Eco 92, veio o secretário-geral daquele evento, Maurice Frederic Strung, e diz o seguinte: *Nós estamos neste evento no Rio tendo, talvez, a última oportunidade de reverter este quadro caótico de agressão ao planeta Terra*. Porque, dizia, *não estamos fazendo uma administração inteligente dos nossos recursos nem do meio ambiente. É preciso, portanto, que os países, principalmente os países desenvolvidos que mais agrediram o seu ambiente para crescer, revejam os seus comportamentos em termos não só de produção, mas de consumo*.

Discutiu-se que os países deveriam dar novo enfoque à produção e ao consumo sustentável, coisa que não estaria e ainda não está ocorrendo. Strung chegou até a usar uma imagem que lembro sempre para mostrar o quadro triste do nosso planeta. Ele comparava a Terra com uma empresa comercial dizendo que ela (a Terra) estava em concordata, prestes de pedir falência.

Estou levantando estas questões para mostrar que, em todos os grandes eventos e oportunidades para se fazer um balanço global do ambiente, o retrato é muito triste. Daí volto à pergunta inicial: *estamos fazendo eficazmente uma política séria para defender o nosso meio ambiente?*

Vamos tentar conseguir uma resposta para essa pergunta até ao final da nossa conversa. Ao contrário do que pensa o leigo, o ambiente não é expressão apenas do patrimônio cultural. Ele deve ser visto como algo muito mais abrangente, para se colocar ao lado do ambiente natural também o artificial, construído pelo homem, mais a estética urbana, a humanização das cidades. Nós não devemos nos esquecer do ambiente cultural, o patrimônio histórico que deve figurar no conceito pleno de meio ambiente. Como também não devemos nos esquecer do ambiente de trabalho. Quem não sabe, hoje, que doenças como encefalia, saturnismo, enfim, uma série de doenças do trabalho, saíram dos compêndios médicos e hoje estão no linguajar do povo. Porque o ambiente também está dentro dos portões da fábrica. De sorte que todos os ambientes mencionados fazem parte do

conceito amplo de meio ambiente. E novamente a pergunta *estamos fazendo uma defesa e proteção sensatas e equilibradas do ambiente?*

Desde o Descobrimento até o início da década de 80, seguramente, a resposta a essa indagação *é não fizemos uma proteção correta do nosso ambiente*. A irresponsabilidade sempre foi regra. A responsabilidade, exceção. E por que isto ocorre? Porque, basicamente, toda a defesa ambiental feita até o início de 1960 estava assentada diretamente nos ombros do cidadão que, como nós sabemos, não tem condições de empreender uma defesa eficaz do ambiente. Por que? Porque sabemos que, via de regra, quem agride o meio ambiente são os poderosos, os grandes grupos econômicos, os grandes conglomerados industriais, quando não o próprio Estado, através de seus pólos petroquímicos, cloroquímicos, carboquímicos e seus engenhos nucleares. Raramente quem agride o meio é o cidadão, isoladamente considerado. Portanto, como toda a defesa ao ambiente ficava entregue às mãos do cidadão, ele se sentia numa situação de extrema inferioridade. Eu diria que era uma luta da formiga contra elefante ou a luta entre o gigante e Davi, desarmado de funda.

Como a luta era desigual, caso o indivíduo quisesse levar até as últimas conseqüências uma defesa ambiental, ele sabia que encontraria tantos empecilhos e estes o levariam a desistir. Ele sequer começava esta luta ou defesa. Vejam o adversário poderoso. Se o cidadão isoladamente quer tomar uma medida externa indo até o Judiciário para reverter uma agressão ambiental, tem que contratar advogados, defrontar-se com o poder Judiciário, que nem sempre é versátil como nós gostaríamos que fosse. O cidadão tem que contratar peritos e as perícias são caras. O risco de perder a demanda é muito grande, porque os poderosos podem contratar os melhores advogados, coisa que o cidadão não pode fazer, até porque, se perder, terá que pagar as despesas da parte contrária...

Por isso, até 1980 a irresponsabilidade mandava e eram pouquíssimos os que se aventuravam a fazer defesa ambiental. Precisamente no dia 31 de agosto de 1981, pela primeira vez, pensou-se em uma política sistematizada no Brasil, orgânica em termos ambientais. Foi quando se editou a lei nº 6.938. Pela primeira vez mostrou-se ao país que tínhamos condições de fazer uma política de meio ambiente. Eu costumo dizer que esta lei é um divisor de águas entre a total irresponsabilidade e o início de uma responsabilidade, de uma conscientização em termos ambientais. Por uma série de fatores: foi a primeira vez que se procurou uma forma orgânica para cuidar do ambiente, dizendo quem eram os atores da gestão ambiental. Foi com base nesta lei que invertemos uma coisa que era consagrada no Direito brasileiro - a responsabilidade subjetiva, que se transformou em realidade objetiva, ou seja, até 1981, se você quisesse responsabilizar alguém por agredir o meio ambiente, você tinha que provar que este alguém, ao agredir o meio ambiente, estava agredindo-o com culpa, seja por trabalhar de forma imprudente, seja por negligência ou imperícia ou porque queria agredir mesmo. Isso era muito difícil. Por quê?

Você pegava o industrial e dizia: *Olha, você está emitindo determinado material em desacordo com a legislação, você está agredindo a saúde pública*. E ele vinha e dizia: *Não tenho culpa nenhuma. Porque, para iniciar o meu trabalho,*

busquei autorização junto aos poderes públicos, junto à Prefeitura local, junto ao órgão ambiental ou junto à Cetesb. Fiz um estudo de impacto ambiental e tudo isso foi aprovado. Quer dizer, era o direito adquirido de poluir, de agredir, e você não conseguia responsabilizá-lo. Através dessa lei a coisa mudou. Ela diz, com todas as letras, no artigo 14: *os atos agressivos ao meio ambiente serão punidos, independentemente da prova de culpa do agressor.*

Com base nisso, as coisas começaram a melhorar. A luta começou a ficar um pouco mais igual. E esta lei, neste mesmo parágrafo, diz mais: *Fica o Ministério Público autorizado, daí para frente, a lutar junto com o cidadão.* Ele, que, até então, era o único que podia tomar providências na defesa ambiental. Foi com base nesta disposição legal que começaram a florescer as Curadorias e Promotorias de Defesa do Meio Ambiente, que são grandes aliadas do cidadão na luta por melhores condições para o meio ambiente e qualidade de vida. Pioneiramente, São Paulo encabeçou esta luta criando, pela primeira vez no país, uma Curadoria do Meio Ambiente. O que propiciou a criação destas Curadorias foi um desastre ecológico. No dia 13 de novembro de 1983, na construção da estrada Rio-Santos, uma empresa particular, ao explodir uma pedreira, ocasionou este grande desastre ecológico. Uma pedra gigantesca alcançou um duto da Petrobrás que liga a Refinaria Presidente Bernardes, de Cubatão, até o terminal Almirante Barroso, em São Sebastião. E por este duto agredido extravasaram cerca de três milhões de litros de óleo bruto que inundaram os manguesais, as praias, os cursos d'água de Bertioga.

Naquele dia, o Ministério Público, com base neste lei de 1981, começou a agir e daí nasceu a Curadoria do Meio Ambiente de São Paulo que hoje contabiliza 3.235 casos em apuração. De São Paulo, essa experiência irradiou-se por 24 outros Estados da federação, 3.235 casos só em São Paulo... Para ter uma idéia do que isso significa, basta lembrar apenas de um casos que, pela sua expressividade, foi muito significativo. Foi uma ação promovida pelo Ministério Público de São Paulo junto com uma entidade ambientalista, ou seja, o Ministério Público de mãos dadas com a sociedade civil. Trata-se da ação contra os 24 integrantes do pólo siderúrgico de Cubatão. Aquelas 24 empresas, durante décadas, trabalharam sem nenhuma responsabilidade maior em relação ao meio ambiente, fustigando, com um verdadeiro coquetel de poluentes, as encostas da Serra do Mar que, a cada período chuvoso, ainda hoje ameaça cair sobre os cem mil habitantes de Cubatão. Por volta de 1984, a Cetesb chegou até a elaborar um trabalho que na época foi mantido em sigilo -que se chamava o Raio da Morte. Este trabalho mostrava o que poderia acontecer e o que deveríamos fazer no caso de desabamento das encostas da Serra do Mar, que poderia provocar a morte de dezenas de milhares de pessoas.

A ação se defrontou com 24 potentados num processo que, hoje, no Supremo Tribunal Federal, já está com 38 volumes, mais de 1,80 m de papel acumulado. O Ministério Público luta contra 24 escritórios de advocacia dos mais bem remunerados do país.

Depois de 1981, nós tivemos um outro marco significativo na história do ambientalismo, que foi a edição da lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e é

conhecida como a Lei dos Interesses Difusos ou Lei da Ação Civil Pública. E que, de forma muito clara, dá os instrumentos jurídico processuais para a defesa ambiental, não só para a defesa ambiental do ambiente natural, mas trata também dos interesses do consumidor, do patrimônio artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, da paleontologia, arqueologia, ou seja, o patrimônio cultural. É uma lei que estava dando os instrumentos de proteção dos chamados interesses difusos ou transindividuais, ou seja, aqueles interesses que não estão ligados a uma pessoa individualmente considerada. São interesses que transcendem a individualidade, são interesses da comunidade.

E a grande importância desta lei foi que ela inclui de vez a participação das entidades chamadas intermediárias, isto é, ambientalistas, preservacionistas, na luta ambiental. Foi com base nisso tudo que a Constituição de 1988 coroou toda esta luta que se iniciou em 1981, quando, a par de várias exposições ao longo de seu texto, estabeleceu um capítulo exclusivo para a questão ambiental. Assim, a Constituição brasileira passou a ser considerada um exemplo de constituição do mundo moderno, um exemplo de preocupação em termos ambientais. Depois disso, tivemos as Constituições Estaduais de 1989 e, em seguida, as Miniconstituições municipais, que são as Leis Orgânicas dos Municípios. Se pegarmos ao acaso as Leis Orgânicas de qualquer Estado da federação, dificilmente vamos encontrar uma que não tenha uma profunda preocupação com o meio ambiente. Ou seja, a nossa história efetiva em termos de meio ambiente tem cerca de 13 anos. Mas, continua a pergunta: *Estamos fazendo uma defesa eficaz?* Será que apenas com os instrumentos normativos vamos fazer uma defesa ambiental? Vejam, nós, até que com um certo ufanismo, dizemos que a nossa Constituição é uma das mais avançadas do mundo em matéria ambiental. No entanto, basta ter olhos para ver, embora tenhamos instrumentos jurídicos fortes e avançados, nosso ambiente está aí a mostrar que, efetivamente, não estamos conseguindo administrá-lo bem, apesar dos esforços. Por quê? Não estamos conseguindo tirar do limbo da teoria para o campo da realidade ações para uma defesa eficaz do ambiente, muitas vezes até por falta de civismo, de coragem.

Costumo dizer que é bom termos instrumentos legislativos eficientes, mas precisamos de pessoas que realmente estejam compenetradas de sua missão e façam uma defesa eficaz do meio ambiente. Porque uma poluição que me preocupa muito, ao lado da poluição real, é a poluição regulamentar. Como se, editando leis e mais leis, fôssemos resolver o problema da poluição. Tudo está praticamente enfiado nas mãos da União que, através de leis editadas em gabinete, vem e congela o nosso Vale do Ribeira na pobreza. Nosso espaço é muito pequeno. Vem o Estado e sufoca o Município. Vêm todos e sufocam o cidadão. É preciso, de forma muito clara, com pouquíssimas leis, mas com princípios muito claros e definidos, dizer qual é o papel de cada um.

Basicamente, das três unidades da federação, o ator principal é o município, sem dúvida alguma. E quando o município souber que a sociedade pode ocupar o seu lugar, ele tem, que ceder espaço para ela, para o cidadão, para as entidades da sociedade civil. Hoje o que se assiste é o seguinte: na hora de faturar, todo mundo é competente porque a Constituição Federal disse que, em matéria am-

biental, tanto o trabalho de defesa, administrativo, a gestão é concorrente, é comum de todas as entidades. Então, na hora de faturar, um quer tirar o outro da lista, mas quando é para fazer, cada um procura tirar o time de campo. As glórias todos querem, mas a responsabilidade, poucos ou ninguém. Então é preciso deixar muito claro qual é o papel de cada um, senão nunca haverá ambiente protegido e, sem dúvida alguma, inexistirá qualidade de vida.

É por isso que advogo a participação efetiva da cidadania na questão ambiental. Defesa ambiental não se faz só através de mecanismos de chapa branca, mas também através da conscientização da sociedade. Cada um, dentro da sua esfera, exercendo seu papel efetivo. Todos temos um ônus público, o de sermos fiscais da natureza e não porque o queiramos, mas porque assim manda a lei maior. A Constituição diz que o meio ambiente é um direito e um dever e todos devem protegê-lo para as gerações futuras. Mas, além da Constituição, a lei nº 7.347 diz isso com muita clareza: qualquer pessoa do povo pode e deve tomar medidas para a defesa ambiental. Então, é preciso nos lembrarmos de que temos uma carteirinha no bolso que a lei nos deu, onde está escrito *fulano de tal, fiscal na natureza*. É a lei que diz isso. Se a pessoa não quiser tomar medidas individualmente, ela pode recorrer ao Ministério Público, que é gratuito.

Devemos incorporar práticas de consumo sustentável. Por exemplo, para se fazer este pequeno copo d'água, gasta-se muito plástico e acaba custando muito mais caro do que a própria água. Este plástico vai voltar para a natureza, agredir e acabar com a pouca água que nos resta. A ponto de previsões dizerem por aí que, se nada fizermos em prol dos nossos mananciais, na virada do século vamos pagar mais de um dólar por copo de água potável. E preciso que, para os empreendedores as práticas de produção e de consumo sejam sustentáveis. Devemos, por exemplo, comprar apenas detergentes biodegradáveis. Por que a dona de casa não leva a sacola para o supermercado para evitar o uso dos sacos plásticos? Isso pode até parecer brincadeira, mas, se cada um de nós der a sua contribuição, as coisas vão mudar no cômputo geral.

Uma questão que me aflige muito é a miséria que, infelizmente, é uma coisa que nos atinge profundamente. Há uns 20 dias, o IBGE trouxe à luz o fato de que 21% da população brasileira vive em verdadeiro estado de indigência. Isso representa uma população idêntica à da Argentina. Trinta milhões de pessoas sobrevivem na mais absoluta miséria. Como incutir educação ambiental na cabeça de uma pessoa que vive assim, se não reconhecermos nele qualquer tipo de dignidade?

Como tive oportunidade de constatar recentemente, abrindo a Feira de Produtos Industriais de ponta e Matéria Ambiental de São Bernardo, por ocasião da Semana do Meio Ambiente, em junho, vi que em São Bernardo existem quase 700 mil pessoas, dessas 250 mil vivendo em áreas de proteção de mananciais, perdurados nos morros e assim por diante.

Isso é complicado. Vejam o que São Bernardo representa em termos de contribuição para os cofres do Estado. É um modelo de desenvolvimento, tal a sua pujança. No entanto, assistimos a esse quadro de miséria e ficamos a nos perguntar se é possível pensar em qualidade de vida sem procurarmos

nos desenvolver para dar uma oportunidade para aquelas pessoas que vivem na mais extrema pobreza.

Daí porque eu fico muito triste quando vejo pessoas que se dizem representantes de segmentos da sociedade fora do país acusando o Brasil de não utilizar bem os seus recursos, tentando inviabilizar a vinda de recursos externos para o país e dificultando a realização de uma defesa ambiental melhor e impossibilitando a criação de novos empregos para quem precisa. Fico muito triste quando vejo o que aconteceu com o Conselho Estadual do Meio Ambiente nesta semana, o que inviabilizou um empreendimento que geraria mais de 300 empregos, simplesmente porque iriam explorar o produto mineral pedra de brita e então veio um que se dizia representante dos interesses do trabalhador e disse: *o trabalhador brasileiro está morrendo de poeira, de poluição e, portanto, para que mais uma pedreira?* Isso aconteceu, pasmem os senhores, dentro de um distrito mineral, onde existiam outras sete pedreiras. Fico muito triste, porque acho que o pobre não está morrendo de poeira, não. Ele está morrendo por falta de emprego. De emprego sustentável, é óbvio. É por isso que este exagêro me preocupa. De um lado, a falta de consciência de que cada um de nós pode ajudar, e de outro, a falta de civismo daqueles que querem apenas ocupar espaço e que não sabem que, se não resolverem o problema da pobreza, não vamos ter qualidade de vida nunca e jamais faremos uma política conseqüente da tutela ambiental. Muito obrigado.

Alexandre Polesi - Tenho aqui uma pergunta endereçada aos dois debatedores: A preservação do ambiente, em toda a sua dimensão, não passa pelo conceito de valorização ao Homem, cuja eficácia está diretamente relacionada à eficácia do sistema educacional? Uma outra pergunta com o mesmo teor diz o seguinte: A questão ambiental atinge o dia-a-dia das pessoas comuns. Os senhores não compartilham da minha opinião de que esta importante questão no Brasil é discutida, hoje, apenas nos corpos técnicos e entre os políticos e não alcança suficientemente a população? Não seria hora de o Estado incluir a educação ambiental no currículo escolar obrigatório? Não seria hora de as prefeituras promoverem políticas públicas voltadas para as associações de bairro, entidades civis, etc? A primeira pergunta é de João Batista de Souza e a outra é do professor Expedito Nunes.

Edis Milaré - Efetivamente, a ação da cultura é fundamental, se não prepararmos as novas gerações para o conceito de proteção ambiental, não avançaremos nada. O problema não se restringe às escolas primárias, mas abrange o ensino superior, também. E é justamente aí que se deveria fazer alguma movimentação. De que forma? É preciso encontrar uma fórmula mais prática para isso. Existem crianças de cinco anos que já estão fazendo desenhos ligados à proteção ambiental. Esse desenvolvimento terá que ser organizado em nível nacional. Os programas terão que partir do nosso Ministério da Educação. Além disso, é preciso também preparar os professores.

Eu tenho uma publicação cujo tema é *Noções práticas de proteção ambiental*. É um livro meio misto. Serve para o professor secundário ou superior. Nossa geração está fazendo o que é possível, mas precisamos preparar as novas gerações.

Alexandre Polesi - Dr. Milaré, essa é a mesma preocupação de Adolfo Ro-

ma, que pergunta: *Qual a importância que tem sido dada à educação escolar e formal no tocante à melhoria da qualidade de vida de forma concreta?*

Édis Milaré - Eu gostaria de focar uma questão que nos causa certo constrangimento. Hoje, a USP, por exemplo, criou o curso de pós-graduação em Ciências Ambientais. Isso poderia orgulhar a todos nós. Eu costumo dizer que isso só deve entristecer-nos. O ideal seria que nós não precisássemos ter cadeiras de Ecologia, nem cursos de pós-graduação, nem promotores processando ninguém. O ideal seria que todos nós respeitássemos o meio ambiente por intuição, por saber que aquilo é a nossa vida. Então, as universidades estão ensinando ecologia; profissionais e mais profissionais de meio ambiente vão aparecendo, isso tudo é fruto de um tremendo paradoxo do mundo que se diz moderno. O professor Miguel Reale tem uma frase fantástica a respeito disso: "O Direito é dividido em duas partes - o Direito Positivo, ou seja, as leis do Homem, e o Direito Natural, que é o direito divino, o Superdireito, o Direito da Natureza". E o Direito Natural que a gente aprende no primeiro ano da faculdade é considerado um Direito superior ao dos homens e sempre o Direito Positivo foi buscar inspiração nas leis da natureza.

O que ocorre hoje? O paradoxo. A natureza, que sempre inspirou o homem, hoje corre atrás dele para não morrer, pedindo *façam leis, criem curadorias, criem profissionais, cursos de pós-graduação para me defender*. O que é isso? O ideal seria que nada disso ocorresse. Infelizmente, como a realidade é outra, é importante que haja uma inserção, principalmente da juventude, na questão ambiental. Sem educação não iremos muito longe, porque sabemos que o homem vai continuar agredindo o meio ambiente, se nós deixarmos a coisa correr solta. É por isso que temos, no artigo 225 da Constituição: deve ser promovida a educação ambiental em todos os níveis de ensino. Para proteger precisamos promover a educação ambiental, mas, e na prática? Será que estão acontecendo essas coisas? De qualquer forma, há aqueles que se desculparam dizendo *nós ainda não inserimos noções de ecologia e educação ambiental nas escolas porque se trata de uma questão multidisciplinar e, portanto, cada professor deve ir dando sua contribuição para que este tipo de educação ocorra*. De qualquer forma, não há dúvida de que sem ela não vamos conseguir muita coisa.

Alexandre Polesi - Duas perguntas que dizem respeito a dois importantes projetos nas áreas de saneamento ambiental no âmbito do Estado. Uma delas, do sr. Paulo Su, diz o seguinte: *Alguns países europeus já chegaram à conclusão de que são as fossas sépticas em contato com a terra que purificam os resíduos orgânicos. E hoje estamos com o sistema Sanegran, que é o oposto dessa experiência. Como o senhor vê este paradoxo? A outra pergunta é sobre o Projeto Tietê: Qual a viabilidade do Projeto Tietê sob o ponto de vista sócio-político para realmente atingir o seu objetivo, que é a despoluição de toda a bacia hídrica da Grande São Paulo?*

Antônio Pezzolo - Nós temos aí os exemplos estrangeiros que são a recuperação de bacias hidrográficas, como a do Reno, na Europa. Aí já existe um grupo para gerenciamento da bacia desde o século passado e que vem trabalhando até hoje, cada vez com mais intensidade para transformar aquele rio, num rio cujas águas possam ser razoavelmente usadas. É um trabalho muito

complexo, que envolve muito dinheiro e tecnologia, mas o Reno está aí, funcionando, e praticamente, servindo água potável para diversos países. É um bom exemplo, mas o melhor que eu tive oportunidade de ver de perto foi nos EUA, no Vale de Tennessee que, até 1940, era charcoso e praticamente não produzia nada. Houve, então, uma disposição do governo a fim de recuperá-lo e ao rio, que sai de Washington e vem desembocar no Vale do Mississipi. Quando o visitei, era um rio praticamente recuperável. Além da retificação do rio, nós temos aí o aproveitamento da água para fins agrícolas. Nessa mesma região está situada a cidade atômica. O primeiro reator que desintegrou o átomo. Cidades limpíssimas. Um exemplo magnífico que inspirou o nosso governador Lucas Garcez a aplicar esse caso no rio Tietê e que vem subindo lá do rio Parará já com uma parte navegável. E assim poderíamos citar também o rio Tâmis, onde há muitos anos vem se trabalhando nesse sentido. Hoje, é um rio navegável e de grande importância para a recuperação da riqueza que a água produz. O rio Tietê compreende uma bacia muito grande, que abrange o Tamanduateí, o rio dos Meninos e o Pinheiros, que hoje tem problemas de reversão da Billings. É uma complexidade muito difícil que existe aí. Não há dúvida nenhuma de que a recuperação do Tietê é uma necessidade. Há um esforço iniciado pelo governo do Estado na forma do Projeto Tietê, que já está sendo desenvolvido com grande impulso.

Nós verificamos, a Cetesb já está com duas mil indústrias com tratamento funcionando e parte do lixo também está sendo tratada. Naturalmente, existem outros problemas. Por exemplo, o problema da drenagem urbana. O importante é que existem projetos, secretarias, grupos que estão trabalhando nesse sentido. Existe, também, o apoio internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Eles estão aplicando muito dinheiro nesse sentido. As bacias hidrográficas têm que ser tratadas dessa maneira e não é só isso. Nós temos outras bacias por aqui. Por exemplo, a bacia do Vale do Paraíba, onde há um eixo industrial de importância extraordinária. Existem programas para cuidar desta bacia e eles não podem ser deixados de lado. Isso tem que ser desenvolvido nas outras bacias também como, por exemplo, a bacia do rio Sorocaba, que já está preocupando os prefeitos. O governo do Estado, a Secretaria do Meio Ambiente, a Cetesb, o próprio governo federal está um pouco afastado disso. O governo federal criou a proteção das bacias já há muitos anos, mas ainda não tem funcionado de uma maneira muito efetiva e principalmente com aplicação de dinheiro.

Com relação ao Sanegran: existe uma história das fossas sépticas. No século passado, as imundícies eram enterradas. Como no meu exemplo em Santos, as imundícies eram colocadas num vasilhame hermeticamente fechado que não exalava cheiro e podia ser jogado nas praias depois das nove horas. Depois, veio a questão do tratamento dos esgotos, que já é um tratamento técnico feito com produtos químicos. Aqui no Estado está sendo desenvolvido o projeto do tratamento de esgotos com diversas estações até já funcionando em parte, como a de Barueri, que é a maior, a de São Caetano e a de Suzano. O problema do esgoto que é feito por fossas sépticas é que ele recebe um tratamento químico e cuja filtragem é absorvida naturalmente. O problema é que não se pode ter certeza de que aqueles re-

síduos não vão atingir os lençóis freáticos e produzir poluição. Foi dentro de uma evolução desse tratamento dos esgotos que se criou a questão da fossa séptica.

Alexandre Polesi - Gostaria de juntar duas relevantes questões para o dr. Édís Milaré: *Como compatibilizar uma política de saneamento ambiental com uma política de desenvolvimento sustentado? E, no caso da Grande São Paulo, como impedir que a proteção ambiental, de alguma forma, contribua para a desindustrialização da região, criando, portanto, problemas correlatos como desemprego, queda do nível de vida e assim por diante? Esse é o tom da pergunta de Osmar Costa Valentim e diz o seguinte: Além de interesses difusos, a lei nº 7.347, citada pelo dr. Édís Milaré, foi criada para proteger a cidadania ou para afastar a industrialização da região, levando-a para Municípios que oferecem isenção de impostos e que acabam gerando novos problemas ecológicos, criando um círculo vicioso.* É também a questão do sr. Ireudo Assis, que diz o seguinte: *Poderia o secretário do Meio Ambiente interferir no projeto da Prefeitura de Santo André e Banespa para impedir que a criação do pólo industrial em Campo Grande, junto à reserva de Paranapiacaba?*

Édis Milaré - Essa é realmente uma questão muito importante e nós poderíamos discuti-la durante horas. Gostaria, com base em exemplos rápidos, de tentar localizar melhor a questão. Hoje se questiona exatamente isso, ou seja, se uma legislação mais rigorosa não afugentaria do estado um número considerável de indústrias que geram empregos, recursos, impostos, etc. Os próprios jornais noticiaram recentemente o empenho do nosso governador no sentido de evitar um fato que já está sendo constatado, ou seja, outros estados, como Goiás, por exemplo, que já levou daqui a Arisco, favorecendo a instalação, dando subsídios, estariam esvaziando o Estado de São Paulo e as indústrias teriam interesse não só devido aos subsídios, mas, principalmente, porque se livrariam do rigor excessivo das leis paulistas, ou da agência ambiental paulista, a Cetesb, que a mais articulada e eficiente do país.

Até certo ponto, este argumento é verdadeiro. O ideal seria que tivéssemos exigências uniformes em todo o país para que o cuidado com o meio ambiente não fosse mais efetivo ou rigoroso num estado do que no outro. Hoje há uma preocupação muito grande, por exemplo, com a rodovia Fernão Dias, que vai, procurar minimizar os efeitos dessa que é a terceira no país em número de mortes e acidentes. O grande problema que São Paulo está vislumbrando é o seguinte: com a abertura da Fernão Dias, há como que uma luta do Estado de Minas para puxar as indústrias de São Paulo para o sul daquele estado, exatamente na região de Camanducaia, onde praticamente nascem boa parte dos mananciais que abastecem o sistema Cantareira. Estes são problemas complexos que nos deixam muito preocupados.

A idéia do nosso governador é tomar medidas para impedir a evasão de indústrias quando houver uma política ambiental mais rígida. Diz uma das questões que a lei dos interesses difusos teria provocado isso e, através de um rigor mais excessivo, estaria inviabilizando o desenvolvimento. Tudo isso tem uma certa dose de verdade, mas, por exemplo, no caso da despoluição do Tietê, a Cetesb localizou, dentre as 44 mil indústrias da região metropolitana de São Paulo, aquelas que repre-

sentam 90% da poluição industrial do rio, 1.250 que foram *separadas*. O que a Cetesb fez? Através de um cronograma que vai até dezembro deste ano, começou a exigir certas adaptações técnicas que evitem o lançamento indiscriminado no rio.

O que temos observado em várias indústrias foi que, no início, foram muito renitentes em relação às disposições da Cetesb, mas hoje estão aplaudindo. Um desses casos é o da Degussa. Ela teve que investir três milhões de dólares no seu sistema de tratamento de afluentes para evitar o lançamento no rio. Ficou desesperada quando foi instada a montar esse esquema antipoluição. Em menos de um ano, a contar da implantação desse sistema, a empresa está observando que daqui a pouquinho, além de ela ter resolvido totalmente o seu problema e não jogar mais resíduos industriais no rio, ela vai começar a ganhar dinheiro. Por quê? Porque ela manipula metais preciosos e perde uma grande parte deles. Hoje, com o sistema de tratamento, a empresa está conseguindo reciclar e evitar grandes perdas. Esse sistema dá para ser adaptado e pode resolver o problema de outras empresas da região. Com a reciclagem da água, a empresa passou a pagar para a Sabesp um terço do que pagava anteriormente. E assim nós temos um grande número de indústrias chegando a este ponto.

Hoje, no mundo inteiro já se fala em auditoria ambiental. As próprias indústrias estão querendo fazê-la porque sabem que a cada dia mais o consumidor vai ser exigente e não vai mais querer comprar produtos que sejam agressivos ao meio ambiente. Então, quem vai vencer? A indústria que tiver o maior cuidado com o meio ambiente. É uma fase preocupante, mas, por outro lado, é de transição. A consciência já chegou e continuará chegando. Vemos, a cada dia, aumentar a procura de produtos ambientalistas sustentáveis.

As indústrias que estão querendo o lucro pelo lucro, o crescimento a qualquer custo, terão um final triste.

Alexandre Polesi - Para o sr. Antônio Pezzolo, uma pergunta de Ademir Médice: *No seu governo andreense, a prefeitura preservou grandes áreas urbanas. Vinte anos depois, São Bernardo destrói áreas centrais, como a da antiga indústria Matarazzo. O que o senhor sente ao ver tais crimes contra o Grande ABC?*

Antônio Pezzolo - Naturalmente, é uma questão de prioridades. Quando assumi a Prefeitura de Santo André, já havia trabalhado durante 16 anos no controle ambiental, e a prioridade do meu programa de governo era aumentar as áreas verdes municipais. Com isso, nós conseguimos, no Pedroso, desapropriar e pagar 70% das áreas para preservar o manancial que fornecia água para o município.

Outra área grande foi a da General Eletric (GE) que, por sinal, me deu um susto porque, quando fui eleito, havia uma placa dizendo que aquela área seria vendida e ainda faltavam 60 dias para a posse. Então, procurei um amigo diretor da GE e fiz ver que aquela área não poderia ser vendida. Mesmo que assim fosse, eu a desapropriaria. Ele foi muito correto comigo e esperou minha posse. Fizemos uma avaliação da área e fechamos o negócio. Com Cr\$10 milhões comprei aquela área.

O INPS aqui na Avenida Guiomar tinha grandes áreas abandonadas quando assumi e que também foram colocadas à venda. Imediatamente procurei o Ministério do Trabalho e fiz ver que estava interessado na compra daquelas áreas. Foi feita uma avaliação por uma comissão mista, mas o INPS é muito

complicado. Aquilo levou praticamente três anos para ser decidido e quando foi, a avaliação que antes era de Cr\$.13,00 o metro quadrado, passou para Cr\$ 43,00. Eu disse: *não tem problema. Em quanto tempo vocês me dão essa área.* Disseram-me : damos cinco anos, pagando um tanto por ano. E o negócio foi fechado. O mesmo aconteceu com outras áreas.

A área de Utinga foi desapropriada também. Eu não tinha dinheiro para pagá-la e ela continuou desapropriada. Depois, a Prefeitura seguinte teve que pagar a desapropriação. E outras áreas menores também. A Chácara do Pignatari...

Sobre sua pergunta a respeito dos planos diretores... Desculpe, mas eu não conheço o plano de São Caetano, nem o de São Bernardo, que são mais recentes, mas a tendência aqui é a de não se integrar num plano diretor da região. Cada Município está fazendo o seu sem uma compatibilização dos índices urbanísticos, principalmente os demográficos. Então, quando o senhor me diz que aquela área, que é linda, vai ser usada... eu não gostaria. Preferiria que a prefeitura fizesse um estudo melhor pare ver se convêm mesmo ...

Alexandre Polesi - Para o dr. Édis Milaré, duas perguntas mais ou menos compatíveis. Uma do sr. Odilon de Souza Melo e outra do sr. Silvio Pereira. O sr. Odilon pergunta o seguinte: *O que falta ao Ministério Público para desalojar os invasores das terras sob proteção da legislação florestal em torno da represa Billings?* Ele diz que há mais de 150 loteamentos clandestinos ali. É mais ou menos a preocupação do sr. Silvio, que diz o seguinte: *O governo possui meios de combater a poluição. Por que não se põe fim na questão da Billings com o uso das águas pelas indústrias da Baixada Santista?*

Edis Milaré - Foi muito oportuna a pergunta que me possibilita dar um esclarecimento como secretário do Meio Ambiente e como Curador do Meio Ambiente durante vários anos no Ministério Público. Quem conhece a história da Billings sabe que ela tem 70 anos de vida e foi construída, inicialmente, somente para gerar energia. Durante décadas, ela tem sido impiedosamente agredida. Ela está na situação de um doente na UTI. Se não tomarmos cuidado, ela morre mesmo. Só que nenhum governo, seja ele mais recente ou mais remoto, se preocupou com a Billings quanto o atual. E nenhum governo ou secretaria apanhou tanto quanto o atual em termo de Billings.

Exatamente outro fato extremamente contraditório. De repente, se resolveu equacionar o problema apenas por via de um mandamento legal. Ocorre o seguinte: ainda que tivéssemos recursos suficientes - e não se tem - não daria para recuperar a Billings no espaço em que se pretendeu fazer na Constituição do Estado, ou seja, em três anos. Humanamente, é impossível que isso possa ocorrer, tal o estágio de degradação em que ela se encontra por causa de décadas de irresponsabilidade. O que se podia fazer - e já se tentou e continua sendo feito - é tomar medidas eficazes para resolver o problema no tempo possível. Hoje, a Billings está recuperável. Ontem eu a sobrevoei com o Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, porque ele tinha ouvido um candidato dizer que tudo estava perdido. Ele ficou entusiasmadíssimo e suas palavras foram: *Isto é um verdadeiro gol.* Em época de estiaagem, vocês que estão aqui vão ver como ela está. A Billings está num nível ideal, muito bom, inteiramente oxigenada. Desde setembro, do ano passado não se bom-

beia a não ser em condições especialíssimas, como para evitar enchentes catastróficas na região de São Paulo, que causam um grande prejuízo à comunidade.

Quando bombeiam para cá, vocês gritam, mas o pessoal do Médio e Baixo Tietê aplaudem. Agora que estamos aplaudindo porque não se bombeia, estamos recebendo bordoadas daquele pessoal de lá. Só que não dá para jogar sujeira no quintal de ninguém. Temos que limpar a Billings. Corretamente, é isso o que está se fazendo.

Existem seis indústrias de Cubatão, pasmem os senhores, que durante décadas utilizaram indiscriminadamente a água do sistema Billings e só elas gastam quase o equivalente ao que gasta a população da Grande São Paulo. Elas precisam, no mínimo, de 55 m³ de água por segundo para tocarem seu sistema produtivo. Através de uma determinação das três secretarias (recursos hídricos, energia e meio ambiente) nós estamos simplesmente não bombeando e obrigando-as a apresentar projetos concretos e cronogramas bem precisos ao sistema de reutilização da água de que precisam. Ou seja, obrigando-as a buscar alternativas e, bem ou mal, três delas já conseguiram resolver satisfatoriamente o problema. Eu me refiro à Carbocloro, através da qual também se atende a Rhodia, no momento fechada por ordem judicial, e a Estireno, que era uma das que mais batiam na porta da gente, pedindo água. Hoje, nós temos Petrobrás, Ultrafertil e Cosipa que ainda dependem de grande quantidade de água. No momento, a Cosipa está apresentando seu plano de reutilização alternativa para resolver seu problema. Um plano audacioso, que envolve recursos altíssimos.

Mas, repito, no momento, apenas três resolveriam e assim foi. Neste governo, na nossa gestão. Por que? Pressão da sociedade? Lógico, mas também tem a vontade de resolver. Porque, na verdade, a solução definitiva da Billings virá com a despoluição do Tietê. E nós estamos melhorando o Tietê? Estamos. Até o final do ano, as 1.253 indústrias que poluem o rio terão resolvido o seu problema. Até dezembro de 1996, 75% da carga poluidora do Tietê estará eliminada, com esse sistema de tratamento. E na virada ao século, em 2.005, se prevê a total despoluição do rio. Despoluído o Tietê, nós aqui do ABC vamos brigar pela água e vamos pedir bombeamento, porque estaremos recebendo água de boa qualidade. É um programa sério, cujo cronograma está em dia, até com folga, mas que é lento. Não dá para ser executado do dia para a noite como quer a constituição.

Agora, loteamentos clandestinos existem mais de 150. Este é um problema que o Ministério Público não resolve, não tem condições de resolver e que dificilmente os municípios conseguirão se contarem apenas com suas forças. É alarmante, é triste ver esses loteamentos clandestinos que proliferam na área da Billings. Através de programas como o SOS Guarapiranga e Billings, que está sendo implantado em Santo André, a prefeitura cedeu espaço físico. Nós estamos procurando fazer um sistema integrado de fiscalização para evitar que, pelo menos, o problema se agrave mais.

Este é um problema muito difícil de resolver porque vai demandar muitos recursos. Recebi uma denúncia, como Curador do Meio Ambiente, para tomar uma providência contra um loteamento clandestino na Billings.

Eu e alguns técnicos fomos examinar pessoalmente. Quando chegamos ao loteamento, voltei muito constrangido porque vi que seria muito fácil botar um pa-

pel na máquina e promover a ação, pedindo a retirada daquelas 5.000 casinhas que estavam lá. Considerando-se três pessoas por casa, o que é pouco, teríamos 15.000 pessoas. Onde as colocaríamos?

Só vamos fazer proteção ambiental quando resolvermos o problema da miséria. Ninguém está invadindo a Billings ou subindo morro, ficando ali quase que despendendo porque quer. Que se tivesse filé mignon e emprego iria morar no Jardim Europa, em São Paulo. Eu não promovi a ação porque, acima de tudo, você faz proteção ambiental para um destinatário, que é o Homem. Ou você vai fazer proteção ambiental só para preservar o meio físico e deixar o Homem morrer? O Homem não é parte do ambiente? Ele não merece proteção? É muito simples dizer que cabe ao município resolver. Cabe sim. Agora, será que São Bernardo tem condições de tirar 270 mil pessoas da área de proteção de manancial? É muito simples dizer *meta uma ação, desaloje esse pessoal da Billings*. Isso é fácil. É um discurso muito fácil de fazer. Sente-se no banco daquele que tem a responsabilidade de tocar o coitado que está morrendo de fome naquela área. Desaloje.

É por isso que eu disse que o brasileiro trabalhador não está morrendo de poeira, não. Está morrendo por falta de opção de vida. Este é o problema. O dia em que o Ministério Público tirar as pessoas de lá, não estará cumprido com a sua missão de fazer justiça, pelo contrário, estará praticando a mais flagrante das injustiças. Precisamos procurar opções, procurar dar empregos sustentáveis, limpos. É isso que todos nós esperamos do Ministério Público e do Município.

Alexandre Polesi - Gostaria de tomar a iniciativa de fazer uma pergunta ao sr. Antônio Pezzolo que me parece engatada à do dr. Édis Milaré. *Eu gostaria que ele fizesse uma avaliação da lei de proteção dos mananciais, hoje, no ABC. Esse problema em São Bernardo me parece emblemático e a crítica mais consistente que se faz lei é mais ou menos o seguinte: a lei proíbe que se façam loteamentos nas margens e próximo aos mananciais. Portanto, o Poder Público e mesmo as empresas que têm projetos de habitação estão proibidos de fazê-lo. O que acontece é que existe uma demanda social irresistível por habitação e proliferam indiscriminadamente os loteamentos clandestinos, o que provoca o impacto ambiental substancialmente maior e mais brutal.*

Nós sabemos que existem Municípios, como Ribeirão Pires, que estão inteiramente sob ação da Lei de Proteção aos Mananciais e, portanto, têm opções econômicas extremamente reduzidas para seu próprio crescimento urbano. É o caso também de uma parte de São Bernardo, Rio Grande da Serra, e até mesmo Mauá. Pergunto, é o caso de se fazer uma revisão profunda da lei? Ela é hoje compatível com a realidade da Grande São Paulo?

Antônio Pezzolo - Bom, a complexidade disso tudo se resume numa palavra: parte preventiva. O controle tem dois ramos, o básico é o preventivo e depois vem o corretivo. Se não se faz o corretivo, o preventivo se complica, que é o que vemos aqui. Quando fui prefeito, já havia casos de invasão, como o do Pedroso e outras áreas. Dentro de uma filosofia de proteção preventiva, eram sugeridas várias medidas. Primeiro, havia os donos de terra abandonada. Para que produzir se, com o tempo, ela se valorizava e podia ser loteada? Pensou-se, naquela ocasião, em exigir que todas aquelas áreas fossem muradas ou

cercadas e guardadas. Seria feita uma lei municipal nesse sentido. Muito bem. Mas houve muita discussão e a coisa não foi adiante.

Então, procuramos cercar as áreas que eram da prefeitura e colocar guardas. Isso foi de 1972 a 1976. Naquela ocasião, a fim de poder socorrer as pessoas que vinham à cidade procurar emprego e que não tinham o que comer, cujos filhos estavam abandonados, nós construímos um centro de triagem onde qualquer família que fosse encontrada em más condições, na rua ou embaixo da ponte, seria levada para lá e cadastrada.

Verificava-se de onde vinham, do que precisavam. O importante era fazer um cadastramento das pessoas que estavam ali, verificar se não era um criminoso procurado pela polícia, se não era um elemento nocivo à sociedade. E, no fim, nós fizemos uma minuta de convênio com a Polícia de São Paulo para fazer funcionar aquele centro de triagem, no sentido de amenizar estes problemas, orientar essas pessoas para empregos e tudo o mais.

Infelizmente, o novo prefeito abandonou tudo aquilo. Depois de 1976, houve a Lei de Proteção dos Mananciais, que entrou na disciplina do uso e ocupação do solo. Pelo que me recorde da lei, ela fez lotes muito grandes. Para fazer uma casa, tinha que ter cinco mil metros... enfim, aqueles gabaritos de uso começaram a prejudicar a proteção daquelas áreas. Naquela ocasião, o que podia ser feito legalmente era um convênio com os municípios, porque o uso e ocupação do solo é privativo do município. Parece-me que não foi feito o convênio, onde as fiscalizações seriam feitas em conjunto. Aí vieram as dificuldades. A verdade é que vêm aquelas avalanches de migrantes sem rumo, sem emprego, sem comida, e começa a invasão naquelas áreas, não só aqui, na Billings, como também em Interlagos. Acredito que isso tenha sido uma falta de políticos.

Houve prefeitos que mandavam invadir o Pedroso para ganhar votos e prestígio político, o que é contra as regras de dignidade e de gerenciamento de um município. E foi-se criando este problema que temos na Billings. Atualmente, estamos colhendo o resultado do que foi feito.

Foram formadas comissões especiais para cuidar desse problema. Estão trabalhando há muito tempo. Há poucos dias, foram criados, na prefeitura de Santo André, os grupos de SOS, junto com as Organizações Não-Governamentais, as associações de bairros, as civis, a prefeitura, o Estado, enfim, um conglomerado de pessoas para dialogar. Os próprios favelados estão participando disso para se encontrar soluções. Também existe o problema sanitário, que envolve a poluição da represa. Quais as obras necessárias e que já estão em desenvolvimento para que o problema do saneamento básico, para que a água, o esgoto e o lixo sejam tratados na represa? Então, essa complexidade de problemas está sendo cuidada pelo atual governo.

Naturalmente, existe também a parte econômica. Se não me engano, estão sendo feitos financiamentos por órgãos internacionais. Portanto, qual a minha opinião sobre as invasões? Deve-se proteger onde ainda não foi invadido. De que jeito? Também não sei. Talvez cercando, talvez até exista outra solução. Em áreas passíveis de ser invadidas, as prefeituras poderiam colocar um imposto territorial progressivo violento. Talvez sejam idéias absurdas, mas é a ânsia de encontrar

uma solução. E nestas soluções tem que estar preservada essa plêiade de indigentes. Parece-me que hoje o país está imbuído dessa filosofia, com esses programas do Betinho e todos que estão já com uma consciência mais profunda nesse sentido. É um problema complexo e que tem que ser resolvido dentro das possibilidades. O problema é muito grande mas a vontade é maior.

Édis Milaré - Dada a importância do assunto para a região, eu queria transmitir uma grande preocupação. Nós, da secretaria do Meio Ambiente, estamos empenhados profundamente na revisão de toda essa legislação que foi muito importante, mas que tem uma série de falhas e não cumpriu bem sua missão, tanto é que as invasões aconteceram do mesmo jeito. Por exemplo, nós falamos em gerar empregos. Em nossa região pode haver alguma indústria que não cause nenhum tipo de poluição e até ajude a cuidar do meio ambiente, mas ela não pode se desenvolver porque há um limite. Quando entrei aqui, coincidentemente, vi o representante da Gulliver, que me parece, é de São Caetano. Ela precisa se expandir, não é uma indústria poluidora e, no entanto, está sufocada, não pode se expandir porque está dentro do que manda a lei, ou seja, não pode ultrapassar os 2.500 m². Isso serve para mostrar que existem coisas na lei que precisam ser acertadas. Minha maior preocupação é a seguinte: tirar todo o pessoal da região da Billings, da Guarapiranga, bem, isso é difícil, mas vejam, já que não se pode tirar gente, estamos tentando tirar o esgoto. Nesse convênio com o banco mundial, estamos tentando humanizar as favelas e, pelo menos, tirar o esgoto e tratá-lo.

Mas o cerne da minha preocupação é o que está acontecendo em São Paulo com a anistia para as construções irregulares em todo o Município. Porque, no momento em que você anistia, regulariza, não se pode mais resolver o problema em questão e, pelo contrário, induz à novas invasões porque o próprio poder público está dando o seu aval. O prefeito votou a anistia nas áreas de proteção dos mananciais, mas o ato dele foi derrubado pela Câmara, ou seja, é lei que deve estar sendo publicada agora, no sentido de se regularizar todas essas construções clandestinas. Isto serve para dar uma noção da dimensão do problema. No momento em que você vem e cria o SOS Billings, o Gipem, se une com a sociedade civil, com os Municípios, isso é, pelo menos, uma tentativa de estancar o problema. E aí vem um legislador e possibilita uma indução a mais e mais invasões. Isso mostra como é difícil resolver o problema e daí vem a nossa preocupação em tentar, através de um reestudo de toda uma legislação, ordenar melhor as coisas. Porque como estão não vamos chegar muito longe.

Alexandre Polesi - Temos uma série de perguntas que já foram respondidas pelo debate. Vamos agora fazer as duas últimas perguntas ao secretário e depois o debate será encerrado. Uma delas é de Claudinei Rufini, e diz o seguinte: *A secretaria estadual tem feito um trabalho interessante de preservação e de promoção do turismo no Vale do Ribeira. Existe algo semelhante para ser feito no Parque Estadual da Serra do Mar, que está abandonado?* A segunda pergunta é a junção de duas e se refere à questão do tratamento do lixo: "A reciclagem é uma solução eficaz para acabar com o problema do lixo nos grandes centros urbanos, ou não? A era do descartável é irreversível? Há medidas para conter esta febre do descartável?"

Édis Milaré - Em primeiro lugar, temos feito um trabalho de eco-turismo muito interessante na região do Vale do Ribeira e no Parque Jacupira e já estamos concluindo a passagem da Caverna do Diabo para a administração da secretaria do Meio Ambiente. Já houve um decreto nesse sentido que passa a Estrada de Ferro de Campos do Jordão para a secretaria, para que então possamos fazer o chamado Roteiro das Cavernas. Os próprios Municípios deveriam investir mais nesse turismo ecológico porque ele é uma fonte de recursos muito importante e muito pouco explorada. Realmente, no Parque da Serra do Mar não temos um trabalho semelhante, mas felizmente estamos ultimando a obtenção de recursos do chamado KFW, que é o banco de desenvolvimento da Alemanha e que está repassando US\$ 17 milhões. Nos próximos dois meses, estaremos começando a receber todo esse dinheiro para dar a infraestrutura mínima para as nossas unidades de conservação, isto é, parques, estações ecológicas, etc. Infelizmente, as nossas unidades de conservação só existem no papel e o nosso trabalho tem sido no sentido de tirá-las daí e para isso o recurso do banco alemão é muito importante.

Além disso, estamos com um concurso da nossa fundação florestal para contratar 1.100 técnicos de meio ambiente para as nossas unidades de conservação, para dotá-las de infraestrutura humana mínima a fim de que nossos parques sejam parques de verdade. E o governo do Estado de São Paulo colocou recursos do seu orçamento que não são expressivos, mas servem para ajudar a transformar as nossas unidades em realidades.

Sobre o problema da reciclagem do lixo: sempre se quer transferir a responsabilidade pelos problemas para o outro. Infelizmente, devo dizer que, até por disposição constitucional, o problema do tratamento do lixo é competência do Município. Vai resolver? Lógico que não, até porque a maioria dos nossos Municípios está de chapéu na mão. Os prefeitos vivem pedindo recursos ao governo do Estado porque não têm sequer condição de pagar o seu funcionalismo. É óbvio que existem Municípios riquíssimos que têm estas condições, mas a grande maioria não tem. Qual é a saída? É a união dos Municípios em consórcios, como tenho visto proliferar até por recomendação da nossa secretaria. Assim, cada um, dentro da sua possibilidade de caixa, ajuda a comunidade regional a resolver o problema. Sem essa adesão dos vários Municípios e sem a participação do Estado, o problema nunca será resolvido. A reciclagem resolve? Não resolve de todo, mas é um caminho que minimiza os problemas.

Com relação aos descartáveis, dentro do regime da livre iniciativa, é muito difícil dizer para uma indústria que ela deve colocar o seu produto num vidro, deixar no plástico ou seja lá o que ela tenha de fazer. Foi isso que eu disse que aquele trabalho de consciência é importante para que o consumidor comece a recusar produtos que não sejam ambientalmente sustentáveis. É um problema de educação, de conscientização e a indústria, então, vai perceber que daqui a pouco, no momento em que não estiverem comprando mais água no copo e que aquele que está colocando no vidro está tendo maior lucro, ela vai eliminar esta prática do descartável e começara a fazer de outro jeito. Esta é a contribuição que cada um de nós deve dar.

Imagens e Movimento

Coordenação

Antonio de Andrade

Debatedores

Carlos Miranda

Atílio Santarelli

Mário Del Rey

Ademir Médici

Cerimonial - Boa tarde. Agradeço a presença de vocês todos. Quero anunciar que esta sala tem a finalidade de falar sobre *Imagens e Movimento*, principalmente sobre cinema na região. Por isso nós chamamos o professor Antonio Andrade, um estudioso do cinema, como coordenador, e dois debatedores: Atílio Santarelli, que pesquisa a memória das salas de cinema da região, e o coronel Carlos Miranda, que foi o protagonista do seriado *Vigilante Rodoviário*, na década de 60.

Vou passar a palavra ao professor Antonio Andrade e ele poderá dizer mais sobre esses dois debatedores e começar a nossa reunião.

Antonio Andrade - Agradecemos a presença de todos e em especial aos dois convidados: o coronel Carlos Miranda, na época o *Vigilante Rodoviário*, que é o centro da discussão aqui da mesa, e o Atílio Santarelli, que também está muito envolvido com o assunto de hoje, até porque foi ele quem tecnicamente passou para vídeo este material que eu, por mera casualidade, acabei encontrando. São quatro episódios da série *O Vigilante*, inclusive dois deles estavam jogados num cantinho lá para irem para o lixo. Isso foi a coisa mais surpreendente que encontrei na firma onde trabalhava. Estavam fazendo uma limpeza de armários e, sei lá como, encontraram estes episódios. Alguém mandou limpar os armários e falou "joga isto aqui tudo fora, pois não tem mais utilidade". Aí, eu fui olhar e encontrei os vídeos. Mas de onde eles vieram, não sei.

Os dois outros episódios eu encontrei na famosa Boca do Lixo, na rua do Triunfo, quando ali tinha um senhor comercializando velhos filmes. E eu acabei comprando um caixão. Um caixão mesmo! Sim, eu tenho um caixão de filmes aqui. Isso acontece muito. O Atílio também já passou por experiências assim. É justamente o tipo de material que normalmente vai para a fábrica de vassouras hoje em dia. A cultura nossa, e mesmo a cultura externa, permite isso, porque são filmes que quando perdem o tal do registro, o tal do certificado, viram matéria prima para fábricas de vassouras. Então é assim: transformam o produto cultural em vassouras.

Nossa idéia foi convidar o coronel Carlos porque muitos destes filmes foram feitos aqui na Via Anchieta. E como este é um Congresso de História da região, quisemos homenagear o coronel pelo seu papel super-importante na

história do cinema brasileiro e do cinema feito para a televisão, que é uma história também muito pouco conhecida. É um episódio muito curto da história do cinema brasileiro: em 1961 houve uma legislação que obrigava as emissoras de televisão a projetar filmes seriados. E me parece que isso foi coisa do Jânio Quadros, que já havia obrigado a dublagem dos filmes para a televisão. O fato das emissoras terem que exibir, pelo menos uma vez por semana, um filme feito especificamente para a televisão abriu um mercado. Mas isso durou muito pouco tempo. Já em 1962 começaram a mexer na legislação.

É preciso resgatar o cinema brasileiro, mas não só. É preciso resgatar o cinema brasileiro feito para televisão. Pois a cultura é maltratada pelo próprio país. Isto já foi discutido hoje de manhã neste Congresso, quando se falou da questão do complexo de inferioridade cultural. Mas tudo isso é uma bobagem.

Na verdade, nós temos competência. Como é que poderia um filme feito em condições precárias, como foi o caso do *Vigilante Rodoviário*, fazer tanto sucesso? O programa concorria e ganhava em audiência de qualquer enlatado norte-americano da época. Concorria com o *Rin-Tin-Tin*, com *I love Lucy*, *Papai sabe tudo*, *Lanceiros de Bengala* e com um monte de filmes. Ganhava de todos.

Então, é claro que isso não foi de interesse das grandes companhias internacionais.

E o caso do *Vigilante* não é único pois houve outros seriados que foram feitos para televisão, como o *Capitão Audax*, parece-me, realizado no Rio de Janeiro. Também teve o caso de um programa patrocinado pela FAB.

Então vamos passar o microfone para o coronel, agradecendo por ter vindo até São Caetano participar deste Congresso. Porque para nós, coronel, a idéia é resgatar essas informações, colocá-las em livros, jornais, revistas, para que fique registrado para outras gerações que o cinema nacional é viável, que nós temos potencial de fazer essas coisas. Mas, infelizmente, nós mesmos criamos as condições para inviabilizar este processo.

É um processo antropofágico. Quer dizer, este é um país que destrói a sua própria cultura. É um país que volta as costas para seus elementos mais importantes. E depois fica se perguntando: "bom, mas se aqui não se faz nada?" Este é o impasse que estamos discutindo no âmbito do Congresso.

Carlos Miranda - Bem, acho que para começar vou fazer o que os atores fazem quando entram em cena. Só tem adulto aqui? Merda para vocês. Merda para o Pró-Memória. Porque se é só com este grito de guerra que se fala alguma coisa no teatro, então vamos começar do mesmo jeito.

Quero fazer uma pequena recapitulação histórica, pois o *Vigilante* não foi feito assim de repente. Ninguém apareceu e disse "vamos fazer o *Vigilante Rodoviário!*" Não, foi um trabalho mais longo.

Alfredo Palácios, produtor, Ary Fernandes, diretor, e eu, trabalhamos durante mais ou menos 20 anos na Cinematográfica Maristela. Começamos em 1949, eu então com 14 anos, um *office-boy*. Foi na época em que todos os italianos possíveis e desempregados da Europa vieram contratados aqui para o Brasil. Os primeiros para a Maristela e depois, com aquele grande desenvolvimen-

to do Jardim do Mar, do Matarazzo e a Prudência Capitalização, fizeram um estúdio de cinema e depois se perguntaram o que afinal fariam dentro de um estúdio de cinema? "Ah, vamos fazer cinema!" Aí começou aquela importação desenfreada de técnicos. Alguns maravilhosos: Humphrey Richer, a própria, o menino do Federale.

Isso, porque os brasileiros não tinham condições de fazer cinema. Então, estrangeiros tiveram que vir para o Brasil. E foram ótimos para o país. Eles nos ajudaram bastante.. Mas ainda faltava uma identidade, um negócio nacional. Precisava de alguma coisa especial.

Então, Palácios, Ary e eu trabalhávamos com comerciais para televisão, pois, em 1958, nós já tínhamos uma produtora de cinema. Isso em 1958! E assistindo televisão, você tinha *O Paladino do Oeste*, *Lanceiros de Bengala...*

Nós assistíamos documentários, alguns até muito bons. Mas o grande entretenimento mesmo eram os filmes, tudo importado, com legendas. Sempre assistindo a mesma coisa, nós lá da Cinematográfica Maristela, acabamos ficando entrosados com o ambiente de cinema. Mas vendo aquele novo meio de comunicação, a televisão, via-se que tudo era estrangeiro, não tinha nada brasileiro. Então começamos a pensar em fazer algo para nós mesmos, algo para o Brasil. Alguém que se chamasse Zé, que tivesse São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia. Porque até então não havia nada que se identificasse como sendo nossa televisão.

E começamos a pesquisar. Primeiro, notamos que todos os filmes da época - *Paladino*, *Lanceiro*, *Papai sabe tudo* - tinham 25 minutos de duração e cinco de comerciais, perfazendo meia hora de exibição. E a gente começou a contar as tomadas, os planos, para saber qual era o ritmo que o filme para televisão tinha que ter. Aí começamos a analisar as mensagens, o tipo de história levada. E nos preocupamos em arrumar alguma coisa que fosse, em primeiro lugar, conhecida pelo nosso telespectador e, em segundo, que tivesse algum conteúdo.

Pensamos em fazer um herói do cotidiano, um trabalhador azarado e tal. Tivemos algumas idéias. Quando chegamos a um personagem que poderia representar o Estado, não podíamos colocar nem a Força Pública nem a Guarda Civil, que eram as duas corporações da época. E Exército, nem pensar, porque nem era assim tão conhecido.

Então nos lembramos da Polícia Rodoviária que tinha só 10 anos de existência. Havia sido fundada por ex-pracinhas que vieram da II Grande Guerra e, inclusive, havia aqui no ABC vários deles. Foi aí que achamos nosso personagem. Mas tinha que ter alguma ligação e nós pensamos logo num animal. E o primeiro a ser lembrado foi um macaco! Não foi nem o cachorro. Foi um macaco, depois o cavalo e só então um cachorro. Aí veio a loucura de achar o tal cachorro...

Nós tínhamos um amigo na Itapetininga Propaganda que havia feito um anúncio de móveis de aço - Móvel de Aço Fiel - e havia fotografado um cachorro muito bonito. Então, procuramos a agência e chegamos ao cachorro. Só que ele se chamava King. Pô, nós queríamos fazer um negócio nacional e tal e colocar um King na história? Então, de cara, mudamos a certidão do cachorro.

Então vieram o Álvaro Maia, que era diretor da recém-criada TV Excelsior, mais o Manoel Carlos e o Roberto Palmares, os três da nossa geração, que faziam cinema e teatro também e estavam sendo indicados para dirigir a Excelsior. Estávamos em 1959.

Já tínhamos o personagem e o amigo do personagem. Não era um galã, era um herói. Há uma grande diferença nisso. Tínhamos os personagens e a corporação, que ainda não era conhecida, mas era simpática, pois foi criada para tomar conta da primeira estrada asfaltada. Havia a Anchieta e a Anhanguera, mas só até Jundiá. Os guardas rodoviários de então não tinham viaturas suficientes. Eram quatro motocicletas e seis viaturas de quatro rodas. Então, não havia como emprestar para nossas filmagens. Foi uma loucura: tínhamos que esperar as folgas para usar as viaturas.

Foi com muito sacrifício e trabalho intenso que conseguimos fazer o primeiro filme da série, que foi o *Diamante Grão-Mongol* que, por coincidência, você têm aqui e nem eu tenho uma cópia.

Tudo naquela época era mais difícil do que hoje. Primeiro porque nós vínhamos de filmes de propaganda e naquela época não havia dinheiro para nada. Não havia merchandising. Lançamos o Symca Chambord na série e os carros eram emprestados, mas no último dia de filmagem foram lá e pegaram o carro de volta. Ninguém ganhou nada, nem dinheiro. Nem combustível para os carros, nada. Até para conseguir atores para as histórias tínhamos que implorar.

Com isso lançamos o Stênio Garcia, Juca Chaves, Rosa Maria Murinho, Sérgio Ingst, Fúlvio Stefanini, o Chandó, que já era conhecido, mas só no teatro... Ary Toledo, que era nosso figurante, e o Ary Fontoura, que descobrimos em Curitiba, fazendo Mambembe.

Foi através de muito sacrifício que conseguimos favores para fazer os filmes. Isso foi no início. Depois do lançamento, quando o filme passou a ser campeão de audiência em São Paulo, ganhando de todos os importados, aí os atores começaram a aparecer, pedindo para participar. Aí já era um pouco diferente, uma outra situação.

Mas, mesmo assim tivemos nossos problemas. Porque logo depois que assinamos o contrato, o Jânio assumiu a presidência da República e baixou uma instrução que eu nunca mais vou esquecer o nome e o número: 204 Sumoc. O que aconteceu com essa instrução? Com ela, o presidente taxou em 400% todo produto importado. Não interessava de que origem, qual matéria prima fosse. Todo produto importado passou a pagar 400%. E entre estes produtos estavam os negativos, os magnéticos. No Brasil, até hoje não se faz negativo para cinema. Então, começamos a perder de 10 a zero. E por quê? Porque nós tínhamos um orçamento bem apertadinho para poder concorrer com os enlatados estrangeiros. Porque eles já vinham pagos de seus países. Aqui, qualquer cinco mil réis pagava um capítulo. Era uma concorrência desleal.

Nós fizemos um preço bem barato e em seguida assume o Jânio Quadros, baixa a tal da instrução e foi a pá de cal no negócio. Mas nós havíamos colocado na cabeça que iríamos fazer o filme e pronto. Lutamos para fazer um estoque de pelo menos 10 filmes. Demorávamos uns 10 dias

para produzir, filmar, editar e a televisão consumir um por semana. Era preciso correr contra o tempo.

Mas tivemos sorte em conseguir logo uma boa audiência. Aí até começaram a dar comida para a gente e tal. Porque passávamos por aquele problema da matéria-prima, os negativos, que consumiam 80% da produção. Nos EUA ou Europa, consumia de 15 a 17% da verba, mas aqui, como se viu, a coisa era diferente.

Aí alcançamos Rio, Bahia, Porto Alegre. Antigamente não havia rede de televisão. A Tupi era chamada de rede, mas não tinha *linck*. Então, o filme que era exibido aqui na quarta-feira, depois do *Repórter Esso*, às 8 horas da noite, era levado à uma hora da manhã para o Rio de Janeiro. Passava lá na quinta. Na sexta-feira, corria para Porto Alegre, para passar na TV Piratini. Daí, corria pelo Brasil. Hoje em dia, através de satélite, soltam o filme aqui e passa no Japão.

Antonio Andrade - Que nem o video-tape.

Carlos Miranda - Que nem o video-tape. E naquela época não se pensava em video-tape. Era tudo ao vivo ou gravado em 16 milímetros. Sobre esta falta de video-tape tem algumas passagens engraçadas. Um dia, na TV Tupi, pouco antes da exibição do filme, fizemos uma espécie de apresentação. O Homero Silva era o apresentador mais conhecido da televisão. Havia um carro no estúdio, lá no Sumaré, onde hoje é o SBT. Dia desses fui ao programa do Jô, justamente no mesmo estúdio onde aconteceu isso que vou lhes contar.

Encostamos o carro do *Vigilante Rodoviário* e o cachorro. E tínhamos que fazer algo para criar impacto para o lançamento do *Vigilante...* Então bolamos o seguinte: enquanto Homero Silva estivesse entrevistando o *Vigilante*, a rádio da viatura o chamaria pois haviam fugido da penitenciária dois famosos bandidos. Um era o Mário Alimari, que fazia o *Pé com Pano* e *Pé sem Pano*, o coitado já falecido hoje, e um outro rapaz cujo nome não me lembro. Então, no meio da entrevista o cachorro começa a latir e a gente vê correr dentro do estúdio os dois bandidos, com direito a luta e tal. Mas tudo isso ao vivo! Evidentemente, nós fizemos um ensaio uma hora antes. Mas acontece que na televisão, e eu só conheço a brasileira, acontecem as coisas mais engraçadas. O local onde estava a viatura era liso e não tinha tapadeira. Mas na hora em que fomos para o ar, havia, além do carro, uma tapadeira para fazer o cenário. Porque se hoje os cenários não são feitos através de cromaqui, é tudo alvenaria mesmo. Mas naquela época não: usávamos tapadeiras de pano. E na hora em que abrem o portão grande para os dois bandidos entrarem, o vento bateu e levou embora a tapadeira. Então, na hora da briga, tivemos que meter a mão um na cara do outro, porque eu tinha que ganhar, era o herói.

Dia desses dei uma entrevista para o *Fantástico* e aproveitei para ver como era feita uma gravação lá na cidade cenográfica. Um ator, para falar um simples "bom dia" teve que fazer 17 vezes a mesma cena. Na minha época, se fizesse uma coisa dessas, apanhava da equipe, pois não dava para gastar filme à toa.

Hoje em dia, com esse milagre do magnético, o ator pode fazer a cena 17 vezes e alguém diz "não gostei da sua sobrançelha". Então, volta-se atrás,

arruma-se a sobancelha e grava-se mais 16 vezes. Não quero dizer com isso que um ator é melhor do que outro. Longe disso. Até acho que hoje os atores, principalmente de novelas, estão dando um banho. Eu não sei se seria ator novamente. Mas de qualquer maneira, a dificuldade maior naquela época era ter material para as gravações.

Equipamento, então, nossa! A gente só tinha uma máquina, que era uma Reflex em 35. A gente filmava em 35 e reduzia na cópia, porque a televisão, como já disse, não tinha video-tape, não tinha 35, era tudo em 16 mm. Quanto à transmissão, não sei como era feita na época. Acho que era a lenha.

Antonio Andrade - E às vezes quebrava o filme no meio da projeção...

Carlos Miranda - Quebrava o filme. Então, entrava um *slide* do patrocinador ou então aquele famoso indiozinho, logotipo da Tupi. Bom, são dessas coisas que sinto saudade. Mas era uma loucura, gente! Primeiro, não tinha dinheiro nem para comer... Houve uma época em que compramos um ônibus, mas não havia dinheiro para contratar o motorista. Então, um dia um guiava, noutro era eu quem dirigia. Outro dia o diretor e no outro o produtor. Ou então algum ator.

Ah, outro detalhe! Nós deixamos de filmar na Via Anchieta por causa da neblina. O ABC, de uma forma geral, tem uma bruma que não deixa o sol entrar pleno. Fizemos aqui o primeiro capítulo, depois mais dois, três. Mas a grande maioria nós fizemos na Anhangüera e fomos avançando. Aqui não tem sol? Mais para frente, então! Aí descobrimos Itu, que foi a cidade em que tivemos a maior luminosidade. Mesmo assim podia chover. A gente se escondia e cinco minutos depois voltava e podia filmar.

Então havia muitas dificuldades. Hoje não. Vi um comercial outro dia, com um sujeito num templo budista no Japão, mas ele estava aqui no estúdio. Era o cromaqui. E, olha!, passou que foi uma beleza. Por que? Porque hoje os recursos são ilimitados.

Agora, se quiserem fazer alguma pergunta...

Antonio Andrade - Queria saber algo sobre patrocínio. Parece que foi a Nestlé, e que teve o dedo do Carlito Maia.

Carlos Miranda - Justo. Bem lembrado. Carlito Maia. O patrocínio foi outro problema seríssimo. Como nós fomos os pioneiros em toda América Latina, e chegamos com um projeto assim para a agência de propaganda, teve um diretor de agência que não quis nem assistir o filme: "Pô! Filme brasileiro? A gente só faz cangaço! Agora vocês vão querer fazer uma fita de mocinho? Vocês estão loucos! Vocês me trazem um programa e vão querer vender 52!" Porque em televisão o telecast é de 39 ou 26 inéditos, o resto é reprise. Então a gente estava levando o piloto, que é esse *Grão-Mongol* para exibir e estávamos vendendo 52 programas. Vocês sabem muito bem que não éramos os reis da cocada preta. E o prestígio do pessoal de cinema sempre foi muito ruim nas agências. Aí, depois de percorrer 21 agências, chegamos à Norton, que era na Praça Dom José Gaspar. Chegamos, já estávamos felizes da vida em mostrar, mostrar, mostrar. E eu era o projecionista.

Antonio Andrade - Tinha que levar o projetor... Um BH. Tenho até hoje em casa... Aquela cachequinha...

Carlos Miranda - Era um rolo de filme. Era chegar, colocar a caixa lá na parede, a caixa de som e tal. Durante esta exibição na Norton havia um senhor que era o dono da agência: Geraldo Alonso. E ele assistiu, gostou e tal. Mas o contrato da Nestlé com a agência estava terminando. Na saída da sala, ele falou: "Carlinhos, olha, você poderia passar de novo?" Desculpem a expressão, mas quem já passou tantas, mais uma ou mais outras!

Aí, o que ele fez? Saiu da Norton e foi lá no escritório da Nestlé pegar um sujeito chamado Gilberto Valtério, um suíço casado com uma pernambucana. e meia hora depois a gente já tinha discutido preço e tudo.

Quando o dono da agência chegou com aquele suíço de dois metros e meio de altura para assistir o filme... Aí surgiu o Carlito Maia e o suíço dizendo: "Eu compro". A turma toda cansada e de repente vem um estrangeiro e diz: *Eu compro!* E o Geraldo Alonso: "Ah, mas é caro, hein! É mais caro de que o *Rin-tin-tin*". De fato, porque o *Rin-tin-tin*, por ser feito nos EUA, corria em 170 estações diferentes e já se pagava por lá. Na época, nossa rede de TV tinha três estações, que era o que se chamava de Rede Tupi.

E foi o suíço se interessando e o brasileiro botando areia e tal, até que de repente falou: "Olha, vamos fazer o seguinte: ele faz um preço mais baixo até porque todos aqui querem ser pioneiros". E o Gilberto Valtério, diretor comercial da Nestlé, encampou o programa que custava 10 vezes mais que o *Rin-tin-tin*. Não me lembro, mas nosso preço era de quinhentos cruzeiros e o *Rintin-tin*, que já vinha dublado, até com risadas, custava cinquenta. É verdade, já mandavam as risadas prontas, como se a gente não soubesse rir.

Mas o suíço apostou na gente e comprou assim mesmo. E, graças a Deus, nós correspondemos à aposta. Mas aconteceu que, no final daquele ano, já com 50 e poucas semanas de programa, ele teve que assumir um posto mais alto lá na Suíça e foi embora e veio outro cidadão em seu lugar, um egípcio ou indiano, sei lá, sócio de uma distribuidora de enlatados estrangeiros. E ele não renovou com a gente.

Mas acontece que, naquela época, a televisão atingia poucas cidades e as pessoas cobravam. Havia necessidade de ter televisão. Como havia poucos aparelhos, os poucos eram colocados em bares, restaurantes ou nos vizinhos mais abastados, onde todo mundo ia.

O que nós fizemos? Pegamos quatro capítulos, juntamos e lançamos em cinema. Foi um grande sucesso. No Cine Piratininga tivemos que fazer três sessões extras. O mesmo aconteceu aqui no Cine Vitória, em São Caetano. E no Carlos Gomes, em Santo André. Fora os maiores cinemas daqui da Grande São Paulo. Tivemos um grande sucesso mas nunca deu dinheiro. Quer dizer, por mais que a gente fizesse sucesso, a União Cinematográfica tinha os seus 50%. E o exibidor tinha seus 25%. E nós tínhamos que ratear nossos 25% com todo mundo, pagar todas as dívidas que tivemos durante a produção para televisão. Então, foi por isso que o negócio não vingou, apesar de ter o Carlito Maia como pai da série para a televisão. Bem lembrado.

Evangelista Bazani (pesquisador de memória) - Carlos, na realidade, qual era a ligação que você tinha com a Polícia Rodoviária?

Carlos Miranda - Nenhuma. Eu era ator de teatro. Na verdade, comecei como cantor de circo. Eu tinha uma voz privilegiada. Com 12 anos de idade já cantava num circo chamado Circo Guaraciaba, do Piolim, do Pirulito, o maior palhaço que conheci. Aí, aos 14 anos, fui trabalhar numa companhia de cinema, a Cinematográfica Maristela, já citada, cujo escritório ficava na Rua Sete de Abril e o estúdio lá no Jaçanã. Fui trabalhar lá porque pretendia fazer cinema. Eu não sabia como, mas... Aí comecei como *office-boy*, na Sete de Abril. Depois, fui para o Jaçanã e fiquei por lá. Aos 16 anos, fui convidado para fazer parte do elenco permanente do Teatro Popular do SESI, que hoje é profissional e fica lá na avenida Paulista. Naquele época, era mambembe. A gente carregava o cenário nas costas e levava as peças para as indústrias. E só havia três indústrias em São Paulo que tinham palco. Era a Metalúrgica Matarazzo, em Osasco, a Cobrasma e uma em São Miguel, uma fábrica de tintas, se não me engano é do Ermírio de Moraes. Chamava-se Nitroquímica. Eram peças digestivas, de fácil assimilação e tal.

Então comecei a trabalhar com cinema também. Primeiro, carregava a câmera. Pois antigamente, a câmera de estúdio - Superpar ou Mitchun - precisava de quatro homens para ser carregada. Precisava de braço para trabalhar ali. E o Quinevox, que era para fazer o som guia, era uma caixa deste tamanho e precisava de dois homens fortes para ser levado de um lado para outro. Comecei assim. Aí cheguei a assistente de direção. Em *Arara Vermelha* eu já era primeiro assistente de direção. Até no *Independência ou Morte*, fita de 1972, fui diretor de produção.

Toda a minha formação foi voltada para o cinema. E comecei lá de baixo. Sou um rato de estúdio. E quando da ocasião da escolha do personagem que ia fazer o *Vigilante Rodoviário*, houve umas 70 ou 80 experiências. Três eram atores famosos: o Anselmo, o Hélio Souto e o Alberto. Mas eles me diziam (eu era o diretor de produção): "Pô, Carlinhos, fazer filme para televisão no Brasil não dá. Nós não temos nem cinema de longa metragem e vamos fazer televisão!"

Ah, me lembro de que, com a fita já pronta e nós correndo atrás das agências, aconteceu que, numa delas o sujeito que nos atendeu pegou o nosso título, que era *Patrulheiro Rodoviário* e não *Vigilante*. Nós não tínhamos dinheiro para registrar o nome e ele simplesmente pegou um filme da Columbia, que era do Oeste, com diligências e tudo o mais, e lançou-o patrocinado pelo Toddy. O Daro Reis, amigo meu, fazia o anúncio: "Seja você também um Patrulheiro Toddy. Pegue uma lata, o endereço é Caixa Postal 252, Sumaré, São Paulo". Ele acabou ficando famoso por causa do *Patrulheiro Toddy*.

Vejam bem, até o título nos tomaram. Na hora H, não podendo ser *Patrulheiro*, colocamos *Vigilante Rodoviário* mesmo. E mesmo assim não pudemos registrar o nome por 10 anos, quando o Palácios viu que um sujeito botou numa caninha o nome de *Cachaça Vigilante*. E aí ele correu e registrou nosso nome, para não ficar feio, sabe como é.

Pergunta - Carlos, durante todo esse tempo, você nunca teve interesse em trabalhar na Vera Cruz?

Carlos Miranda - Fiz quatro filmes na Vera Cruz. Primeiro com o Khoury em a *Garganta do Diabo* onde, além de diretor de produção, fiz o papel de irmão do José Mauro de Vasconcelos. Trabalhei nas *Amazonas*, uma fita com americanos, com Dan Taylor e grande elenco. Fiz *Absolutamente Certo*, com o Anselmo. Ali eu fazia a produção da fita. E o último foi com Dercy Gonçalves, uma fita que começou aqui e terminou no Rio. Chamava-se *Baronesa Transviada*. Foi onde eu aprendi todos os palavrões que conheço. A fita começou a ser feita aqui, mas a Vera Cruz não gostou - imaginem a Vera Cruz fazendo chanchada! - e aí tivemos que terminá-la no Rio.

Na Vera Cruz devo ter feito mais algum filme, mas não lembro agora. Estou ficando meio velho e não me lembro mais de tudo o que fiz. Mas tenho 107 filmes na minha filmografia. O John Wayne teve 108. Wilson Grey, 112. São os maiores. Como o Lulu de Barros, com 110 ou 111 filmes. Mas ele tem 86 anos. Mas eu comecei de baixo, de *office boy* a contra-regra. Carreguei câmara, fiz muita coisa até chegar a assistente.

E a última fita de certa importância que fiz foi *Independência ou Morte*, com Tarcísio, Glória, Dionísio, lá no Rio de Janeiro, para comemorar o Sesqui-centenário. Então, fui diretor de produção, consultor e ainda fiz dois papéis pequenos: Major Miguel de Frias e Capitão Miguel de Frias. Mais alguma coisa?

Antonio Andrade - Deixe-me ver se há algo mais... Ah, existe este registro de pioneirismo... Em 1968 ou 1969 houve um festival de cinema para televisão na Turquia. E concorreram 12 países. Nós só perdemos para os EUA porque eles levaram um filme chamado *Bonanza*, que era uma grande novidade e muito bem feito, cá entre nós. A gente nunca poderia... Mas nós ganhamos em segundo lugar entre 12 países de primeiro mundo. E, se os senhores se recordam, era o México que mais produzia filmes na América Latina e, mesmo assim, fomos nós quem pegamos o segundo lugar. O México nem havia conseguido fazer sequer um filme para televisão até aquela data e nós, que não tínhamos tradição nenhuma, enquanto os EUA faziam 500 filmes por ano, o México fazia uns 300, 350, e o Brasil, no máximo, conseguiu fazer 78 por ano. Então, num país com pouca produção cinematográfica, fazer um filme já é grande coisa...

Carlos Miranda - Hoje, graças a Deus, estar aqui é uma satisfação muito grande, primeiro porque é o reconhecimento de um trabalho que nós fizemos. Isso eu faço sempre questão de dizer. Éramos uma plêiade de abnegados: Alfredo Palácios, Ary Fernandes, Oswaldo Oliveira, o Sérgio, já falecido, o maior montador de comerciais de quem se teve notícia no país, Luiz Elias, montador do *Vigilante*.

Hoje em dia, para editar algo, é só usar uma ilha, tudo eletrônico. Você aperta um botão, ela liga sozinha e faz tudo. Antigamente, não. Tinha que pegar o filme-contato, que nós chamamos de copião. Depois de montar direitinho, põe a banda de sons, a banda de efeitos, a banda de música. E depois de tudo prontinho, você tem que cortar, de acordo com esse positivo montado, o negativo para poder tirar cópia. E ainda fazer em 35, reduzir para 16 mm.

Antonio Andrade - Carlos, o que também fica implícito no seu depoi-

mento é a importância dos grandes estúdios. Porque há uma tendência na biografia do cinema brasileiro de desprezar, de maneira assim radical, o papel da Vera Cruz, da Maristela, da Multifilmes, que era lá em Mairiporã. A Aquino, que veio da Maristela. Hoje os grandes estúdios criaram toda uma geração de técnicos, artistas, *camera man*, fotógrafos que o cinema nacional não tinha. No final da década de 40, o cinema era feito de maneira totalmente precária. Dizia-se que o Zampari era maluco porque foi fazer a Vera Cruz em São Bernardo. Uma coisa idiota para a época. Ele queria fazer cinema americano, copiando. O Maurinho Audrá...

Carlos Miranda - Meu padrinho.

Antonio Andrade - Seu padrinho, que botou fortuna na Maristela. Ele já tinha uma vida confortável, não precisava daquilo. Por isso, eu acho que essas pessoas devem ter seu trabalho reconhecido, porque formaram toda uma geração. Hoje você pega gente de nome que está aí na televisão brasileira ou no cinema publicitário. Todos passaram por esses estúdios. Essa herança é muito importante.

Carlos Miranda - E digo mais. Hoje, nós temos uma escola de diretores de fotografia, que foi criada pelo Bob Hook. E hoje ainda vivo Tik Fal, que é o pai de todos os diretores de fotografia. E vieram também dois cenógrafos cujos nomes não lembro. Mas eles vieram e não fizeram tudo o que o Pierino Mazenzi fez aqui em São Bernardo.

Antonio Andrade - Nós entrevistamos o Pierino. Ele voltou para a Itália agora.

Carlos Miranda - Ah, voltou!

Antônio Andrade - Voltou. Nós o entrevistamos há questão de um ano.

Carlos Miranda - Então, vejam bem, nós tivemos outros grandes nomes: Geraldo Ambrósio e Campelo Neto, já falecido, que fez a cenografia e os desenhos do *Independência*.

Antonio Andrade - É... Se começarmos a fazer a lista de todos eles!

Carlos Miranda - Sim, eles foram muito importantes. Gente como eu, nascido e criado aqui, que aprendeu a fazer cinema, televisão e teatro aqui, uma coisa inaceitável é picaretagem. É o exemplo do Marinho que trouxe para cá um grande homem, um grande produtor, mas eles só fez picaretagem por aqui.

Antonio Andrade - O Tiveli...

Carlos Miranda - Tiveli. Grande amigo, já falecido. Então, o Tiveli, extraordinária pessoa humana veio fazer negócio com a família Assunção, a Multifilmes. Mas ele acabou com a família, que era a maior fortuna de São Paulo. O Marinho também foi para a cucuia.

Antônio Andrade - Mas qual era a picaretagem? O que ele fazia?

Carlos Miranda - É muito simples. Ele queria fazer, como fez, *Manos Sangrientas* (Mãos Sangrentas). Trouxe o Arturo de Córdoba, México. Pegou a maior estrela do teatro na época, Tônia Carrero. Chamou também Sady Cabral. Fizeram uma superprodução na Ilha das Flores, quando, na verdade, poderia ter sido feita aqui no Riacho Grande. Sabe aonde eu quero chegar quando falo em picaretagem? É você pegar uma superprodução, uma história linda e

querer deixá-la toda platinada. Não há necessidade disso. Isso, para mim, é picaretagem, é jogar dinheiro fora.

Outro filme que ele fez foi *Arara Vermelha*. Só que na hora de fazer a produção executiva, ele caiu fora. Alugou um hotel em Manaus, no meio do mato, alugou barcos e tal. E nós fizemos *Arara Vermelha*, a mesma história, aqui em Itanhaém. Quem conhece Itanhaém sabe que tem o rio Negro e quando ele se bifurca também existe o Rio Branco e uma ilha. Foi ali que fizemos *Arara Vermelha*, em 1955.

Então, veja bem, picareta é aquele sujeito que pega o dinheiro do produtor e joga pela janela. É por isso que não existem mais produtores e cinema no Brasil. Porque muitos que foram diretores de produção naquela época, hoje são fazendeiros. E você deve conhecer alguns cujos nomes não quero citar.

Picareta é o sujeito que pega ou o dinheiro do produtor, ou mesmo da Embrafilmes. Conheço um produtor que pegou dinheiro da Embrafilmes e fez um restaurante no Rio de Janeiro chamado Carmen Miranda. Isso foi entre 1963 e 1964. E tem outro cidadão famoso que tem um sítio em Itu, chamado Embra Sítio. E você sabe quem é.

Antonio Andrade - Anselmo.

Carlos Miranda - Isso é picaretagem. Tirar dinheiro de um negócio e desviar. Isso é roubo.

Antonio Andrade - É pior ainda porque se trata de dinheiro público.

Carlos Miranda - Isso eu não aceito. A Vera Cruz, nossa! Fiz quatro fitas lá e por isso consigo falar firme. E tinha um estúdio de som! Quantas vezes eu fiz documentário e levava para lá pois o estúdio de som da Vera Cruz era uma coisa maravilhosa, de primeiro mundo.

E outro dia fui convidado para ir a uma Festa da Criança lá, ano passado, e chorei vendo tudo vazio. Parece coisa de Drácula, gente. Tudo escuro, preto. Todos estúdios vazios, gente...

Antonio Andrade - Fazem uma exposição de móveis lá. O cinema industrial morreu.

Carlos Miranda - Infelizmente, morreu. Qual a viabilidade do cinema nacional? A gente viu também que depois do Collor houve um corte violento. Quem é que vai entrar nesse mercado? O governo? O governo diz que não tem dinheiro nem para pagar aposentado. Quer dizer, ele também não vai querer investir em cinema. A iniciativa privada também pouco está se importando com isso. Normalmente, quem está ligado a cinema hoje quer importar esses filmes norte-americanos que já vêm pagos e com sucesso, quer dizer, já vem com todo *marketing* pronto. E te obrigam a assistir também. Porque a quantidade de material que vai para o rádio, televisão, jornal, revista... Você é obrigado a assistir *O Parque dos Dinossauros*, goste ou não. Teu filho te obriga, ou alguém leva você...

Aqui, quem é que vai fazer cinema hoje em dia? O custo é altíssimo!

Antonio Andrade - Então, a perspectiva, Carlos...

Carlos Miranda - O que eu quero dizer agora gente, e que está sendo registrado, é o seguinte: o caminho é esse, é o Pró-Memória. Quem é que vai

poder fazer cinema para concorrer? Só os idealistas e os competentes. Porque não há mais dinheiro da Embrafilmes. Ninguém vai jogar dinheiro pela janela. O sr. Mário Audrá não vai dar mais dinheiro para fazer picaretagem lá na Amazônia. Tudo deve começar de grupos como esse. Eu me sentiria muitíssimo bem se tivesse 10 pessoas que quisessem trabalhar comigo num roteiro. Vamos falar a verdade: nós estamos numa cidade rica. Aqui tudo pode ser feito e assim eu acho que deve ser montado um grupo de cinema. Porque tenho a certeza absoluta de que, se a Prefeitura não ajudar, as indústrias poderão. Agora, pé no chão. Pegue um roteiro e faça uma análise técnica, que é o que eu mais aprendi. Faça um mapa de produção. Gente, não é preciso todo esse dinheiro para fazer um filme.

Eu tenho a impressão de que se a gente começar a ficar com o pé no chão e abrir esses núcleos, como este que estou vendo agora, de pessoas interessadas, gente! É que eu sou muito idealista. Geralmente, eu chego em casa e minha mulher me bate por causa disso. Eu sou idealista mesmo. Será que não tem uma história aqui, de alguém da cidade que tenha algo para contar? Alguém que não tenha a necessidade de se deslocar até Miami? Deixem isso para as novelas que eles vendem para fora do país. Eles que vão para Miami para gravar. Afinal, eles já têm o merchandising vendido! Mas nós também podemos fazer merchandising. Eu nunca fiz. Mas será que em 1994 não dá para fazer um filme! Vamos dizer até que seja um filme experimental... Há alguns meses atrás, o maior sucesso de bilheteria era um filme mexicano que custou sete mil dólares...

Antonio Andrade - O Mariachi.

Carlos Miranda - O Mariachi custou apenas sete mil dólares e foi um grande sucesso. Nós temos que sair por aí, garimpando boas idéias, batalhando e sensibilizando as pessoas que tenham condições de ajudar. Temos a indústria aqui, e vou contar um segredo: todo ano faço um calendário institucional da Polícia Rodoviária e este ano quem está me ajudando é a General Motors. Vejam só!

Antonio Andrade - E a fábrica está instalada aqui em São Caetano.

Carlos Miranda - Justamente. E eu não conhecia ninguém da diretoria da General Motors, e precisava fazer um calendário institucional, com mensagens educativas. Não tive dúvida e bati na porta da GM. Fui lá, falei com um tal de Remy e ele comprou a idéia. Puxa! Se tiver uma história... Eu me aliando, porque sozinho não faço nada, com meia dúzia de pessoas interessadas... Deve ter alguma história da cidade...

Antonio Andrade - Está cheia de histórias.

Carlos Miranda - Puxa vida! Por que será que a gente não vai falar com o Remy, ou com aquele outro, o André Beer, sei lá, qualquer um.

Antonio Andrade - E o André Beer é daqui.

Carlos Miranda - Eu sei. Então, será que não se pode fazer nada? Memória, gente... Será que nós não temos artistas plásticos que moram ou nasceram aqui?

Quando fui secretário de Turismo durante três legislaturas em Ita-

nhaém, tínhamos lá o maior pintor brasileiro, chamado Benedito Calixto de Jesus. Fiz quatro exposições. Tínhamos cento e poucos artistas plásticos em ter para quem vender.

É o que eu sempre digo. A gente tem que criar alguma coisa, tem que produzir cultura, arte... E nós temos aqui o principal, que é o dinheiro. Não é nosso, mas está aí.

Antonio Andrade - É nosso. É nosso.

Carlos Miranda - Não entendo nada de política, mas a Prefeitura deve ter condições de arrumar locações. E tem mais: vocês têm meu endereço e telefone. Se precisarem de alguém para dar uma mãozinha, contem comigo.

Antonio Andrade - A Prefeitura de São Caetano edita uma revista só de memória. E nossa idéia de memória não é a da memória estática. Memória estática é cemitério. Porque aí não se avança em nada. Porque tem essa turma que vem vindo, a criançada. Quer dizer, qual é a perspectiva de trabalho para a juventude? Na sua época era muito difícil, mas havia uma perspectiva. Essa é a grande diferença. Que perspectiva a gente oferece na parte artística?

Carlos Miranda - Você tocou num ponto interessante, que são as crianças. Eu tenho um tipo de cinema em casa. E eu tenho um sobrinho de 10 anos, que tem video cassete, televisão. Mas quando ele fica sabendo que vou passar filme com o projetor, pode ser até em Super 8, só o fato dele ficar no escuro e ver numa tela na parede... Ele adora! Não só meu sobrinho como todos os seus amiguinhos. E de uns tempos para cá eu consegui uns seriados do *Pica-Pau* que eu acho que ele já assistiu umas 50 vezes. Então, toda vez que ele me vê chegar perto do projetor, me pergunta "Você vai passar desenho?" Eu falo que não. "Vai lá na locadora, onde tem fita do *Jaspion*". E ele: "Mas eu não gosto. É legal ver aqui."

Por isso acho importante as pessoas se preocuparem mais com memória, como ele estava falando sobre a revista *Raízes*. Acho que aqui no ABC é a única no gênero, feita por uma Prefeitura.

Antonio Andrade - Sim. E não é só aqui no ABC. Memória tem que ser importante em todo Brasil. Que cidade tem uma revista assim? Ninguém mais faz.

Carlos Miranda - Ninguém mais faz.

Antonio Andrade - Pois é. Porque não se dá valor.

Carlos Miranda - Aqui na revista *Raízes*, que eu não tive ainda oportunidade de ler, vejo que há um artigo do próprio prefeito.

Antonio Andrade - E tem um pessoal aqui, o Gianello por exemplo, que trabalham cotidianamente com a memória. Todo dia aparece alguém para contar alguma história, trazer uma fotografia, um depoimento. Agora, em outros países essa preocupação com a memória é maior. Eu costumo falar para o pessoal: Gente, o que deve ter nas casas por aí, de filmes 8 mm, super 8, 16 mm, de batizado, casamento, piquenique, passeio. E, de repente, se você não trabalha a importância deste material, ele vira lixo. Carlos, os seus episódios encontrei na lata de lixo...

Carlos Miranda - E esse filme aqui, essas cinco histórias que eu te-

nho, eu roubei do produtor que não quis me dar! Não faço comércio com este material, só empresto para amigos. Como eu estava dizendo, nós temos condições de fazer filmes. Olha, há pouco tempo fui a São Bernardo, onde teve aquela reunião...

Antonio Andrade - Era uma reunião de colecionadores.

Carlos Miranda - Nossa! O que tem de memória guardada, é impressionante. Só que a maioria é estrangeira. E não poderíamos ter nossa própria memória. Vamos, gente! Vamos lançar agora, vamos fazer um roteiro de cinema. Vamos contar a história de São Caetano, gente!

Antonio Andrade - Claro. A aventura dos imigrantes. São histórias riquíssimas.

Carlos Miranda - Olha quanta história bonita tem. A gente vinha comprar louça aqui.

Antônio Andrade - Na Matarazzo ou nas Louças Adalina.

Carlos Miranda - Agora, voltando à questão do seriado. A TV Cultura, do Governo, reprisou, há uns dois ou três anos, toda a série *Papai sabe tudo*, feito na mesma época do *Vigilante*. No ano passado, reprisou *I love Lucy*. Um acervo que veio todo da TV Excelsior.

Antônio Andrade - Você imagine o potencial de uma série como o *Vigilante*...

Carlos Miranda - É.

Antônio Andrade - A gente sabe muito bem que o mercado de nostalgia hoje é super-importante. Em vídeo, por exemplo. Veja o caso recente do *National Kid*. Eu lembro do desespero do Atílio Santarelli que queria encontrar um episódio de qualquer jeito. Aí a gente dizia que ele era completamente doido. quem é que ia querer assistir *National Kid*, um super-herói japonês da década de 60! Só o Atílio, que é louco. Mas não. A pressão foi tão grande que na hora em que lançaram o *National Kid*, logo na primeira tiragem - de uns 10.000 exemplares - venderam tudo! E já está esgotado.

Eu não sei porque o *Vigilante* não volta. Porque quando vi aquela reportagem no *Fantástico*, até imaginei que era um lance da Globo. A emissora deve ter comprado os direitos.

Carlos Miranda - Foi o que eu também pensei.

Antonio Andrade - Deve ter comprado todos os direitos, já está fazendo *merchandising* e daqui a uma semana isso aí já está à venda.

Carlos Miranda - Mas eu falei aqui do produtor Alfredo Palácios. Nós só perdemos dinheiro trabalhando por amor à arte. Mas só que agora, com todo o respeito que tenho pelo Alfredo, ele está querendo ficar milionário vendendo uma reprise. Porque só assim se explica. Ele foi procurado pela Globo, pela TV Record e não sei mais por quem. Mas parece que ele não quer vender.

Vou contar uma história: fiz um *test-drive* de uma Ninja há pouco tempo para o SBT. E eles usaram algumas cenas do *Vigilante*. Quase fui preso. O produtor achou que tinha ganho dinheiro com isso quando eu fiz o *test-drive* porque eu queria andar numa Ninja 900. E eu não ganhei nada por isso!

Antonio Andrade - Quer dizer que o material existe

Carlos Miranda - Está com o Palácios. Aproveitando este gancho...A intenção daquelas pessoas era fazer uma matéria comigo para dizer "olha, o cara não morreu. Está aqui." E o Ary tinha 17 rolos de 16 mm que tinham de ser passados para o magnético. Eu ia gravar na terça. Na segunda, o Ary pegou os rolos de filmes e foi para o Rio. Mas quando ele chegou lá no Santos Dumont, roubaram a caixa.

Antônio Andrade - E eram episódios do *Vigilante!*

Carlos Miranda - Dezesete episódios. Ele foi correndo dar parte na Polícia. Aí o Odilon Coutinho ligou para mim e disse "Olha, Carlinhos, eu não sei o que houve, mas sumiram os filmes lá no Rio de Janeiro". E eu disse para ele "Odilon, isso aí é golpe da Globo, para valorizar".

Então tivemos que rever a maneira como fazer a matéria. Disseram para mim "Nós vamos mudar tudo. Em vez de dizer o que você está fazendo hoje, nós vamos fazer uma matéria com você, vestido de *Vigilante*, chegando com o Lobo para resolver o problema do sumiço dos filmes". Tudo bem. Eles foram me buscar de manhã, subi e gravamos aquilo que aconteceu lá no Aeroporto. Isso foi numa terça ou quarta-feira. No domingo, eu estava viajando com o secretário e voltei às 3 ou 4 da manhã. E na segunda-feira, puxa vida!, ainda fui andar na praia. Era meio-dia e vi uma viatura da Rodoviária, uma corria para cá, outra para lá. Fui e perguntei: "Aconteceu alguma coisa?". E me responderam: "Não. É que estávamos justamente procurando o senhor. O senhor tem que ir para o Rio de Janeiro. Agora". Por que? "O senhor não viu no Fantástico?". Eu falei que não, que havia mandando alguém gravar o programa para mim mas ainda não tinha assistido. É porque no final do Fantástico um cidadão telefonou para lá dizendo que tinha achado a caixa com os rolos.

Mas não foi bem assim. O sujeito que roubou a caixa a pegou porque nela estava escrito *Sony Video*, algo assim, em japonês e alguma coisa em inglês. O sujeito viu aquela caixa toda arrumadinha, passou a mão e foi embora. Quando chegou em casa, abriu e viu os rolos de filme, pensou "o que eu vou fazer com isso?". Ninguém mais tem projetor de 16 mm, né? Ele devia morar ali perto de Botafogo e lá tem a Kodak, na Voluntários da Pátria. Ele passou por lá, deixou com o porteiro na quinta-feira, dizendo: "Isso daí é para entregar. Depois eu trago a nota". E foi embora para não se identificar.

Então o sujeito, assistindo o Fantástico, pensou: "Espera aí, essa caixa está aqui. Só não sabia de quem era". Aí a Globo mandou um segurança lá e o sujeito leu que no rolo estava escrito *Vigilante Rodoviário*. Eles não tinham o meu telefone, mas tinham o da Polícia Rodoviária que acionou o pessoal aqui de São Bernardo, do 1º Batalhão, e eles começaram a me procurar lá no litoral. Aí fui para casa colocar terno e gravata. Peguei a bota, o quepe e fui.

Antonio Andrade - E o filme é este aqui.

Carlos Miranda - É este aqui. Está todo podre, mas ainda é o filme. Aí, quando eu cheguei no Rio de Janeiro, desci no Aeroporto Santos Dumont e encontrei o rapaz que havia dirigido a matéria, o Peçanha: "Miranda, cadê a farda?", ele disse. "Mas a farda está aqui dentro da mala!". E não é que ele queria que eu me des-

pisse no corredor, porque já estava fechando o tempo e ele queria começar a trabalhar! Eram quatro e pouco da tarde e a matéria tinha que entrar no Jornal Nacional!

Tirei a roupa ali mesmo e coloquei a farda. Tinha dois loucos numa Harley, com tatuagens, dois pirados do Clube do Vigilante. Na hora em que cheguei, eles estavam cantando a música do *Vigilante*. Era tudo muito louco. Fomos para o Botafogo para receber a caixa e eles gravaram tudo. Nem lembro o nome do gerente da Kodak.

Aí vem a parte mais engraçada. Fui até o Jardim Botânico. Bom, quem trabalha há muito tempo por aí acaba conhecendo muita gente. O Chapelain, por exemplo, eu conheço porque ele foi locutor dos meus comerciais. E aí começamos a conversar, eu me desmanchei todo lá no Rio. São Paulo não é nada em termos de recordações. Eu fiquei emocionado e nem conseguia falar.

É um negócio! Vai entrar no Jornal Nacional? Que hora? E eu até ajudei a editar a matéria! E faltava meia hora para entrar no ar.

Depois de tudo isso, decidi que ia ver meus netos em Niterói, pois eu tenho uma filha que mora lá. Fui correndo, nem tirei a farda. E o carro da Globo me levou para lá. Quando entrei, minha neta me olhou e falou: "Vô, que fantasia é essa?" Aí eu quis morrer! Depois de toda essa loucura, vem minha neta me dizer que estou fantasiado?

Mas, enfim, a matéria no Jornal Nacional foi a homenagem mais linda que eu recebi.

Antonio Andrade - Foi a mais recente missão do *Vigilante*.

Carlos Miranda - É. Além de ter revisto o Lima Duarte, dos tempos da locução de cabine, e o Toninho, que veio do Norte, o Toni Ramos...

Antonio Andrade - Nós solicitaríamos ao Atílio Santarelli, que foi o responsável pela telecinagem dos episódios, que falasse alguma coisa sobre seu trabalho, as dificuldades, os custos, etc.

Atílio Santarelli - Em relação ao meu trabalho, ao mesmo tempo em que é fácil, é também um pouco complicado. Basicamente, a televisão trabalha com 30 quadros por segundo, enquanto um projetor de cinema, um projetor de Super 8, 16 mm, daqueles que a gente projeta na parede e com os quais se filmava antigamente, trabalham com 24 quadros por segundo. Então, o telecine nada mais é do que um projetor modificado ou fabricado única e exclusivamente para transferir filmes antigos para vídeo, tanto o VHS, uma polegada, beta, seja qual for a bitola.

Eu cresci envolvido com cinema, em função do meu avô, meu pai, meu tio... Sempre curti muito um projetor. Eu peguei o fim do Super 8, não peguei sua fase áurea. Quando ganhei a minha filmadora de Super 8, ele já estava decaindo.

Sempre gostei daqueles seriados do cinema. Então, quando nasceu o video-cassete, eu quis saber como é que se conseguia passar aqueles seriados para o vídeo. Amigos meus tinham o mesmo interesse. Então, comecei a procurar, fui para São Paulo, lá na "boca" da cinematografia. Conversei com técnicos e o pessoal começou a me explicar como se fazia. Fui atrás de projetores e comprei um através do *Primeira Mão*, mas ele estava todo arrebitado e tive que desmontá-lo para fazer outro. Aí conheci um

rapaz, não sei se é vivo ainda, de Santo André, e ele me modificou um projetor RCA americano para telecine. Foi uma coisa meio na gambiarra: nós trocamos o obturador e conseguíamos telecinar filmes feito a 24. Mesmo pegar filme a 18 quadros não tinha problema. Mas essa parte técnica nem adianta ficar explicando muito porque vai complicar tudo. Aí, depois de passado um tempo, já trabalhava com fotografia. E quando entrou o vídeo, comecei a trabalhar com isso também. Hoje, já se passaram 12 anos. Quando o pessoal ficou sabendo que eu tinha um Projetor Super 8, telecine, 16 mm, começaram a me procurar. Então avisei que ia começar a cobrar por que não é fácil. Aí um amigo meu me deu um livro americano que falava sobre parte técnica e ensinava você a montar seu próprio telecine. O telecine é o projetor e, vamos dizer assim, a grosso modo, um móvel grande, com duas entradas. Por uma delas entra a câmera de vídeo e na outra o projetor, com espelho de cristal líquido dentro e um vidro despolido, que faz a passagem.

Então comecei a fuçar em todos os cantos atrás dos seriados, como: *Nacional Kid*, *Vigilante Rodoviário*, *Três Patetas*, coisas que são mais ou menos da minha infância. De todos os seriados que eu tenho, o único que telecinei foi o do *Vigilante Rodoviário*. No caso, o Antonio, aqui de Santo André, conseguiu os episódios e mandou para mim. Restaurei todo o filme, fiquei um dia e meio para restaurar um desses que vocês viram agora e depois passei para vídeo. Mas os meus mesmo procuro não passar para vídeo porque eu tenho medo de todo mundo sair por aí tirando cópia e aí vai bagunçar o coreto... Então, se alguém quiser assistir um episódio dos *Três Patetas*, *Jenny é um Gênio*, *Thunderbird*, sei lá se alguém se lembra disso, tem que ir na minha casa e assistir lá na minha projeção. Tem uma loucura minha lá: eu coloquei um gongo, só eu mesmo... Porque não sei se alguém se lembra, antes de começar uma projeção, antigamente, tocava um gongo e o cinema ia apagando. Aí fui atrás de um gongo de um cinema já fechado.

Voltando àquilo que vocês estavam falando, sobre preservar a memória, houve um senhor que estava dando uma palestra, o Peter, que disse que ninguém cuida de filmes antigos, nem as próprias emissoras de televisão, o que é verdade. Uma vez eu estava lá na Cinematografia, na rua do Triunfo, no Centrão, e vi passar um carroceiro descalço e a carroça dele estava cheia de lata de filmes. Saí correndo atrás do cara. Ele me disse que aquilo era um monte de latas velhas que ele tinha pego numa distribuidora e estava vendendo por peso. Perguntou-me se queria comprar. Mas eu estava interessado nos filmes. Procurei e achei algumas latas com filmes de 35 mm. Ele me disse que não sabia o que era aquilo. Perguntei o preço e ele me disse que era o suficiente para pagar o almoço. Dei o dinheiro para ele, o suficiente para dois comerciais e umas pingas.

Aí eu fiquei na curiosidade! Quando cheguei em casa, abri todas as latas e descobri que era um antigo jornal do *Canal 100*, que era o que a gente via no cinema. Eram 46 jornais que estavam indo para o lixo.

Este foi apenas um dos casos que vivenciei. Já encontrei filme sobre a construção e inauguração de Brasília num cinema abandonado aqui no Ipiran-

ga, embaixo do palco. Para pegar a lata, tive que dar pontapé em três ratos enormes. Peguei um seriado da Marvel que estava indo para uma fábrica de vassouras. Tinha *Homem de Ferro*, *Homem Aranha*, e tudo isso estava indo derreter numa fábrica de vassouras!

Eu costumava ir muitas vezes para o interior, aproveitando uma folguinha. Agora que sou casado já complica um pouco, mas antes eu pegava o carro e ficava dois, três dias no interior. Procurava o cinema da cidade que eu visitava, geralmente abandonado. Ia para um bar e perguntava quem era o dono. Então, ia na casa do homem, geralmente um senhor de idade, perguntava se ainda tinha o projetor do cinema. Então ele me respondia que o cinema havia se tornado um estacionamento, mas que a cabine de projeção ainda estava lá. Eu ia para a cabine e encontrava de tudo: jornais antigos, documentários... Eu tenho um documentário sobre o Getúlio Vargas, uma corrida que eu nem comentei do Chico Landi lá no Morro da Gávea, em nitrato ainda, aquele filme que pega fogo. Tenho, também, um documentário que consegui no antigo Cine Santo André, antigo Teatro de Alumínio. É um documentário sobre a Construção do Moinho São Jorge. Esta foi a última coisa que consegui. Tudo em 35 mm, em preto e branco e perfeito estado.

Quisera ter conseguido mais filmes. O Antonio ligou para mim dizendo que tinha conseguido o *Vigilante Rodoviário*. Dei risada porque ninguém tem isto. Até o próprio Carlos Miranda tem dificuldade para achar estas coisas. Conheço outros colecionadores, mas ninguém tem o *Vigilante*.

Antonio Andrade - *Um cidadão tem 600 westerns, conhece o primeiro cowboy do cinema americano, é impressionante. Ele se veste como tal, todo caracterizado.*

Atílio Santarelli - Um outro rolo de filme, ainda mais raro, que eu tenho, é um jornal de aproximadamente 20 minutos, feito em 1934. Ele era distribuído meio que por debaixo dos panos aqui no Brasil, incentivando o nazismo, com depoimentos de Adolf Hitler. Eu até pensei em entrar em contato com o Consulado Alemão, mas tenho medo de ter que ceder o filme.

Todos os meus amigos vivem me cobrando. O pessoal pede para assistir estes filmes. Dos *Três Patetas*, por exemplo, eu tenho 35 filmes novos, tudo em película. Fiquei namorando isso, sabia onde estava, durante mais ou menos uns seis ou sete anos. Estavam numa produtora e eu sabia que eles não queriam se desfazer. Sempre que ia na Cinematografia em São Paulo, avisava que o dia em que eles quisessem eu topava a parada. E veio para na minha mão agora, no final do ano passado.

Antônio Andrade - *E aqui tem gente ganhando dinheiro com isso. A gente conhece no Rio de Janeiro um caso, o Tardei, que é o maior colecionador brasileiro. Ele tem hoje uma estrutura empresarial, ele viaja o mundo inteiro.*

Atílio Santarelli - Telefoni para ele e fiquei sabendo que ele não tem o *Vigilante*. O Paulo tem uma coisa muito interessante: quando a gente exibiu alguns episódios do *Vigilante*, em Santo André, lá no Museu, ele, que mora em Bom Jesus de Itabapoama, leu no *Diário do Grande ABC* que nós íamos exibir

o filme. Ele me ligou dizendo que queria comprar. Eu disse que não estava à venda. Que quem quisesse, viria para assistir. Ele falou para eu fazer o preço, porque no dia seguinte ele pegaria um avião e estaria na minha casa. Falei que não, que tinha encontrado os filmes na lata de lixo e que não ia vender. Mesmo assim ele insistiu.

Vi no programa do Jô Soares que nem emissora de TV tem em vídeo o que ele tem em película. Ele na sua casa um galpão que dá umas quatro salas desta, com ar condicionado, que é para proteger os filmes. Tudo computadorizado. Ele é totalmente, pirado nisso, só que ele nasceu em berço de ouro e sempre teve condições. O que aparece, ele compra. Vai para os EUA, sempre em contato com os colecionadores.

Antonio Andrade - Eu tenho dois filmes: *Pensão de Dona Estela e Quem matou Anabelle*, em 16 mm, dentro de umas caixas, se você quiser. *Pensão de Dona Estela* tem no elenco Randal Giuliano e Maria Vidal; *Quem matou Anabelle*, com Anna Esmeralda, Procópio, Jaime Costa. Mas não me lembro do nome do galã! Mas *Pensão de Dona Estela* é o primeiro filme em que o Randal faz papel de galã. Anna Esmeralda casou com Mário Audrack, que era o dono, e que no filme era seu pai. A TV Cultura vai exibir agora, no próximo domingo, um filme da Maristela. É o *Xavante*, com Pagano Sobrinho.

Atílio Santarelli - É... Maria Vidal, Machadinho, Chocolate e Cinderela.

Antonio Andrade - Cinderela era garota propaganda da televisão. E o Pagano Sobrinho hoje é uma lenda.

Atílio Santarelli - Machadinho foi o primeiro comentarista esportivo da televisão brasileira. Era Aurélio Campos narrando e ele comentando. Tem aquela, famosa: ele fazia propaganda do Conhaque Palhinha. Aí ele toma o Conhaque e fala "Que delícia!". Uma vez cortaram para entrar um comercial, só que a câmara que estava ligada nele não entrou. E ele disse: "Que merda!". E foi ao ar!

Antonio Andrade - Foi a maior aberração da televisão brasileira!

Atílio Santarelli - Mas vocês viram na semana passada o Galvão Bueno e o Pelé? Para quem tinha antena parabólica, ficou no ar. Aí alguém falou "Galvão, Pelé fala muita bobagem, não tem jeito de você parar com ele? E o Galvão respondeu "Só seu eu der com o microfone na cabeça dele!"

Antonio Andrade - Sobre o Conhaque Palhinha, saiu da televisão, tiraram o patrocínio!

Atílio Santarelli - Essa é da mesma época: o Zé Parisi fazia o *Falcão Negro*. Então, um dia, estávamos no estúdio e ele precisava lutar com Carlos Cotrin. Este era um exímio espadachim. Eles usavam floretes. E o Zé não entendia nada, era louco, completamente. Ele pensou "Bom, eu não posso perder, eu sou o herói. Ele é o bandido".

Aí eles começaram a cena. Começaram a correr, e o sujeito correndo com o cenário atrás deles. Sabem quem era o diretor do estúdio. O Régis Cardoso. Esta nunca mais ninguém vai esquecer. Todo mundo estava no estúdio aquele dia.

Antonio Andrade - Ele era louco mesmo. Batia em todo mundo!

Attílio Santarelli - Aí, ele percebeu que o cenário estava andando, não conseguiu bater com o florete e começou a dar com um pedaço de pau em cima do outro! E tudo no ar, porque não tinha corte, ele não tinha para onde ir. A garota propaganda estava se arrumando. E, às vezes, o corte dava pulo. Não podia cortar de um estúdio para outro que dava muito pulo. Então, você tinha que pular na mesma onda, ou seja, você já está com uma câmera aqui e tinha que virar ali porque a garota propaganda já estava pronta. Cada correria!

Um dia, o Oldar Marzan, fazendo o Teleteatro Três Leões - que era uma grande loja de departamentos e patrocinava o programa - teve um dia em que ele foi fazer o espadachim. Aí ele morria e a gente fazia o letreiro. Nessa época, a gente trabalhava atrás das câmeras, fazia o letreiro num tambor e ia fazendo com que as letras subissem. Hoje é tudo através de computador, mas antes a gente rodava o tambor manualmente. Acontece que alguém perdeu a manivela do tambor e começou a demorar. O ator estava vendo aquilo lá e a música do final já tocando e um negrão fez sinal: "ssssssss"; era para ele ficar quieto porque os créditos ainda estavam rodando. Mas o Oldar falou que não aguentava mais e, mesmo sem terminar os créditos, fez que ia sair.

Mas havia muito mais dessas coisas. Ah, falta o *Capitão 7*. Ele batia em todo mundo. Era meu vizinho lá na Praia Grande.

Antonio Andrade - Parece que ele continua *Capitão 7* até hoje.

Attílio Santarelli - Acho que ele tem 200 anos. É mais velho do que eu.

Mas é verdade, gente. O pessoal faz o herói, que era muito conhecido e tal, de vez em quando ele fica meio piradinho, ainda acho que é herói. Ou então o galã acha que é galã na vida real também. O Anselmo Duarte tem disso, de vez em quando ele para assim como quem pergunta "Ninguém me vê aqui?"

Antonio Andrade - Aliás, ele fez um livro, lançado há pouco tempo, chamado *Adeus, cinema*, em que conta toda a mágoa dele. Porque o Anselmo tem outro detalhe, ele foi aquele cara que deu certo. Ele foi a Cannes e ganhou a Palma de Ouro. É a única que o Brasil conseguiu até hoje e jamais foi perdoado pelo país. É que nem o Parreira agora, se ele ganhar a Copa do Mundo ele está perdido, porque já estão reclamando agora.

Então, o Anselmo conta toda essa história, a desgraça dele. Se ele tivesse ido para Cannes e tivesse perdido, um fracasso, provavelmente não teria acontecido nada na vida dele e seria um homem de sucesso. Mas ele deu o azar de ganhar e isso o Brasil não perdoa. O Brasil não perdoa quem faz sucesso.

Antonio Andrade - Isso foi coisa do pessoal do Cinema Novo. E os cariocas...

Attílio Santarelli - É. O pessoal do Cinema Novo acabou com a vida dele. Aliás, ele conta no livro que, como ele tinha Ganho a Palma de Ouro, de 1962, automaticamente foi inscrito na edição seguinte do Festival de Cannes.

Attílio Santarelli - Ele fala do David Neves no livro?

Antonio Andrade - Fala.

Atílio Santarelli - Eu participei de uma discussão entre eles sobre este caso.

Antonio Andrade - Mas ele foi automaticamente inscrito e, quando chegou na hora da votação, *Vereda da Salvação*, e mais algum outro filme. E no júri havia um brasileiro, não sei se era o David Neves, mas era do Cinema Novo. E deu empate! Mas, como o brasileiro parece que era o coordenador da mesa, ele tinha o voto de Minerva. E ele votou contra o Anselmo. Quer dizer, ele deixou de ganhar mais uma vez por causa de um brasileiro.

Então, ele diz que o maior erro da sua vida foi ter feito sucesso

Atílio Santarelli - Foi o caso do *Vigilante*. Ele só conseguiu ser exibido na televisão depois que um suíço comprou a série. Porque se dependesse do Geraldo Alonso, não iam comprar. Era muito caro. *O Rin-Tin-Tin* era dez vezes mais barato.

Antonio Andrade - E já vinha com tudo pronto, até risada. Ah, o Ademir Médice chegou. Ademir, a gente estava comentando aqui essas reportagens que você fez. Qual é o nome? Almir Castriotto, como é que foi?

Atílio Santarelli - Então, você vai levar um abraço para ele perguntando se ele continua fechado do jeito que era, no infantil da Vila Zelina, jogando com o Miranda.

Ademir Médici - Eu não conheci o Almir Castriotto. Foi o filho dele quem me passou as informações, dentro desse projeto de construção da Memória do ABC. Os protagonistas, ou seus filhos, têm revelado a história.

Uma coisa eu me lembro bem, Andrade, foi que o pai dele se identificou com o seriado porque este refletiu o que era a Polícia Rodoviária da Anchieta. O policial rodoviário era o ético, acima das propinas, jamais aceitava suborno. E, se esse primeiro seriado da televisão brasileira se propunha a contar isso, a fazer o *marketing* que hoje a aldeia global faz de acontecimentos no estrangeiro...

Então, segundo o filho, o Almir Castriotto se identificou de tal maneira que percebeu que o trabalho dele seria melhor se o seriado fizesse sucesso. O que efetivamente aconteceu.

Não é um comercial, ninguém ficou rico com isto, mas do ponto de vista de divulgar uma idéia, foi muito importante. E ele fotografava, recebia fotos, guardava. O filho ficou com muito daquele material. Nós divulgamos uma ínfima parte. É uma coletânea muito grande.

Carlos Miranda - A família eu não vi mais. Nós terminamos a série e ele faleceu.

Antonio Andrade - Esta é a dinâmica da memória: pega o endereço desse aqui, passa para aquele lá, pega o telefone e vai buscar fotografias, filmes, informações. Esta é a finalidade. É o que o Ademir faz, na sua coluna no *Diário*, que é um ponto de ligação. Se estas coisas estão vivas hoje é graças ao trabalho do Ademir.

Ademir Médici - É o serviço mais fácil de fazer, a gente ganha dinheiro folgado. Porque as pessoas escrevem para a coluna e a gente só reproduz. Então a coluna não é do Ademir, eu só assino.

Antonio Andrade - Pessoal, mais alguma pergunta? A Atílio vai colocar em exibição o material que ele produziu como registro da memória dos cinemas locais. Esta foi uma tarde muito emotiva e eu gostaria de agradecer pela presença de todos. O Carlos Miranda faz parte da nossa memória, parte da nossa vida, nossa geração, nossos sonhos. E, puxa vida!, estar aqui ao lado dele para muitos de nós é um dos momentos mais gratificantes nesta missão que nós temos.

Então, é isto o que a gente quis resgatar, trazer também o Atílio, que é jovem, é de outra geração, que é o pessoal de outra geração, mas que também entende a importância do resgate.

Eu me lembro muito bem de quando me encontrei com o Carlos Miranda lá em Itanhaém e disse para mi mesmo: "puxa, você gosta tanto de memória e o seu vizinho é o *Vigilante Rodoviário*! Não pode ser, você está louco. Sobe no muro!". Aí a gente subiu no muro e falou "olha ele lá, olha ele lá!"

Então, mais tarde, conversando com ele, comentando sobre seus filmes, ele perguntou se eu não podia arranjar uma cópia. E eu: "mas, como, o *Vigilante* não tem as cópias dos seus próprios filmes!". Ele falou que não, não tinha.

Aí eu pensei "meu Deus do céu, como neste país as coisas são difíceis! O próprio protagonista não tem essa documentação."

Então, para nós este foi um momento muito importante. A gente agradece a sua boa vontade, inclusive por ter passado por uma operação recente. A gente agradece muito e deixamos a palavra com o José Roberto, que é responsável pela despedida.

José Roberto Gianello - Você disse que o Attílio Santarelli é jovem, mas o amor dele por esta série do *Vigilante Rodoviário* a gente pode avaliar telefonando para o estúdio de vídeo dele. A música da secretária eletrônica é a do seriado.

Eu queria agradecer a presença do coronel Carlos Miranda, do Attílio, do Antonio como coordenador, de todos vocês.

As Relações Humanas no Processo de Produção

Coordenador

Alexandre Takara

Debatedores

Luiz Carlos Gianello

Antônio Possidônio

Fuad Sayar

Claudinei Rufini - Professor Alexandre Takara, cientista social, antropólogo da cultura, professor do Colégio Singular, do cursinho, da Metodista, ex-professor do SESI, onde atuou durante 20 anos e também uma pessoa que tem uma experiência muito interessante nessa área de Recursos Humanos, sendo durante um bom tempo gerente de Recursos Humanos, tanto na Mercedes Benz, quanto superintendente da Nadir Figueiredo. Vou passar a palavra para o professor Takara, que vai apresentar os demais componentes da mesa.

Alexandre Takara - Todos nós aqui da mesa queremos que este III Congresso tenha muito sucesso, da mesma forma que os anteriores. Antes de passar a palavra, gostaria de fazer as apresentações dos membros da mesa.

À minha direita, o sr. Antonio Possidônio Sampaio. Ele é advogado e escritor. Trabalha há mais de 25 anos no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, na área de Acidentes de Trabalho. Ele é autor de livros e matérias sobre os trabalhadores metalúrgicos da região. Alguns de seus livros: *A Capital do Automóvel na Voz dos Operários*, *Lula e a Greve dos Peões* e *A Nova Imprensa Sindical*.

Presente também nesta mesa, o sr. Fuad Sayar, cuja formação acadêmica é esta: graduado em Matemática pela Universidade Mackenzie e Física pela Universidade de São Paulo, tem especialização em Recursos Humanos na Fundação Getúlio Vargas, também fez pós-graduação e mestrado em Recursos Humanos no Instituto Metodista de Ensino Superior. Como profissional, iniciou a carreira em Recursos Humanos na General Motors do Brasil, em 1958. Foi Gerente de Recursos Humanos das seguintes empresas: Massey-Ferguson, Perkins, Henkel do Brasil e diretor de Recursos Humanos da Shelmar Embalagens Modernas Ltda. Atualmente, é diretor do Sindicato Patronal das Indústrias Gráficas do Grande ABC.

Aqui, imediatamente à minha esquerda, está o professor Luiz Carlos Gianello, administrador de empresas pela ISAM, especializado em Marketing e Recursos Humanos e professor de cursos de Administração Empresarial do IMES, em São Caetano do Sul, do CEUB - Centro de Estudos Universitários Bandeirantes em São Paulo e do curso de pós-graduação em Qualidade, na Universidade Santa Cecília, em Santos. Atua há mais de 30 anos nas áreas de qualidade, engenharia industrial e treinamento, com vários cursos de especialização. Exerceu atividades em nível de comando em empresas multinacionais.

Vejam vocês que estamos aqui com uma mesa bastante significativa e responsável por discutir a questão de Relações Humanas no processo de produção. Em primeiro lugar, gostaria de apresentar meus cumprimentos aos coordenadores do III Congresso, por terem inserido nele este tema de tão grande importância e que, pelo que me parece, é uma matéria nova nos congressos, não é? Então, meus cumprimentos para o pessoal. Em segundo lugar, nossa área de discussão será *As Relações Humanas no Processo de Produção de 1945 até hoje*, e, se possível, faremos algumas projeções para o futuro. Também a área de discussão será circunscrita ao ABC, porque este é um congresso regional. Como estamos falando sobre desenvolvimento de Recursos Humanos, não gostaríamos que esta questão fosse vista apenas da perspectiva da empresa, mas também analisar essa história sou o ponto de vista do operário. No caso é o Possidônio quem vai abordar essa questão. O professor Luiz Carlos Gianello vai fazer uma retrospectiva da história do desenvolvimento dos Recursos Humanos de 1945 até os nossos dias. Gianello, por favor.

Luiz Carlos Gianello - Boa tarde a todos. Para mim é um grande prazer participar desta mesa. Comecei a trabalhar aqui na região do ABC em 1962, na GM. Fui aprendiz de Senai, ou seja, estava me preparando para o grande crescimento das indústrias automobilísticas aqui no ABC. E passado esse tempo todo, hoje trabalho nessa própria escola. Por coincidência dou aula nesta classe, só que não tem microfone. A primeira colocação que eu faria: o que aconteceria na região do ABC a partir da II Guerra Mundial? O que foi essa avalanche de empresas? O que foi esse crescimento? O que foi esse êxodo rural? Tivemos um grande crescimento em São Caetano, Santo André e São Bernardo depois da II Guerra. Às vezes, brinco com os alunos, dizendo que se a maioria deles nasceu aqui na região, possivelmente os pais não. Devem ter nascido, em sua maioria, no Interior do estado. Nós tivemos um êxodo rural muito grande a partir de 1945, quando as empresas começaram a crescer aqui.

Não aconteceu no Brasil o processo de Revolução Industrial que teve lugar nos Estados Unidos e na Europa. As indústrias já vieram prontas para cá. Em 1850 começa a chamada Revolução Industrial na Europa, principalmente na França e na Inglaterra. Simultaneamente isso acontece também nos Estados Unidos. Por que essa Revolução Industrial? A população cresce muito e, como consequência, falta o atendimento das necessidades, vestuário, alimentos, transportes, etc. A Revolução Industrial veio suprir essas necessidades do próprio ser humano. Na época, as únicas pessoas que produziam alimento e vestuário eram os famosos artesãos, que tinham qualidade no seu produto, mas limitações na produtividade.

A partir de 1850, as indústrias começaram a levar as pessoas que tinham habilidade em produzir, só que oferecendo-lhes condições diferentes das que eles tinham como artesãos. A Revolução Industrial tirou o artesão de dentro de casa e levou-o para um galpão chamado empresa, só que ele não fazia mais o produto como um todo. Ele não comprava mais matéria-prima. Ele ia fazer parte desse produto. Aí deixou de ser artesão para tornar-se especialista. Começou-se a conhecer um sistema maior de produção com Henry Ford, que criou a linha de produção, onde era o produto que andava, não mais o homem. E cada um iria colocando as peças no produto até chegar ao produto final. O aumento de produtividade veio com a Revo-

lução Industrial e com uma escola de administração chamada mecanicista, que compreendia a mecanização e as linhas de produção.

E aqui no Brasil, como estávamos nós em 1850? Que noção nós tínhamos de industrialização? Efetivamente, não tínhamos nenhuma. Ainda estávamos no regime escravocrata. Tínhamos saído do ciclo do ouro e estávamos entrando no do açúcar. Os índios não tinham dado certo na mão-de-obra escravagista; então trouxemos os negros. Enquanto o Primeiro Mundo de hoje, Europa e Estados Unidos, já estava no processo de industrialização, aqui no Brasil estávamos, de uma forma muito tranqüila, trabalhando nas empresas agrícolas. Tanto nos Estados Unidos, como na Europa começou-se a perceber que a escola mecanicista, o alto índice de especialização, começou a criar uma série de problemas para o homem. Ele não gostava de ir para a fábrica nessa época. Havia um alto nível de absentéismo, muitos acidentes e baixa produtividade. Se era feliz trabalhando no fundo do seu quintal, quando foi para a indústria tivemos o primeiro grande choque do homem na empresa, porque foi tirado dele o direito de fazer um produto todo, de envolver-se com tudo. *Tempos Modernos*, de Charlie Chaplin, mostra muito bem que esta escola não olhou para o homem como um ser humano, mas sim como se ele fosse uma máquina. O que se queria do homem? Muita produção. Tanto que a partir de 1927 tivemos Kurt Lewin, Elton Mayo e outros psicólogos e sociólogos que começaram a estudar o comportamento do homem dentro do trabalho.

Depois da II Guerra Mundial tudo aquilo que já havia sido vivenciado na Europa começou a acontecer aqui na nossa região. A partir de 1945 nós começamos a ter no ABC as mesmas empresas que sofreram essa passagem nos Estados Unidos ou na Europa. Isso foi quando Juscelino abriu para que as empresas viessem aqui para a nossa região. Começamos a ver em 1958 uma fábrica chamada Volkswagen na via Anchieta. A General Motors começando a expandir-se. Aquelas empresas tradicionais que tínhamos na região, como a Vemag, por exemplo. Tínhamos também o Matarazzo, Louças Adelina, a Fábrica de Velas em São Caetano, Formicida, a Cerâmica São Caetano. Já tínhamos uma série de empresas aqui e quem é que dos antigos de São Caetano, de antes de 1940, não trabalhou no Matarazzo, na Louças Adelina, na Cerâmica ou na Formicida? Em Santo André, havia a Rhodia com aquele sistema paternalista, fazendo aquele monte de sobrados onde moravam os funcionários.

Então, de repente, temos essas empresas chegando aqui, precisando de quantidade de mão-de-obra especializada. Vejam como mudaram totalmente as condições e a cara da nossa região. Como é que suprimos toda aquela mão-de-obra para a produção? E quem veio ocupar esse lugar do operário nas linhas de produção? Quem eram os chefes? Onde iríamos arrumar elementos que sabiam comandar pessoas dentro dessas grandes empresas? Nesse período, tivemos uma grande inversão, um grande crescimento de empresas, uma mudança totalmente radical na região do ABC. Ela deixa de ter uma vida essencialmente provinciana, com suas indústrias de fundo de quintal e começa a receber empresas que vêm de fora, com culturas diferentes, com formas de administração diferentes. E começa a haver uma necessidade de crescimento que levou, num primeiro momento, à necessidade de uma mão-de-obra muito grande, uma linha de montagem precisa de

muitas pessoas, também de administradores. E como era o processo de trazer pessoas para cá? Como é que arrumávamos emprego na década de 50 ou 60? Quando estava conversando com o Fuad e o Takara, o Fuad falou que o chefe de pessoal olhava para fora da sala e escolhia os candidatos com quem simpatizava. Os outros eram mandados embora. Isso é um processo de seleção? Não tivemos tempo para fazer experiências ou desenvolver métodos nossos. Veio tudo pronto. Nós tivemos que nos adaptar a esse movimento. Como é que supríamos o volume de mão-de-obra na região? O processo era assim: uma vez que tinha alguém já morando em São Paulo ou no ABC, ele ia para o interior e convidava os parentes. *Olha, você não quer trabalhar na empresa tal? Tem uma vaga para você.* Ele saía de lá com o caminhão de mudança e já começava a trabalhar no outro dia. Mão-de-obra especializada, nós não tínhamos. Quem é que não teve um chefe gringo? E aí a região teve dese preparar para isso. Criar escolas que habilitassem esse povo. Somos fruto da importação de uma série de empresas a partir de 1945.

Por que a região premiada foi o ABC? Temos aqui a Via Anchieta, que é o meio de escoação. Agora é de saída, mas antes era mais de entrada. Também porque estamos próximos a Santos e ao grande centro urbano que sempre foi São Paulo, que poderia favorecer a migração dessas pessoas e até os suprimentos de mão-de-obra por aqui. E também a facilidade do escoamento e a entrada de todos os produtos que as indústrias precisariam aqui. Fui um dos meninos que, quando tinha 14 anos, foi captado pela GM para ser um aprendiz do Senai. Fui até a GM para candidatar-me a ajustador mecânico, que na época era assim...Gente, trabalhar numa empresa de porte internacional era orgulho. A gente usava o macacão até aos sábados e domingos, tal era o orgulho que tínhamos de trabalhar numa empresa desse tipo. O Senai trabalha até hoje no sentido de preparar, na faixa dos 14 aos 17 anos, mão-de-obra direcionada e especializada para a parte produtiva. Felizmente, veio dar uma oportunidade aos filhos dos migrantes, criar a possibilidade de se prepararem para entrar, numa empresa e desenvolver um trabalho.

Fuad Sayar - Naquele tempo, a seleção era mesmo como o Gianello falou. O processo de seleção mais ou menos metodizado foi com os aprendizes do Senai. Havia teste de seleção, provas escritas e orais e entrevistas. Ninguém era psicólogo, muito pelo contrário. Eu era estudante... tinha terminado o colégio e estava entrando na faculdade de Matemática e não sabia nada de Psicologia.

Foi nessa época que nós começamos a implantar a seleção propriamente dita porque a indústria estava crescendo e não havia formação para ferramenteiro. Na época, ferramenteiro era mosca branca. Quando encontrávamos um, pagávamos um caminhão de dinheiro. Ninguém formava ferramenteiros no Brasil. Quando a *Roberto Simonsen* abriu o curso de ferramentaria, nenhuma indústria quis inscrever alunos, simplesmente porque não acreditavam. Acreditavam sim, que eles conseguiam formar torneiros ou ajustadores. Por incrível que pareça, a GM de São Caetano foi a primeira a dar o voto de confiança através de meninos como o Gianello e outros.

Alexandre Takara - Gostaria de resgatar algumas coisas que o Gianello falou e vamos ver se a gente consegue alguns depoimentos dos presentes. O Gianello disse que depois da II Guerra houve um êxodo rural-urbano muito grande e ele falou

uma coisa curiosa. Que entre seus alunos ele pergunta *Quem nasceu aqui?* Normalmente, nem todos. Aqueles que não nasceram aqui, naturalmente os pais vieram do Interior. Vamos ver se essa hipótese confirma? Quantos de vocês nasceram aqui na região do ABC? Levantem a mão. Nove. Quantos de vocês não nasceram aqui? Nove. Deu empate. Quantos de você que nasceram aqui têm pais que vieram do Interior ou de outros estados? Levantem a mão. Oito. Em que época eles vieram para cá? (Respostas variaram entre as décadas de 30 e 50). Donde se conclui que a hipótese do Gianello confirmou-se. E qual o momento importante disso? A década de 50, quando começa a indústria automobilística.

Sônia Maria Franco Xavier - Parece-me que o contrato de fundação da GM é de 1925 e eu acho que já nessa época, junto com a sua instalação, deve ter havido um afluxo grande aqui para a região. Queria lembrar também a presença da Fábrica de Óleos Brasil e da Mineradora, que foi uma indústria bem grande e trouxe, inclusive, argentinos para cá. Por tudo isso eu acho que, talvez em São Caetano, a gente tenha uma vinda anterior à II Guerra.

Luiz Carlos Gianello - A maioria das empresas já tinha intenções de produzir aqui no Brasil. Só que a GM não começou aqui em São Caetano. Começou no Ipiranga. Na época, os carros vinham semi-prontos e não demandavam muita mão-de-obra. Por isso, nesse período de 1920 até 1945, as coisas permaneceram como estavam. Não houve um *boom*, uma necessidade de migração. A partir de 1950, quando deixamos de montar os carros e começamos a fabricá-los aqui, aí sim houve essa grande mudança. Esse período foi meio de hibernação. No começo do século, já tínhamos aqui quase todas as automobilísticas. A Volkswagen, a própria GM, a Ford, que é de 1925 e também se situava no Ipiranga. Aí que elas resolveram produzir todos os componentes aqui. E aí começaram a vir pra região de São Bernardo onde havia mais espaço, mais terreno. Imagina onde é hoje a Volkswagen como era em 1958.

Sílvio Pereira - Em 1930, também tem aquela questão da mudança da burguesia agrária que controlava o país e assume com Vargas a industrialização. Nesse isto entra também a questão do êxodo rural, pois o poder na sua essência tinha voltado para a cidade com a posse de Vargas.

Osmar Costa Valentim - Há uma coincidência de períodos pós-guerra. Problemas nos Estados Unidos em 1925 e na Europa da década de 40 com a II Guerra. Então facilitou isso que foi mais fuga deles do que uma necessidade nossa de industrialização. Primeiro, eles trazem carros semi-acabados, depois quando há destruição total na Europa, eles trazem toda a matéria-prima para o Brasil e nós somos obrigados a aceitar, né?

João Batista - Uma outra face que gostaria de levantar que mudou a cara da região: o senhor abordou o aspecto da Volks e da Via Anchieta. Agora, gostaria de relembrar também um fator importante que foi a São Paulo Railway, também em função de escoar produção e mais tarde o transporte de passageiros. Portanto, acho que foi relevante essa estrada de ferro para o desenvolvimento e essa conotação urbana que tem a região do ABC, especialmente São Caetano e Santo André.

Alexandre Takara - Eu acho que a gente precisa estabelecer os nexos entre esses diversos elementos aqui colocados.

É verdade, Sônia. O que a gente verifica é que o processo de industrialização no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, vai iniciar-se durante a I Guerra Mundial, porque a Europa estava em estado de convulsão. Aqueles países beligerantes, inclusive os Estados Unidos, estavam muito atentos para a questão da guerra. Daí o porquê de eles não poderem fazer a exportação de seus produtos para o mercado latino-americano. E o Brasil vai aproveitar essa ausência temporária dos americanos e europeus aqui na América Latina. Os paulistas vão aproveitar esse ensejo para dar o primeiro impulso industrial. Tanto é verdade que foram montadas diversas indústrias aqui, como aquelas que você acabou citando.

Silvio, você tem razão na questão de 1930. É claro que no caso de São Paulo, o lucro obtido através da cafeeicultura vai ser investido na área urbana industrial. Inclusive São Caetano foi grandemente influenciada por isso, na medida em que a Matarazzo acabou se instalando aqui. O Batista também, mais uma vez, está certo. Não foi sem razão que o ABC foi naquele momento privilegiado no seu processo de industrialização. Num primeiro momento, a Grande São Paulo era uma região muito privilegiada em relação à quantidade e qualidade de eletricidade fornecida pela Light. Um segundo momento importante no nosso processo de industrialização foi o fenômeno da imigração, principalmente a italiana, na região do ABC. Eles não eram quaisquer imigrantes. Vieram para cá com uma determinada tecnologia. Tudo isso vai ser motivo de incentivo ao desenvolvimento industrial. A questão da São Paulo Railway, hoje Santos-Jundiaí, também é de capital importância, porque não podemos nos esquecer que a economia daquele período era de exportação. Inicialmente a cafeeicultura e a partir de agora a industrialização. Tanto é verdade, que as primeiras indústrias aqui na nossa região vão ser instaladas ao longo da rede da ferrovia e, posteriormente na década de 40 quando se estabelece a Via Anchieta, vai haver um deslocamento das indústrias ao longo da Via Anchieta.

Valentim, o caso é o seguinte. Se o processo industrial brasileiro, principalmente o paulista, se inicia a partir da I Guerra, não podemos esquecer que esse mesmo processo vai agudizar-se a partir da II Guerra, que foi muita mais violenta, porque foi, efetivamente, uma guerra mundial. Todos os países dedicados à campanha da guerra preferiram produzir canhões ao invés de artigos de paz. E mais uma vez a América Latina vai ser abandonada. Então, o que acontece? As indústrias paulistas estavam mais desenvolvidas nesse período e começaram a produzir para suprir as necessidades do mercado latino-americano e também para a Europa destruída pela guerra.

O Luis Carlos faz referência a um tipo de indústria aqui do ABC, a indústria do fundo de quintal. Não havia ainda as multinacionais. Eram ainda empresas pequenas que funcionavam nas edículas dos fundos de quintais dos fundos das empresas. Indústria de fundo de quintal daquela época era, por exemplo, a que pertencia à família Castaldi, que funcionava então na rua Rio Grande do Sul, hoje ao lado da Fundação Pró-Memória. Era a mesma coisa a Indústria Barilli na fundação. Da Martinelli, que fazia cerâmica para as indústrias elétricas em São Caetano. Eu pergunto aos presentes: Algum de vocês trabalhou nessas empresas de fundo de quintal e outras?

Sônia Maria Franco Xavier - A nossa empresa, Indústria de Artefatos de

Urbana Ruzzi, começou com quatro sócios fundadores. Ela iniciou há 40 anos atrás exatamente num fundo de quintal, que era a casa do meu tio, que era uma loja de venda de baterias. Meu pai foi o fundador. Hoje estamos com quatro unidades. São três sedes. Uma em Mauá, uma em Santo André, uma no Nordeste e uma em Miami. Nós chegamos a ter 900 operários e começou no fundo de quintal mesmo. O sócio mais alto tinha que trabalhar curvado, ele não cabia no barracão.

Alexandre Takara - Abordando outra questão, a do recrutamento de mão-de-obra. As empresas iam até o interior, possivelmente outros estados também, para recrutar pessoal mandando inclusive, ônibus para lá. Alguém tem notícia dessa informação? Alguém participou do recrutamento? Eu me lembro que as montadoras mandavam ônibus e mais ônibus para o interior de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso para trazer o pessoal de lá até aqui para recrutar, contratar e depois vinha a família.

O Fuad levanta outra questão. Formavam-se filas diante das empresas para recrutamento e seleção. Fuad, você ia com a cara do fulano, mandava entrar. Se não ia, falava para ele voltar outro dia. Alguém tem depoimento sobre essas duas questões? Ninguém. É uma pena.

Fuad Sayar - Eu passei 12 anos na GM e justamente na área de RH, que naquela época se resumia, na maioria das empresas, ao departamento pessoal. Contratava, registrava na carteira e pagava. Não havia treinamento, assistente social, benefícios ou seleção. Nós íamos aumentar a produção. Íamos começar a fabricar *pick-ups* e caminhões. A ferramentaria tinha 300 pessoas e ia passar para 3.000. O Senai não estava dando conta em formar os aprendizes e não tinha lugar nenhum para a gente ir buscar.

Naquela época, a GM contratou uma turma de rapazes que estudavam no seminário e trouxe para ajudar o pessoal que estava lá nos Recursos Humanos a ter alguma técnica, não de psicologia, mas de pedagogia. A seleção que nós aprendemos a fazer era a seguinte. Nós íamos para a roça e perguntávamos para o camarada se ele conseguia bater palmas, tomar sorvete e não babar. Nós admitíamos, Perguntava *Você conhece de ferramentaria? Não, eu coloco no burro aquele negócio... Ah, conhece ferramentaria? Serve.* Nós trazíamos de ônibus ou de trem. Aqui na GM nós fazíamos treinamento com eles em ferramentaria. Nós tivemos problemas seríssimos com esse pessoal do interior. Eles não estavam preparados para entrar em uma fábrica e nós não estávamos preparados para ensinar. Não sabíamos desse problema. Só fomos percebê-lo depois que alguns, ao entrarem no barracão da produção pela primeira vez e verem as máquinas, se trancarem nos banheiros, chorando de medo achando que as máquinas iam devorá-los. Seleção era um problema gravíssimo na nossa época porque não dispúnhamos de psicólogos.

Paulo Su - Ele falou do caso da integração do homem com a fábrica. Um ano atrás eu fiz uma pesquisa no Nordeste, na região de Alagoas, Sergipe e Pernambuco. Próximo de Pão de Açúcar e Paulo Afonso eu encontrei pessoas que até hoje nunca viram um trem. Avião eles vêem porque passa no ar. Alagoas é um estado muito pequeno e, mesmo assim, muitas pessoas nunca foram até a capital. Nunca viram um navio, um prédio, essas coisas. As pessoas pensam que São Paulo e Rio refletem o Brasil, mas não é bem assim. O Brasil é outra coisa.

Alexandre Takara - Batista, com referência ao que o companheiro Paulo falou, como é essa questão do fulano migrar de uma zona rural para enfrentar uma sociedade tão complexa como a nossa? Alguém gostaria de construir uma teoria ou hipótese a partir daí? O Fuad levantou uma questão séria que é a desestruturação de uma pessoa. Há alguém aqui formado em ciências humanas, psicologia ou pedagogia?

Carla Cristina Garcia (antropóloga) - Com relação a essa questão da mão-de-obra que vem do interior para a cidade, parece que essa discussão toda que a gente está tendo do capitalismo no Brasil. E toda essa crise que essa revolução industrial aqui da região também é fruto do que foi isso na Europa. Lá também existe esse choque. Acontece aqui como falou o nosso amigo, o que aconteceu na Europa, né?

Fuad Sayar - Acho que na Europa quando começou não tinha o maquinário que existia no Brasil. A revolução industrial foi preparando. Você começou com a roda, o vapor, com alguma coisa assim se movimentando. Aqui ele chega e vê uma prensa de 100 toneladas. Quando aquilo baixa treme tudo em volta. Ele vê uma série de prensas de 100 toneladas à sua volta, aquelas mandriladoras, aquelas broxadeiras, os tornos imensos, plainas funcionando, saindo faísca para tudo quanto é lado. Ele devia pensar que ia ser comido por um dragão.

Carla Cristina Aguiar - Guardadas as devidas proporções históricas, o que foi para o camponês no século 17/18 quando ele sai do campo e vai para a cidade para trabalhar nas indústrias, também tinha algo que se assemelhava a um dragão. Nas primeiras manifestações de trabalhadores, o que eles quebravam? A máquina em primeiro lugar, porque achavam que ela os estava oprimindo. A desestruturação do *Eu* do trabalhador que sai do campo para trabalhar na indústria é sempre uma questão complicada.

Uma coisa que ninguém falou ainda, mas que é fundamental a gente lembrar é que além da nossa região ser muito propícia com relação a escoamento, tem a questão da mão-de-obra barata. Não é só um privilégio da região poder ter se desenvolvido com essas multinacionais, mas um fator fundamental porque elas estão aqui é que a mão-de-obra é muito barata. Não é só privilégio. É uma exploração que a gente precisa também estar atentos. No movimento operário no ABC, que a gente sabe que é um dos mais desenvolvidos justamente por ser a indústria mais desenvolvida, a exploração também se dá de uma maneira um pouco mais diluída a essa altura do século. Não se percebe tanta mais-valia, só que a forma é algo que a gente precisa levar em conta. Enfim, essas são as questões que eu queria colocar.

Claudinei Rufini - Eu acho que essas histórias retratam bem aquilo que a gente procurou estabelecer ao colocar *À sombra das chaminés* como tema do Congresso. São exatamente essas relações humanas que acontecem extra-trabalho, extra-mundo de trabalho. É um universo completamente diferente, completamente estranho, aquele que a pessoa está enfrentando fora. A gente tenta só imaginar como foi importante essa desestruturação do *eu* e, talvez como consequência disso, como o aspecto coletivo tenha sido influenciado. É a partir do momento que você tira uma pessoa do seu meio-ambiente, que é um dos componentes integrantes da sua consciência enquanto ser humano. Ele tem uma consciência de si, uma de grupo e uma de

ambiente. Quando ele é tirado de seu ambiente, sua visão de mundo é completamente desestruturada, seu universo é destruído e ele não tem mais referencial. Minha pergunta é: Até que ponto isso influenciava na produtividade?

Existe também a questão do sonho da pessoa. Se ela aceitava vir é porque tinha aquela projeção, aquela idéia de participar de um processo da evolução, do progresso. Ele vai trabalhar em uma indústria abandonando a agricultura. Ele vai trocar o campo por uma coisa nova, isto é, a cidade. Aquela idéia de modernidade que todo mundo corre atrás e normalmente a gente não sabe o que é. Então eu deixo essa pergunta. Em termos de produtividade, de adaptabilidade, de relações grupais que essas pessoas mantinham entre ai e com aqueles companheiros que já estavam aqui, como é que era isso?

Paulo Su - Em continuação ao levantamento da colega professora surgiu em mim uma dúvida bem curiosa. Por que as empresas multinacionais procuraram a mão-de-obra do interior ou do Nordeste, que foi mais ou menos até os anos 70? Eu me lembro dos depoimentos de pessoas que iam para um passeio ao Nordeste e traziam os irmãos, os tios, já com emprego garantido. A gente nota que São Paulo tinha uma área industrial muito desenvolvida, que ia do Brás até a Penha, com muitas indústrias e muitos operários qualificados. Então, por quê razão as empresas automobilísticas aqui não aproveitaram essas pessoas? Elas vinham da área de fiação, tecelagem e chapelaria, que eram empresas muito importantes. Ela sempre optou por pegar mão-de-obra mais barata que o mercado paulista ou não tinha preferência por esse mercado?

Alexandre Takara - Eu gostaria de ouvir o dr. Possidônio que veio do Nordeste, embora não nessa condição de operário.

Antônio Possidônio - Cheguei aqui em 65 e fui trabalhar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, como advogado na área de acidentes de trabalho. Uma coisa que sempre me chamou e ainda chama a atenção é o problema do imaginário simbólico dos trabalhadores, dessa mudança de comportamento dos migrantes que se incorporaram ao mercado de trabalho, principalmente a mão-de-obra não qualificada, os peões. Ao chegar na região fiquei estupefato com o nível de consciência da classe empresarial. Dizia-se assim: *Morre um baiano, bota-se outro no lugar*. Não havia respeito a dignidade do trabalhador.

Naquela primeira fase, o que me chamou a atenção foi a explicitação de consciência desses trabalhadores, que não ocorreu no lado patronal. O pulo qualitativo de cidadania que essa turma deu. Isso, é claro, se refere ao universo dos metalúrgicos, que são trabalhadores de ponta, que entenderam a supervalorização e fizeram toda uma resistência, demonstrada pelas greves dos anos 70 e do começo dos anos 80. Sobre esse nível de resistência existe um trabalho chamado *Os peões do grande ABC*, que é a tese de doutorado de um cientista social, Luiz Flávio Rainha.

Alexandre Takara - Foram levantadas duas questões. Uma pela professora Carla, a qual o Fuad se contrapõe e a que o Paulo colocou sobre a exploração. Fuad, em que você diverge da Carla? Vamos ver como poderemos superar essa polêmica.

Carla Cristina Garcia - O que eu estava me referindo quando fiz a intervenção é, em primeiro lugar, a questão de que o movimento dos operários do ABC, por ser na sua maior parte da indústria metalúrgica, é o movimento mais de-

envolvido do Brasil, justamente porque é a indústria mais desenvolvida. Uma coisa caminha junto com a outra. No Nordeste o movimento operário está num estágio de desenvolvimento do século 18/19. Os acidentes de trabalho são em muito maior número do que nas nossas indústrias aqui. A realidade do trabalhador brasileiro é uma e a do metalúrgico do ABC é outra. É claro que ele tem uma consciência maior porque a indústria onde trabalha... na GM daqui os US\$ 700 que ele ganha são os mesmos que o do operário da GM em Detroit? A mão-de-obra brasileira é muito mais barata. Por isso que as multinacionais estão aqui. A condição de vida entre o nosso operário e o americano não é a mesma. Com relação ao fato dos operários terem TV e automóvel, muita gente costuma dizer *O cara mora na favela, mas tem TV. Porque ele não junta dinheiro e não faz outra casinha?* Para explicar, isso tem a questão das necessidades criadas que o capitalismo produz. Existem necessidades que são criadas simbolicamente dentro do processo capitalista, que fazem com que o cara tenha TV e carro, embora leve 30 anos para pagar. A gente não pode só ver flores nessas coisas. Os salários são altos mas, continuo a afirmar, quanto mais desenvolvida a indústria é, mais diluída fica a exploração. Fica muito mais difícil você conscientizar um operário sobre sua condição de explorado.

Alexandre Takara - Gostaria de lembrar a questão central dessa polêmica. Foi a partir do momento em que o Fuad falou que o fulano vinha do interior, ia para o banheiro da GM dava aqueles berros porque estava desorganizado interna, psicológica e emocionalmente dentro da firma. Foi quando a Carla acabou interferindo e colocando novos dados inclusive o da exploração capitalista. Claudinei, faça-me gentileza de levantar sua questão outra vez.

Claudinei Rufini - Como aconteceu a adaptação dessas pessoas vindas do setor agrícola? Como eram sua produção e suas relações sociais?

Alexandre Takara - Anteriormente você levantou também a questão da desestruturação da personalidade. Acho que a gente deveria passar para um nível um pouquinho mais teórico. Penso que é uma questão central, a partir da colocação do Fuad de o fulano se mostrar a própria desestruturação, trancado no banheiro. E acredito que isso merece uma atenção muito grande desse congresso. Até para discutir a questão das relações humanas no processo de produção. Uma sociedade complexa urbana e industrializada como já era o grande ABC daquela época, tinha padrões de comportamento e valores totalmente diferentes da cultura dos operários que vinham da roça ou do Nordeste. Muito individualismo, egoísmo, um narcisismo muito forte aqui, enquanto que lá a relação é mais informal, mais pessoal, mais afetiva. É claro que essa mudança de meio ambiente gera uma ruptura em sua personalidade. Evidentemente que isso afeta o lucro e a produção. Vai haver então o conflito entre a indivíduo e a empresa.

Será que esse problema foi apenas daquele momento ou será que é de hoje também? Eu diria que ele ainda existe hoje. Haja vista que existe um hospital psiquiátrico lá em Diadema, cujos pacientes na sua totalidade são nordestinos que, não conseguindo se adaptar aos padrões desta sociedade urbana industrializada, acabaram se desestruturando num verdadeiro processo de esquizofrenia.

Claudinei Rufini - Queria ouvir a resposta para a pergunta que eu fiz, ou seja, como foi esse processo de interação? Nem tudo foi produção. Além desse

processo mecânico, existiu um processo subjetivo muito mais sutil, que está nas entrelinhas e é isso que aconteceu à sombra das chaminés. Não se trata de produção pura e simples que pode ser medida, quantificada. Essa inserção desse elemento novo dentro de uma cultura já estabelecida, onde ele perdeu todo o seu referencial, como aconteceu isso? Como esse trabalhador se comportou? Como ele reagiu? Voltou? Continuou? O que aconteceu?

Luiz Carlos Gianello - Quando você conversa com um estrangeiro que veio para o Brasil na década de 50 e pergunta porque ele ficou aqui a resposta é: porquê eu não tinha dinheiro para voltar e acabei me adaptando. Em 1961, como aprendiz na GM fiquei assustado. Eu ouvia todos os idiomas e via pessoas diferentes de mim. Pessoas essas que já tinham vivenciado tudo isso. E aquilo me assustou muito. Depois comecei a rodar pela produção e encontrar pessoas que na hora do almoço cantam músicas caipira, o camarada que fala dos lugares onde ia pescar, enfim, eu acho que a adaptação foi uma necessidade porque ele não tinha retorno. Ele tinha saído de uma empresa agrícola meio falida. Aqui ele tinha um salário.

Uma coisa importante que a gente percebe são dois momentos. Nós temos dois tipos de operários. O que veio na década de 50 com o ABC cheio de terrenos, cheio de possibilidades e ele conseguia viver uma vida urbana numa casinha e criar os seu filhos. E nós temos uma segunda geração de mão-de-obra dentro do ABC. Eu sou filho de uma segunda geração e fui orientado para a empresa pelo meu pai. Estou orientando o meu filho para uma terceira geração. Entretanto, nós tivemos, no decorrer, uma adaptação. Não dá pra voltar. Então vamos brigar por aqui. Quase que forçadamente, o camarada ficava, comprava um terreno, a mulher ajudava a construir a primeira casa de alvenaria, não rebocava, punha janela e porta, chão de terra batida. Aos poucos vai, até que os filhos crescem, aumenta o bolo familiar e ele resolve sua casinha. Os filhos vão estudar em São Caetano e Santo André. Teve a Escola Ômega, a 28 de Julho, as escolas profissionalizantes, escolas de desenho técnico, mecânico, tecnologia, que deram à segunda geração a possibilidade de estudar. Ou adapta ou morre. Foi muito por aí. As indústrias tiveram sua produção garantida apesar de todos os problemas.

Só que isso veio bem até 1980. A partir daí começamos a ter o êxodo das empresas do ABC. Agora as sombras das chaminés não estão mais refletindo aqui. Nós tivemos na última pesquisa IMES, 873 empresas que deixaram a região. Agora estamos passando pelo processo inverso. Simultaneamente a partir de 80 nós tivemos a grande migração nordestina, que resultou nesse crescimento de favelas, principalmente na região de São Bernardo. É o operário que veio e não teve a mesma oportunidade que o da década de 50. Ele não encontrou mais espaço na zona urbana. Já havia necessidade de uma certa qualificação porque as empresas já exigiam muito mais. Então hoje a nossa economia marginal, o número de barracas, os meios de sobreviver numa região como essa, do subemprego, é dessa leva que veio a partir de 1980.

Pessoal, nós estamos entrando na década de 90, a era do toyotismo. Estamos fazendo das nossas empresas, face a todos os fatos acontecidos a partir de 90. Hoje temos um RH que está exigindo do camarada que vai para a linha de montagem, no mínimo, o 1º grau completo. E o que é pior. Estão exigindo de quem está

nas empresas, no mínimo, que completem esse curso sob pena de perder o emprego. Vejam quantos movimentos aconteceram nesse período de 30/40 anos. As empresas estão indo para o interior porque tem uma mão-de-obra ainda mais especializada que aqui. No interior, hoje, nós temos engenheiros, universitários, 2º grau, trabalhando numa linha de produção. E tem mão-de-obra farta, que já não temos mais aqui. Conclusão, temos carência de mão-de-obra especializada para suprir as necessidades das nossas empresas e excesso da não preparada.

Alexandre Takara - Na década de 50, quando da explosão do recrutamento e seleção de mão-de-obra, graças à indústria automobilística, na região do ABC, houve um recrutamento no estrangeiro, particularmente na Europa. Havia várias indústrias, mas não havia mão-de-obra especializada. A mais qualificada era a do eletricitista que era pago regiamente. Havia, contudo, necessidade do ferramenteiro, do ajustador mecânico, do torneiro, etc. Então, é nesse momento que o CIMI entra em ação. Eu não me lembro bem qual é o significado, se não me engano era *Comissão Internacional de Mão-de-Obra Industrial*. O CIMI funcionou em função da OIT (Organização Internacional do Trabalho) porque a Europa estava destruída pela II Guerra Mundial. Havia muitos sobreviventes, mas o mercado de trabalho estava reduzido zero porque as indústrias tinham sido destruídas. Então houve a necessidade, em nível de ONU, de se fazer um remanejamento da mão-de-obra por todas as partes não destruídas do mundo. É nesse momento que o CIMI aparece, até como um apêndice do Ministério do Trabalho e da Previdência. Outra coisa que gostaria de dizer é que devido ao crescimento da mão-de-obra e a explosão industrial aqui na região, houve a necessidade do tal ajustamento da mão-de-obra, inclusive interna. Eram pessoas sub alimentadas, com baixo nível de escolaridade, com uma saúde comprometida. Daí o porquê das empresas terem sido obrigadas a ampliar sua rede de política de RH, com serviços específicos, como por exemplo, assistência médica. É nesse momento que serão instalados os serviços de benefícios, o treinamento, a questão dos restaurante também. Era uma forma que as empresas tinham para tentar minimizar o impacto da nova realidade sobre a cultura daquelas pessoas vindas do interior. Como as empresas não tinham condições, elas mesmas, de fazer esse tipo de trabalho, os capitães de indústria da época vão montar o Senai, SESI, SESC, Senac, com vistas a especializar essa mão-de-obra. É nesse momento, também, que os sindicatos crescem.

Alguém tem algo a colocar? Algum depoimento?

Sônia Maria Franco Xavier - Vou dar o depoimento da minha experiência dentro da empresa. Como ela foi fundada pelo meu pai, obviamente, participava como empresária, mas meu coração sempre esteve ao lado dos operários. Eu tinha 20 anos e um projeto em mente. Que consistia exatamente em um projeto de RH, embora na época eu não o soubesse. A empresa ia muito bem e chegou até mesmo a ter um *boom*. Eu sempre tinha sentido muita vontade de trabalhar com os operários porque eles são as pessoas mais importantes da empresa, sem desprezar os outros elementos. São sempre os operários que resolvem os problemas maiores. Às vezes, nem é funcionário qualificado.

A nossa empresa sempre deu uma estrutura básica para eles. Então, implantei um projeto de arte e começamos a fazer música na hora do almoço. O que eu fiz,

na realidade, foi resgatar o interior do Homem, que é um dos objetivos mais difíceis do RH. Implantei um projeto onde comecei a entrevistar os operários. Para o primeiro entrevistado coloquei uma música erudita de fundo musical, e ele comentou que ela era longuinha... O segundo tocava cinco instrumentos. No segundo dia isso já começou a acontecer. Meu projeto aconteceu porque os operários pediram que ficasse na empresa, tamanha era sua carência. Fui descobrindo mil valores e qualidades neles, fui crescendo com eles e fomos trocando experiência.

Acabamos passando para as artes visuais utilizando sucata de borracha. Tive operários que foram premiados em salões de arte contemporânea, juntamente comigo entre 600 artistas do Brasil todo. O ano passado fui chamada à ONU para falar sobre o meu projeto. Trabalhei seis anos como funcionária ao lado dos operários. O meu projeto tinha uma força muito grande. Vendi muitas obras de operários que recebiam o dinheiro integralmente. Inclusive, cheguei até a investir meu próprio dinheiro no projeto.

No ano passado comecei a me sentir podada pelo próprio RH porque aparecia mais do que ele. Só que não fazia para aparecer e sim por amor e carinho. Tudo que fiz foi investir em Educação e Cultura para eles. Eu lhes dei chance para que resgatassem o que havia de melhor dentro de si. Também, graças a esse trabalho, resgatei o que havia de melhor dentro de mim mesma. Enfim, voltei de viagem e tinha montado o túnel de arte e ia inaugura-lo, levando os artistas para dentro da fábrica. Era muito difícil levar os operários para fora da fábrica, mas era o que eu fazia. Eu os levava a concertos, cinemas, teatros, palestras. Quando voltei todo o meu material tinha sumido. Isso aconteceu porque fazia sombra para o responsável pelo RH, chamado Guarino.

Quando a fábrica começou havia vários operários europeus que souberam aproveitar e hoje estão muito bem, sendo, inclusive, proprietários de fazendas. Hoje os operários não tem mais a chance de crescer que tinham antigamente. Há muita competitividade. Apesar dos cursos e do Senai é muito difícil. Também o Sindicato trabalha de uma forma errada. Nem sempre a culpa é do empresário. Os dois lados têm obrigações e deveres. A empresa foi vendida, numa história muito mal contada. Uma parte da família está lá dentro e nós estamos fora. Meu projeto foi cortado desde o ano passado e a minha escultura de 500 quilos e sete metros, que é símbolo do projeto e foi feita por uma produção inteira, foi retalhada em cinco partes.

Alexandre Takara - Pessoal, gostaria de resgatar essa questão da Sônia, essa experiência que ela registrou agora, até com grande emoção. Eu conheço muito bem seu trabalho com arte e cultura. Ela é uma pessoa que aprendi a respeitar e admirar. Gostaria de dizer o seguinte: dentro do sistema capitalista, o produto do trabalho do operário não é dele. Então, ele se aliena daquele valor criado. Daí o porquê dessa fragmentação. O que a Sônia fez dentro da empresa foi manter a identidade própria e dos próprios operários de seu grupo de trabalho, através da arte e da cultura. Os operários que trabalham com ela estão convencidos de que não se alienam do bem cultural que produziram. Daí o porquê do sentido de totalidade, identidade e propriedade daquelas pessoas. Inclusive a questão da alienação que eles deixaram de lado através daquele encontro com a arte. E a Sônia fez isso.

Hoje em dia as grandes empresas estão se preocupando em desenvolver pro-

gramas de arte e cultura. Não no sentido tradicional de profissionalização, mas levando os próprios operários e funcionários ao Teatro Municipal, ao Masp, ao MIS, etc. Gianello, você que é um homem de Recursos Humanos, digo que nós precisamos estar, atentos para essa nova etapa que está se formando no Brasil de hoje.

Antônio Possidônio - A proposta era falar a partir de 1945. A guerra fria terminou e lamentavelmente não falamos sobre o que aconteceu de 90 para cá, a grande revolução do trabalho, essa grande revolução que está mexendo com todos nós e marginalizando o trabalhador. A necessidade de se estabelecer políticas públicas para remediar o problema social do país, a necessidade do trabalho discutir com o capital qual o rumo a ser seguido, a necessidade da gente refletir sobre o que está acontecendo aqui na região. Esses empresários que de uma hora para outra se tornaram líderes com o capital, a indústria e os trabalhadores marginalizados foram para a favela e o tipo de conformismo que se formou nessa região. Nós não discutimos aqui o papel dos intelectuais e da cultura. Nós deixamos de abordar o problema da qualidade total, da postura e do esforço do sindicato depois da queda do muro. A estratégia que o sindicato está estabelecendo para sobreviver. Fala-se até do fim do sindicalismo na Europa. E o esforço tremendo que os trabalhadores estão fazendo e que não tem sua contrapartida nas elites, que se omitem, permitindo assim a ascensão da classe trabalhadora como sujeito político.

Nós deixamos assuntos de maior significação no meio do caminho. As pessoas que conseguiram ascender à universidade se cumpliciam com a elite omissa. Só queria dizer o seguinte: para entender o nível de consciência do operário do ABC, principalmente os metalúrgicos, é preciso ler algumas obras fundamentais, uma delas é a já citada *Os peões do Grande ABC*, que data do fim dos anos 70. Tem um trabalho também sobre o dossiê que é publicado pelos metalúrgicos - o número um saiu em dezembro do ano passado. Também sobre o futuro do trabalho, há uma pesquisa sobre a postura criativa dos trabalhadores. Este livro é a tese de doutorado de Márcia Paula Leite. É uma pesquisa de campo feita entre 1988 e 1989. Ela mostra a postura do trabalhador na assimilação dessa quarta onda. O problema da sua participação no círculo do controle de qualidade, esse enxugamento que é cópia dos japoneses. Estes são problemas fundamentais que nós temos que discutir. O futuro do nosso país pela ótica da nova tecnologia.

Alexandre Takara - Você está então colocando isso em nível de proposta para o IV Congresso. Muito bem, a alguém gostaria de complementar com alguma outra idéia?

Valter Carreiro - Eu trabalhei na Walita, em São Paulo, e, em todos os anos em que lá fiquei, nunca vi um acidente sequer porque a empresa dava uma ótima orientação e treinamento para os funcionários. Depois, eu fui para São Bernardo e lá vivem acontecendo acidentes, inclusive por culpa dos próprios funcionários. Por outro lado, a empresa não orienta nem treina e, como consequência, eles acabam se acidentando. A pergunta que deixo para os senhores é a seguinte: *Porque lá em São Paulo os operários são orientado e aqui não?*

Antônio Possidônio - Sobre essa questão de acidente de trabalho, posso dizer o seguinte: o empresário é irresponsável. Só há pouco os trabalhadores começaram a ter consciência de que saúde não se troca por dinheiro. Essa campanha come-

çou em São Bernardo através de alguns sindicatos. Tudo isso tem a ver com o período autoritário que ficou para trás, que criou uma legislação acidentária que isenta a empresa dessa responsabilidade. Agora nós temos um instrumento legal possibilitando uma outra realidade que prevê a responsabilização do empresariado. Mas os próprios trabalhadores não têm consciência do seu direito de agir como devem. Isto não acontece em todas as empresas por um problema de cultura.

A cultura de uma empresa como a GM é diferente da de uma empresa de Diadema, por exemplo. Hoje, nos sindicatos, depois da luta pelos salários, vem a luta pela saúde e pelo ambiente de trabalho e isto abre algumas perspectivas para se evitar acidentes e coisas do gênero.

Alexandre Takara - Ficou pendente uma questão do Paulo. Eu gostaria que você a levantasse para que o Fuad a respondesse.

Paulo Su - Na década de 50, já havia um grande parque industrial. Por que as empresas daqui não aproveitaram a mão-de-obra daqui e foram buscá-la fora?

Fuad Sayar - O grande problema do RH é o homem de RH. Em qualquer empresa. Além de tudo, ele é muralista, fica em cima do muro o tempo todo. Ele tem muito medo de brigar tanto com o patrão quanto com o sindicato.

Quanto à sua pergunta, acontece que naquela época, a grande maioria das indústrias de São Paulo eram têxteis e aqueles operários eram especializados em máquinas têxteis e não tinham interesse em sair daquelas empresas porque, ganhavam muito bem. Então, não trocariam isso por um salário inicial numa metalúrgica.

Quanto à sua pergunta sobre os acidentes, Walter, o operário brasileiro é machista demais. Ele corre riscos desnecessários. Os sindicatos deveriam brigar um pouco mais para pagar menos periculosidade e dar mais segurança. Eles brigam muito pela periculosidade mas não se interessam muito pela segurança.

Pergunta - Dr. Possidônio, o senhor disse que o empresário brasileiro é irresponsável. Ele é mesmo. Ele paga a periculosidade e deixa o problema continuar. E o sindicato diz: pagou periculosidade não tem mais perigo. Como não tem mais perigo? Saúde, braço, perna, isso não tem pagamento. Por mais que você pague, o dinheiro que vem não vai reconstituir um braço, uma perna, a saúde da pessoa.

Alexandre Takara - Pessoal, vamos às considerações finais? Vou pedir ao Gianello para começar.

Luiz Carlos Gianello - Eu estou muito feliz e foi com muito prazer que participei aqui, junto com vocês, numa discussão bastante franca. Esse Congresso *A Sombra das Chaminés* me faz refletir sobre tantas daquelas coisas que a gente vai deixando na penumbra. Hoje, vejo o quanto nós crescemos, o quanto o pessoal cresceu. Enfim, eu acho que foi de excelente proveito esse nosso bate-papo.

Alexandre Takara - Possidônio...

Antônio Possidônio - Também estou muito feliz, apesar de não ter tido oportunidade de discutir o que eu queria. Eu proporia a esses intelectuais que organizaram o III Congresso, se possível, que também organizassem, antes do IV Congresso, um evento, no qual a gente discutisse essa mesma problemática à luz das novas tecnologias. E, inclusive, como o novo sindicalismo está traçando a sua estratégia para orientar os novos tempos. Não existe alternativa para o futuro se o capital e o trabalho não começarem a dialogar com respeito

para que a gente evite essa calamidade que está acontecendo no Brasil. É impossível viabilizar o Brasil como Estado da maneira pela qual o capital trata o trabalho. Empresas como a Maxiom, de São Bernardo, que, no começo dos anos 60 tinha 3.000 trabalhadores e produzia 2.000 motores por mês, hoje trabalha com 1.500 pessoas e produz 4.200 motores graças a esse enxugamento. Vocês imaginam o que vai acontecer no mundo do trabalho se não houver uma diminuição da jornada e conscientização para enfrentar as dificuldades que vêm por aí. Se isso não acontecer, vai ocorrer aquilo que o Mangabeira Unger sempre está falando: vai haver uma invasão geral na cidade. Os espaços públicos vão ser invadidos e os detentores do capital vão ter oportunidade de ocupá-los. Segundo aqueles que acham que essa é uma questão de segurança, vamos precisar de milhares de policiais para conter os marginalizados.

Parabéns aos organizadores e obrigado.

Alexandre Takara - Fuad...

Fuad Sayar - Eu sou muito prático e acho que o homem de RH tem que estar dentro da fábrica ... andando. Nada de ser Touro Sentado, que é o que o homem de RH gosta de ser. E o que é pior, ele faz uma política paternalista demais. Dá restaurante, assistência médica, benefícios, e esquece de dar o que é principal, que é salário. Se o homem de RH deixar de ser paternalista e der um salário muito bom para o homem e deixar que ele escolha o que quer de comida, assistência médica, benefícios, de tudo... Nós, homens de RH, manipulamos as pessoas dando todas essas coisas. A cesta básica é uma esmola que você dá para o homem se alimentar. Eu deixo, para vocês que são mais jovens, pensar se um dia não poderemos acabar com o paternalismo e sermos mais práticos dando salários e acabando com todos esses benefícios.

Alexandre Takara - Nós tínhamos determinado discutir RH no processo de produção desde a II Guerra Mundial até os nossos dias e nos circunscreveremos às experiências da região do ABC. Vocês viram que foi muito difícil fazer esse tipo de coordenação porque fomos até antes da II Guerra Mundial e, por outro lado, extrapolamos a nossa região. De qualquer maneira, se, por um lado nós violentamos o princípio básico da delimitação da discussão em contrapartida ganhamos com informações, experiências e depoimentos muito importantes, alguns confirmando, outros negando.

Embora nossa discussão tenha sido muito rica, nós tivemos alguns prejuízos: só abordamos *en passant* algumas políticas de desenvolvimento de RH no presente momento. Não falamos sobre qualidade total, que está ganhando a imprensa, a consciência. Como é isso, seja em nível ideológico, seja em nível de processo de produção. Também não falamos sobre a questão do CCT, como não chegamos a discutir, como disse o Possidônio, a questão do toyotismo. Talvez, na cabeça de vocês muitas questões foram elaboradas e não foram respondidas. Vou pedir ao pessoal da mesa, no sentido de se colocarem à disposição e, se for o caso, inclusive, de uma gravação posterior.

De minha parte, sinto-me extremamente satisfeito com a participação de vocês, que foi muito grande. Muito obrigado.

Clubes e Serviços

Coordenador

Henry Veronesi

Debatedores

Philadelpho Brás

Urames Pires dos Santos

Gilberto Toni

Victor Matsudo

O tema desta mesa será clubes e serviços e, para coordená-la, teremos o sr. Henry Veronesi, bacharel em Direito, militante em nossa cidade, diretor aposentado da Prefeitura de Santo André, membro do Gipem, curador da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e articulista da revista *Raízes*. Cabe ao sr. Henry apresentar os integrantes da mesa.

Henry Veronesi - Queria convidar para vir participar da mesa, os senhores Philadelpho Brás, dr. Victor Matsudo, engenheiro Urames Pires dos Santos e o arquiteto Gilberto Toni. Vou dar um breve currículo dos palestrantes: Victor Matsudo é médico ortopedista e pratica medicina esportiva. É presidente do Celafiscs (Centro de Estudos de Laboratório de Aptidões Físicas) e pró-reitor de pesquisas da Unifec.

O arquiteto Gilberto Toni é ligado à Acascs e exerce sua profissão em São Paulo. Philadelpho Brás é sindicalista, presidente dos aposentados de Santo André. E, finalmente, o engenheiro Urames Pires, fundador do Rotary Club, sede São Caetano do Sul, em 1942, presidente de 56 a 57. Foi funcionário da Cerâmica São Caetano durante 26 anos, ex-vereador na legislatura de 1956 a 1957.

Vou passar a palavra ao companheiro Philadelpho, que falará sobre Sindicalismo.

Philadelpho Brás - Em primeiro lugar, queria cumprimentar as senhoras e senhores presentes e os componentes desta mesa. Vamos falar sobre sindicalismo, lutas sociais, programas sociais, lutas sindicais, no bom sentido. Somos da década de 40. Para falar das atividades sociais dos grupos, teríamos que remontar ao início do século e aí, logicamente, faríamos não uma dissertação, mas sim uma teorização, até porque nós nascemos na década de 20. Então falaríamos sobre os imigrantes, os seus grupos sociais, seus ajuntamentos. E, evidentemente, falar sobre a criação dos seus clubes de serviços que eram, naquela época, as sociedades de socorro mútuo, próprias dos imigrantes italianos.

Dentro da nossa concepção, temos uma teoria. Agora, é bom que se diga que São Caetano do Sul, que agora sedia o III Congresso de História do ABC, é muito rica em histórias de grupos sociais e de lutas de classes,

apesar de ser uma cidade nova. Porque para cá vieram muitos imigrantes. E era, também, o local onde havia a Fazenda dos Beneditinos e seu núcleo de escravos.

Assim, não vou me ater à essa etapa da História. São Caetano foi enriquecida por pessoas, por escritores, por jornalistas. Nós temos o *Diário do Piratininga*, que é a história dos escravos de São Bento. Temos também, o *Subúrbio*, de autoria de José de Souza Martins (cuja ausência lamentamos), que explica em detalhes o que foi a imigração de grupos italianos e espanhóis para esta cidade. E, mais recentemente, temos a obra *Imigração e Urbanização - A Presença de São Caetano no ABC*, do ilustre jornalista e historiador Ademir Médici, que nos honra com a sua presença.

No meu caso, sou um ex-sindicalista que começou a vida no campo sindical na década de 40. Todo mundo sabe que a luta sindical sempre teve uma conotação política, até porque não dizer subversiva, sob a ótica de alguns. Mas é uma instituição consagrada no mundo inteiro e a História sempre mostrou o sindicalismo como uma entidade, embora talvez ela estivesse em posições contrárias daqueles que a fazem.

Na década de 40, ainda muito jovem, já começávamos a trilhar o caminho do sindicalismo. Por que? Porque trabalhávamos numa empresa onde existiam muitos imigrantes, daí o contato. Agora, eram imigrantes de todas as raças, espanhóis, portugueses e italianos, muitos dos quais ainda conservavam ranços do anarquismo. Então, víamos essas pessoas, mesmo sendo estrangeiras, tomando posições frente às suas necessidades sociais, por salários e outras coisas. E fomos assimilando tudo até que, um dia, pelo caminho natural da História, já estávamos dentro do movimento sindical, que é algo positivo. A gente até se anima, fica fanático. Fui um desses fanáticos no bom sentido. Segui aquele caminho e adquirei uma ideologia política,

Entre os anarquistas, comunistas, sindicalistas, socialistas e outros, sempre existiu o confronto entre capitalismo e conservadorismo. Então, trilhei o caminho do sindicalismo, que é conhecido por aqueles que moram no ABC. Muitos daqueles que estavam à frente dessas entidades sociais pagaram um preço alto. Eu sou um dos remanescentes dessas pessoas. Muitos já se foram e muitos desertaram do caminho por não haver interesse pessoal ou para não complicar suas vidas ou de seus descendentes. Hoje nem tanto, mas há duas ou três décadas, ser sindicalista era muito perigoso.

Falando sobre atividades sociais, quero lembrar que o tema aqui é Clubes e Serviços. É bem verdade que o sindicalismo no Brasil, criado sob o modelo da *Carta del Lavoro*, do fascismo italiano, trouxe no seu bojo a estrutura jurídica e muitos vícios do que é chamado assistencialismo. O que cativava, o que poderia trazer o trabalhador para dentro do sindicato era, realmente, a proposta assistencialista que a entidade apresentava. Mesmo na época em que nós militávamos, quando o domínio da ideologia comunista ainda preponderava dentro do sindicato da região, havia o as-

sistencialismo. Uma entidade sindical, para conseguir o voto do trabalhador, tinha que oferecer alguma coisa. Para que o trabalhador viesse para o sindicato, o fator econômico não pesava. A verdade é que sempre houve miseráveis e os trabalhadores sempre passaram mal, porque a nossa economia sempre foi pobre e ele (o trabalhador) sempre ganhou pouco.

Existe esse hábito de dizer: “*Não antigamente era bom*”. Não era bom. A luta sempre foi árdua, sofrida. Aquele tempo era tão ruim quanto hoje para quem precisava trabalhar mas, para aumentar seus quadros sindicais a aí poder pular para o quadro político, os socialistas e comunistas ofereciam as benesses assistencialistas: médicos, advogados, promessas de colônias de férias, cooperativas, que eram umas das coisas mais bem elaboradas dentro de uma programação assistencialista, se é que se pode falar assim. Tanto é verdade que uma das primeiras cooperativas da região foi criada em Santo André pelo sindicato dos metalúrgicos, em 1942, onde prevalecia a doutrina dos comunistas.

Esse critério de assistencialismo galvanizou a massa. Tenho conhecimento de que o sindicato dos metalúrgicos do ABC andou cortando alguns itens de assistência social e isso trouxe um grande dissabor administrativo. Quando se criou o sindicalismo brasileiro, existiam na lei e nos estatutos aqueles itens assistenciais. Desde que só desconte o imposto sindical, tem-se que dar a contrapartida oferecendo-se algo ao associado. E assim criou-se um sindicato com muitas dificuldades para atuar no plano sócio-econômico. O econômico era o de menos. Na mentalidade do trabalhador brasileiro, o que vier para você vem para mim. Era meia dúzia que carregava tudo nas costas, que enfrentava as conseqüências e daí todos, talvez, seriam beneficiados com uma sentença judicial justa ou extensão de benefícios.

E o sindicalismo sofre desse mal assistencial até hoje, como já observei anteriormente. O que se notava quando comecei a participar da vida sindical era que, principalmente, os anarquistas não tinham o problema do assistencialismo, mesmo porque sua filosofia era de confronto com a ordem estabelecida. Depois, ele foi implantado no Brasil por esses grupos de imigrantes italianos, espanhóis e outras raças. Devolvo agora o microfone para o coordenador e depois poderemos rebater.

Henry Veronesi - Eu gostaria, então, de passar a palavra ao engenheiro Urames Pires dos Santos, que falará sobre o Rotary Club e sua importância na sociedade sãocaetanense.

Urames Pires dos Santos - Caro presidente, companheiros da mesa, ouvintes... Para a gente entender o papel de um clube de serviços em uma comunidade, precisamos buscar as suas origens, a sua finalidade, como foi idealizado e para quê. Isso é um apanágio de países em desenvolvimento. Tanto assim que o Rotary, Lions e outros similares existem há menos de cem anos e surgiram justamente nos Estados Unidos ou em países que estavam em franco desenvolvimento.

Ou seja, o país estava começando a crescer e havia uma certa desor-

dem social, uma falta de ética profissional muito grande. Era a tal *Lei de Gérson* que predominava e cada um queria obter o melhor para si mesmo. Então, alguns abnegados profissionais se reuniram para lutar contra este *status quo*. Surgiram o Rotary, o Lions e outros. Eram homens, profissionais, que lutavam pela ética profissional e todos estavam dispostos a dar parte de seu tempo em benefício da coletividade. Eram profissionais que, com liberdade de crença, sem partidos políticos, sem raça, se reuniram para fazer o bem para a coletividade.

E começaram pela ética profissional, fazendo campanhas para que todos os comerciantes e industriais trabalhassem dentro dos padrões éticos necessários. A medida em que esse país foi evoluindo e que as cidades foram crescendo, melhorou o caminho desses clubes de serviço que acompanharam a evolução social e econômica.

Os clubes de serviços de São Caetano têm 42 anos de existência. Os primeiros surgiram em Santo André, em 1949, depois em São Caetano, em 1951, e nós estávamos ainda começando, partindo para adquirir nossa maioria histórica. Tinha já passado a primeira prefeitura, estávamos com Anacleto Campanella quando foi fundado o Rotary Club de São Caetano. Então, essa idéia de clubes e serviços foi se disseminando pela região do Grande ABC. Em São Caetano, nós nos deparamos com uma cidade em estado embrionário, um Município recém-criado, com uma série de problemas sociais para ser resolvida. Eram problemas escolares, no terreno da Saúde, a pobreza, a velhice, crianças desamparadas. Então, o Rotary desviou as suas atividades para estas necessidades. Para fomentar, participar, inspirar as instituições existentes ou recém criadas, para resolver determinados problemas. Porque os clubes de serviços nem sempre executam serviços. Eles idealizam, fomentam, incentivam e procuram fazer com que os órgãos competentes toquem essa campanha para frente.

Então, começamos a fazer o Natal da Criança Pobre, a Caixa Escolar (isso em termos de São Caetano não faz mais sentido). A medida em que nossa cidade foi crescendo, os serviços de saúde foram sendo organizados, as escolas foram prosperando, a sociedade foi melhorando e o Rotary começou a participar de outros serviços. Hoje, por exemplo, os clubes de serviços dedicam-se muito a quê? À formação da juventude, ao intercâmbio de jovens, a parte cultural, à memória da cidade, a uma biblioteca, a um teatro... Ele deixou de fazer aquela parte inicial de cuidar de gente pobre e agora trata de outro pessoal, já em melhor formação.

E o que aconteceu aqui é um retrato do que aconteceu no mundo inteiro. Nos EUA, hoje, o clube cuida mais do intercâmbio de jovens e ajuda países que ainda estão naquela fase primária. O Rotary Club de São Caetano prestou uma série de serviços para a cidade. Um dos trabalhos que devem ser lembrados é o incentivo para a criação da primeira biblioteca pública de São Caetano, a biblioteca Paul Harris que vai fazer 40 anos agora, dia 20. E também a criação dos postos de puericultura. Não importasse os serviços foram realizados pelo Rotary, Lions ou outro qualquer. São

os clubes de serviços participando da vida da cidade. E há serviço prestado por esses clubes numa época em que a comunicação telefônica era uma barbaridade, praticamente não existia. Eles (os clubes) se reuniram e fundaram a Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC), que, mais tarde, foi absorvida pela Telesp. Eles não ficaram conduzindo a CTBC. Eles fomentaram sua organização, participaram como primeiros acionistas, organizaram o órgão e deixaram que caminhasse sozinho. E assim foi com hospitais, asilos, creches, postos de puericultura. Sempre participando na sombra.

Não vou discorrer sobre tudo o que os clubes os serviços fizeram porque tudo já foi amplamente publicado na revista *Raízes* e não quero me tornar repetitivo. De modo que fico à disposição para qualquer pergunta de vocês ou da mesa. Muito obrigado.

Henry Veronesi - Continuando, vamos ouvir o arquiteto Gilberto Toni, que falará sobre a Associação Cultural Artística de São Caetano do Sul.

Gilberto Toni - Agradeço o convite ao presidente da mesa. Saudações aos companheiros.

Há alguns aqui que foram sócios da Acasc quando ela era o que nós queríamos que fosse, e que eu guardo com saudades. Hoje, com desencanto, eu vejo no que ela se transformou...

A idéia da Casc começou a se formar entre 1955 e 1956. Tinha me formado e estava freqüentando São Caetano. Morava no Ipiranga e vinha no Clube Comercial, quando foi criado, também, o Centro Acadêmico. Eu sempre dizia, até brincando, que tinham formado o Centro Acadêmico de São Caetano porque estavam se formando os primeiros acadêmicos entre os filhos de São Caetano. Na época, quer queria ver alguma coisa diferente ou ter contato com artistas ou programas, tinha que ir para São Paulo... Aqui não havia chance. Então, nos reunimos... Os primeiros que formaram a Casc foram: eu, a Maria Tereza Lorenzini, o Gianni Boscolo, o Roberto Manzo e a Ana Bortoleto. Os cinco formavam uma turma excepcional e todos, antes de formar Acasc, foram já traçando um plano de convidar pessoas de importância intelectual, como o pessoal do teatro. Nós fizemos teatro, exposições de pinturas... E, ainda, tínhamos que pensar em nossas vidas. A fonte de arrecadação era pequena porque nossas mensalidades eram modestas. Nós vivíamos praticamente de dois ou três eventos: o famoso baile da Pipoca, um piquenique e o Baile da Primavera.

O que nós queríamos era ter um clube em São Caetano que tivesse várias ramificações como, por exemplo, teatro, música, dança, literatura, pintura. No começo, parecia que íamos conseguir... Nós fomos trabalhando durante mais ou menos seis anos, até que os fundadores saíram e as pessoas que os sucederam não tinham os mesmos ideais. Houve problemas pessoais, políticos, e a Acasc foi se desvirtuando dos planos iniciais. Mas, na época - uns cinco ou seis anos em que fui vice-presidente, e o Gianni, presidente (ele foi eleito presidente porque tinha bastante presença e fala-

va melhor que eu) - nós tivemos apresentações mensais, como concertos, por exemplo. Todo ano vinha a Orquestra de Câmara de São Paulo.

Nós convidamos a Inezita Barroso, por exemplo. Tínhamos uma se-de pequena na rua Roberto Simonsen e só depois fomos para o edifício Vitória. Logo no início, formamos um coral, regido pelo Roberto Manzo. Esse coral era espetacular, tinha vozes muito boas, sem contar que o Roberto Manzo era muito competente. Em 1961, o coral se apresentou num programa famoso do canal 9, chamado *Brasil 61*. O canal 9, naquela época, era a emissora mais assistida. Todos os profissionais que vinham para São Caetano cobravam cachê e tínhamos o trabalho de *cantar* os artistas para cobrarem pouco. Quando contratamos a Inezita Barroso e ela veio, ensaiamos um programa que se passou no Salão Paroquial. Esse programa, para mim, foi um espetáculo! A Inezita acabou levando o evento ao programa que tinha na Record.

A Inezita, por fazer música popular, não tinha acesso a acompanhantes de categoria. Ela vinha com aqueles regionais, conjuntos de violão... Mas nós fizemos um concerto com coro e ela solando. O pai dela até chorou. Ele nunca tinha ouvido algo assim. Outra ocasião que eu me lembro muito bem foi quando inauguraram a Concha Acústica e convidei o pianista João Carlos Martins, que fez o primeiro concerto de categoria naquele lugar. Foi uma apresentação muito bonita. Nós tínhamos a parte executiva, que era formada pelo grupo dos cinco. E havia o *guardião dos jovens*, o sr. Antonio Cocha, que sempre ficava nas portas dos bailes e de qualquer festa. Ele era o fiscal da moral de São Caetano. Nossa sociedade era, muito bem freqüentada. Eram famílias e eu percebi que sentiam prazer em freqüentar nossos eventos. Era um prazer também para nós, que organizávamos tudo. Claro, havia alguns programas chatos. Uma vez, o físico Mário Schenberg veio dar uma conferência... Era um público muito restrito.

Na Acasc, houve colaboração de muitas pessoas e eu não posso dizer o noite de todos, mas como esta palestra está sendo gravada, devo dizer que, entre os que colaboraram, estavam o Jaime da Costa Patrão, Antonio Frolish (que também foi presidente da Acasc), os vereadores e prefeitos... Quando íamos pedir verba aos políticos, falávamos o seguinte: nós pedíamos, recebíamos e não ficávamos devendo nada para ninguém, principalmente se fosse político. Este foi um dos motivos porque a Acasc cresceu e evoluiu. Depois que eu sai, percebi que, infelizmente, não sei porque, inadvertidamente, a Acasc começou a ter uma participação disfarçada na política e aí começou sua decadência. Não posso dizer se agora ela está numa fase boa ou má, mas ela saiu completamente fora daquilo que pretendíamos fazer. Era um clube que oferecia aos sócios a oportunidade de ouvir música, de pertencer a uma associação cultural onde as famílias poderiam ir pelo menos uma vez por mês, para um passatempo cultural. Houve muita colaboração do pessoal de São Caetano e, como as coisas são dinâmicas, aquele grupo inicial saiu e mudou-se a direção e a orientação e tenho a impressão que o quadro social mudou também.

Nós chegamos a ter mil sócios, mais do que o Clube São Caetano. Aquelas pessoas se associavam porque viam no núcleo diretor idealismo, vontade de trabalhar e aquela postura de ninguém estar usando o cargo num clube para seus interesses próprios. Em síntese, conseguimos fazer não tudo, mas uma parte do que queríamos e houve o reconhecimento da sociedade. É isso aí. Muito obrigado e estou à disposição.

Henry Veronesi - Vamos, então, ouvir o último palestrante, que é o dr. Victor Matsudo, que irá falar sobre clubes de jovens e de serviços.

Victor Matsudo - Eu queria agradecer à comissão organizadora do Congresso e, particularmente, ao dr. Oscar Garbelotto, que gentilmente insistiu em nossa presença nesta tarde, o que é um motivo de enorme prazer. Também é ótimo estar encontrando aqui inúmeros colegas, amigos, novos contatos. Confesso que a pessoa mais indicada para falar sobre clubes de jovens seria a minha mãe porque, na verdade, a dona Albertina, que está aqui (eu fiz questão de trazê-la) pode, com folga, substituir-me nessa mesa e vocês ficariam sabendo muito mais sobre os clubes de serviço da época. E, além dela, outros pais de colegas do Tijucuçu que estão nessa mesa. Eu frequentei a casa do Urames muitas vezes na minha juventude, do Henry... Eu atormenti a vizinhança do Oscar na nossa época de Tijucuçu...

A casa representava a primeira juventude são caetanense organizada, que, como toda juventude, traz mudanças, contrapondo a geração anterior. Nós éramos um pouco mais loucos na época. Antes, era a juventude de cabelo curto, mas nós éramos já a juventude de cabelo comprido e, por sorte nossa, havia dentre aqueles pais, pessoas com sensibilidade e que perceberam que, atrás daquele cabelo havia uma mensagem.

Os clubes de jovens, de serviços, foram resultado, talvez, de uma situação internacional, um reflexo muito positivo porque nós éramos a primeira geração do pós-guerra. Existia um clima mundial de revolta da juventude, como a Primavera de Praga, depois os anos de revolta dos franceses, depois, os chineses. Então, abriu-se espaço para a juventude. Hoje em dia, é muito fácil reduzir e dizer que aquela foi a geração Beatles. Realmente, os Beatles refletiram demais aquela imagem de contraponto, tanto que, quando se fala hoje que os clubes de jovens era uma oposição, estão certos.

Eu vou puxar a brasa para nossa sardinha. No Tijucuçu existiam várias: antes e depois dos clubes de jovens de São Caetano. Na verdade, a própria história contemporânea mundial existe antes e depois de 68. E os clubes de jovens de São Caetano surgiram nessa época

O prazer de falar agora, não só em nome de todos os clubes de jovens, mas do Tijucuçu, vem porque de todos os clubes de jovens, o nosso o único que representa uma iniciativa local. Nós não somos conseqüências de pais que resolveram fazer um clube para os filhos, como aconteceu com o Rotaract, com os Castores, que não eram originais e já existiam no exterior. Os clubes dos pais não eram originalmente brasileiros e, por conse-

quência, os dos filhos também não eram. O Tijucuçu nasceu como seqüência da primeira tentativa de fazer um clube de jovens chamado Nosso Clube, que aconteceu por volta de 1962 por iniciativa de dona Albertina Matsudo, minha mãe. Ela organizava, tinha esse pique, junto com meu falecido pai, e tinham a amizade de pais de muitos que hoje estão nessa sala e também tinham a sensibilidade para entender os jovens.

Então, o Tijucuçu nasceu e foi o único cujos jovens queriam mudar alguma coisa, respeitando o que era bom. Não era a gente mudando pela anarquia, mudar por mudar, mas nós queríamos saber o que havia de interessante e propor mudanças, por exemplo, na concepção de clubes de serviços, que vigorava até então.

Antes, era a filantropia do dar, a obra assistencial, fazer passeatas para arrecadar fundos... Essa visão da coisa tinha sido passada pelos pais para os filhos que faziam parte dos clubes de serviços. O Tijucuçu não trilha essa preocupação. Queríamos justamente não incorrer neste erro. Embora muito adolescentes, nós achávamos que o modelo industrial que estava lá, naquele momento, já estava ultrapassado. São Caetano passou da olaria para a indústria, mas não melhorou em termo de cidadania. O cidadão sãocaetanense merecia algo mais do que simplesmente ganhar mais dinheiro e morar numa rua asfaltada, com água e esgoto. Nós gostaríamos de ter um pouco mais de cultura e achávamos que cultura e educação eram instrumentos importantes para ajudar a promover a mudança na sociedade. E isso existia também em outras células de entidades do Município. E todos estes pólos se uniram e conseguiram criar um movimento - momento que acredito ter sido muito importante na história de São Caetano.

Essa primeira postura de não fazer filantropia do dar fez, então, com que nós começássemos a buscar ensinar a pescar em vez de dar o peixe. Nós procuramos trabalhar e, se fosse citar as atividades, bem, houve muitas... Nós tivemos grupos de teatro, coral, Tiju e a Bossa, Tijucuçu Avanço Show... Fizemos a primeira pesquisa e levantamento sobre o comportamento sexual dos adolescentes da cidade, o que causou uma grande estupefação porque isso foi em 1968 ou 1969. Nós montamos e escrevemos. Isso era uma coisa muito típica no Tijucuçu: criar as coisas. Então, o Oscar nos ajudou para a aprovação da apresentação do *Clé, ré com ré*, um esquete montado pelo pessoal do Tijucuçu, que eram bem de confronto com a sociedade do momento, a ponto de nosso amigo Plínio Marcos - que se hoje é considerado um pouco exótico, imaginem naquela época! - ter aplaudido a proposta. Então, vocês imaginem como foi o clima daquela noite de cultura que o Tijucuçu trouxe. Mas não só cultura. Trouxe também a parte social, pois nós continuávamos na linha do baile, mas como nós éramos os cabeludos de São Caetano, trouxemos a luz negra. Tivemos gincanas, convescotes, invadimos os sítios de muita gente...

Mas eu acredito que em termos de história, o momento mais interessante foi quando o Tijucuçu - fez a proposta da Olimpíada Colegial, que surgiu como uma das grandes soluções para *reviver* os grêmios estudantis

difícil do regime militar e a forma de podermos entrar nas escolas e reunir alunos sem isto ser considerado subversão foi utilizar estrategicamente o esporte. Que, aliás, foi usado pelo regime militar num outro sentido. Foi a estratégia certa para chegar nas escolas, poder reunir jovens de todas as idades e montar reuniões para discutir sobre os problemas da cidade. Mas que também foi utilizado, num primeiro momento, só para o esporte.

Então, tínhamos uma Olimpíada Colegial que obteve um sucesso esportivo muito grande. A Hortênciã é resultado da Olimpíada Colegial de São Caetano, entre tantos outros atletas nacionais e de nível internacional. O nosso técnico da seleção de voleibol foi um jogador da Olimpíada Colegial daqui, quando esta deixou de ser só de São Caetano para ser do Grande ABC. Isso só para dar exemplo de dois nomes que saíram desses eventos. Mas a Olimpíada não teve só a questão esportiva, até porque a nossa grande luta era fazer da Olimpíada uma festa de conagração social, da juventude, da paz, enfim, de todos que estavam reunidos sob esse grande rótulo, esse guarda-chuva. E daí surgiram as Olimpíadas Culturais. Nós colaboramos com a própria Fundação das Artes, fizemos aqui na Vila Barcelona uma Semana de Artes memorável. Havia o Concurso de Fotografia, o Quem sabe, sabe, para a Matemática, pois nós queríamos que o escolar que não tivesse aptidão esportiva participasse dentro da sua área: matemática, filosofia, poesia, enfim, que todos podem expressar a sua participação, até porque nós estávamos num momento de anestesia social e a proposta do Tijucuçu foi justamente desanestesiãr a população.

E desanestesiãr a população começando pelos jovens.

Nós tivemos, depois, que começar a discutir qual era a implicação da Olimpíada para a sociedade. Nós sabíamos que ela era um evento instantâneo, então começamos a discutir que essa não podia ser a política de uma cidade séria que tinha até um programa esportivo, cultural e, não somente um evento esportivo cultural. Então, foi a partir daí que muitos daqueles que colaboraram com as Olimpíadas do Tijucucú passaram a exercer funções em programas da cidade. Alguns deles estão até hoje em programas de esporte da cidade. Essa preocupação em analisar o movimento trouxe, também, um outro veio: a pesquisa. Então, nós começamos a quantificar a Olimpíada, mostrando para a sociedade que ela tinha tantos participantes, etc. Começou como uma coisa bem simples: nós sabíamos quantos contra-ataques, quantas cestas, a idade, qual era a renda, mas então fomos sofisticando cada vez mais esses inventários e dando uma melhor idéia do que era a sociedade sãocaetanense juvenil. Daí surgiram as pesquisas na área desportiva. O centro que eu presido hoje, o Celafiscs, é uma grande consequência, embrião das Olimpíadas Colegiais porque, à medida em que fui me graduando na medicina, trouxe a vertente científica para analisar o que, se passava numa Olimpíada Colegial, até do ponto de vista da Saúde.

Eu estou vendo aqui, pelo relato dos colegas, a atitude dos clubes atuais... Na verdade, os atuais clubes de serviços, pelo que eu ouvi, estão

refletindo as propostas dos clubes dos antigos jovens. Saiu da filantropia, mas nós estamos nos intercâmbios... Tudo isso nasceu naquele primeiro momento: o intercâmbio cultural, as propostas de arte, o esporte. Eu vejo que o papel do clube de serviços do Tijucuçu fez com que, hoje, São Caetano seja um centro forte na área esportiva, universitária, social. Aí, realmente, o trabalho da Acasc não pode ser esquecido.

Até para concluir, aqueles jovens cabeludos tinham certo respeito pelos mais velhos, mas tínhamos um desrespeito pelos mais velhos, desculpem a expressão, *babacas*. Nós falávamos *aquele cara é quente*, com quem a gente sabia que podia conversar. E agora eu vou nominar alguém assim: é o Oscar, o Milton, que era uma pessoa mais velha, para nós que tínhamos só aquela idade, embora agora estejamos irmanados. Nós falávamos *aquele cara é quente* porque ele tinha a sensibilidade para entender a nossa proposta e assim nós encontramos diversos coroaes quentes, inclusive tem o meu *chairman* aqui, que é quente, mas não é coroa.

Em termos políticos, vocês vejam que as Olimpíadas foram abertas pelo Laudo Natel umas três vezes e me parece que essa foi a primeira vez que um governador veio abrir um evento oficial em São Caetano. Eu preciso verificar se no passado houve alguma atividade em São Caetano, criada por sulcaetanenses, que foi aberta por um governador...

Eu queria concluir dizendo o seguinte: devo ter cometido inúmeras injustiças; não posso deixar de mencionar o Celso Marchezan, a Ilária Bitizio, a Gracinha Marchezan, o Paulo Pimenta, que foram meus colegas da primeira diretoria do Tijucucú, os 20 fundadores do clube. Mas eu não vou nominar todos aqui. Hoje, quando cheguei, o Milton falou: *Victor, você não tem saudade daquela época?* Eu fiquei pensando e falei: *Milton, eu não tenho saudade porque aquela época foi tão boa que procuro vivê-la*. Muito obrigado.

Henry Veronesi - Então, vamos para as perguntas. Alguém quer usar a palavra?

Oscar Garbelotto - A minha pergunta, na verdade, vai ser dividida em duas: dirigida ao Victor e ao Gilberto. Victor, eu tenho a felicidade de ter acompanhado a sua trajetória. Desde a época do Tijucucú nós temos muito contato. Agora, mais idoso, sinto uma preocupação; particularmente para mim, que lida com cultura, eu me pergunto às vezes... São Caetano teve, indubitavelmente, algumas épocas douradas no que diz respeito à juventude. Nós poderíamos citar a década de 50, onde a Acasc pontificava sob o ponto de vista cultural, de forma magnífica. Foram anos dourados mesmo, na concepção do termo cultural. O Centro Acadêmico também, com suas atividades sobejamente conhecidas. E, na década de 60, o Grêmio 28 de Julho, que havia surgido na década de 50. E o Tijucuçu, aliado a outros clubes de jovens. Você, de lá para cá, tornou-se um cientista e pesquisador internacionalmente conhecido. Iniciando seu trabalho científico exatamente em função do Tijucuçu, Olimpíada Colegial e Celafisc. Você nasceu como cientista exatamente aqui. Minha pergunta é a seguinte: tal-

vez você, como cientista, e o Gilberto, como um grande homem de empresa, poderiam fazer uma análise do porquê, na atualidade, os nossos jovens são arredios e esses tais movimentos de grupos onde vocês pontificaram de forma extraordinária, nas áreas cultural e esportiva. Isto me preocupa muito porque seria de muito bom grado de minha parte verificar a existência da continuidade desses movimentos com os nossos jovens. E eu acredito, não sei se sou muito pessimista, que a nossa juventude não está muito interessada nesses movimentos.

Victor Matsudo - Obrigado pela pergunta. A resposta para ela é bem complexa. Então, por que não tem Tijucuçu? Não tem porque o mundo é outro hoje. E talvez a proposta do Tijucuçu não tenha sido existir para sempre. Existe muito isso da entidade querer ficar. Mas uma das coisas que tenho como explicação, uma das reflexões que eu faço, é o seguinte: nós passamos por três momentos. Houve um momento, que foi citado aqui, antigo e melhor. Não é que nós tivemos uma época romântica. Mas eu vejo essas três eras distintas, que a nossa geração conseguiu viver e analisar. Todos aqui viveram uma era romântica em todas as áreas, na medicina, movimento sindical, esportes. Tivemos, por exemplo, o Pelé e o Garrincha, para depois passarmos para uma era extremamente voltada para a ideologia e isso fez eco que aquele romantismo se transformasse em movimento ideológico, que fracionou o mundo em grandes blocos. Isso com reflexos e implicações para cada uma das áreas e propostas sociais, inclusive para os clubes de serviço. Felizmente, ou infelizmente, nós saímos dessa fase ideológica e estamos, hoje, na área do marketing. Nessa sociedade de consumo, existe o *marketing* do individualismo. Ele é nítido. É difícil você ver, nos meios de comunicação, uma proposta voltada para a coletividade. Nós sempre temos o melhor, a melhor, mas nós não temos um grupo com imagem sendo vendida nos meios de comunicação. A sociedade ficou cada vez mais individualizada porque os valores materiais adquiriram mais expressão, mais importância, sufocaram outros valores, de maneira que, hoje, nós todos vivemos uma situação dramática de sermos cúmplices, até certo ponto, de não incentivarmos nossos próprios filhos e terem uma atitude mais coletiva. Porque a gente fica na dúvida se isso é preparar a pessoa para a sociedade individualizada na qual vivemos. Talvez a gente estivesse criando um cidadão inadaptado para a sociedade na qual ele terá que viver e que não é mais a nossa.

E é por isso que eu vejo uma grande dificuldade para a gente poder ver um grupo como aqueles. A minha esperança é que surjam outros com cabeça bem melhor que a nossa e que vão chamar vocês de *aqueles babacas de cabelo comprido* e que tenham outras propostas. Agora, essa dificuldade do coletivo, não acredito que tenhamos respostas otimistas aqui nessa sala, até porque a sociedade ficou individualista e consumista e, com isso, o tempo hoje vale dinheiro e não mais cultura, nem lazer. O esporte só vale se render dinheiro.

Gilberto Toni - O que ele perguntou é tão abrangente porque se fa-

lou em sociedade, costumes, tradições... Há uns dias, eu estava discutindo com uma pessoa que respeito muito sobre os termos *conservador e progressista*. Ele falou que o conservador é aquele que fala *eu, meu terno, minha gravata, minha casa, meu iate, meu carro novo*. O progressista fala *nós, a sociedade, a nação, o povo*. Existe uma coisa que é terrível porque coloniza o mundo inteiro. É a televisão. É o meio de divulgação de idéias e imagens. Nós não tínhamos isso. Nós íamos ao cinema e assistíamos *Atualidades Movietone* com notícias de um mês atrás. Hoje, nós vemos as coisas acontecendo na hora, em qualquer país do mundo. Mas eu me lembro que, quando estudávamos, nós tínhamos professores cuja vida era diferente, não havia tanta ambição, vivia-se pelo viver e não pelo dinheiro. Ganhava-se dinheiro para viver e hoje quer-se viver pelo dinheiro.

Mas, lembro-me que nós tínhamos grandes professores. Estudei no Colégio Paulistano e não havia um professor que tivesse automóvel. Eram professores do tipo do Alfredo Élis, do Orestes Rosolia, do Gikovate, o professor de matemática era da família Paschoale. Fui aluno do Silveira Bueno. Fui aluno de latim do Celestino Correia Pina, que era professor da USP. Nós tínhamos espanhol, português, ou seja, nós tínhamos uma educação humanística, européia, francesa e italiana. Naquela época, nossa diversão eram os bailes, cinema, reuniões. Eu me lembro que assinávamos aquela coleção da Saraiva: todo mês vinha um livro. Hoje, pergunte para qualquer aluno que esteja fazendo faculdade se ele está lendo algum livro, pergunte sobre algum autor... Vejo pela minha filha mais nova, que hoje tem 18 anos... O que tivemos de aguentar com Menudos, Xuxa e outros. Essa cultura de massas invade nossas casas.

Nós estamos sendo colonizados há muito tempo. Então, hoje em dia, você vê uma rapaziada que parece mais americana que brasileira. Eles procuram copiar tudo aquilo porque a TV diz que aquilo é ser bonito, *in*, jovem. No meu tempo, a gente dava risada daqueles turistas americanos que usavam camisonas estampadas, enquanto nós usávamos cinza, branco, preto. As moças andavam de saia comprida, abaixo do joelho. Hoje não existe mais tradição, aquilo que é passado de pai para filho. Os costumes que fazem parte da raça, o lugar onde você mora, a sua educação. Aquilo acabou. Nós estamos vivendo numa aldeia global. Todo mundo vai se vestir igual, todo mundo vai falar inglês, as roupas vão ser jeans. Vejo, por exemplo, o inglês, que é um povo desenvolvido. Quando eles foram colonizar a África, usavam safári porque lá fazia calor.

Aqui não. Eu estava vendo a moda de inverno que estão impondo para as moças... Tem até uma botina militar! Aquilo é até anti-higiênico num clima como o nosso.

Quando a Corte veio para a Bahia, todo mundo adoeceu enquanto os índios se mantinham saudáveis, Lógico. Os europeus se vestiam com lã, veludo, num calorão daqueles.. Não sei se respondi, mas, infelizmente, nós somos filhos dos nossos pais e os nossos filhos são filhos da propaganda, da TV, do marketing, do comércio internacional, etc.

Victor Matsudo - Nós, que lutamos para fazer a campanha pela biblioteca e, no final, reunimos aproximadamente uns 100 livros... Quando vemos que um CD Rom agrega uns 400 mil livros, então começamos a ver que esse jovem quer quando diz que precisa comprar um CD Rom. Talvez vá trazer tanta cultura quanto nós, que lutávamos pelo livro. É uma outra fase.

Urames Pires dos Santos - Muito obrigado por esta concessão. De-sejava prestar um depoimento. Em virtude de minha profissão, eu conheci o Brasil inteiro. Embora esteja plenamente de acordo com o depoimento do Victor e do Gilberto, o mundo hoje é outro, realmente. A mídia tem uma importância e influência extraordinária sobre os povos. A TV tem prestado um desserviço a todos, mas a situação não é totalmente desanimadora. Conheço centenas de cidades onde existem movimentos de juventude, ainda formando academias de letras, montando bibliotecas. Agora, onde acontece isso? Em cidades de Minas Gerais, Bahia, no Nordeste, cidades de 30 a 50 mil habitantes. Eu conheço cidades que ainda hoje nunca assistem um programa de TV. E outras que desconhecem completamente uma novela da Globo. As pessoas ainda se reúnem à noite, fazem palestras, fazem movimentos como o *Tijucuçu*. Estudantes de ginásio, do colegial, montam bibliotecas, academias, discutem autores estrangeiros. Tudo isso em cidades pequenas do interior. De maneira que não vejo tanto pessimismo em nossa situação atual. É claro que isso existe entre nós. Cidade grande, progressista, evoluída, altamente populosa, com muitos problemas de comunicação, problemas sociais, uma infinidade de problemas que temos justamente por sermos grandes demais. Olha, Santa Cruz das Palmeiras é uma cidade que tem hoje 30 mil habitantes. Lá ninguém assiste TV à noite. Ainda se reúnem em clubes, fazem reuniões de família, discutem temas políticos, coisas culturais... Toca o alto falante, tem correio elegante... Bom, vamos citar cidades grandes, por exemplo: Uberaba, Uberlândia, onde existem clubes de jovens. São cidades estudantis altamente desenvolvidas e eles se reúnem e não assistem TV. Só uma pequena porcentagem de pessoas de mais idade o fazem. De modo que não encaro esse problema com tanto pessimismo e acredito que ainda voltaremos aos tempos passados.

Oscar Garbelotto - Apenas um aparte para o Urames. Parece-me que você quis dizer que a urbanização, o crescimento de uma cidade, de alguma forma afasta o movimento cultural?

Urames Pires dos Santos - A urbanização, o crescimento demográfico muito grande, o surgimento de problemas decorrentes disso, não impede, mas dificulta um pouco mais. Antigamente, um visitava o outro. Tínhamos tempo para fazer uma discussão política, social ou literária. Moramos muito longe, as distâncias são longas. Há, também, esse acúmulo de preguiça, que é muito comum. *Eu estou cansado de trabalhar o dia inteiro e não vou para a faculdade... Não vou fazer discussão nenhuma. Vou ficar em casa, assistir TV.* Há um certo comodismo que surge em função do cansaço provocado pela atividade funcional porque você precisa ganhar

dinheiro. Trabalha-se mais para ganhar mais para se gastar mais e deixa-se de lado uma série de coisas importantes, culturalmente, falando.

Henry Veronesi - Alguém mais gostaria de usar a palavra?

Ademir Médici - Deu para identificar dois fatos pontuais nas falas do Philadelpho e do Matsudo. Ano de 1942, regime: Estado Novo. Região: subúrbio de Santo André... Os trabalhadores não tinham condições de se organizar intersindicatos e criaram uma cooperativa de consumo onde também discutiam questões políticas. O Matsudo fala da questão da criação de uma Olimpíada Esportiva como pretexto também para discutir outras questões. O Philadelpho fala um pouco dos anarquistas e da vinda dos comunistas, obrigados a criar mecanismos até assistencialistas no sentido de congregar as massas. O dr. Urames coloca, também,, a necessidade do Rotary numa cidade pobre como São Caetano no início dos anos 50. Eu pergunto: o que erramos? O que vem depois? Não seriam novos anarquistas travestidos de nazistas, por exemplo? A gente vê hoje, os monumentos na região do ABC pichados com aqueles símbolos... No que erramos? Nesse século, cheio de alternativas, o jovem está decepcionado. Onde será que erramos? A indagação é para toda mesa.

Urames Pires dos Santos -Se você fizer uma análise da História da Humanidade desde dois mil anos antes de Cristo até agora, verá que temos períodos cíclicos. Temos uma fase crescente, depois uma decrescente, depois renascem esses mesmos movimentos. Há um ciclo da humanidade que se repete. Tenho impressão de que nós também vamos passar por isso. Esse ciclo dos anos dourados ainda vai surgir novamente.

Naturalmente, nós vamos até um ponto limite, depois vamos dar uma queda e depois começar novamente. Eu tenho essa impressão. Não sei se seu ponto de vista também seria esse. É cíclico ou não esse movimento da humanidade.

Ademir Médici - Eu acho que a História não se repete, mas sim que há coincidências não totalitárias. Quando você mesmo fala da cidade que existe no interior brasileiro, hoje, no final do segundo milênio, será que estão repetindo aquilo que São Caetano e São Bernardo faziam há vinte anos só porque não atingiu aquele espaço? Não acredito na repetição da História. Acredito que a memória não está sendo um instrumento no sentido de você, na geração atual, desenvolver aquilo que foi bom e evitar aquilo que foi mau. Gostaria que isso estivesse lotado, que hoje de manhã não coubesse mais ninguém naquele espaço grandioso. A gente vai ter aqui milhões de explicações, estamos em férias escolares e tudo o mais... Entendo que a memória é algo que não deixou de lado sua parte elitista. Penso que nós deveríamos massificar a memória, discutir onde erramos e acertamos em nossa geração, nas gerações de nossos pais e avós. E discutir isso com os jovens. Cadê o jovem no 3º Congresso de História do ABC? Então por que a gente não repensa isso na própria organização do Congresso?

Gilberto Toni - Participei dos bailes em 1964, 1965. Sabe, a Acascs não seguiu aquela ideologia estabelecida, aquela proposta dos cinco pio-

neiros. Por que não seguiu? Atualmente o estudo que a Acascs faz ao longo desse período de tempo, no sentido de ver qual foi sua evolução histórica? Acredito que nós estarmos deixando de lado um instrumento muito grande que é a memória ou estamos utilizando mal este instrumento, talvez apenas como nostalgia. Penso que enquanto nós não massificarmos isso, não usarmos os meios de comunicação para isso, nós vamos continuar lamentando sem ter respostas.

Henry Veronesi - Alguém quer usar a palavra?

Philadelpho Brás - Naquilo que o jornalista e escritor Ademir Médici colocou, a parte que nos toca no campo das atividades sociais de grupos (me perdoe se puxei a brasa para minha sardinha. Estou sendo egoísta, mas acredito que os grupos sociais advindos das classes laboriosas eram aqueles que pugnavam por algo mais concreto dentro da sociedade, que é que se chama hoje de direito da cidadania)... Porque, no início da vida sindical, não foram raras as vezes que nos taxaram de utopistas, enquanto se pregava, talvez de uma forma não muito adequada, a ascensão social do ser humano. Como? Através de uma melhor distribuição de renda para que ele pudesse usufruir dos bens que produzia. O fato acontece até hoje. Às vezes, usamos aquele artifício que citei, um elenco de itens assistencialistas, para termos a massa ao nosso lado e podermos fazer pressão contra o poder constituído e conseguirmos algum avanço social. Por quê? Havia - e continua havendo - injustiça. Então, o grupamento social dos trabalhadores faz as suas reuniões operárias, seus círculos como faziam na época. Hoje, fundam suas associações, seus sindicatos...

Têm uma razão de ser totalmente objetiva e que pressupõe uma luta por uma sociedade mais igualitária.

Eu sou um dos membros da Associação dos Metalúrgicos Aposentados de Santo André. Na minha faixa etária, deveria estar gozando de um merecido ócio condignamente remunerado para que pudesse ter um pouco de lazer. Então, esses grupamentos sociais sempre existiram e sempre terão que existir. Os clubes de serviço criados por um outro segmento da sociedade, que é o segmento mais elevado, também têm que existir. Obviamente, estes clubes tinham as suas intenções voltadas para os segmentos mais sacrificados, que é onde nós nos situamos. Eu sou filho de caboclo, nascido num latifúndio de onde precisei migrar. Os que dominam dizem: *o caminho legal é a lei*. Concordo, Mas, às vezes, ele se perde na turbulência por aquilo que se luta, pela injustiça. Ele ignora a lei e segue por caminhos errados. Os movimentos sociais sempre tiveram esses desvios porque as circunstâncias é que determinam a demanda de outros caminhos que não o da lei, como que quem aqueles que dominam.

Victor Matsudo - Ademir, sua colocação foi interessante e muito instigante. Não sei se nós não estaríamos nos superestimando em poder dizer e analisar o passado na condição do que foi certo ou errado. Eu acho que é superestimar a nossa condição presente de analisar o que se passou. Acredito que esse é um instrumento poderoso e que nós temos, no mo-

mento, e que não havia tanto no passado. Nós podemos analisar melhor o que se passou para não cometermos *erros*. E realmente através da pesquisa que nós vamos conseguir esclarecer melhor a sua pergunta. Qualquer outra constatação é um exercício de imaginação, de criatividade, de capacidade de aglutinar variáveis que estão em jogo, mas que provavelmente não vão fazer ninguém sair totalmente satisfeito.

Por isso, fica aqui a nossa sugestão: que se busque uma pesquisa para isso. Mas eu queria, também, devolver um pouco, já que você é de São Bernardo, e nós aqui da mesa estamos no meio de São Caetano. Será que os clubes de serviços não contribuíram, de forma decisiva, para que São Caetano, sendo o menor Município da região, tivesse uma identidade e a mantivesse até os dias de hoje de uma forma até mais clara, como sociedade organizada do que os outros Municípios da região? A imagem de São Caetano, boa ou má, é talvez mais cristalina do que a imagem dos outros Municípios. Será que os clubes de serviço não contribuíram para isso? Não me consta que São Bernardo e Santo André tiveram a felicidade de ter clubes de serviço de jovens como houve aqui. Foi feito algum estudo a respeito? Você como historiador, localiza alguma coisa para enriquecer esse debate?

Gilberto Toni - Você não fez uma pergunta. Você citou coisas que acontecem no Brasil. Agora, o que vejo é o seguinte. Nós vivemos aqui, a sociedade vive, nós temos que obedecer leis. Se você estaciona o carro em um lugar proibido, você é multado. Dia desses dias eu vi o Brizola dando uma entrevista e perguntaram-lhe por que ele estava na política... Sua resposta foi porque ele era um indignado. Nós vivemos em um país que tem tudo para ser o Primeiro Mundo, mas precisamos de organização e de gente que mande. Você falou em fascismo, mas, por um lado, ele foi bom. Meu pai viveu na Itália de 1910 até 1918. Ele dizia que, quando era garoto, a agricultura era na base da enxada. Quando Mussolini entrou, mecanizou a lavoura. O problema é que, como todo ditador, o poder subiu-lhe à cabeça. Os ditadores não sabem parar. O Hitler, por exemplo, quando começou a sua expansão, deveria ter se contentado com a Áustria apenas. Se ele tivesse sabido parar, eu acho que a Alemanha estaria muito melhor do que agora.

Recentemente, estava lendo um livro chamado *As veias abertas da América Latina*. Eu já fui de esquerda, sou muito aberto e não sou radical, mas eu acho que se fizeram aquilo com os latinos (astecas, maias), ou seja, o que estava descrito no livro, foi porque eles eram fracos. Porque quando você baixa a cabeça, a pessoa monta em cima. Com tudo o que temos aqui na América do Sul, nós poderíamos falar não, mas não o fazemos. Não nós, mas os nossos políticos, aqueles que estão cuidando da nossa vida, não falam não. Quando o Floriano Peixoto era presidente, dois navios de guerra ingleses aproximaram-se da costa brasileira e o comandante de um deles perguntou como seriam recebidos se desembarcassem. Floriano responde que à bala. Os navios levantaram ancora e foram embora.

O problema é que, no Brasil, quem deveria se ocupar da política não

o faz. Hoje quem se ocupa da política no Brasil é quem não tem profissão, que, quer ficar rica, que vai dar golpe, que vai cuidar de seus interesses. Veja, por exemplo, nos EUA. Quem manda lá é o poder econômico. No próprio sistema eleitoral, que é que decide a eleição? Califórnia, Pensilvânia, Illinois... são os Estados Unidos... Quem está decidindo no Brasil? Quem está decidindo sobre nossos destinos? Quem está empobrecendo o Brasil? Quem está dirigindo o Brasil? São as oligarquias nordestinas.

Isso não é racismo. É verdade. São as oligarquias nordestinas. Quando entrou Getúlio Vargas, ele começou a cevar as oligarquias nordestinas para conseguir apoio. Ele decretou que não se podia plantar cana no sul, só lá no Nordeste. Ele criou o enfoque de obras contra as secas. É lógico que esse dinheiro nunca ia para lá. A sede do governo era no Rio de Janeiro.

Quem ainda são os grandes proprietários de imóveis? Então os usineiros nordestinos. Então, aqui no Brasil os clubes de serviços têm que melhorar, mas é preciso melhorar, também, a administração do país. O Brasil ia bem. Os nossos anos dourados eram aqueles em que os filhos eram parecidos com os pais. Hoje, nós temos problemas porque os filhos não são mais parecidos com os pais. Eles vivem fora de casa, são manipulados. Eles são diferentes, são filhos da mídia. O Brasil teria que ter uma direção que deveria ser feita pelos estados ricos, como o pai que sustenta e fala assim para o filho: *meu filho quem está pagando tudo aqui sou eu e então você tem que me obedecer*. Agora, quem maneja no Brasil? Tem alguém do Sul lá? Pouquíssimos. Quem sustenta o país são os estados do Sul e que estão sendo mal administrados.

Outro dia, eu estava ouvindo que um por cento dos impostos que saem daqui de São Paulo voltam para cá. Então, para onde vão os outros noventa e nove por cento? Vão para o bolso de alguém. Porque você vai ao Nordeste e não vê nada. É a maior miséria. Nós aqui do Sul, que deveríamos comandar, somos comandados. O Brasil ia bem quando tinha a política do café com leite, alternado paulistas e mineiros no poder. Nós estamos pagando muito porque estamos crescendo muito em população. Quando esta cresce muito, você tem que dar alguma coisa. Se existe uma favela, aqui na Billings, você tem que colocar uma linha de ônibus, fazer asfalto, tem que por um *pouquinho* de água, senão aquela gente morre.

Em 1910, nós tínhamos 17 milhões de habitantes no Brasil inteiro. Sabe quantos tinham nos EUA? 80 milhões. Hoje, nós temos dez vezes mais do que tínhamos e os EUA, três vezes mais. Então, pode-se planejar o desenvolvimento. Nós não podemos planejar um desenvolvimento desse tipo num país que explode, que dobra a cada 10 ou 15 anos. Em 70, nós éramos 70 milhões. Hoje, somos 150!

Isso que você falou é um problema. Tudo isso acontece porque nós não temos planejamento nenhum. Não temos planejamento familiar... Aqueles que podem ter filhos, nós, da classe média, que deveríamos ter mais filhos para que, pelo menos, a média do brasileiro possa ser uma boa média, nós não estamos fazendo filhos. Quem os tem? É o miserável, que

vive como bicho e tem 14 ou 15 filhos! A ignorância é a mãe de todos os problemas. Nós deveríamos ter, um controle de natalidade violento. No Nordeste, toda mulher humilde que vai a um médico deve ser esterilizada. Ela não pode ter mais filhos.

Ademir Médici - Eu vou reformular a pergunta... Dentro do tema da mesa, sobre clubes de serviços aqui representados: no que nós erramos? No que as entidades erraram e no que contribuíram no sentido de que houvesse esse problema de hoje? De que forma a memória - que é, basicamente, tema desse III Congresso de História do ABC - pode ser usada no sentido de oferecermos a este país a educação necessária para evitar que tenhamos que chegar a uma medida extrema como essa violência defendida em relação às mulheres do Nordeste?

Philadelpho Brás - A colocação do jornalista Ademir Médici faz sentido e eu resumiria isso em poucas palavras. É óbvio que precisa de planejamento para tudo, mas a distribuição de renda tem um sentido fundamental em tudo isso aí. São Caetano do Sul, que hoje cedia este Congresso, é uma cidade de Primeiro Mundo. O ABC, apesar de suas Somálias, suas Biafras, são cidades de primeiro mundo. Agora, tem uma minoria que está açambarcando toda a renda do setor produtivo. Se houver uma melhor distribuição de renda, eu acredito que a memória, a História, vá contribuindo, por exemplo, numa colocação, não sei, para melhorar a vida de todo o mundo.

No que memória pode contribuir? Ela está resgatando a História e contando que nós não podemos... Por exemplo, aqui existiam escravos, mais não existem escravos mais. Por que? Porque houve luta, eles se libertaram, então, produziram. Acontece que isso foi se acumulando nas mãos de poucos. A História pode melhorar, pois a ela é a gente contando para os jovens, para que no futuro, como executivos, como trabalhadores especializados, eles pensem de uma forma diferente.

O dr. Urames falou aqui que há uma concentração que se trabalha por dinheiro... Então, essa mentalidade tem que mudar. A História e a memória podem contribuir para mudar isso, Para evitar concentração, para evitar que o dinheiro não deixe de ser um ícone maior da humanidade. Entendeu? Nós temos que ter cidadania plena com justiça social. E como? Com a distribuição de renda. Mas é contando a História, citando o passado... Por que existem as bialfrs na periferia? Qual é a razão disso? Então, a memória levanta os fatos, entra na favela e vai ver as condições e depois relata aqui fora para quem deve ouvir. São aqueles que vão conduzir a nação, o Legislativo e a Economia do país no futuro. Então isso tem que ser colocado por aqueles que fazem o resgate da história, entendeu? Porque são duas coisas distintas. A memória é para resgatar a História. Então, ela traz a história presente. Por que existiram escravos? Por que existem miseráveis até hoje, apesar de residirmos em cidades de Primeiro Mundo? Por que há concentração de bens nas mãos de poucos? Então, isso é a história que precisamos contar para as gerações futuras.

Gilberto Toni - O jornalista... Você falou que o controle de natali-

dade é violência? Não? Mas você vê fotografias e reportagens sobre o Nordeste que mostram as pessoas morando em casas de barro e sujeitos a terem Doença de Chagas... Seis, sete, oito, dez crianças que não podem ficar em pé por falta de comida, morando em lugares onde não se pode viver. Se você fala com um pecuarista *olha, eu tenho aqui um pasto. Quantas cabeças eu posso por?* Ele lhe responde: *Olha, com esse pasto você pode por 10 cabeças que elas vivem. Se você puser 100 cabeças, elas vão morrer de fome.* É isso aí que está acontecendo no Nordeste e no cordão miserável em volta das grandes cidades. Agora eu pergunto a você; o que é preferível? A pessoa ter um ou dois filhos, ou esses ignorantes, com 10 ou 12, sem poder sustentar? O sr. Philadelpho está falando de distribuição de renda, mas se nós formos distribuir a renda que o Brasil produz, nós também seremos miseráveis. Não chega a US\$ 2.000 per capita. Se você distribuir tudo, o Brasil vai ser pobre do mesmo jeito. O Brasil precisa enriquecer. Se não se põe nada na mesa, o que nós vamos comer? Temos que ter bastante coisas para comer.

Henry Veronesi - Vamos ouvir agora Maria Meire Ferreira Lopes.

Maria Meire Ferreira Lopes - Voltando ao tema *clubes de serviços*... No momento, parece que isso acabou, mas acho que eles continuam existindo, só que sob outra forma (como, por exemplo, as associações de mutuários, aposentados, etc. Essas associações são uma herança ou coisa parecida dos clubes de serviços?

Urames Pires dos Santos - Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer o seguinte: há uma diferença muito grande entre associações e clubes de serviço, que existem desde 1905. E eles vêm num crescimento extraordinário. Hoje, existe mais de um milhão de rotarianos e, a cada dia, mais quatro ou cinco rotarianos novos surgem no mundo, de maneira que não são entidades extintas. Agora, a diferença do clube de serviço para a associação é a seguinte: aquele que dá de si antes de pensar em si enquanto que este trabalha para si próprio. Só os associados é que são beneficiados. Enquanto que os clubes de serviço beneficiam pessoas de fora do clube.

Henry Veronesi - Eu queria aproveitar para fazer um esclarecimento. Os clubes de serviço ajudam terceiros. Tanto que a filosofia é *Nós servimos*. Nas associações de mutuários, eles se ajudam mutuamente e, nas dos aposentados, almejam defender seu direito. Então, existe uma diferença muito grande. Por outro lado, tem havido uma debandada enorme de rotarianos e lionianos. Por que? Porque ninguém mais se interessa pelo vizinho, pelo semelhante. É uma falência da sociedade. Mais alguém gostaria de usar a palavra?

Paschoalino Assumpção - Falou-se muito aqui sobre associações e clubes de serviços. Mas nós temos um grupo que não é associação, não é clube de serviços, não é entidade, mas que está precisando da ajuda de todo mundo que se interessa pela memória, pela história e defesa do patrimônio histórico da sua cidade. É o Gipem - Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC.

Neste Congresso, bem como nos anteriores, discutimos o que fizemos, o que estamos fazendo e o que podemos fazer na defesa da história e da memória da nossa cidade. Portanto, eu convidaria os presentes para que todos se unam em torno do Gipem, que procura defender o patrimônio histórico, levantar a história e a memória do nosso Município.

Victor Matsudo - Eu queria fazer duas observações finais. Com relação à colocação do Ademir, mais uma vez eu vou enfatizar que todas as vezes que nós não tivermos pesquisa, vamos ter muito mais calor do que luz e se formos discutir sem ter dados científicos, vamos ter simplesmente opiniões, *achologia* e cair na discussão estéril, muito latina, mas de pouca produtividade. Muito romântica, calorosa, mas com pouca repercussão social. Eu concordo com você: não podemos repetir erros, mas isso só vai acontecer se pesquisarmos à luz da investigação científica e não da opinião pessoal.

Também gostaria de ressaltar aqui que, no caso do nosso grupo de serviços, o Tijucuçu, nós tivemos um lema - que ficou durante muitos anos anunciado na avenida Goiás: *Nós estamos trabalhando por mundo melhor*. Parece que não conseguimos esse mundo, mas é porque éramos jovens e procuramos continuar sendo para continuar buscando um mundo melhor.

Maria Meire Ferreira Lopes- Como essas organizações têm caráter corporativista, não é um tipo de organização já marcada por essa nova situação que a gente vive?

Victor Matsudo - Sem dúvida, essas associações estão representando reações naturais para novas situações da sociedade. Agora, o que estamos discutindo aqui, clubes de serviços, é uma situação muito distante das sociedades que têm um objetivo corporativo. As sociedades corporativas pensam no aqui, no agora e estão voltadas para seus interesses apenas. Os clubes de serviços têm um sonho. Muitos pensam na família. Quem tem um pouco mais de visão pensa na sua comunidade; quem tem um pouco mais pensa no seu país; quem tem um pouco mais ainda pensa no mundo. E dizem que quem pensa ainda um pouco mais pensa na época dos filhos e dos netos. Essa é a visão idealista que teriam aqueles jovens do nosso tempo, de muitos clubes e serviços no mundo.

Henry Veronesi - Vamos então encerrar os trabalhos, mas antes queria fazer um observação sobre a palestra feita pelo companheiro Philadelpho Brás. Situando-me na História, verifiquei que você separou o anarquismo do socialismo. Naquela época, existiam só duas filosofias, a direita ou a esquerda. Quem não era pró-governo era chamado anarquista, o que não representa a verdade porque haviam socialistas também.

Agradeço a presença de vocês todos e damos por encerrada esta plenária. Muito obrigado.

Raízes e Conflitos Culturais no Processo Migratório

Coordenador

Gilberto Alves

Debatedores

Gisela Saar

Giuseppe Casù

Cerimonial - Dentro da nossa programação, esta mesa tratará do tema *Raízes e Conflitos Culturais no Processo Migratório*. O coordenador é o dr. Gilberto Alves, aqui do IMES. Ele é sociólogo, mestre em Ciências Sociais da USP e doutor em Comunicação.

Gilberto Alves - Em nome da diretoria, é uma satisfação muito grande recebê-los nesta casa. Nós somos parte do corpo docente desta instituição e nos agrada muito a oportunidade que nos dá este evento de recebê-los para que tenhamos uma boa discussão que, pretendemos, seja, obviamente, a mais informal possível.

É uma honra para esta casa receber a dra. Gisela Saar, que é advogada e historiadora de Rio Grande, e o sr. Giuseppe Casù, que é chefe do Patronato Italiano de São Caetano. Antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu gostaria de colocar a nossa preocupação em estarmos inseridos no contexto de uma região metropolitana, preocupação esta fundamentada e até já levada em consideração pelos nossos legisladores, na medida em que eles se propuseram a colocar como termo constitucional o processo de metropolização. Ou seja, a constatação de que nenhum governo municipal e que nenhuma instituição pública tem condições de arcar isoladamente com o ônus e responsabilizar-se integralmente por todo um processo, quer seja de defesa do patrimônio cultural ou qualquer outro tipo de processo na área da administração pública.

Isso decorre certamente dos problemas que nos envolvem numa área metropolitana que não podemos isolar em termos municipais. Não podemos colocar, por exemplo, o problema dos transportes ou do meio ambiente como responsabilidades isoladas deste ou daquele município. Isso só nos leva a uma questão central: se é importante, para os nossos legisladores, e se há uma constatarão de que nós temos a necessidade de encontrarmos caminhos para que nos direcionemos em termos de uma administração pública que congregue as instituições regionais. O problema que se coloca é saber que patamares culturais são absolutamente imprescindíveis para que tenhamos condições para essa integração. Porque, na realidade, nós jamais conceberíamos qualquer projeto político, de administração pública, se ele não estivesse solidamente embasado num processo de valores culturais que nos levasse a objetivos comuns ou que, pelo menos, nos levassem a um entendimento da questão de uma forma mais clara.

Eu colocaria essa preliminar para nossos convidados no sentido de que essa análise do processo migratório, que não é de forma alguma isolada, e o próprio tema já nos coloca diante de uma situação cultural, seja dentro de uma perspectiva de um processo que vivemos na nossa realidade metropolitana, que é extremamente complexa e que não pode ser isolada em termos de perspectiva de vida ou em termos de administração. E, certamente, se não enxergarmos com clareza essa situação cultural, não teremos respostas efetivas para que possamos encontrar caminhos para uma vida mais humana e um processo mais democrático para que, enfim, possamos chegar à cidadania.

Essa, portanto, é a minha proposta preliminar para nossos expositores. Inicialmente, quero passar a palavra para a dra. Gisela.

Gisela Saar - Boa tarde a todos. Sou de Rio Grande da Serra e de lá eu trouxe alguma coisa sobre as migrações italiana, alemã, japonesa e também vou falar um pouco sobre a corrente migratória de outros estados, principalmente sobre as correntes nordestina e mineira.

Antes de situar esta problemática, gostaria de agradecer à casa pela oportunidade de estar aqui e poder falar sobre o Rio Grande da Serra, que, dentro do contexto do ABC, dentro da região urbana, hoje, é realmente uma região que foi rural e que está trazendo conflitos que ainda persistem em algumas áreas, principalmente na questão social e que decorrem dessa interação. Meus agradecimentos ao dr. Oscar Garbelotto e aos organizadores do encontro.

Eu vou falar um pouco sobre os italianos. Eles e os alemães chegaram ao Rio Grande da Serra no final do século 19. À partir de 1865, quando foi aberta a São Paulo Railway. 1899 é um marco fundamental para ambas as colônias. Os alemães tinham terras e os italianos chegaram para colonizar. Alguns vieram via Argentina e outros entraram pelo Brasil mesmo. Outros vieram do interior de São Paulo. Salto de Itú é, por exemplo, um dos locais de onde vieram algumas famílias.

Os alemães vieram do Sul. Uma corrente se fixou em Santos e esse desmembramento foi consequência da busca por horizontes, do Sul para o Sudoeste. A corrente do Sul veio com os colonizadores que seguiram o dr. Blumenau. O meu bisavô, que era parte de uma dessas levas, veio na função de topógrafo.

Os italianos vieram de Nápoli, Roma, Piemonte e outras cidades. Quando eles chegaram em Rio Grande da Serra, havia na cidade a estação de mesmo nome. Não havia mais nada além de uma pequena estrada que ligava Paranapiacaba a Ribeirão Pires. A que ligava Rio Grande a São Bernardo, conhecida como avenida Bonilha, desapareceu com o tempo e também por causa da represa que, mais ou menos em 1927, tomou conta de tudo.

Os italianos se localizaram em ambas as margens da via férrea. No lado direito, eles ficariam na Bacia do Gama, que hoje também está completamente desativada. Esta bacia era formada por vários córregos, sendo que o mais importante era o do Sítio da Gama, por onde se escoava a produção da região. E a Bacia do Gama tinha outros pequenos córregos que hoje estão totalmente entubados por causa dos loteamentos feitos na região.

E esta região do Sítio da Gama era a que tinha mais mata densa, então, os que lá trabalhavam como carvoeiros aproveitavam as matas do sítio. Os italianos que ficaram do lado esquerdo vieram para fazer a mineração da grafita, que foi extraída por famílias como os Dotta.

Até 1912/15, ainda havia extração de madeira para carvão e a grafita estava em pleno vigor. O carvão já não era mais escoado por via fluvial, mas por carros de boi até a estação do trem. E a grafita vinha em pequenos caminhões de propriedade da família Dotta, até a estação para ser transportada para São Paulo. Esta família que chegou em 1895, com nove filhos, ainda tem a propriedade - são 23 alqueires de terra - com a mina de grafita desativada e também com uma mina de água radioativa (legalizada pelo Ministério das Minas e Energia - afinal, é uma água muito boa), também desativada por falta de condições econômicas, devido ao falecimento do patriarca e às poucas condições dos herdeiros.

Mas os filhos e os netos se orgulham do trabalho que o pai e o avô desenvolveram naquela região. O velho patriarca, como era um industrial de primeira linha, já veio da Itália com uma determinada idade e primeiro grau completo. Em Salto de Itú, fez um estudo profissionalizante e já estava a caminho de se tornar engenheiro. Era um ótimo desenhista, com grande criatividade. Fabricava as máquinas que utilizava na mineração, além de outros elementos que foram vendidos principalmente na época da guerra, quando a economia nacional ficou complicada. Ele fazia eletrodos para fiação de telefones das Companhias de Estrada de Ferro Santos-Jundiá e Mogiana e Companhias Telefônicas. Fazia pilhas para rádios. Aliás, o primeiro rádio que ele fez surpreendeu a todos porque pegava sons da Europa e as filhas até hoje lembram dos sustos que levavam quando aquele aparelho enorme começou a funcionar.

Essa família trabalhou muito, embora tivessem funcionários como escravos. Eram muito unidos e aqueles que mais trabalhavam eram o pai e os dois filhos. Quando acabou a indústria da extração do carvão, os da carvoaria passaram a trabalhar no comércio de secos e molhados, além de pequenos trabalhos...

A relação dos alemães com os italianos foi muito boa até a guerra, quando nós, imigrantes, fomos impedidos de falar nossas línguas maternas, cujas origens, graças a isso, se perderam um pouco. Os costumes sobreviveram, mas acobertados por causa das invasões. Nós tivemos nossas casas invadidas e tiraram nossos livros. Eles procuravam armas e, quando encontravam uma espingarda que era usada para caça, levavam porque achavam que seria usada por nós contra eles, o que não era o caso. Então, a guerra trouxe o primeiro grande conflito para a região e cortou, por assim dizer, aquele relacionamento que era natural.

Falando de tradições. Os italianos que ainda estão lá se lembram muito do que seus pais faziam. Eles cultivavam um pouco de uva e faziam vinho. Eles também faziam salames. Já os alemães faziam tortas. Então, havia um intercâmbio cultural e culinário entre eles. Nas tradições ital-

ianas, houve uma interação muito grande com os festejos religiosos da cidade porque a maioria deles era católica. Em Rio Grande não haviam padres naquela capela. Eles vinham de seis em seis meses e celebravam casamentos, batizados e registravam os óbitos. Os alemães, por outro lado, ou eram protestantes ou não tinham religião. Então, não freqüentavam as festas religiosas com tanta freqüência. As festividades da época eram a Festa de Santa Cruz, por causa da capela homônima e que hoje está totalmente destruída, e a de São Sebastião, pois o santo foi esculpido numa serraria italiana e ofertado para a família Pandolfi e está lá na Igreja. Nestas festas, eles cantavam e dançavam. tinha muita vida, vida realmente animada. Eles enfeitavam a região com bandeirinhas e bambus à semelhança do que fazem hoje nas festas juninas.

Nós, alemães, participávamos como curiosos, mas não ativamente. Mesmo assim, nós tentávamos manter nossas tradições cristãs, como, por exemplo, a Festa do Natal, onde fazíamos nosso presépio e nossas árvores. Na Páscoa, fazíamos ovos coloridos e, logicamente, participávamos com os italianos, brincávamos juntos. Eles vinham procurar os ovos em nossas casas, e assim por diante. E nós cantávamos. Como eu sou de descendência alemã e inglesa, tenho toda uma tradição de músicas daqueles países. Nós éramos obrigados a cantar muito bem porque as nossas avós faziam questão. Não tínhamos o costume de dançar, mas canto era obrigatório.

Entre os italianos, existiam rusgas pelo fato de virem de regiões diferentes. Conseqüentemente, eles não se casavam entre si. Buscavam casamentos fora, regiões de São Caetano, do interior do Estado, e assim foi aumentando lá em Rio Grande.

A minha família saiu em 1911 e a minha mãe voltou em 1931. Já a interação é muito grande com os brasileiros. Na minha família, eu tenho Aureames que casaram com baianos. Vejam como é interessante o alemão ter na sua família italianos que falam sua língua e a ensinam para seus filhos. Entrou na família Aureame uma baiana que tem dois filhos tipicamente baianos, bem morenos, bem mestiços mesmo, e que já aderiram às tradições italianas e alemãs, principalmente nas festas de fim de ano, que é quando a família toda se reúne.

A nossa família reúne, na mesa de Natal, costumes japoneses porque alguém casou com japonês e já tem dois japonezinhos). Na nossa mesa, eu tenho desde uma farofa feita à moda baiana aos tradicionais bolos alemães. E também macarronada ou alguma coisa nesse gênero e, claro, alguma coisa japonesa porque é obrigatório. Todos participam e sentem-se muito felizes. E as crianças querem aprender a falar e a cantar em todas essas línguas.

Os japoneses vieram depois da guerra e se instalaram em outras região de Rio Grande, a mais ou menos 3 km de distância do centro. Eles entraram com granjas cuja produção ia toda para Cotia, não ficava praticamente nada em Rio Grande. Era tudo exportado. Esses japoneses mais velhos têm três festas tradicionais por ano. Na primeira eles reúnem só a colônia. Depois, em maio, tem a festa da colheita, onde todos cantam, tem gincana e uma série de

folguedos para as crianças e mesmo para os mais velhos. Em setembro tem uma festa que é muito importante, que é a festa dos idosos. Os pequenos, que já estão misturados com alemães e italianos, cantam em japonês e tocam para os idosos. Esse costume permanece e é por isso que a integração é uma coisa bonita de se ver. Quando a gente vai à festa dos idosos, fica-se encantada ao ver um moreno, filho de mestiços sansei ou nissei e que sabe tocar ou declamar alguma coisa para os mais velhos. Por que? Porque os jovens de 15 anos para cima estão buscando trabalho em outros lugares, fazendo faculdades de medicina, engenharia, etc, e então são os pequenininhos que estão dando este suporte. E eles são em número razoável.

Como o sr. Gilberto estava falando, nós sentimos a urbanização nos sufocando aqui, digamos, nos grandes centros, mas lá ainda existe aquele lirismo, as famílias convivendo, embora de origens tão diferentes. Os italianos são os que mais sentem nostalgia. Os filhos e os netos dos pioneiros que vieram para cá são os que tiveram a oportunidade de estudar fora, primeiro e segundo grau, não mais do que isso. Mas dentro da alma do italiano existe uma espécie de alegria nata. Eles se juntam e cantam e, então, os netos colocam tudo isso para fora em forma de poesia, literatura, pintura. Na região, nos temos netos de italianos que têm feito belos quadros.

Os alemães já não têm esta tradição. Não têm esta arte em seus corações. Eles são mais voltados para o trabalho, para métodos arraigados, costumes mais severos. Entretanto, talvez pelo amor às origens - abrir terras, abrir espaços - os alemães trouxeram o amor pela botânica. Eles estudavam as plantas e tudo quando era plantinha diferente vinha para o serviço, em São Paulo. Dentro das linhas alemãs, tem uns cinco ou seis botânicos que estudaram a área e mandaram não só a flora como a fauna para São Paulo, que hoje se constitui em acervo do Estado.

Os japoneses continuam com seu trabalho em granjas e hortas, operando para uma cooperativa porque eles são muito fechados. Os filhos estudaram em faculdades e hoje estão trabalhando no Japão, em outras regiões, em São Paulo, mas os velhinhos continuam lá, ainda com alguns pequenos netos.

Terminada a guerra tivemos alguns problemas na região. Começamos a receber a migração, principalmente a nordestina, desde o Piauí, mas também Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A migração dos mineiros é extraordinariamente grande, só que esta migração toda não trouxe nada para a região. Nossa cidade é considerada cidade-dormitório, então, esse pessoal que não tinha quase nenhuma qualificação profissional, veio para uma região que não tem indústria porque está na área dos mananciais. Então, eles têm que procurar emprego fora. Vejam os conflitos que decorrem desta vinda do Nordeste e de Minas Gerais para cá...

Os mineiros e os nordestinos - que também têm a música em seus corações - não ficam na região na época das festas porque voltam para suas cidades de origem. Eles lotam vários ônibus e vão todos para a festa de Nossa Senhora de Santana, por exemplo. Eles arrumam festeiros lá, que se organi-

zam como os daqui. Fazem folias entre si e levam tudo para sua região de origem. Por causa disso, esta integração ainda não está bem casada. A integração dos nordestinos está melhorando um bocadinho por causa de uns poucos músicos que organizam saraus. Já os mineiros não. Eles não dão nada para a nossa cidade. Portanto, os conflitos são grandes.

As tradições culinárias também se processam da mesma forma. Eles fazem seus pratos típicos, convidam parentes, amigos... É muito interessante e gostoso a gente observar esta comunhão. Nas nossas datas religiosas que são festa de Santa Cruz, em maio, e a de São Sebastião, em janeiro os nordestinos e os mineiros participam através dos repentistas. Então, está começando a haver uma nova identificação. Já temos o início das Folias do Divino. Um grupo de mineiros e outros nordestinos percorrem as cidades depois da Festa de Reis, pedindo, principalmente, alimentos e agasalhos para doarem aos mais necessitados. Então, eles vão para as casas e cantam uma canção que é do Ivan Lins e que fala do Divino, botam uma batucada e o cururu, ficam com um estandarte nas mãos, homenageiam aquela casa, recebem a doação e vão para outros lugares. Isso já aconteceu durante uns três ou quatro anos seguidos e nós percebemos que aumentou o número de pessoas que integram o grupo. E é muito bonito a gente ver dois ou três mineiros que trouxeram um repentista, mais um que toca violão e essa viola que eles tocam é típica do Alto Tietê, em barcas que iam para cima e para baixo fazendo a Folia do Divino. Os mateiros daquela região levavam suas violas para o mato e na volta para suas casas tocando uma violinha pequenininha, quase como um cavaquinho. Esta tradição nós estamos sentindo renovar-se em Rio Grande da Serra.

Os grandes conflitos que nós temos decorrem das reuniões de várias identidades culturais nas escolas porque estas discriminavam os italianos e os alemães devido à língua. Nós temos, no primeiro livro de escola da região - pois a primeira escola foi a de Rio Grande e não a de Ribeirão Pires, que era maior - que o inspetor de ensino era Alfredo Fláquer. Outro foi o Capitão Marques. Nos livros assinados pelas famílias que iam ver as exposições dos alunos, de 200 e tantos nomes, no mínimo 150 são de italianos. Dois ou três alemães, um suíço. Examinamos esses livros desde 1904 a 1927 e essa maioria italiana era constante.

Outra diferença: os que vinham do mato, logicamente, andavam descalços, enquanto que os italianos tinham botas. Havia, conseqüentemente, uma divisão, um conflito de elites. Não quero dizer que um era mais aquinhoado e o outro mais pobre, mas sim que a cultura de um, trazida em seu coração, emperrava em cima do outro, que não tinha nenhuma cultura, mas que conhecia o mato.

Devemos ao Conselheiro Manuel Dias de Toledo as primeiras escolas que tivemos em Rio Grande da Serra. A primeira foi masculina, depois, uma feminina e, finalmente, uma mista. Depois, houve um vazio, não tivemos escola nenhuma, onde a família Orlando tinha como membro atuante o sr. Luis Orlando, que era um político de mão cheia. Tudo o que acontecia na região

que precisava de ajuda política aqui de São Bernardo e Santo André, era o sr. Luís Orlando que vinha na frente fazendo os pedidos. Ele pediu escola, telefone, ajudou a fazer listas para conseguir energia elétrica, enfim, quando parecia um líder político por lá, era ele o líder político da região, aliado a um outro grande líder que Santo André e São Bernardo tiveram, que foi José Maria Figueiredo, um português que chegou em 1889 e que era um construtor nato, plantava bananas mas tinha um faro político muito acentuado. Ele foi delegado, cartorário... Ele teve várias funções na região porque, com sua liderança, conseguia muitos votos para seu partido, o PRP. Essa liderança política, mais o interesse do sr. Luís Orlando, fez com que houvesse um desenvolvimento da colônia italiana, que, assim, conseguiu continuar lá. Pequena, mas ficou. A colônia alemã saiu para Santos, voltou, mas já está praticamente extinta. As outras não têm muita representatividade.

Outro conflito era o do trabalho. Havia o duelo do trabalho na região. Era uma região que não dava nada e havia, então, o interesse pela sobrevivência. A ascensão social através da educação também trouxe conflitos entre os próprios familiares. Nós vemos hoje as moças falando que o meu irmão tinha todos os direitos e nós, mulheres, não tínhamos nenhum. Isto se fez sentir tanto na colônia italiana como na alemã. Como os homens trabalhavam, eles tinham o poder de comando, de decisão. As mulheres não, porque ficavam em casa ajudando as mães. Isso ainda pode ser sentido hoje. Atualmente as netas estão trabalhando fora e dizem assim: *Se eu tivesse estudado um pouco mais, poderia ter continuado com esta ou aquela atividade que o meu pai deixou para os meus irmãos e que eles não seguiram.*

Problemas éticos também existem. Em toda sociedade, existem os bons e aqueles que praticam delitos. Havia corrupção entre essas correntes. A gente sabia da existência dela mas fingia que não via. Principalmente devido às classes.

Os comportamentos sociais. O alemão é muito rígido em relação à horários. Todos têm que estar sentados à mesa na hora das refeições, a escola estava em primeiro lugar, os cadernos tinham que ser vistos. Os italianos tinham esse mesmo comportamento. Já os nacionais não têm tanto essa tradição de uma certa rigidez no comportamento social. Nós respeitamos certos códigos que estão incutidos em nós pelos nossos pais e avós. Esse tipo de comportamento ainda existe e continua através dos novos, mas já com influências muito grandes e nem sempre você consegue dominar a juventude de hoje.

Há também o comportamento político que, na nossa região, deixou de lado muita coisa boa. Houve um desvirtuamento. Como a colônia era muito pequena, essas coisas ficavam mais evidentes. Lá não tinha cadeia, delegado, nada, e qualquer infração já chamava a atenção.

Agora, eu queria falar um pouco sobre a família Dotta e a Orlando. A família Dotta veio de Salto de Itú quando compraram as terras em Rio Grande, em 1918, começaram a fazer a mineração. O patriarca fazia os projetos das máquinas e com o equipamento pouco de que dispunha lá em Rio Grande, construía as máquinas para a mineração. Tudo era na base do bruto

mesmo. Nós víamos, quando íamos ao sítio dos Dotta, o pai e os filhos saindo da mina cobertos de carvão e nós não sabíamos quem era quem, tal era a dureza do trabalho deles.

Eles faziam pilhas, tampões, pecinhas para os cinemas - na época, os cinemas eram movidos por umas pecinhas à base de carvão. Se não fossem os Dotta, nós não teríamos tido cinema naquela época. O patriarca conseguiu até fazer um cinema para ele e projetava os filmes que conseguia. Faziam pilhas pequenas, médias e grandes, pilhas para o telefone que alimentava a Santos-Jundiaí, que era manual, de cabo a cabo, tipo teletipo. Fez o cadinho porque a história deles também era minerar ouro - dizem que existe ouro na região - e conseguiu fazer a lavagem de alguma coisa por seus métodos. Dizem que onde tem grafita existe diamante, mas quanto a isso não sabemos nada.

De qualquer forma, ele conseguiu uma pequena mineração de ouro. Apesar de ter vindo para cá com uma cultura de primeiro ou segundo grau, José Dotta tinha predileção por ópera e quando vinham as óperas ao Rio - porque São Paulo não tinha condições de recebê-las - esse homem ia para Ribeirão Pires, pegava o único trem que saía de Rio Grande e ia para o Rio de Janeiro, assistia a ópera, voltava. Então vejam a cultura, as tradições como ficam. Ele fazia isso porque tinha amor pelas coisas da Itália. E quando nós viaávamos com ele, até 1966/67, ele cantava no trem também, sempre as músicas de que mais gostava. José Dotta era um homem especial, diferente. Trabalhador, tinha uma cultura totalmente voltada para a música. Como era um pesquisador e uma pessoa que trabalhou muito para trazer à tona a produção de bens, ele foi considerado, numa feira nacional da indústria, o primeiro industrial italiano imigrante para São Paulo, alguém que construiu algo de bom e conseguiu, com isso, uma medalha e um troféu. A família diz que a medalha, infelizmente, sumiu...

Deixou filhos totalmente voltados para a arte da pintura. hoje, eles têm quadros expostos em várias regiões. Um neto voltou-se para a literatura, fazendo poesia onde a gente nota a angústia pela perda da pátria de origem. É uma coisa muito importante e ganhou prêmios em Portugal e em na França, mas o Brasil, ou seja, Rio Grande da Serra, não lhe deu nenhum voto na Câmara Municipal.

Então, são coisas assim que a gente vê, a origem, a angústia, a nostalgia, o trabalho, o amor, a alegria e, às vezes, a amargura. O sr. Luiz Orlando, hoje com 94 anos, lembra-se das mercadorias que ele encomendava para trazer para os seus Secos e Molhados - Secos e Molhados Luiz Orlando - em seu caminhão Ford. Ele encomendava querosene, que vinha em tonéis, assim como o vinho e outros produtos. Na época da guerra, ele trazia açúcar, farinha, fubá, milho e, principalmente, alimentos para os animais.

Uma coisa que é muito importante e que eu queria dizer: o tema da nossa palestra é raízes e conflitos. Se nós analisarmos a palavra raízes, eu deveria considerar como raiz o lugar onde eu nasci, mas entendo que não é bem assim. Raiz é o lugar onde estamos, onde nos sentimos bem, onde consti-

tuirmos nossa família. Raiz é família. Não precisa ser pátria. Não precisa ter vindo da Alemanha ou da Itália para plantar suas raízes aqui. Se tivermos uma família sólida, bem plantada e unida, nós teremos as nossas raízes aqui. Nós conquistamos esses objetivos à medida em que fazemos a interação entre pais de origem e ascendentes com os nativos da terra. É isso que eu sinto nos italianos que, embora tenham muita saudade da pátria, têm muito amor por Rio Grande da Serra, mesmo aqueles que, atualmente, não moram mais lá.

Eu acho que nós temos que deixar uma mensagem. Vamos olhar nossas raízes com amor, com alegria interior, com objetivos de conquistas no futuro, mas sempre pensando no lugar onde plantamos nossa pequena família. A nossa pátria de origem nos ajuda a entrar no futuro, mas é apenas uma pátria, não existe mais aqui, agora. Todos que estão aqui lembram as pátria de origem, com muitas saudades, através de canção, da pintura, daquilo que a gente põe para fora através dos sentimentos. Mas as raízes estão bem fincadas, trabalhando pelo progresso de uma determinada região. E foi isso que eu me propus. Mostrar para vocês que Rio Grande da Serra, dentro do Grande ABC, também tinha uma pequena história.

Segundo os dados do censo de 1980, Rio Grande da serra, em termos de equipamento cultural, é zero em tudo. Não tem biblioteca, não tem casa de estudos, não tem jornal. Então, eu peço a vocês que estão aqui e que gostam de cultura, gostam de tradição e estão trabalhando para resgatar essa memória, que venham para Rio Grande para nos ajudar neste trabalho.

Porque lá não há nada e nós temos que trabalhar em conjunto. Muito obrigada a cada um de vocês.

Gilberto Alves - Eu tenho certeza de que a senhora nos brindou com um relato de uma vivência extremamente interessante. Eu não gostaria apenas de parabenizá-la, mas gostaria também, já que a senhora nos colocou diante de uma situação que efetivamente é importante, de que nós tenhamos a compreensão do que foi dito aqui sobre o processo de integração que, muitas vezes, foi conflituoso, quer seja na escola, no trabalho, na ascensão social... São fatores que mostravam conflitos da vivência e convivência entre os migrantes de sua região. Diria não pela omissão. Entender os mineiros realmente é difícil. Guimarães Rosa nos possibilita o entendimento da mineiridade. Eu não diria que eles são omissos. Eles são quietos mesmo. Daqui a um século, eles estarão efetivamente participando. Na verdade, eles participam da cultura brasileira com muito vigor, mas com uma característica de mineiridade que não é muito simples de a gente entender.

Diante desse quadro, eu gostaria de colocar uma questão para a senhora responder depois do outro relato. A senhora nos coloca diante de um futuro e eu perguntaria se esses conflitos indicados pela sra. são uma base, uma forma de nós identificarmos alguns valores culturais que possibilitem uma integração, não necessariamente harmoniosa ou então a supremacia de uma situação sobre a outra, mas sim uma integração que nos leve para o caminho da cidadania. Eu gostaria agora de passar a palavra para o sr. Giuseppe Casù.

Giuseppe Casù - Boa tarde a todos. Queria parabenizá-la pela bril-

hante exposição. Prestei muita atenção ao relato anterior porque não é somente história, mas uma história vivida. Uma vida que nós não tivemos oportunidade de conhecer e que realmente faz parte de uma história da cidade. E o amor com que ela nos conta essas coisas...

Eu, infelizmente, não tenho muitas histórias para contar porque sou um dos últimos a chegar como imigrante e, na verdade, nem como imigrante eu vim. Vim com o 747. Já tinha Jumbo quando viajei para o Brasil. Cheguei em 1972, portanto, a minha presença aqui no Brasil é da época em que já estava fechada a imigração e para ficar aqui, tinha que, pelo menos, estar casado com uma brasileira. E eu estou aqui porque realmente casei com uma brasileira e, por ser filha única, não havia como tirá-la daqui. Isso para não ter que levar a sogra, que é russa, para a Itália.

Eu gostaria de me apresentar aos senhores. Meu nome é Giuseppe Casú. Sou da ilha da Sardenha, da cidade de Sassari. Antes de chegar ao Brasil, era militar da Marinha Italiana. Após nove anos, resolvi mudar de vida e vim para o Brasil, mesmo porque eu já tinha conhecido uma brasileira, como um bom marinheiro. Então, cheguei aqui numa terra nova. Novo idioma, nova cultura, nova em tudo e não foi fácil a minha adaptação. Não é como todo mundo fala: que italiano, português e brasileiro é tudo a mesma coisa. Mas eu tive a felicidade de ser convocado pelo embaixador italiano para assumir o cargo de vice-cônsul nesta cidade. Desde 1979, eu faço parte do corpo consular. Esse cargo me colocou dentro de uma outra realidade. Desde 1974, me ocupo da imigração italiana.

Quando cheguei aqui, queria saber onde estavam os italianos. Todo mundo falava que aqui estava cheio de italianos, mas onde eles estavam? Não existia um círculo, uma agremiação. Se falava de italianos, mas só em palavras; não tinham onde se encontrar. Tanto é verdade que eu somente conheci a colônia sarda em 1984, mesmo convivendo aqui na cidade. Isso não é fácil. Mesmo assim, comecei a fazer um censo dos italianos. Fui, durante sete anos, presidente de uma agremiação de caráter classista, da ZF do Brasil. Eu fundei o grêmio e, através dele, comecei a frequentar todos os outros da cidade. Fiquei conhecido e assim pude conhecer os italianos e o que sobrou aqui da nossa imigração para São Caetano.

Nosso trabalho, na qualidade daquele que toma a frente de um problema, é o de uma reconstituição de como é a memória de uma cidade. E sobre a história que eu prefiro falar, uma história que sempre existiu e que muito poucos levaram para frente. Graças a isso, hoje, há uma nova sensibilidade que notamos na cidade, chegamos a esse III Congresso muito importante. É uma coisa que está se tornando rara nos últimos tempos, que é a sensibilidade para a cultura. Pela parte que me toca em relação aos italianos, foi um orgulho para mim saber o que eles fizeram aqui no Brasil e no mundo. Hoje, o chamado *made in Italy* é a laboriosidade da imigração: os artesãos. Porque, na verdade, desde 1836, quando se registrava a vinda do primeiro grupo de famílias, da região de Gênova, nota-se que nenhum gênio, doutor ou professor veio para o Brasil e, quando vieram, foram

muito poucos. Os primeiros a chegar foram os padres que começaram a doutrinação. Mais tarde, numa época muito difícil - 1800 - na Itália, quando esta ainda tinha uma outra composição geográfica, já tínhamos a presença de italianos aqui, que traziam a laboriosidade, o artesanato. Não tinham profissões. Eram artesãos. Faziam tudo. E realmente, tudo era feito com a ajuda da família, desde os ferreiros, marceneiros, carpinteiros, sapateiros, como as pequenas fundições de materiais não-ferrosos.

Todos os italianos vieram para cá como lavradores, como uma forma de se inserirem para ganhar dinheiro, que era dado pelo governo. Então, todos eram lavradores, mas isso era apenas um trampolim para se ambientar ao país, pensando sempre em ter seu negócio próprio. Isto eu senti muito mais no Sul do que no Estado de São Paulo. Ribeirão Preto e São José do Rio Preto também contam essa vivência dos italianos. Todo mundo fala dos italianos como dádiva, progresso, mas, na verdade, eles sofreram muito aqui no Brasil, desde a viagem, que durava 40 dias naqueles porões sem conforto, sem condições, até a primeira colocação. As primeiras colocações eram ilusões. Era um conflito. A luta pela sobrevivência das doenças. Em 1897, o *Giornale d'Itália*, de Porto Alegre, escrevia: *A imigração italiana veio para fazer grande o Brasil ou aumentar o cemitério?*, tão grande foi a dizimação dessas comunidades no Rio Grande do Sul. Então, a história dos italianos no Brasil também é uma história de sacrifícios, de lutas, lutas em todos os sentidos. Seja com o patrão, seja pelas conquistas sociais, pelo direito à assistência, para ter direito a um dia remunerado, a um horário decente e de trabalho, para ter boas condições de trabalho. Os socialistas italianos foram os primeiros a fazerem reivindicações, desde 1905/1908, quando começaram as primeiras contestações dos grupos que se organizavam para pleitear melhores condições de vida.

Todos esses lavradores recebiam gratuitamente do patrão um pedacinho de terra, terra essa onde nem o sol passava, nem o capim crescia. Isso repercutia bem para a propaganda que se fazia na Itália para incentivar a imigração para o Brasil. Quem vinha para cá geralmente eram os mais jovens, aqueles que já não tinham esperanças de receber uma herança de família. Então, eles vinham para o Brasil sabendo que iam receber 1.000 metros de terra, coisa que eles não tinham esperança de obter na Itália, onde um terreno desse tamanho é muita coisa, enquanto que no Brasil não é nada. Eles trabalhavam à noite nesse pedaço de terra. A diferença entre os italianos daquela época e os brasileiros é que aqueles trabalhavam dia e noite, se o tempo estivesse bom. Quando o tempo estava ruim, eles trabalhavam também, só que em casa, fazendo outros tipos de trabalho. Faziam cadeiras, bancos, mesas, consertavam coisas quebradas, cortavam madeira para a lareira. Por isso que, em 1885, um fazendeiro muito conhecido dizia que um italiano fazia o trabalho de três escravos. Nós viemos para cá para substituir os escravos e, na verdade, o fizemos. Cada italiano tomava conta de 1.000 pés de café nas fazendas.

Os italianos deram uma enorme contribuição para São Caetano. Hoje,

existe uma preocupação em resgatar a memória e dar incentivo cultural. Junto com prefeitura, nos últimos 20 anos, procuramos, através de intercâmbios, valorizar a cultura em todos os sentidos.

É por isso que nos interessamos em fornecer livros para as bibliotecas, criar intercâmbios para cidades da Itália ou transferir tecnologia em forma de *joint-ventures*, concursos, como aquele sobre a Sardenha, que resultou em seis pessoas de São Caetano indo visitá-la. Alguém de vocês já ouviu falar da Sardenha? Onde fica? O que existe lá? Fui eu que promovi este concurso. Consegui sensibilizar as autoridades no sentido de que contribuíssem. É o Estado que paga as seis passagens para seis brasileiros que se interessaram em saber mais sobre a Sardenha. Este ano, dia 27 de julho, chegam a São Caetano do Sul seis jovens sardos que vão conhecer a cidade.

Hoje em dia não há mais imigração. Hoje fazemos uma História moderna... Não mais aquela sofrida, do final do século passado e começo deste, da expressão de sofrimento e cansaço que se encontra nos rostos das estátuas nos monumentos que homenageiam a imigração italiana. Hoje, queremos trazer outra coisa. Não temos mais braços para trazer ao Brasil, mas temos tecnologia e cultura, em todos os sentidos. O teatro que os italianos trouxeram para o Brasil era político e, por sinal, foi muito perseguido. Então, o que eu quero registrar desse encontro de História é a presença, não somente dos italianos, mas também dos nordestinos, alemães, japoneses e todas as outras etnias. Coisa que não se encontra em nenhuma outra parte do mundo. O Brasil é muito generoso nesta parte e permite que as comunidades estrangeiras mantenham sua identidade do jeito que preferirem.

Em Bento Gonçalves e Caxias do Sul fala-se um vêneto que há 100 anos não é mais falado em Veneza, tanto que os ítalo-brasileiros radicados lá criaram um dicionário de vêneto atual e antigo. Mesmo mantendo suas tradições, eles se integraram cultura brasileira, mas não se estenderam, não ampliaram seu círculo. No Paraná, por exemplo, é uma outra cultura italiana, formada por, sardos que foram os primeiros hoteleiros, não de hotéis estilo Hilton, é claro. Foram 180 famílias sardas, de uma pequena cidade. O resto da cidade - 220 famílias - foram para a Argentina. Eles cortavam a madeira e, por falta de ferramentas adequadas, faziam casas de troncos que alugavam para os operários na região. Além disso, também cozinhavam e serviam refeições. Assim, esses senhores constituíram também as primeiras casas de Maringá, que é muito jovem, tem 40 e poucos anos. Hoje, os netos são formados em faculdade, as famílias são donas de grandes hotéis em Londrina. Foram eles que levaram as procissões. Eram eles que sentavam-se às portas de suas casas com os netos, ensinando-lhes lições da faculdade da vida, até porque não havia escola. No entanto, a prevalência no Brasil é da comunidade vêneta, muito laboriosa e criativa. Posso dar outros exemplos. Em Piracicaba, de 180 indústrias, 144 eram italianas. São Roque também. Em Itú, a mesma coisa: de 160 indústrias, 120 eram italianas.

Um dado interessante que eu queria citar para vocês é sobre a Matarazzo. Em 1930, o *Diário de São Paulo* escreveu: *Existe um novo Estado no Brasil. É o*

Estado Matarazzo. Do ponto de vista econômico e financeiro, o grupo Matarazzo representava um estado brasileiro, tamanho era o seu faturamento. Quando saiu de Salerno, o Matarazzo saiu com uma carga de queijos e vinhos. Só que afundou e, quando chegou aqui, não tinha mais nada, exceto a sua criatividade. Abriu uma loja de insumos agrícolas. Naquela época, em que a farinha era transportada em barricas de madeira, ele mudou o sistema e ela passou a ser transportada em sacas de algodão, como é até hoje. Foi ele quem criou a indústria de tecelagem para a manufatura de sacas de algodão. Foi ele quem incentivou o cultivo de algodão e, através dele, também criou a indústria de óleo de algodão. Aqui em São Caetano, os alfaiates antigos são italianos. Os últimos sapateiros e barbeiros são italianos. Os últimos ciclistas aqui da cidade são italianos. Sem faculdade, eles faziam torneiras. O Breda foi o primeiro a importar pneus da Itália, quando nem carro havia. Quando chegaram os carros, ele já tinha os pneus. Foi visão. Eu respeito todas as etnias mas, pelo que posso dizer, a presença da nossa comunidade no ABC, em São Paulo e no Brasil, foi marcada pelo sofrimento e hoje conseguimos o reconhecimento. Os italianos de São Caetano foram reconhecidos há seis anos, quando ganharam o monumento ao imigrante. Depois de 111 anos da fundação da cidade...

Gilberto Alves - Eu gostaria, então, de abrir para os debates.

Paschoalino Assumpção - Pergunta para a dona Gisela: Gostaria de saber algo sobre a família de Rafael Pandolfi, que, tempos atrás, se radicou aqui em São Caetano.

Gisela Saar - A família Pandolfi tinha uma pequena serraria em Rio Grande da Serra. Eles saíram de lá mais ou menos em 1945. Um deles, Francisco, parece que reside aqui em São Caetano, mas o Tomás Pandolfi está em Santo Amaro, São Paulo. Justamente nessa coleta de dados que eu tinha pedido para que houvesse uma manifestação por aquela imagem de São Sebastião, que foi esculpida em madeira por um empregado da serraria, não consegui ainda o endereço do Tomás Pandolfi. Mas o de São Caetano é diretor aqui na GM. Muitos dos que saíram não deixaram seus endereços. Aos poucos, os netos estão começando a perguntar o que os pais e avós faziam naquela região. Eu acho que existe aí, dentro dessa história, uma espécie de misticismo. É um novo milênio, a volta de uma origem. Eu sinto que está acontecendo. Os netos estão buscando as tradições de seus familiares.

Paschoalino Assumpção - Essa família tem alguma ramificação no interior? Em São Manuel ou Botucatu?

Gisela Saar - Não sei.

Pergunta - Gostaria de pedir que a dona Gisela esclarecesse um pouco mais sobre a mina de grafita, a localização e o que ela realmente produziu.

Gisela Saar - A mina de grafita fica no caminho entre Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires. Distante mais ou menos 3 km da estação de Rio Grande e hoje está dentro do bairro chamado Vila Lopes. É um sítio de mais ou menos 23 alqueires, foi comprado em 1918 e a idéia justamente era industrializar alguma coisa resultante desta mineração. As primeiras eram plaquetas, eletrodos, tampões de vários tamanhos para caldeiras de aço, parafusos

para a telefonia. A mineração e a industrialização eram conjuntas. Extraía-se e fabricava-se num galpão para depois vender em São Paulo.

Os italianos, de modo geral, tinham carroças para transportar sua produção. Para poder fazer o escoamento da produção, eles foram à pedreira de Rio Grande do Sul que, na época, era do município de São Paulo e, em mutirão, trouxeram pedras e fizeram uma espécie de pavimentação desde Rio Grande até Ribeirão Pires. Um mês depois de pronta a pavimentação, Santo André foi lá e tirou todas as pedras para si. Com o tempo, conseguimos paralelepípedos para pavimentar a estrada.

Walter Carreiro - Minha pergunta é para o cônsul. O senhor sabe algo sobre Franco Zampari, de São Bernardo? Era um engenheiro metalúrgico e foi um dos fundadores da Companhia Cinematográfica Vera Cruz. Ele contribuiu muito para as indústrias brasileiras da época, de 1945 para frente. Seria um incentivo para alguns jovens de São Bernardo pesquisar a vida deste cidadão.

Giuseppe Casù - Eu já ouvi falar neste nome, sim, porque recentemente se falou sobre cinema brasileiro, iniciado por um italiano no Rio de Janeiro. Acho que foi nessa ocasião que ouvi falar o nome Zampari. Mas não posso falar muito a respeito dele. Posso perguntar para o Luchini, presidente da Brasil-Itália em São Bernardo. Tem também a Sociedade Cultural Ítalo-brasileira lá em São Bernardo. São duas associações italianas daquela cidade. Poderia consultá-las, mas, se o senhor quiser entrar em contato direto, pode fazê-lo em meu nome. Eles mantêm alguma coisa dos personagens da cidade. Não é muita coisa, mas está se *risvegliando* (desenvolvendo) essa consciência entre nós aqui. Aqueles que puderem ter algo, que o façam.

Até 1930, foi um tipo de mineração. No pós-guerra, já era um outro. Em 70, já era ainda um outro tipo. Aí eram pessoas que vinham para cá, ficavam de dois a três anos, passavam o serviço e iam embora. Então, deixavam tecnologia. Enquanto antes eram poucos os que tinham alguma formação. Todos eles eram trabalhadores. Porque, para vir para o Brasil, tinha que ter uma *marchetta* (anotação) na carteira de trabalho, tinha que ser trabalhador e contribuinte da previdência social.

Gostaria de dizer, também, que a própria Itália, em função de cada região, cuida desse aspecto de preservação da cultura. A minha região, como qualquer outra, preocupa-se em que os filhos conheçam a terra dos pais. Meus filhos vão para a Sardenha, conhecer sua História, sua cultura, sua religião, sua economia e política, enfim, todas essas coisas. A região paga para meus filhos irem para a Sardenha e fazer todo esse trabalho de conhecimento. Isso também é uma forma de preservar. Não é porque meus filhos nasceram aqui que eles vão se preocupar apenas com o Brasil. Eles têm que conhecer a Sardenha porque é a terra dos pais. Também têm que conhecer a Itália como um todo, até porque eles ficam 15 dias conhecendo a Sardenha e mais 15 conhecendo o resto do país.

Com estes intercâmbios, os políticos hoje também estão assumindo uma nova postura. Um político que não se envolver com arte e cultura não irá muito longe porque isso, hoje, sensibiliza os brasileiros. Todo mundo

fala que um povo que não tem uma História e uma Cultura, não existe. Então, todo mundo tem que marcar presença. Se os italianos estão fazendo isso, se os alemães estão fazendo isso, os brasileiros - modelo que seja São Caetano (São Bernardo já está copiando isso) - também devem se preocupar com arte e cultura. Nós temos, hoje, um intercâmbio com o Japão, país de tecnologia avançada, que muito pode ajudar uma cidade como São Bernardo e o Brasil todo.

Muitos hábitos foram mudados com a ida dos italianos do Brasil que falam lá os hábitos daqui. O italiano que mora no Brasil há 40 anos e volta para a Itália vê que hoje não existe mais a Itália que ele deixou, mas também temos algo para levar, que é o sorriso, a simpatia, ser aberto, espontâneo, alegre. Isso é o *made in Brasil* que vai para o mundo inteiro. Era isso o que eu tinha para dizer.

Osmar Costa Valentim - Sou jornalista. Dona Gisela, eu queria saber sobre o movimento de emancipação de Rio Grande da Serra, a criação do município Esperança da Serra.

Gisela Saar - A nossa emancipação foi há 30 anos, em 1964. Foi muito interessante porque a colônia italiana colaborou muito. O sr. Luis Orlando é um dos membros emancipadores. A emancipação foi o fruto de um movimento político no estado de São Paulo. Uma modificação administrativa no contexto dos municípios e das comarcas. Então, houve o aproveitamento rápido, por assim dizer, para emancipar Rio Grande da Serra de Ribeirão Pires, que já tinha se desmembrado de Santo André. Nessa emancipação foi muito importante o trabalho rápido de alguns membros da região. Por 150 votos, conseguiram a emancipação em 1964.

Agora está havendo um retorno ao movimento, mas não de emancipação. É para a união de uma faixa de terra que nós chamamos de Corredor Polonês, que vem de São Bernardo e Santo André até Paranapiacaba e engloba uma grande indústria, a Solway do Brasil. Se ela viesse para Rio Grande, nós teríamos biblioteca, hospital, posto de saúde, mais escolas, tudo o que quiséssemos, só com os impostos que ela deixa para Santo André. Esse novo movimento é o que o nosso prefeito está fazendo junto à Assembléia, em São Paulo. Surgiu agora esse movimento para mudar o nome de Rio Grande da Serra para Esperança da Serra. Alguns acham que é utopia, que a hora não é certa para isso, porque nós não temos lastro para tudo isso. Outros acham que é possível. Dentro da atual conjuntura, está difícil a gente ver alguém soltar um pedacinho de terra, mas para nós, que temos 32 km² de extensão, é importante a anexação de um pedacinho só de terra, por causa daquela indústria. Então, não é utopia não. É um trabalho que tem que ser realizado porque nós precisamos nos tornar independentes. É um projeto que está em discussão, não sei se vai passar porque precisa de mais estrutura e a política hoje em dia não é confiável. O político não é claro. Ele diz que vai ajudar mas na hora de votar, não vota. É isso o que nós estamos sentindo.

Osmar Costa Valentim - A senhora tem conhecimento de que esta indústria tenha investido culturalmente em Rio Grande da Serra?

Gisela Saar - Nada. Absolutamente nada. Ela só investe na parte social. Eu gostaria de dar uma resposta ao senhor e ao professor Gilberto. Ele me perguntou, logo no início, se existe, para o futuro, uma linha de integração dos nordestinos e dos imigrantes e se vai haver uma melhora nesses conflitos. Em 31 de abril deste ano, o prefeito instituiu o Dia Municipal do Nordeste, que deve ser comemorado no dia 5 de abril de cada ano. Outra lei, a nº 838, da mesma data, também instituiu o Dia Municipal do Mineiro e nessas datas ocorrerão festividades comemorando a migração. Acho que com isso os conflitos vão melhorar no futuro.

José Roberto Gianello - Eu sou da Fundação Pró-Memória e queria fazer uma observação sobre a palestra da dra. Gisela a respeito da pesquisa que fez no IBGE sobre Rio Grande da Serra. Nos dados de 1990, a senhora não encontrou nada, só zero e, que a senhora não tem. Eu acho que isso é uma questão muito polêmica porque a cultura oficial se baseia muito em números. Se em 1994 tiver zero também, não significa que não existe cultura no Rio Grande. A explanação que a senhora fez aqui foi maravilhosa. A cultura existe. Assim como a senhora pesquisou, também outros pesquisadores vão trazer para ao nosso conhecimento todas essas informações e isso vale mais que 1.000 relatórios do IBGE. Lógico que, futuramente, haverá um centro de cultura, uma biblioteca, tudo isso aí, mas não é fundamental. O fundamental é que a cultura, independentemente dos meios oficiais a senhora fez, através de um trabalho como o que a senhora fez, ainda existe.

Pergunta - Minha pergunta é para ambos. Quando teve essa coisa de urbanização e os italianos foram para a região do ABC, especificamente São Bernardo, quais as atividades que eles realizavam tanto em nível de trabalho quanto cultural?

Gisela Saar - Lá em Rio Grande da Serra podemos dizer que a urbanização chegou com a emancipação. Até antes, tudo era apenas um distrito. Primeiro, um sítio da Freguesia de São Bernardo, a 35 km de distância. Depois, distrito de Paranapiacaba. Para Santo André são 50 km. Depois, comarca de Ribeirão Pires. Então, a urbanização se deu recentemente. Por isso, a cultura ainda não chegou lá. Ela está dentro da casa de cada um. Todos querem botar para fora aquilo que podem, devem e sabem fazer. Agora está havendo uma massificação. Nós estamos sentindo uma chegada de nordestinos, mineiros e paranaenses e tudo o mais. O que acontece? Há o desenvolvimento. Todos os trens da estrada de ferro Santos-Jundiaí param em Rio Grande. Aumentaram alguns problemas decorrentes da falta de infra-estrutura. Nós não temos hospital, nem Pronto Socorro. Tem um Posto de Saúde, 11 escolas, com uma isolada. São 11.000 alunos. Só tem primeiro e segundo graus - magistério foi retirado. Então, você vê que lá a urbanização está longe do que significa essa palavra. Isso revolta. Precisa sair disso. Aí eu pedi para o dr. Oscar Garbelotto que me deixasse falar neste Congresso porque Rio Grande precisa sair dessa situação. Nós temos que por para fora tudo aquilo que temos, certo? Muito obrigada.

Giuseppe Casù - Existe uma grande presença de italianos em São

Bernardo do Campo. A maioria deles composto por artesãos. Naquela comunidade nós temos pedreiros, marceneiros que são verdadeiros artistas da madeira. Foram os marceneiros italianos que criaram o estilo de móvel que vocês chamam de colonial. Meu avô por parte de mãe era entalhador. Ele era tão bom que nem precisava de desenhos. Meu avô chegou a fazer móveis até para o rei. É uma tradição italiana que foi trazida para o Brasil, a de se fazer tudo de forma artística. A chamada cidade do móvel, São Bernardo, foi criada pelos italianos, porque faziam móveis de estilo.

Outra coisa que foi criada também lá em São Bernardo foi a galvanoplastia. Os italianos também conheciam muito bem os processos de galvanização, niquelação, cromação, banhos em geral. Isso também ajudou muito São Bernardo. Os italianos não precisavam de engenheiro, nem de arquiteto. Eles faziam a casa toda. Os pedreiros também foram muito importantes. Quando não existia a laje, o concreto, eles faziam os arcos romanos. Em São Bernardo tem muito disso. Infelizmente, não estamos preservando. São Caetano também está derrubando as casas de 1918. A casa onde moraram várias famílias é derrubada e entra uma oficina que faz autopeças. Isso nunca aconteceria na Itália. Aqui ainda não exista um consciência de tombamento.

Nós também tivemos pequenas indústrias de tinta em São Bernardo. Na Itália usava-se tintas de ervas, de pó, nada sintético como hoje em dia. Então, esses italianos que vieram para o Brasil também deixaram essa marca na indústria química. Na indústria da fundição dos não ferrosos. Aqui era difícil encontrar-se isso. Também não podemos esquecer do sapateiro, do alfaiate e do sorveteiro. Vocês vejam os Demarchi em São Bernardo. Eles enriqueceram com o quê?

Platéia - Com o frango com polenta.

Giuseppe Casù - Foram eles que introduziram a polenta com frango aqui no Brasil. Na Itália esse prato é chamado *polenta com l'luccelli*. Existe uma época do ano em que enormes bandos de pássaros vêm da África, invadem os campos e comem toda a azeitona, bicam as frutas. Os lavradores caçam-nos nessa época para que eles não destruam a colheita e os misturam com a polenta. Como aqui não tinha a tradição dos passarinhos, eles fizeram a adaptação passando a usar o frango. Em suma, foram criativos e vocês brasileiros gostaram tanto que eles construíram o império da família Demarchi.

As marcas que a comunidade deixou em São Bernardo, Santo André e São Caetano estão sendo muito pouco preservadas, infelizmente. Hoje perdeu-se aquela garra do italiano, aquela escala de valores que os jovens não tem mais hoje em dia. Até o artesanato está se perdendo. Sobraram poucos artesãos hoje em dia e estes ainda são italianos. Quem fez a estátua do imigrante italiano aqui? Quem fez a estátua de São Caetano? Foi um italiano. Senão for ele, quem seria? Vamos fazer na Itália? Vamos fazer aonde?

Hoje o que teve em São Bernardo está se diluindo e também precisa

dar um alô para São Bernardo que preserve esse pouco de história e da antiga cultura que está sobrando. Porque se não cuidar, até de São Bernardo vai sumir.

Paulo Nunes - Eu gostaria de perguntar ao senhor se a Itália tem uma noção ou o número preciso da quantidade de imigrantes que vieram para o Brasil de 1800 até 1950.

Gilberto Casù - Vou dar dados officiosos para o senhor. Até 1900 chegou 1 milhão de pessoas. Depois mais 700 mil até 1938. Até 1954 chegaram mais 400 mil. Isto só para o Brasil até 1954. Depois disso a imigração deixou de ser organizada pela Ucime, que era a organização de entendimento com o Brasil. Ela passou a se processar por chamado, quer dizer, gente que já estava aqui chamava familiares. Esses dados desse tipo de imigração não estão registrados porque não existe um controle. Nós calculamos que somos 5 milhões no estado de São Paulo. O consulado de Curitiba registra aproximadamente 1 milhão e 200 mil e o Rio Grande do Sul, 1 milhão e 700 mil. No Espírito Santo existe uma colônia italiana muito grande, de aproximadamente 1 milhão, 1 milhão e meio. Na Bahia também temos italianos, tanto que um dos últimos investimentos do governo italiano foi um hospital naquela terra dos alagados no valor de 10 milhões de dólares. Esse hospital é produto de acordos bilaterais. Nos estados que não mencionei não dispomos de dados. Nós estamos refazendo o censo. O governo italiano está investindo aqui no Brasil e no mundo todo para saber o número de italianos fora do país. Nós somos o único país do mundo que tem um ministro para a imigração. Temos uma secretaria para a imigração. Isso é muito importante porque é uma demonstração de que a Itália segue seu cidadão no exterior também. Preocupa-se com ele e criou este instrumento de assistência. Por isso que agora a gente está investindo no censo para dizer para o governo quantos somos, não quantos éramos quando viemos. Acreditamos que como haverá o voto dos italianos no exterior, em breve teremos alguma publicação oficial do número de italianos aqui. Italiano aumenta no Brasil dia-a-dia. Eu mesmo faço entre sete e 15 cidadanias por dia.

Gilberto Alves - Foi um prazer receber aqui a senhora Gisela Saar e o senhor Giuseppe Casù, que abrilhantaram esta mesa. Gostaria em nome do presidente da Fundação Pró-Memória, dr. Oscar Garbelotto e também em nome do diretor desta casa, professor Marco Antônio Santos Silva, agradecer a presença dos nossos ilustres convidados que nos emocionaram com seus relatos e cujas vivências nos trouxeram um momento de reflexão para que possamos certamente aprender a ser cidadãos, que é o nosso objetivo final nesse processo. Mais uma vez, agradeço à Fundação Pró-Memória por ter me convidada para participar dessa mesa no papel de coordenador e agradeço a presença de todos os senhores que fizeram parte da presente mesa. Muito obrigado e está encerrado.

Coordenador

Glenir Santarneckchi

Debatedores

Carla Cristina Garcia

Dagmar Silva P. de Castro

Mônica de Souza

Adriana Ramos

Glenir Santarneckchi é advogado, jornalista e tem um programa na TV São Caetano. Ele irá apresentar a vocês os componentes da mesa.

Glenir Santarneckchi - Agradecemos a presença de todos aqui. Dentro do III Congresso de História do ABC, vamos tratar de um tema importantíssimo e que irá trazer muitas contribuições no que concerne à história oral. O tema família vai tratar da estruturação familiar na região, através dos tempos. Vamos falar das relações de parentesco, da desestruturação - ou de crises familiares - e a que isso nos leva. Vamos falar sobre as novas relações familiares.

A sociedade foi evoluindo, se modificando, e hoje nós temos as novas relações familiares. Vamos resgatar aqui os valores familiares, aqueles valores tradicionais que a gente tinha. As relações e manifestações originadas aqui na região estabeleceram fatos históricos.

Por que o tema família? Este tema foi incluído por vários motivos. A importância da família é tanta que a ONU declarou este ano como Ano Internacional da Família, justamente por ela ser de importância vital para a sociedade. Nos seus célebres discursos, Rui Barbosa afirmava que a família é a célula-mater da sociedade e a gente sabe que quando algumas células não vão bem, o todo social sofre.

Historicamente a família tem uma estrutura como a atual, mas muito mais ampliada. Já na Antiguidade Clássica, em Roma, a estrutura familiar era muito mais abrangente. Mais do que hoje, pois tinha na sua direção aquela figura que se chamava *pater familias*, aquele que detinha o poder de vida e morte sobre todos os que faziam parte do grupo familiar. A família era quase uma pequena vila, com aquelas casas com átrio no meio. Ou seja, a família era muito mais ampla, não era só pai, mãe e filhos. As noras se agregavam à família do esposo. Havia os tios, primos, sobrinhos. Existia aquela figura dos protegidos - pessoas ligadas àquela família justamente por não terem parentes. Havia, também, os empregados e os escravos. Então, a gente vê que a família na Antiguidade Clássica era bem composta, robusta. E o *pater familias* era uma espécie de prefeito do grupo.

Um outro aspecto que a gente vai abordar é o papel da mulher na história. Porque na história da nossa região, o papel da mulher ficou num plano secundário e o trabalho da professora Carla Cristina Garcia, uma de nossas conferencistas, foi resgatar o valor que a mulher tinha na família. Informalmente, quem diri-

gia a família era a mulher porque o marido era encarregado do trabalho e da subsistência, mas quem estava dia-a-dia ali na administração era a mulher. E a gente lembra daquela frase que diz: "*Atrás de um grande homem...*"

Finalmente, lembramos que na lápide da Matriz Velha, onde estão registados os nomes dos imigrantes que aqui chegaram, nós só vemos nomes de homens. Por quê? Naquela época, se existiam três famílias com o mesmo nome, sempre havia um que tinha ascendência sobre todos, e que seria o *capo* daquele agrupamento. Certa vez, um elemento da fundação queria mudar aquela lápide e colocar o nome do pai dele, mas foi-lhe explicado que ele não era o chefe da família. Era apenas um dos pais, mas o que detinha o comando daquele grupo era o que tinha o nome na lápide.

Só para ilustrar: antes de nós iniciarmos, eu vou mostrar algumas coisas que foram publicadas na revista *Raízes*. A gente verifica nesta foto que só têm mulheres e, na linha de trás, tem apenas uma meia dúzia de homens. O texto diz: "Diogo Antonio da Silva, primeiro da esquerda para a direita, foi um dos funcionários da firma mencionada aqui no artigo. A maioria é de mulheres, mas só se lembrou de um homem".

Um outro artigo, de autoria de Oscar Garbeloto, fala sobre a centenária festa do santo padroeiro da cidade e da irmandade de Santo Antonio que, por incrível que pareça, só tem homem. Só aparecem homens na foto. Era uma outra fase e a gente ainda se pergunta: "Onde estavam os direitos da mulher?" Depois, na página 39, a gente vê a Banda de Savóia e repara que, na época, a mulher não tinha o direito de ser musicista, e assim por diante. E, finalmente, na página 41, a gente vê que a revista começa a se dedicar ao trabalho da mulher num artigo que fala sobre a medicina caseira nas primeiras décadas da fundação de São Caetano.

Vamos então passar à apresentação das pessoas que compõem esta mesa. Teremos como debatedores e expositores, a professora Carla Cristina Garcia, Dagmar Silva de Castro e a Mônica de Souza, que escreveu um livro, em conjunto com Adriana Ramos, mas não está presente. Agradecemos a presença de todos e vamos dar início ao debate.

Gostaria que a psicóloga Dagmar Silva P. de Castro, dando início aos trabalhos, fizesse sua própria apresentação.

Dagmar Silva P. de Castro - Quero agradecer ao convite e ao fato de estar aqui com vocês hoje à tarde. É um prazer e um desafio poder estar compartilhando com vocês algumas das preocupações que têm feito parte da minha vida ultimamente. Eu sou psicóloga e atualmente pesquiso na área de Saúde, fazendo um trabalho com crianças e adolescentes empobrecidos. Também realizo um trabalho voltado para as mulheres. Minha área de pesquisa é com um grupo de adolescentes de uma das favelas da periferia de Santo André. Ainda desenvolvo um trabalho com grupos e projetos alternativos, voltados para a criança, o adolescente e a mulher.

Para falar sobre família, fiquei pensando, ao ser convidada para este debate, o que poderia compartilhar com as pessoas nesta tarde. Daí, me veio à mente o título deste congresso, que é *À sombra das chaminés - a produção da cultura do*

ABC. Achei-o muito sugestivo. Isso porque a própria palavra sombra chamou-me a atenção. O que é sombra? Sombra é algo que você não sabe bem o que é. Não está muito claro, mas você sabe que é alguma coisa. Então, minha proposta hoje é trazer alguns elementos para a nossa reflexão e para que a gente possa desvelar o que é ser família sem querer trazer para cá uma receita ou um modelo de família. E sempre que eu usar o termo família, gostaria que vocês tivessem como pano de fundo o corte de raça, classe social, gênero e a nossa história de país empobrecido de Terceiro Mundo com colonização e evangelização.

Tanto que não dá para a gente separar o que é colonização e o que é evangelização, queira ou não, é a partir desta história que a gente vai entender o que é família hoje, o que foi família ontem e quais as possibilidades e perspectivas para a família. É, também, uma abordagem interdisciplinar. Vou fazer um enfoque com base na área em que trabalho. Mas a gente sabe que não dá para compreender a família sem entender coisas como Economia, Política, a área da Saúde, Antropologia, Sociologia e até Poesia, etc.

A nossa história familiar de Brasil é um pouco complicada. Eu diria que são várias histórias de família. Existe uma família cujos laços de existência deram como resultado a família branca, dos colonizadores que vieram para cá. E também existe a história da vida cotidiana. A partir daí, dá para a gente entender e até desconstruir alguns mitos que estão presentes hoje em dia em nosso meio, e que afirmam que a família está passando por uma crise, que está em estado de desagregação e que não existe mais espaço para ela, etc, etc. É um discurso que vejo com reservas porque interessa a determinados tipos de pessoas. Para mim, a família nunca esteve tão forte, até porque é um bom meio de alcançar transformações.

E até esse discurso que diz que a causa da desagregação da família é a saída da mulher para o trabalho... Pelo contrário, a gente acredita que a saída dessa mulher tem provocado mudanças muito saudáveis no ambiente familiar. Querendo ou não, as pessoas estão dividindo melhor as tarefas domésticas e as crianças estão tendo outros referenciais na formação de sua identidade, que não só a figura desvalorizada da mulher. Aí entra, também, a responsabilidade dos homens na educação dos filhos e eu também diria que é grande a alegria de poder compartilhar dessa coisa boa que é gerar e criar filhos.

Glenir Santarnecchi - A parceria...

Dagmar Silva P. de Castro - A parceria. Ela é muito melhor do que qualquer outro tipo de coisa. Nesse sentido, a vocês que a família tem uma grande responsabilidade. A questão da segurança, da sobrevivência do ser humano enquanto pessoa, a garantia do afeto, a garantia de limites, limites do real, coisas que a gente sente que estão faltando nos nossos dias.

Outro dia, nós estávamos participando da apresentação da Creusa Capaldo, que é uma pesquisadora do Rio de Janeiro, e ela estava dizendo que nós estávamos formando feras e não seres humanos. Queira ou não, a gente está vendo que o mundo está com uma série de coisas novas, o que nos faz questionar: "por que tudo isso veio com uma tão grande evolução tecnológica", e a pensar sobre o mito do progresso, da onipotência, onde a gente chegaria ao ano 2000 com uma série de novidades.

Mas, de repente, a gente se confronta com determinadas situações tão primitivas, de uma pessoa em relação ao outro, e isso nos assusta. E essas pessoas fazem parte de uma família. Aí é que entra a nossa responsabilidade com relação à família. Enquanto família, o que nós podemos fazer para a transformação da sociedade? Nesse sentido, a formação primeira é feita em casa. Eu não diria a vocês que tem que ser aquele tipo de família que a gente convencionou como a certa, a ideal, como o modelo. Daí, uma das minhas grandes preocupações é trabalhar em família não com o conceito de modelo, mas de uma forma de ser e viver que as pessoas encontram para poder sobreviver diante da situação de recessão, do nosso cotidiano mesmo.

São poucas pessoas privilegiadas que podem ter uma casa, um homem e uma mulher dividindo as tarefas domésticas, as despesas, a educação e por aí afora. Nesse sentido de família, neste lugar comum, há uma possibilidade de a gente encontrar saídas para a nossa população. Saídas inclusive para os trabalhadores, para homens e mulheres, crianças e adolescente, etc. Acredito, tanto por estudos como pela observação e trabalho, que se nós pudermos oferecer - e se as próprias pessoas quiserem se envolver neste processo - a casa como um lugar onde existem relações igualitárias, de afeto, aconchego e carinho, existe uma saída para essa realidade em que vivemos.

Nós conseguimos romper com todo modelo particularista e individualista que o resto da sociedade nos impõe. Aqui está sendo realizado um congresso de pessoas trabalhadoras, mas quando você assina um contrato de trabalho, ele é assinado individualmente. Quando você consome, você o faz individualmente. Quando você usa um bem de serviço, você o usa individualmente, mas no espaço doméstico você senta para dividir despesas. Você senta para saber quem vai comprar o arroz, o feijão, quem vai consertar a roupa, quem vai levar o filho ao médico ou qualquer coisa assim. Na casa, há o cotidiano vivido que rompe com esse modelo de individualismo imposto pela sociedade. É aí que há uma esperança e a gente tem visto isso no nosso dia-a-dia de outras alternativas para se poder viver nas cidades. E até de transformar as cidades em uma casa maior da gente. Não como lugar onde a gente tem medo de sair, de tomar um ônibus, um táxi ou andar um quarteirão.

Uma das coisas que a gente mais encontra hoje em dia é a neurose nas pessoas que vivem na cidade, neurose essa que é passada para as próprias crianças, os adolescentes que estão vindo aí. Se na casa é provado que é possível a gente romper com esse individualismo, com essa particularidade existente nos outros espaços que a gente ocupa, há esperança para uma transformação da realidade.

Eu também gostaria de compartilhar com vocês uma outra preocupação minha, que se refere aos mitos ligados à família. Um desses é o modelo da família perfeita, que nós já mencionamos. Também o já mencionado mito da onipotência, da ausência de limites e do progresso que a modernidade inaugura, que é uma das coisas que causam grande conflito. Inclusive eu me recordo de uma frase do Betinho na qual ele diz: "a modernidade criou um mundo menor que a Humanidade". Ou seja, com a modernidade se instaura um mundo que não é para todas as pessoas. Um mundo no qual se apregoa a felicidade, a ausência de limi-

tes, mas isso apenas para uma pequena parcela de privilegiados. A grande maioria está excluída do acesso à essa felicidade que tanto se apregoa.

Um outro mito é o da hierarquia hegemônica, ou seja, existe uma hierarquia em casa, existe um jeito bom e melhor de ser. Mas quando a gente vai viver no cotidiano isso se quebra e notamos que não existe essa hierarquia, principalmente em relação ao domínio masculino e um dos grandes conflitos é esse. Muitos dos homens estão desesperados. "E agora, o que eu faço? Vou deixar de ser homem porque quem vai pagar a conta é minha mulher porque ela está ganhando mais do que eu? Como nós vamos viver com isso"

Existe uma confusão até na questão dos papéis, identidade feminina e masculina, essa coisa toda. E também a criminalização da pobreza. Toda essa rede de violência, de crueldade que nós respiramos hoje vem da pobreza. Então a gente acaba colocando pobre igual a criminosos, o que é um dos grandes riscos que corremos. Uma outra coisa é subestimar a capacidade das pessoas empobrecidas de fazer a sua própria história e construir as suas próprias vidas. Isso leva a uma exclusão das pessoas empobrecidas e também a não acreditar que elas também gostam de educação, poesia, do belo. Aí a gente começa a achar que é bom ficar cada vez mais longe de pobre.

Uma outra coisa que ostaria de compartilhar com vocês é que a vivência familiar pode oferecer um espaço criativo onde se possa buscar alternativas para as pessoas viverem melhor. "Como eu posso chegar a isso?" É prestando atenção em nós mesmos, pessoas que vivem em família. E quando a gente fala em família, automaticamente pensamos na nossa e queremos transpô-la para o global, dentro dos moldes ou padrões estabelecidos, de uma família arrumadinha. Agora, querer transpor esse modelo como sendo o único para todas as pessoas é complicado, e quando a gente vê as pessoas em determinados lugares conseguirem romper com a dificuldade do dia-a-dia e acharem possibilidades de alcançar o seu espaço.

Por exemplo, numa das favelas onde a gente trabalha, tem uma senhora negra que amamenta várias crianças. Ela já é avó e amamenta sua filha caçula, as netas e todas as crianças da vizinhança cujas mães não têm leite. Ela conseguiu ampliar o conceito de família que normalmente está associado ao núcleo pai, mãe e filhos, de preferência um de cada sexo, para termos, então, uma família "arrumadinha". Este é um caminho alternativo. Esta mesma pessoa ganha pão amanhecido numa padaria e o que ela faz? Compartilha com as suas vizinhas. Ela está descobrindo agora que sabe fazer unha e está levando as vizinhas e os vizinhos para aprender numa escola comunitária próxima à sua casa. Ela está descobrindo que família é muito mais que seu pequeno espaço, onde daria o pão e leite apenas para suas filhas. Isto é o que podemos chamar de alternativas familiares, que ultrapassam a nossa compreensão. Às vezes, a gente acha que família é um apartamento, dois quartos, a mulher trabalhando, o homem também, as crianças estudando inglês... Não vou dizer que este não é um tipo de família, até porque estaria indo contra a própria família que eu tenho. Mas existem outros tipos de família que estão aí e que não são errados ou ruins para as pessoas.

Glenir Santarnecchi - Quer dizer que a família não está fechada nos muros da residência?

Dagmar Silva P. de Castro - Não está. Diria que no imaginário a gente tem uma família idealizada e o cotidiano vivido é outro. Mesmo na classe média, que sofre com isso, quando ela entra em contato com a família vivida, que às vezes está um pouco distante da idealizada surgem os conflitos. Quando começamos a ampliar um pouco a nossa compreensão de que a família é muito mais do que um núcleo pequenininho, começamos a ver saídas alternativas para ela. É o que eu disse no começo: quem sabe transformar a cidade numa casa maior que a casa da gente.

Nesse sentido, diria a vocês, quando a gente tem, no espaço doméstico, relações igualitárias onde as pessoas conseguem respeitar a liberdade dos indivíduos, as crianças que saem desse tipo de meio começam a ter uma outra percepção de mundo, começam a trabalhar para uma outra realidade. Elas rompem com as coisas que são voltadas para o próprio umbigo e começam a enxergar um pouco além do que elas mesmas são.

Se a gente voltar um pouquinho, notamos que uma criança cresce vendo papéis muito distintos e desiguais dentro de casa: a função masculina, a função feminina, o homem voltado só para o mundo público, a mulher voltada só para o mundo doméstico, a desvalorização feminina... Aquela coisa que a Fúlvia Rosenberg fala sobre o o domínio da moral adulta, que é o homem manda na mulher, a mulher manda nas crianças, as crianças chutam o cachorrinho e vai por aí afora. A síndrome dos pequenos poderes.

Se a criança cresce num meio onde isso é quebrado, ela começa a perceber que essas coisas que são tidas como naturais não o são. São construções de relações. A criança que é criada num meio onde essas coisas são comuns, é uma criança que, quando crescer, vai ter como natural para si o mundo ser dividido em brancos e negros, entre países ricos e países pobres, entre lugares onde os ricos podem entrar e os pobres não têm acesso. Daí vão achar que existe uma natureza feminina, uma natureza masculina, que a mulher tem um instinto materno e é por isso que ela, quando tem um filho, ama-o de imediato. E a gente sabe que isso não existe, que o amor é uma coisa que dá muito trabalho, é uma relação construída. Você não ama só porque saiu de seu ventre.

Essas são as pistas que gostaria de compartilhar com vocês e teria muito mais a dizer, mas vou encerrando aqui. Entendo que a família, como lugar de vida coletiva, de liberdade, onde as necessidades são satisfeitas mesmo que precariamente, é uma possibilidade de vida e de transformação. A família não é só um lugar de tensão e conflitos, mas sim uma instituição onde as pessoas obtêm o prazer, alimentação, sexo, diversão, refrigério, aconchego. Eu não tenho uma visão ingênua de acreditar que apenas as transformações das relações sociais de gênero vão mudar a cena da nossa realidade vivida, com possibilidade de nossas crianças se constituírem como sujeitos com direito à cidadania e a plenos desenvolvimentos de si mesmas enquanto homens e mulheres emancipadas.

Não vão apenas resultar mudanças em relações autoritárias e desiguais de convivência, mas também haverá uma transformação de múltiplas relações de opressão presentes em nossa sociedade.

Gostaria de encerrar com uma história de Rubens Alves. Ele conta que a

gente, às vezes, cria as pessoas para serem ovelhas, como se fossem para a mata-douro. Nas nossas casas, nós poderíamos estar muito mais preocupados enquanto adultos conscientes, em criar pessoas que sejam cabritos monteses que não têm medo, que sobem montanhas, que não seguem rebanhos. Queira ou não, no nosso espaço urbano nós estamos precisando muito mais de cabritos monteses do que ovelhas para o matadouro. A família vai deixar de ser um espaço de consumo e de reprodução para ser um espaço de produção de vida. Quando nós, enquanto profissionais, seja de qualquer área de trabalho, junto com pessoas - mulheres, homens, crianças, adolescentes, etc - deixarmos de falar por nossos filhos, dermos uma oportunidade para que elas falem de si mesmas para que juntos possamos construir uma realidade diferente dessa que a gente está vendo no nosso cotidiano e que é muito frustrante.

Glenir Santarnechi - Passaremos agora à segunda exposição, à cargo da professora Carla Cristina Garcia. A professora Carla é mestra em Ciências Sociais com especialização em Antropologia. Ela iniciou o doutorado em Madrid, na Espanha. É professora de Cultura Brasileira e Sociologia na Unifec - Universidade de Formação, Educação e Cultura aqui de São Caetano. Trabalha com questões da mulher na sociedade. Passamos o microfone para sabermos qual é o papel da mulher na história que ela está pesquisando.

Carla Cristina Garcia - Vou ler para vocês um texto que preparei com algumas reflexões teórico-metodológicas dessa pesquisa que estou iniciando. Eu ainda não conversei com as antigas moradoras daqui da cidade. O título desse meu projeto de pesquisa é *As outras vozes*.

Quando se inicia uma pesquisa, a sensação que se tem é de se caminhar terreno enganador cujo solo, composto de idéias, parece ser sólido e firme. Especialmente nessa fase do trabalho, as idéias a respeito do objeto a ser investigado, da sua configuração e modo de aparecer, das formas adequadas para sua abordagem e apreensão, ora nos parecem claras, ora confusas.

Encontro-me precisamente neste ponto ou nesse estado em que refletir é preciso. A pesquisa que inicio pretende fazer um estudo de caráter histórico-sociológico das práticas da memória feminina em São Caetano do Sul. O assunto despertou-me o interesse quando, ao ler o excelente trabalho do professor José de Souza Martins, *O Subúrbio*, deparei-me com a seguinte indagação: "Silenciadas também foram as mulheres do lugar, reclusas do lar e da vida familiar".

A História do ABC é masculina. Que sentido tinha criar filhos, cozinhar, lavar, num subúrbio progressivamente dominado pela idéia de especulação econômica, especialmente a imobiliária, que desvaloriza moralmente o trabalho e é exatamente nesse sentido que o meu trabalho buscará desvendar.

A partir da leitura preliminar de alguns artigos sobre a história de São Caetano do Sul, com exceção do artigo de Ruffini Martineli, que enfatiza a questão do esquecimento da história oficial sobre as mulheres da comunidade, pudemos notar que são poucos os que falam especificamente sobre as mulheres. E grande parte deles se referem a elas sempre partindo de seus maridos ou filhos que se tornaram importantes dentro da história da comunidade. A maioria dos dados colhidos nessas entrevistas não fornecem elementos suficientes para

compreendermos a vida cotidiana feminina, mas nos dão pistas e abrem caminhos para uma pesquisa mais profunda sobre o tema.

Assim, a pergunta que se coloca é: "Como se pode tornar possível uma história das mulheres de São Caetano"? A difícil tarefa de chegar às fontes e mesmo de produzi-las a partir de pistas tênues é o desafio desse trabalho. O que se pretende é montar algumas biografias de mulheres sãocaetanenses e com isso contribuir para que se possa entender um pouco mais as relações histórico-sociais dessa comunidade. O objetivo é tentar reconstituir alguns momentos importantes da História de São Caetano sob o ponto de vista das mulheres.

A partir da montagem dessas biografias, precisaremos revelar aquilo que a condição feminina, numa história feita por homens, deixava encoberto. O quanto essas mulheres eram importantes e o papel fundamental que tiveram na construção dessa mesma história. Então, buscando atingir esses objetivos, além da pesquisa em arquivos de família, processarei diários, cartas escritas por mulheres e outros documentos que eu puder encontrar. Também conversei com algumas mulheres idosas sobre suas lembranças.

Então, nesse encontro de hoje tenho a intenção de mostrar o resultado do esforço de elaboração do que denominei Fundamentos Teóricos, Metodológicos e Contextuais de Análise. Como se sabe, a narrativa histórica tradicional reservou pouco espaço às mulheres. Justamente porque sempre privilegiou a cena pública, a política, a guerra, onde elas pouco aparecem. Essa ausência, no nível da narrativa, se amplia pela carência de pistas no domínio das fontes com as quais se nutre o historiador, devido às deficiências de registros primários.

Os procedimentos de registros, dos quais a história é tributária, são fruto de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto de intervenção do poder e campo de verdadeiros valores. O século 19 claramente distinguiu as esferas públicas e privadas, cuja disposição condiciona o equilíbrio geral da sociedade. muito provavelmente, essas esferas não sofrem exatamente a divisão dos sexos, mas o mundo público, sobretudo o econômico e o político é reservado aos homens e é isto o que conta.

Assim, os arquivos públicos - olhar de homem sobre homem - calam sobre as mulheres. Seria necessário, entretanto, não esquecê-las em meio a todos os homens que, sozinhos, vociferando, clamavam o que tinham feito e o que sonhavam fazer. Fala-se muito delas, mas o que sabemos a seu respeito? A postura que adoto nessa pesquisa é a de privilegiar a fala das mulheres. Pretendo que estejam no centro da cena histórica. A vida em família, o que se passava no interior da casa enfocada, a partir do ponto de vista de quem considero um ator privilegiado: a mulher.

Os arquivos privados, os baús de família guardados nos porões podem nos fornecer pistas? Certamente. Porque neles as mulheres guardavam os papéis de família e até mesmo foram produtoras desses arquivos nos quais elas preservavam os anais do lar. Correspondências familiares cujos destinatários e remetentes habitualmente eram elas mesmas. Diários íntimos cujo emprego era recomendado a jovens solteiras pelos confesores e, mais tarde, pelos professores, como uma forma de controle sobre si, um refúgio de escritos de mulheres.

"Quando mocinhas, elas podiam escrever seus pensamentos e estados da alma nos diários de capa acetinada com vagas pinturas representando flores e pombinhos brancos levando um coração no bico. Depois de casadas não tinha sentido sequer pensar em segredo. Segredo de mulher casada só podia ser bandalheira. Restava então o recurso do caderno dia-a-dia, onde, da mistura de gastos da casa cuidadosamente anotados e somados no final do mês, elas ousavam escrever algumas lembranças ou uma confissão que se juntava na linha diante do preço do pó de café e da cebola". (A disciplina do amor, Lígia Fagundes Telles).

Acho que todo mundo tem uma avó com um enorme caderno, onde se colocam as receitas de família, tanto de um xarope quanto de um doce. Em alguns desses cadernos, elas tinham, também, decalques, poesias, esse tipo de coisa sobre as quais a Lígia se refere. Assim, os moldes de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. A memória do privado, do familiar, do espaço íntimo, cabe às mulheres. Elas conservam os rastros das infâncias por elas governadas. Às mulheres cabe a transmissão das histórias das famílias, feitas frequentemente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias aos quais, juntas, acrescentam uma data, um nome, fixando identidades em vias de se apagar. Cabe ressaltar que é das mulheres a responsabilidade pelos mortos, pelos cuidados com os túmulos. O que geralmente fixa a última residência é a proximidade do cemitério como se esse fosse uma dependência da casa.

O que está no centro da discussão é que existe uma especificidade no funcionamento da memória e das maneiras de registrar as experiências vividas por cada sexo, sem que uma seja menos importante do que a outra. Para autoras como Michelle Perrot, o que constitui a memória, as práticas culturais da acumulação, ordenação e rememoração da narrativa, são produtos das relações entre os gêneros e com elas é produto de uma história, "forma de uma relação com o tempo e o espaço, a memória como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada" (Michelle Perrot).

Enfim, os estudos sobre mulheres desenvolveram uma imensa interrogação sobre a vida dessas personagens obscuras. Tornar visível, acumular dados, instituir lugares na memória foi uma das grandes preocupações dos estudos sobre uma história das mulheres nos últimos 15 anos. e na falta de testemunhos escritos, buscou-se fazer surgir o testemunho oral, sobretudo tentando montar essa história através das narrativas de vida e também da pesquisa biográfica. Em recente depoimento, Gabriel Garcia Marques, cujos 62 anos o aproximam da velhice, declara: "A partir de uma certa idade, as coisas que a gente escreve já fazem parte das nossas memórias. Os contos que estou escrevendo agora são uma mistura de realidade e ficção, de memória e invenção e eu mesmo já não sei onde termina uma coisa e começa a outra".

Tal depoimento obriga que se atente para essa mistura de memória e ficção, à qual Marques se refere, pois remete para o aspecto da reconstrução do passado que há no ato de lembrar um ato presente, ou seja, o passado é reelaborado com os dados e os valores do presente, havendo, então, um entrelaçamento entre passado e presente. Tempo de velhice, tempo por excelência das lembranças

ças de uma época que não existe mais a não ser na memória daqueles que a viveram e quem, por isso mesmo, são os depositários capazes de trazer à vida, através da rememoração, os comportamentos, valores, crenças, expressões, práticas cotidianas e os mais variados elementos independente de estruturas econômicas e culturais já desaparecidas.

É partindo dessa compreensão que desejo estudar as questões que proponho na pesquisa, uma vez que não existem estudos sistemáticos das vidas das mulheres nesta comunidade e, somando-se a isso, a notória precariedade, o que é mais comum, a quase inexistência de arquivos, fato que remete a lamentável tradição nacional de desprezo pela memória histórica. Se faz necessário, então, o levantamento de várias questões, tais como: que valores e crenças marcavam o cotidiano dessas mulheres? Quais as tarefas que esse conjunto de valores e crenças impunha ao seu dia-a-dia? Quais os elementos de sua formação? Que relação estabeleciam com a comunidade? Que exigências lhes eram impostas pelos seus maridos, companheiros e filhos? São as mais diversas informações, dados...

São arquivos, relatórios e documentos oficiais que certamente estão guardados nas memórias de antigas moradoras da cidade à espera de que as resgatem e impeçam, dessa forma, que se percam irremediavelmente. A memória onde cresce a história que, por sua vez, a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Sob a inspiração deste ensinamento, a recuperação desta memória representa uma contribuição, ainda que limitada, ao resgate e registro de elementos que compõem a identidade da mulher são caetanense.

O delineamento de aspectos e problemas da memória, imprescindível na elaboração da trama de pressupostos que vai alicerçar e, ao mesmo tempo, alimentar a pesquisa, ficaria incompleta sem uma reflexão rápida sobre a narrativa, dada a íntima relação existente entre ambas. Walter Benjamin examina a arte de narrar e as características do narrador em textos dos anos 30, estabelecendo relações entre narrativa e experiência que interessam aos meus propósitos de pesquisa. Constatamos, inicialmente, que a arte de narrar organiza, pois é cada vez mais raro encontrar pessoas que saibam narrar alguma coisa devidamente. Basta que se peça, num grupo, que alguém narre alguma coisa e o embaraço se generaliza. Para o autor, é como se uma faculdade que nos parecia inalienável, a mais garantida entre as coisas seguras, nos fosse retirada, ou seja, a troca de experiência.

Uma das causas deste fenômeno parece óbvia para Benjamin. "As ações da experiência estão em baixa e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça para sempre". O narrador tanto pode ser aquele que vem de longe e que tem muito para contar porque viajou e conheceu muitos lugares como aquele que viveu honestamente de seu trabalho, ficou em casa e conhece histórias e tradições de sua terra. Ambos colhem o que narram na experiência, seja própria ou a relatada e transforma isso em experiência daqueles que ouvem o que é narrado. Da estreita relação entre narrativa e experiência resulta um traço característico do narrador, sua orientação para o interesse prático o que significa ser a vida vivida, a vida cotidiana, a dimensão privilegiada pelo narrador.

Sobre o narrador e a relação que mantém com sua matéria, que é a vida humana, Benjamin indaga: "Sua matéria não consiste justamente sem trabalhar de maneira sólida, útil e única a matéria das experiências próprias ou alheias?" Para Benjamin, a narrativa não pretende transmitir a essência da coisa como informação ou relatório. Mergulha a coisa na vida de quem relata a fim de extrair a outra vez. É assim que se adere a narrativa à marca de quem narra, como a tígela de barro às mãos do oleiro.

Com base neste entendimento, a pesquisa terá como material a narrativa de velhas moradoras dessa cidade sobre suas vidas cotidianas. Narrativas que terão, certamente, a marca de quem narra; estarão impregnadas das visões de mundo das narradoras que expressam, por sua vez, sua particular isenção social. É assim que terei na história oral um modo privilegiado, ainda que não exclusivo da coleta do material com o qual pretendo trabalhar na pesquisa. Isto porque o relato oral é considerado por muitos autores como um modo útil de registrar a quem não está cristalizado em documentos escritos. Ele é o não-arquivado, aquilo que desapareceria com as pessoas que detêm a memória do relatado.

Por fim, é importante salientar mais uma vez que a história oral tem sido percebida como uma abordagem cuja articulação com a história das mulheres é bastante estreita. Quais as relações dessa articulação? Além da constatação do silêncio dos arquivos aos quais já me referi no início da minha fala, é também de Michelle Perrot a constatação segundo a qual os estudos do passado sobre a mulher se detêm pouco sobre as mulheres singulares desprovidas de existência e mais sobre a mulher como entidade coletiva e abstrata. Assim, é que só recentemente, com os recursos oferecidos pela história oral. Por exemplo, a mulher, sujeito singular, tem sido considerada não apenas como objeto de estudo, mas como sujeito da História.

Outro fator importante é que, em razão da maior longevidade das mulheres, estas se tornam testemunhas sobreviventes, além de terem maior experiência que os homens para falar da vida privada, da família, do cotidiano, do detalhe, do íntimo, enfim, do indizível. Trabalhando nessa direção, se poderia começar a ultrapassar a dicotomia submissão-revolta e compreender porque, tanto no escrito quanto na vida narrada pelas mulheres sobre as quais se trabalha, há o entusiasmo e a decepção, suas afirmações e resignações, transgressões e conformismo que se enfrentaram um ao outro. Tanto que, no início, as mulheres resistiam em contar suas vidas sob o pretexto de sua "insignificância".

Dizer "eu" não é fácil para uma mulher a quem a educação inculcou o decoro do esquecimento de si. Finalmente, tudo depende da natureza da relação com a pesquisadora. Uma certa familiaridade pode vencer as resistências e liberar um desejo recalçado de falar de si. Com o prazer de ser levada a sério e ser, enfim, o sujeito da História.

Glenir Santarnecchi - Ouvimos a apresentação da professora Carla Cristina Garcia, que, brilhantemente, nos expôs fatos da história oral que estamos resgatando neste congresso. Vamos passar, então, para mais duas apresentações. Desta feita, elas serão em conjunto, uma vez que Mônica de Souza e Adriana Ramos elaboraram o livro *O cotidiano e a História de São Caetano*,

editado pela Prefeitura e pela Hucitec. Ambas são formadas em História e possuem uma firma de assessoria e pesquisa da história chamada Tempo Composto. Elas já estão trabalhando em uma outra obra, a ser lançada brevemente. Trata-se de um livro didático para alunos de 3ª série sobre a História de São Paulo.

Adriana Ramos - Boa tarde. Eu e a Mônica costumamos fazer palestras juntas porque sempre trabalhamos em dupla. Quando fomos convidadas para fazer parte dessa palestra, sobre família, de início ficamos nos indagando sobre como conduzir o trabalho. Mas como o pretexto para este convite foi o trabalho anterior, que falava sobre o cotidiano, nós resolvemos organizar uma fala que versasse exatamente sobre a nossa experiência em registrar e acompanhar esse mesmo cotidiano.

Como nós temos formação em História, buscamos identificar os aspectos do cotidiano, nesse trabalho específico, a partir de uma metodologia conhecida como história oral. Então, seguindo os critérios de algumas linhas historiográficas que ainda hoje são bastante polêmicas, como as pessoas da área devem saber, fizemos algumas entrevistas com moradores de São Caetano buscando ouvir em suas falas as experiências de vida. Não usamos critérios de questionários ou orientação específica de temas, nada disso. Nós entrevistamos as pessoas solicitando que elas falassem de suas vidas na cidade. A única coisa que fazíamos era pedir para que elas falassem alguma coisa sobre trabalho, lazer, transportes e tudo o mais que quisessem.

O nosso critério em história oral é não direcionar, embora em nenhum momento nós nos colocamos em situação de espectadoras. Nós temos consciência de que, a partir do momento em que você faz a entrevista com o objetivo de retirar dela um pouco de informação histórica, nós, como pesquisadoras, estaremos influenciando essa fala. Quanto mais envolvimento você tem com essa pessoa, mais fácil é ouvir as coisas que ela tem para dizer.

É claro que nesse trabalho não contamos só com os depoimentos que fizemos. Também tivemos acesso ao acervo de depoimentos que já existem em São Caetano, no Museu Municipal, que desenvolve um trabalho de coleta de depoimentos registrados em fita cassete. Então, a nossa proposta foi ouvi-las e a partir daí fazer o trabalho de historiador, que é transcriber o texto e depois utilizá-lo no trabalho. Usamos, também, o acervo produzido pela FEC do ABC, que tinha vários depoimentos, alguns deles, inclusive, já transcritos.

Então, partimos para a segunda etapa da história oral, que é a transcrição do texto que já estava transcrito. Sem dúvida, ter contado com esses dois acervos favoreceu a segunda etapa do nosso trabalho. Uma vez produzidos esses documentos históricos, passamos da parte oral para a parte escrita, onde se pode iniciar a análise do material. Dali pudemos obter uma amostragem de relatos sobre o cotidiano. Esse processo de entrevistas acabou trazendo um material muito rico. Percebemos a inexistência de material sobre as mulheres e o cotidiano de forma geral e por isso nos identificamos muito com o tema família. Sempre que as pessoas falavam, era possível identificar as referências à família, mesma que nós nunca tivéssemos questionado a pessoa a respeito.

A família sempre aparece como o primeiro lado da vida do dia-a-

dia independentemente da forma como essa família estava referenciada nos depoimentos. Pais, irmãos, tios, parentes, vizinhos... enfim, sempre apareciam nas falas.

A história oral nos parece, hoje, uma das formas mais importantes para se estudar aspectos ligados à família. Dificilmente são produzidos documentos escritos sobre este assunto. Nós trouxemos trechos de alguns depoimentos que já se tornaram de acesso público. Alguns deles vieram de entrevistas feitas por nós mesmas e outros foram tirados de acervos já existentes. Então, agora passo o microfone para a Mônica para que ela possa fazer a leitura desses trechos que já estão transcritos e transcritos.

Mônica de Souza - Eu acho que a nossa grande contribuição neste painel é essa mesmo, certo? Em cima desse trabalho que nós fizemos, desse levantamento de dados, creio que o objetivo é incentivar os pesquisadores que estão atrás dessa documentação toda. Nós conseguimos levantar muita coisa e existem outras já sistematizadas no Pró-Memória. Então, Carla, esse trabalho de começar a resgatar fica mais fácil...

Carla Cristina Garcia - É... acho que já foi feito aqui.

Mônica de Souza - Isso. Creio que é interessante a gente salientar isso, inclusive para valorizar o trabalho dessas pessoas da cidade que já estão há bastante tempo trabalhando com a história oral ou com resgate de imagens, que também é uma forma muito importante de levantamento de dados.

Agora, irei ler os primeiros depoimentos:

"Eu vim de Portugal com 12 anos. Fiz 13 em São Caetano. Vim para São Caetano direto. Meu pai foi buscar nós em Santos. Meu pai morava aqui, sozinho, numa pensão e nós dormimos lá quando chegamos de Portugal. Dormimos na sala". (Dona Maria Ribeiro)

Acho que aqui já temos um aspecto importante. Tanto a imigração quanto a migração têm esse aspecto de desestruturação da família. O pai vem sozinho tentar a vida e só depois que ele se estabelece e consegue emprego manda buscar o resto da família. Isso é uma coisa muito comum na nossa cidade.

"Nós viemos para São Paulo de bobeira. Lá estava tão bom! Arriscar a vida... Achava que plantar era vida penosa, mas aqui era muito mais. Vendemos tudo que tínhamos lá, trouxemos só algumas miudezas - coisas de cozinha. Vendemos cama, mesa, cadeira, armário. Chegando aqui, meu marido ficou quase dois meses desempregado. O dinheirinho que tínhamos quase não deu porque tivemos que comprar tudo de novo." (Dona Eugênia Hipólito)

Vejam que lá ela tinha uma forma de viver em família e que, chegando em São Caetano, vai ser interrompida para começar tudo de novo. A própria casa, o *habitat* da família, foi prejudicado e teve que ser reconstruído. O depoimento abaixo também é nesse sentido.

"Quando viemos para cá, fizemos um barracão na rua Tenente Antonio João e fomos morar. Mas não tinha luz, não tinha água. Nós íamos buscar água num riozinho aqui embaixo. Fizemos um buraco no chão e tirávamos água de lá. Para comer e tudo. Meu marido trabalhava de dia nas firmas e de noite nós fazíamos a casa, eu e ele".

Aqui já aparece bem um trabalho da mulher, inclusive na construção da casa. Não é nada fácil conseguir isso de outros fontes da história oral.

Glenir Santarnekchi - Um mutirão...

Mônica de Souza - Isso.

Glenir Santarnekchi - Mas um mutirão familiar...

Mônica de Souza - Exatamente. Esse é, inclusive, o nosso próximo tema: moradia em família. Até pelas recentes estatísticas nos trabalhos urbanísticos de São Caetano a gente pode perceber que a auto-construção sempre foi privilegiada. Apesar de ser um cidade rica até hoje, a gente ainda percebe isso.

"São casas compridas em terrenos estreitos. Você vê a casa dos mais velhos construída na frente e depois os filhos vão casando e construindo atrás." (Dona Helena Freixeiras)

Isso ela falou especificamente sobre o bairro Santa Paula, o que é algo muito interessante. Você tem várias casas construídas nessa forma. Isso também é muito comum hoje em dia. É uma colaboração importante para quem quiser estudar o tema. Aí você tem uma família extensa e muito relacionada o tempo todo.

Uma outra coisa que chama a atenção é que essas moradias, inclusive hoje, são muito confundidas com cortiços. Não deixa de ser uma habitação coletiva, mas também não chega a ser um cortiço. Porque em cada casa mora uma família, com áreas de serviço separadas. Também não há o problema de insalubridade como nos cortiços, onde as áreas são comuns.

"No bairro Monte Alegre construía-se em mutirão. A própria família construía. Um fazia o reboque, outro carregava tijolo, outro carregava a lata".

De novo esse aspecto da auto-construção aparecendo num depoimento.

"Na quadra de terra que pertencia ao meu avô tinha a sua casa, que era um casarão enorme, e as casas de meus tios, que iam casando e fazendo suas casinhas". (Sr. Verino Ferrari)

Nesse caso, não é um corredor com várias casas, mas sim uma quadra inteira.

Glenir Santarnekchi - Como uma vila

Mônica de Souza - Exatamente.

Glenir Santarnekchi - Todos da mesma família.

Mônica de Souza - Isso. Naquela época, a terra era muito mais barata. À medida que os lotes vão encarecendo, vão ficando menores e daí então começam a construir num corredor de terra. Outro aspecto que iremos tratar é o trabalho em família. Esse aspecto é muito comum em São Caetano e nós percebemos isso principalmente no começo do século, quando São Caetano ainda tinha uma vida muito parecida com a rural. As plantações, as olarias, tudo isso exigia que o trabalho fosse da família toda. Então, temos famílias com muitos filhos e todos eles trabalhando na mesma atividade. É o caso da Chácara dos Fiorotis, que produziam vinho em família. Ou as várias olarias, como da família Garbeloto.

"Meu avô tinha uma chácara e nela plantava uva que colhia para fazer vinho. Ele não fazia só com a uva da chácara. Chegava a comprar até 50, 60 caixas de oito a 10 quilos no mercado em São Paulo. Eu ia pisar, esmagar essa uva. Eu

e meu irmão José. Meu avô produzia vinho uma vez por ano. Às vezes, ele vendia no mercado em São Paulo e era de carroça".

Aqui já temos a participação do avô, dos dois meninos e, em outros depoimentos, aparece muito a participação das mulheres. Trabalhando, por exemplo, com a criação de galinhas, nas pequenas roças... E o trabalho da mulher também parecia demais, mas a mulher, diferentemente do senso comum, divide a responsabilidade financeira da casa, principalmente na famílias pobres. É comum, hoje, a gente ouvir dizer que as mulheres que trabalham fora dividem as despesas. A gente percebe que as famílias pobres vêm fazendo isso há muito tempo. Esses depoimentos são da década de 30, máximo, 40.

"Mesmo depois de casadas, as mulheres trabalhavam para ajudar no sustento. Largavam os filhos e iam". (Dona Elvira Ferro)

Outros depoimentos: "As mulheres lavavam roupa na barroca da avenida Tijuca, nos famosos poços que elas mesmas abriam no chão. Quando não, tiravam água com baldes e jogavam em tinas de madeira ou cimento. Carregavam água da barroca até em casa. Reservavam água em casa para lavar a louça ou cozinhar. Era sabão de soda que elas mesmas faziam, com sebo de boi".

"Eu trabalhei num restaurante que tinha perto de casa. Costurei para fora, lavei muita roupa para fora. Eu trabalhava muito. Costurava de noite e ia até a fábrica Estrela buscar vestidinhos de boneca para fazer. Eles pagavam por dúzia de roupinhas. Tinha que costurar, dobrar bem dobradinho e amarrar dúzia por dúzia". (Dona Eugênia Hipólito)

Outros aspectos que envolvem a família, como o lazer, que era muito diferente de hoje, mas que demonstrava certos comportamentos da família em épocas diferentes: "Para namorar tinha dia e hora. Frequentava a casa dela de sábado e domingo, terça e quinta, das 8 às 10. Ficava lá sentado, conversando na sala, sempre acompanhado. Ou vinham as cunhadinhas ou a sogra ou o sogro. As crianças também frequentavam os bailes porque neles ia a família inteira. Iam até as crianças de colo. As mulheres sentavam e as moças ficavam de pé para dar lugar para a mãe". (Sr. Germano)

"Em noite de luar, colocávamos as cadeiras nas calçadas reunindo as famílias para conversar, trocar idéias. As meninotas de 10, 12 e 13 anos jogando amarelinha, brincando na rua sem problema". (Humberto Cegato).

Como a Adriana disse, o tema de nossa pesquisa nunca foi família. Mas em todas as pesquisas que nós pudemos realizar esse tema sempre apareceu e o que nós apresentamos para vocês foi um recorte disso. Tentamos mostrar de que forma a família era citada nos depoimentos e quantas abordagens diferentes poderiam ser desenvolvidas dentro desse tema. Nós tínhamos preparado, também, uma pequena seleção de fotos que são do acervo do Pró-Memória. É claro que deveria ter sido uma pesquisa muito mais demorada porque nós entendemos que a fotografia não pode ser vista só como uma ilustração de um trabalho. A fotografia é recheada de informações que podem nos dar inúmeros elementos. São diferentes temas e tempos.

Adriana Ramos - Bem, então é isso. Nossa contribuição se deteve no aspecto metodológico da pesquisa em vez de versar sobre o tema. Era esse o nosso objetivo. Obrigada.

Glenir Santarnecchi - Muito bem. Nossos agradecimentos à Mônica de Souza e à Adriana Ramos que apresentaram brilhantemente o seu tema e também trouxeram uma ilustração para a gente poder visualizar algumas épocas. Agora, no começo do debate, gostaria de pedir a palavra de uma pessoa de uma família tradicional que conheço desde pequeno. Essa família vivia reunida numa vila de casas. Ninguém melhor do que ele para falar sobre essa família lá do bairro da Fundação. Trata-se do presidente da Fundação Pró-Memória, Oscar Garbeloto.

Oscar Garbelotto - Vou tentar fazer uma reconstituição. Pode-se dizer que a minha família aqui em São Caetano é como tantas outras que chegaram em 1877. Nós tivemos a presença da família aqui a partir de 28 de Julho de 1877. Era chefiada pelo patriarca Giacomo Garbeloto, que veio com dois filhos casados: Antonio Garbeloto, meu bisavô, e o outro que tinha a mesmo nome do pai o que, durante algum tempo, causou uma pequena confusão histórica. Porque, aqui em São Caetano, você deve ter observado, até em documentos oficiais, que existem famílias com nomes muito parecidos - Garbeloto e Garbeloti - coisa que persiste até os dias de hoje na minha própria família. Meu irmão é Garbeloti, e eu sou Garbeloto... São aquelas coisas que o passado não explica bem. Mas a partir de um estudo que nós fizemos a partir da Itália, o nome correto é Garbeloto.

Antonio e Giacomo criaram os Garbeloto aqui em São Caetano. Há sete ou oito anos, o professor José de Souza Martins, em uma de suas viagens para a Itália, descobriu um livro sobre os imigrantes italianos, de autoria do sociólogo italiano Emilio Franzina. A partir de cartas escritas pelos imigrantes, ele fez uma análise sociológica. Entre essas cartas encontrava-se exatamente uma, escrita por Giacomo Garbeloto no dia 14 de Fevereiro de 1892, daqui de São Caetano. Ele escrevia para amigos e parentes lá em Capella Maggiore, região de onde vieram os primeiros italianos, inclusive eles.

Nessa carta, ficou bem claro quem é que tinha vindo para São Caetano. Porque Giacomo fazia um relato, por sinal muito triste, praticamente 15 anos depois de sua chegada, dizendo ao pessoal que não embarcasse mais para o Brasil. Ele descreveu com palavras bem pungentes e vibrantes uma vida realmente muito difícil e que eles foram enganados.

Bem, todas as pesquisas já chegaram a essa mesma conclusão. Por exemplo, um nome famoso de rua no Brás é Caetano Pinto, o rei das enganações. Ele era agenciador de todos os imigrantes nessa primeira fase difícil e mereceu nome de rua justamente porque enganava os italianos para trazê-los para o Brasil.

Então, naquela carta, Giacomo desestimulava as pessoas para que não viessem para cá, onde eram tratados como animais. Como gado, segundo as palavras dele. Eram colocados de lá para cá, de cá para lá. Ora se promete isso, ora se promete aquilo e na verdade não se cumpria nada. Eu acho que também naquela época o governo já era ruim. Esses relatos servem para mostrar as dificuldades que as famílias passavam aqui. Sabidamente, aqui em São Caetano e nos núcleos coloniais como São Bernardo, Glória, Santana, acolheram a primeira

leva de imigrantes em 1877, e não possuíam casas para morar. Em São Caetano, eles foram colocados numa antiga senzala da fazenda dos beneditinos, onde não ficaram provisoriamente como prometido, mas algo em torno de um ou dois meses. Ficaram anos e anos ali até que em sistema de mutirão construíram suas próprias casas, com muito sacrifício.

Vocês sabem bem que os italianos não ganharam terra coisíssima nenhuma. Todos eles compraram as terras a suas escrituras foram obtidas apenas em 1901. Vocês querem saber por que? Foi quando eles começaram a terminar de pagar o débito para o governo provincial. Então, se terminavam de pagar, ganhavam as escrituras. Minha família recebeu escritura em 1901 através das mãos de Angela Garbeloto, viúva de Antonio (falecido alguns anos antes, mais precisamente em 1899). Tinha 10 filhos pequenos, o mais velho com 17 anos, o único italiano que tinha chegado com a família em 1877.

Uma coisa muito importante que ainda não descobrimos é o que aconteceu com Giacomo, o patriarca. Ficou em São Caetano? Morreu? Voltou para a Itália? São indagações que ainda não conseguimos responder. O único rastro que temos é o seguinte: nessa mesma carta de 1892, ele dizia taxativamente: "Eu e minha esposa vamos voltar para a Itália. Os meus filhos e suas esposas não podem voltar porque eles ainda têm de receber as terras que lhes foram prometidas. As escrituras", diz ele em sua carta, "que há tanto tempo prometeram, até hoje ainda não foram passadas e o governo protela sempre, com várias desculpas. Portanto, eu volto, mas os filhos ficam com a finalidade de obter a documentação das terras." A verdade que nós conhecemos é que os filhos ficaram. Meu avô e meu tio-avô ficaram.

Glenir Santarneckchi - Gostaria de perguntar quem foi Artur Garbeloto, inclusive dá nome a um estádio distrital aqui do bairro?

Oscar Garbelotto - Artur era meu pai.

Glenir Santarneckchi - E era filho de quem?

Oscar Garbelotto - Era filho de Antonio. Meu bisavô se chamava Antonio. Meu avô se chamava Antonio. Tenho um tio chamado Antonio e um irmão chamado Antonio. Meu pai, naturalmente, era filho do primeiro Antonio brasileiro

Glenir Santarneckchi - Uma última coisa, Oscar. Eu sei que uma ou duas de suas filhas ganharam um concurso na Itália. Fale a respeito

Oscar Garbelotto - Em 1988, houve um concurso público patrocinado pelo Círculo Sardo, de monografias sobre assunto italianos e minha filha participou. Os trabalhos foram julgados por alguns professores da USP e ela ganhou o primeiro lugar, com direito a uma viagem para a Itália. Ela ficou 15 dias na Sardenha.

Antigamente, houve uma tentativa, por parte dos italianos aqui radicados, de fazer um intercâmbio que depois foi interrompido. Então, quando os italianos fizeram este concurso, nós achamos que cumpria à Prefeitura fazer algo a respeito.

Posso dizer a vocês, com toda segurança, que nesse dia 26 trouxemos três jovens italianos que irão ficar conosco durante 15 dias, iniciando um inter-

câmbio cultural que, pretendemos, seja anual. Seis jovens daqui irão para lá e seis de lá virão para cá. Vocês estão recebendo a notícia em primeira mão. A notícia nem foi para os jornais

Glenir Santarneckchi - Mas vai ficar gravado aqui no Pró-Memória.

Oscar Garbelotto - Aquela viagem foi realmente muito importante para minha filha. Ela se recorda com muitas saudades daquela oportunidade. Estou conseguindo uma coisa muito importante para minha família, que é o resgate de sua história. Mas, vejam só: você se volta para trás e não vê quase ninguém aqui. Onde estamos errando?

Glenir Santarneckchi - Agora, nós queremos a participação dos nossos colegas que estão aqui, mas gostaria, antes, de convocar o Jaime da Costa Patrão para falar. Ele é de família tradicional e participou da autonomia de São Caetano. foi ilustrador, é uma pessoa que se dedica muito à pesquisa da memória, percebendo, também, ao Gipem.

Gostaria de perguntar algo ao Patrão, que foi citado, com toda justiça, na questão da autonomia. Nós temos muito material sobre este assunto, o acervo do Museu também tem, mas o papel da mulher na autonomia aparece muito pouco nos documentos. Você poderia acrescentar algo a respeito?

Jayme da Costa Patrão - Primeiramente, faço parte do grupo do Pró-Memória. Fui autonomista em 1948. Quer dizer, não só em 1948, porque em 1928, com 12 anos de idade, acompanhava meu pai que, junto com os Garbelotto, os Lorenzini e mesmo o Tônico Fláquer e outros grandes aqui da cidade que já almejavam a autonomia. A coisa gorou por motivos políticos.

Eu entendia muito bem e acompanhava meu pai porque ganhava chocolate. Acontece que sempre estive naqueles movimentos de juventude, participei de diversos clubes de recreação, cultura e arte. Apesar de não ter nascido em São Caetano, sempre acompanhei esses movimentos. Depois da Revolução de 1924, meu pai, apavorado com o que viu lá, veio com a família para São Caetano e aqui logo fez amizade com os Garbelotto, com o Juca Garcia, que eram os grandes daqui. Construiu duas casas e então iniciamos nossa vida em São Caetano. Eu, minha irmã, que era um ano e meio mais nova, e meu irmão Rubens, que nasceu em São Caetano.

A febre da autonomia sempre gerou movimentos. Depois de 1928, de quando em vez sempre se pensava nisso. Depois, foi formado o *Jornal de São Caetano* e aí então se incrementou a coisa e trabalhamos e sofremos muito. Foi um movimento muito grande. Em 1928, o Tônico Fláquer se opunha à política de Saladino Cardoso Franco e estava disposto a fazer a autonomia de São Caetano. E a luta foi muito grande. Houve um movimento autonomista que os jornais e livros da ocasião noticiaram.

Aí, eu fixei residência e casei-me aqui. E falando em família, uma coisa que queria perguntar para você, Dagmar: Por que a família, de uma maneira dolorosa, está se desagregando? Parece-me que atualmente são bem poucos os que comemoram 50 anos de casado. Será que é este..., não digo modernismo, porque a mulher já se emancipou. Será o ciúme de nós, homens machistas, pelo fato da mulher estar evoluindo? Você disse que o homem se sen-

te menosprezado quando o salário da mulher é melhor que o dele. Será que isto contribui para a desagregação?

Dagmar Silva P. de Castro - Bem, você chegou aos 50 anos de casado e eu também espero chegar, até passar... quem sabe? É difícil dar uma única resposta para isso. Eu não diria desagregação. São novas maneiras de ser família. Uma das leituras que faço com a observação que tenho feito, é que hoje existe uma menor tolerância à frustração. As pessoas não estão acostumadas a construir e a ter uma consistência naquilo que fazem. Hoje é muito fácil separar-se. Hoje, a nossa sociedade é a do descartável. Daqui a pouco, a gente vai ser enterrada numa montanha de lixo e não se dá conta disso. Mas tudo isso, somado a outras coisas, outras formas das pessoas se relacionarem, leva à esta situação.

Eu diria que isso pode preocupar por um lado, mas por outro, eu vejo como um espaço maior de liberdade e de transparência. Há a contradição, a ambiguidade presente como o espaço de liberdade. Penso que uma das coisas que realmente nos une é isso: é a questão da mulher conquistar o seu espaço.

Tenho atendido, na clínica, homens que estão tendo dificuldades na área da sexualidade porque sentem-se ameaçados por essa mulher que está aí. Que mulher é essa? O que eu sou? Como é ser homem junto dessa mulher que eu não conheço? Isso vai acabar interferindo nas relações familiares.

Glenir Santarnecchi - Queria que você não esquecesse a pergunta sobre a mulher na autonomia. Eu sei que a lista de com 96 ou 98 pessoas tem três mulheres: Helena Mussumeci, Olga Montanari e Laura Morati.

Jayme Costa Patrão - Falando sobre a participação das mulheres no movimento autonomista, se somos poucos mais de cem líderes, acredito que os casados podem contar suas mulheres como líderes também. As esposas sofriam com os maridos. Na minha indústria e em casa, com frequência recebíamos telefonemas com ameaças. Éramos visados. Nós, os líderes mais afoitos, mais revolucionários, recebíamos ameaças de pancadaria, de morte...

Nossas mulheres sofriam com isso porque sempre estavam participando, mas, ao mesmo tempo, sempre nos incentivavam. Essas senhoras que foram citadas participaram ativamente do movimento e devem ser tão prestigiadas quanto nós. Mas não podemos nos esquecer daquelas esposas das famílias fundadoras. Quantas delas não foram as verdadeiras chefes de família? O papel da mulher é muito importante. Mesmo na política, quantas mulheres estão envolvidas? Grandes secretárias de estado, ministras...Grandes mulheres como a primeira-ministra de Israel e da Índia.

A mulher está se libertando, tomando uma outra posição na vida social e, em muitos casos, está sobrepujando o próprio homem que se sente, às vezes, incomodado. Acho que a mulher tem uma participação importante em tudo que se propõe fazer. E é isso que toca o mundo. Eu acredito que, no futuro, vai haver menos desagregação, menos crises familiares.

Claudinei Rufini - Voltando ao papel da mulher na nossa sociedade, podemos nos remeter à velha história da casa e da rua. Da porta para fora, é o público. Da porta para dentro, o privado. O homem sustentava a família, quem criava era a mulher. E todo o sustentáculo ético e moral era dado pela mulher.

Talvez devêssemos estabelecer um parâmetro dentro de tudo o que foi falado até agora. A gente também fez um trabalho de pesquisa sobre a história das mulheres que foram realmente esquecidas, mas que tiveram uma importância muito grande não só no aspecto do fortalecimento familiar, mas, principalmente, de incentivo à uma socialização, a uma integração da mulher dentro de uma sociedade eminentemente machista. Se alguma de vocês quisesse colocar algo nesse sentido, podemos refletir melhor sobre o assunto, que é importante porque as relações familiares são as primeiras que o ser humano experimenta e vão moldar sua personalidade, o perfil de pessoa que vai estar interagindo junto com outras para formar um grupo, uma sociedade, uma etnia, uma nação.

Carla Cristina Garcia - Gostaria de começar falando sobre a preocupação com as novas gerações. Com relação à importância da mulher, isso dela estar cuidando da família, com o homem ausente... Isso aconteceu muito aqui no Brasil, principalmente na época da colonização. Porque, geralmente, os maridos saíam para desbravar, para ser bandeirante, e as mulheres ficavam sozinhas nas casas grandes. Eram as senhoras do engenho. Não está em documentos, mas existe muita coisa sendo levantada nesse sentido...

Elas tomavam conta das fazendas, dos escravos, dos engenhos... Ou seja, não só da família, mas também dos negócios. Outra coisa, a qual eu queria me referir também são os primeiros núcleos familiares na colonização do Brasil. Muitos portugueses que vinham para colonizar deixavam suas mulheres em Portugal, se relacionavam aqui com as índias e então foi criado o mito da dama ausente. Essa mitologia é muito presente e a nossa farta literatura romântica demonstra bem isso. Uma outra coisa que é fundamental é que os casamentos civis não eram uma coisa muito constante, principalmente porque era caro. Isso era um problema no século 19 aqui e em São Paulo. Era um problema com o qual o Estado se preocupava. Com esses poucos casamentos legalizados, inclusive entre imigrantes.

Dagmar Silva P. de Castro - Aos negros foi proibida a instituição de famílias. Isso é histórico. Um negro era moeda corrente. Não se podia possibilitar o casamento entre os negros. Entre os indígenas, a tradição e a poligamia possibilitava a escolha entre várias mulheres. Na verdade, o casamento, como a gente o entende hoje, é muito mais para uma pequena parcela branca e privilegiada da população. Tanto é que, na periferia, os arranjos matrimoniais são outros.

A nossa tradição realmente é essa. Até os primeiros anos da colonização não vieram mulheres. As índias eram pegadas a laço até que chegaram as negras. Até pegaram crianças dos orfanatos de Portugal para virem se casar no Brasil porque estavam preocupados com essa mistura.

Carla Cristina Garcia - E dentro desses mitos criados na literatura e que fazem parte da história, além do mito da dama ausente, existe o da donzela guerreira, como Luzia Homem e Diadorim. Justamente porque sempre existiram dentro da história, não só do Brasil, mulheres que se travestiram de homem e lutavam nesse mundo, a exemplo de Anita Garibaldi e outras tantas.

À título de exemplo, era proibido às mulheres virem nos navios de Colombo quando do Descobrimento da América e muitas delas vinham vestidas de

homem e só depois de um tempão é que se descobria tudo. Daí eram enforcadas, como punição por terem desobedecido à regra. Esse mito das mulheres guerreiras vem dessa tradição das mulheres se travestirem de homem para poderem participar do mundo público.

De qualquer forma, elas sempre tiveram uma grande participação. Na Revolução Francesa, todo mundo sabe, elas lutaram muito e depois tiveram que voltar para dentro de casa para cuidar dos afazeres domésticos e, então, esse trabalho foi considerado desinteressante.

O que se experimenta fazer hoje em dia, é reconstituir a história das mulheres, colocando-as em seu devido lugar. E não mais como se diz: "atrás de um grande homem..." Na verdade, ela tem sempre que estar ao lado do homem, de mãos dadas. A grande questão é que os registros históricos oficiais não privilegiavam essa participação da mulher no mundo político ou nas artes. Quantas mulheres pintoras e escultoras, como Camille Claudel, por exemplo, ficaram à sombra? As matemáticas, as médicas, as físicas. E várias das escritoras que tiveram que se esconder atrás de um pseudônimo masculino, como George Sand, que se vestia de homem também.

Tem o caso de uma pintora francesa do século 19 que adorava pintar animais e, em Paris, as mulheres eram proibidas até de chegar perto dos currais. Então, ela teve que pedir uma autorização especial para o prefeito para poder vestir calças e se aproximar dos animais. E depois de muita luta, ela conseguiu a licença do prefeito e acabou ganhando um prêmio num daqueles salões universais que existiam no século 19. Antes de receber o prêmio, ela colocou seu vestido mais bonito, se pintou e foi recebê-lo como mulher.

As dificuldades que as mulheres têm para se afirmar no mundo público são inúmeras. Uma coisa que a gente nota em sala de aula até hoje é que os meninos falam mais que as meninas quando têm de colocar sua opinião. Quando a pergunta exige uma resposta mais assertiva do que sugestiva, são os meninos que respondem. Por que? Porque existe uma educação que diz que a mulher tem que sugerir, não afirmar. É uma questão que não está resolvida. Nós sentimos isso nas nossas próprias alunas ou na nossa vida acadêmica. Na medida em que você tem que escrever ou falar alguma coisa, você precisa estudar três vezes mais. Isso tudo num processo inconsciente, certo? Porque seu trabalho tem que ser melhor avaliado que o de um menino. Eles não se esforçam tanto quanto as meninas para fazer alguma coisa porque o mundo cobra menos deles. Ou menos delas, no sentido de que, se errarem na argumentação, não tem problema. Ela é bonitinha, depois vai guardar esse diploma na gaveta, vai casar. Nós estamos no final do século 20 e ainda escutamos essas coisas.

Eu queria terminar falando o seguinte: existe uma preocupação, hoje, no movimento das mulheres que estudam as questões femininas, justamente no sentido de recuperar o espaço das mulheres e reconhecer a importância que os temas femininos têm dentro da história. Em 29, a Virginia Wolff escreveu um livro maravilhoso, *Um teto para todos*, editado aqui pela Nova Fronteira, que é uma conferência que ela deu numa universidade inglesa para mulheres. Era sobre o papel da mulher intelectual e ela começa a conferência dizendo que, quando

chegou à universidade para preparar a conferência, fazer pesquisas, etc, verificou que o restaurante reservado aos homens era muito melhor do que às mulheres. A comida servida aos estudantes era muito melhor que a servida às estudantes. Mais do que isso. A biblioteca onde ficam os manuscritos de autores importantes da Inglaterra não permitia o acesso das mulheres. E, nas prateleiras, além das mais importantes autoras, como as irmãs Brontë, Jane Austen, não constavam mais obras de ninguém. E essa constatação levou Virginia Wolff a formular algo mais ou menos assim: os temas verdadeiramente femininos, que seriam justamente os temas a respeito do privado, da casa dos sentimentos, enfim, do que acontece da porta para dentro, não são privilegiados porque ninguém vê a menor graça nisso. Os épicos, os livros que falam sobre guerras, isso sim é o que importa. Isso sim é assunto pelo qual as pessoas se interessam.

A mulher tem a sua própria maneira de escrever, de contar sua experiência de vida de maneira diferente dos homens. Nós somos diferentes. Não estamos querendo fazer aquela mesma coisa dos anos 60 até porque ninguém, naquele momento, ganhava nada sem gritar. Temos que revalorizar os escritos e as experiências das mulheres como algo muito válido. Você falar sobre cozinha é tão importante quanto você falar sobre a guerra.

Pergunta - Meu nome é João Batista. Sou sociólogo e professor de História na rede estadual. Essa propalada desagregação familiar não é algo que reflete a sociedade fragmentada, produzida ideologicamente por um certo sistema, por um certo modelo econômico capitalista? O movimento do próprio capital e na sua forma de reprodução faz com que ideologicamente se propague, se não necessariamente a verdade, mas sim a desagregação?

Não está no bojo desta ideologia capitalista? Gostaria que você falasse sobre isso e também sobre o papel da multimídia na educação e na desagregação familiar.

Dagmar Silva P. de Castro - Quando você fala da questão econômica, acredito que isso interfere sim. Mas aí a gente vai encontrar a contra-mão. Ou seja, no espaço familiar, as pessoas conseguem viver coletivamente, coisa que você não encontra em nenhum outro espaço. Na casa das pessoas, elas conseguem sentar, dividir as contas... As pessoas se juntam e rompem com aquela coisa do capitalismo. O que dificulta as relações familiares em relação à questão econômica é o empobrecimento. Porque a casa é o lugar fundamental onde as pessoas podem estar reunidas enquanto família. E isso está cada vez mais difícil para grande parte da população. Hoje não se fala mais em favela, mas sim em moradores de rua. Nós estamos com a segunda geração de crianças nascendo na rua. Não se falava nisso há 10 anos. Estão todos assustando com isso, querendo até criar um lugar para tirar essa gente da rua porque elas se tornam uma ameaça. Então eu acho que o mundo capitalista interfere sim é na questão do empobrecimento. Mas seria muito simplista dizer que é só isso que causa a desagregação.

Glenir Santarnecchi - Para terminar, gostaria de agradecer a todos que apresentaram temas neste painel e a todos os presentes.

Imprensa: a crônica do dia-a-dia

Coordenador

Ademir Médici

Debatedores

Humberto D. Pastore

Aleksandar Jovanovic

Carlos Laranjeira

Nicola Tortorelli

Valdenízio Petrolli

Cerimonial - Para coordenar esta mesa chamarei Ademir Médici. Ademir é uma das personagens mais importantes da nossa memória histórica aqui no ABC.

Ademir Médici - Boa tarde. Eu gostaria de agradecer a lembrança do meu nome para participar do III Congresso de História do ABC e gostaria de chamar os participantes para esta plenária que vai tratar da crônica no dia-a-dia da imprensa no ABC. Primeiramente, gostaria de chamar o sr. Nicola Tortorelli, o grande jornalista da região. É o mais antigo jornalista, o mais antigo professor, um grande advogado. Foi professor numa escola aqui no bairro de Monte Alegre Novo, em São Caetano do Sul, e é uma pessoa sobre quem vários leitores da coluna Memória têm dito: "O seu Nicola tem que estar na sua coluna. Vocês têm que falar do seu Nicola". Então, nada melhor do que gravar tudo o que ele disser hoje.

Gostaria, também, de chamar o jornalista Aleksandar Jovanovic, que trabalhou conosco no início da carreira, no *Diário do Grande ABC*, nos idos de 1971/72. É professor, assessor de imprensa da Prefeitura de São Caetano. Sua maior obra para nós, memorialistas, é a edição da revista *Raízes*, que é um achado, uma coisa fantástica, por cuja preservação nós temos que lutar sempre e torcer para que essa idéia seja estendida para todo o ABC, para a Grande São Paulo, para o universo inteiro.

Chamaria também o meu amigo Humberto Pastore, jornalista, assessor de imprensa, companheiro da velha Seccional dos Jornalistas Profissionais do ABC. Uma pessoa muito sensível, que fez um trabalho interessante no Sindicato da Indústria Têxtil de São Bernardo e hoje mantém vários jornais aqui na região de São Caetano.

Gostaria, também, de convidar o meu amigo Carlos Messias Laranjeira, jornalista, escritor, assessor de imprensa da Prefeitura de São Bernardo do Campo, com quem trabalho há longos anos e que aprendi a admirar pela vontade que ele tem em desenvolver um trabalho tanto na área de jornalismo, como na área da biografia de pessoas como Tancredo Neves, Adhemar de Barros e, agora, Lauro Gomes de Almeida. Ele está concluindo um livro com a biografia do Lauro Gomes que, com certeza, vai mostrar a faceta do homem e também do político.

E, por fim, não está na programação, mas faço questão de que venha à mesa o meu amigo e irmão Valdenízio Petrolli. Isso por um motivo básico: o Petrolli é autor de uma tese inédita que todo mundo conhece. Não foi publicada, mas todo mundo tem uma cópia em casa ou já ouviu falar ou alguma coisa assim. O Valdenízio, por via indireta, falando dos jornais que circularam na região a partir do veterano *Monitor*, de 1904, conta a história de todos nós.

Tudo o que estamos falando aqui está sendo gravado e, segundo promessa do Alexandre Polesi, vai ser publicado no *Diário do Grande ABC*. Petrolli, gostaria que você falasse um pouquinho sobre o *Monitor* e sobre o desenvolvimento da imprensa na região.

Eu gostaria de ler uma relação da mais antiga redação de jornal que documentou a sua existência. A gente conseguiu um número perdido do jornal *Folha do Povo*, não a do Paulo Zingg, que circulou recentemente, mas a antiga, do Nicolau Antonio Arnoni. É um número que não está na coleção que o Petrolli coletou. Está lá no Instituto Histórico e Geográfico. E fala sobre os jornalistas que atuavam na *Folha*, em 1928. É um exemplar de 15 de abril de 1928, nº 150, ano 3 da *Folha do Povo*.

O jornal entrava no seu quarto ano quando eles decidiram publicar uma lista de seus jornalistas, inclusive com foto. O Nicolau Antonio Arnoni era o proprietário e diretor. Ele trabalhava com o Saladino Cardoso Franco, que também era jornalista, na Prefeitura de São Bernardo, no final da República Velha. O segundo jornalista era auxiliar de redação. Seu nome era Luciano Martins Costa. Havia o Felisberto Bolognesi, pseudônimo Marius, que colaborou no jornal desde o nº 1. Ele residia no alto da serra e trabalhava na São Paulo Railway. O Raul Cristol, natural de Santos, casou na Vila de São Bernardo com a filha de Ítalo Setti. Era auxiliar da fábrica de tecidos de seda do sogro e também trabalhava no jornal. Amadeu Nogueira nasceu em Paranapiacaba e fez uma carreira brilhante. Ele escreveu tanto nos jornais locais como nos de São Paulo.

Eu havia prometido, antes do Congresso, trazer algumas reportagens nas quais ele fala da história do ABC, mais ou menos no estilo da coluna Memória do *Diário do Grande ABC*. É uma série que o grande historiador da Cúria Metropolitana encontrou e me deu uma cópia e acho que seria muito importante incluir nos anais do III Congresso de História do ABC. Por isso, estou passando o material para o Gianello. Essa é a série de reportagens do Amadeu Nogueira, cuja biografia o Valdenízio Petrolli me deu na data de ontem. E é uma longa biografia a deste jornalista nascido na região, que brilhou em São Paulo, participou do Instituto Histórico e Geográfico, fez uma série de coisas e cuja memória estamos tentando resgatar.

Um outro profissional de 1928 é o dr. Tancredo Amaral, poeta, jornalista e advogado. Foi secretário e redator-chefe do *Correio Paulistano*, um grande jornal diário de São Paulo. Depois de aposentado, mudou-se para São Bernardo e passou a colaborar com a *Folha do Povo* que, já naquele tempo, era um semanário e tinha seus correspondentes. Na sede, lá em São Bernardo, o correspondente era o João de Azevedo Marques, primeiro juiz de paz da cidade e funcionário público. Aqui em São Caetano, o correspondente era Valter Negrelli, um moço estudante de en-

genharia mecânica. Em Ribeirão Pires, era Humberto Menato. Em Rio Grande, Guilherme Pinto Monteiro, que era subprefeito de Paranapiacaba. Ele era um jornalista crítico e criticava a São Paulo Railway no tempo em que ela era um modelo a ser seguido. Os antigos falam que a Santos-Jundiá hoje é um lixo mas já naquele tempo este jornalista criticava. Em Paranapiacaba, havia também o Eugênio Camilo Dias, um negociante local. Havia, no corpo da redação, os auxiliares Joaquim Antonio Mineiro, gerente, Mário Machado D'Ávila, auxiliar de gerência, Jaime de Abreu, cobrador e agenciador de anúncios, Dr. Ruy Gentil, um médico importante de Santo André que colaborava no jornal, e assim por diante.

Estes profissionais nos antecederam nesta luta diária na crônica do dia-a-dia. Feita esta introdução, eu passaria a palavra ao nosso mestre, Nicola Tortorelli que, com muita alegria, responde ao nosso chamado e vem conversar com a gente.

Nicola Tortorelli - Santo André foi a célula-mater de toda a nossa terra. Infelizmente, a memória desapareceu para depois ressurgir como uma fênix. Nós conhecemos perfeitamente o que foi a história de Santo André. Nós sim, mas os jovens de hoje não. Essa foi a base de toda a estrutura educacional e econômica de nossa terra. Não se fala mais e não se conhece mais aqueles fundadores. Aqueles homens vieram de Paranapiacaba, subiram a serra e ficaram no planalto para plantar esta beleza, esta maravilha que é a nossa terra, que é São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Diadema...

Quando fui convidado, fiquei entusiasmado. Achei que estávamos revivendo a vida de Santo André. Eu andei pelo Norte e Nordeste, designado pelos governos federal e estadual para implantação e reforma do ensino, da saúde e do combate à maconha. Três fases difíceis em toda a vida de um país, cidade ou estado. A parte educacional é complicada, mas é a base de toda a estrutura. Sem saúde nada existe. A maconha é um crime.

Em qualquer cidade do Norte e do Nordeste existe um museu histórico, geográfico e pedagógico. Todas têm o seu jornal. Eu estive em todos os 96 municípios do Estado de Sergipe, em todos do Estado de Alagoas. Achei o povo alagoano inteligentíssimo. Encontrei o pernambucano ativo, disposto, corajoso. Encontrei o paraibano, o cearense. É um grande povo. Aliás, todo o povo brasileiro é colossal.

Eu sempre digo: o jornalista tem uma profissão que navega em todos os mares. Ele não pára, ele circula, ele fala. Se ele tem um jornal, combate em todas as suas colunas. Em tudo. Saúde, educação, economia, política. Eu acho que o jornalista é o único que navega em todos os mares e geralmente não é bem recebido. Ele é sempre combatido.

Eu tinha um mural na rua coronel Oliveira Lima e ali eu punha as notícias. E as pessoas riscavam e escreviam. Sei quais eram os autores. Conheci todos eles. E continuei a minha marcha, trabalhando no jornalismo, querendo fazer florescer este trabalho, essa cultura. O jornal é o maior meio de comunicação que existe em todo o setor. Ele fala de tudo e recebe todas as críticas.

Nós estamos aqui em São Caetano com a Academia de Letras da Grande São Paulo. E tivemo-la em Santo André. Não foi para a frente porque não teve

apoio. Levamos para São Bernardo e também não tivemos apoio. Quisemos levá-la para Mauá, Ribeirão Pires... Ninguém nos apoiou. Só São Caetano nos acolheu de braços abertos. E aqui estamos. Eu convido todos para visitar a nossa academia.

Quando eu criei a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Pires, procurei de todos os modos fazê-la em Santo André e Mauá também, mas só fomos encontrar agasalho em Ribeirão Pires. Dali nós partiríamos para as outras. Hoje, estão pedindo uma universidade em Santo André, para o ABC. É uma necessidade. É cultura e a cultura não pode ser abandonada. Estes homens que já escreveram livros, que já perpetuaram nas páginas de um livro a história de um povo, de uma cidade, estes merecem os nossos aplausos.

Por eu ser o mais velho jornalista do ABC, não é o caso de que eu seja o centro das atenções. O caso é que todos merecem os nossos aplausos.

Ademir Médici - Eu passo, então, a palavra ao Aleksandar Jovanovic, jornalista, professor e editor da revista *Raízes*.

Aleksandar Jovanovic - Bem, meus amigos, fico muito contente em estar aqui com todos e quero ir diretamente ao tema da nossa palestra, que é o jornalismo, a crônica do dia-a-dia. Há vários pontos de vista sob os quais essa questão pode ser encarada, embora eu acredite que há uma convergência em relação à visão de que o jornalismo é efetivamente uma crônica do dia-a-dia. Por mais que a atividade jornalística possa retratar o cotidiano, é sempre um retrato fragmentário. E isso por várias razões: pela própria natureza da notícia, do que se considera informação. A natureza da informação no sentido de que o relevante só é determinado tipo de fatos...

Há uma seleção natural e isso faz com que o jornal seja fragmentário. Nunca é um painel completo dos acontecimentos, é sempre uma seleção dos fatos, mas, apesar disso, eu acho que o jornalismo não deixa de fazer uma crônica do dia-a-dia no sentido, inclusive, de permitir aos que vão pesquisar anos depois, que tenham uma visão bastante clara a respeito dos fatos mais relevantes num determinado período.

Como fonte primária de pesquisa, eu acho que o jornal é fundamental. Na verdade, aqueles que produzem o jornal e estão na batalha, talvez nem tenham tempo de se aperceber do fato de que está se produzindo uma fonte primária para a História.

Eu também acho fundamental levar em consideração uma outra questão, ainda dentro dessa linha de raciocínio. Seja o jornal de circulação nacional, seja um pequeno jornal de bairro, acho que, guardadas as devidas proporções, ele é um retrato do dia-a-dia daquela comunidade. Pode ser um retrato que mereça ou não uma crítica, concordância ou não, ou, talvez, muito pouca crítica, mas, de qualquer modo, é sempre um painel bastante claro daquilo que é a sociedade naquele momento.

Esse é um ponto fundamental que eu gostaria de colocar como tema de debate. Em que medida nós todos concordamos ou discordamos nessa questão? Apenas para finalizar, eu lembraria que o jornal como veículo de comunicação nasceu exatamente depois da invenção dos tipos móveis por Gutemberg, no século XV, como uma espécie de quadro de avisos que se multiplicava e era

colado em postes, etc. Todos sabemos disto. Eu acho que, por mais que se evolua a técnica, por menos que haja leitores num país como o Brasil - nós somos 160 milhões e temos 5 mil leitores diários. Esse é um número que não pode ser esquecido... Por mais que os meios de telecomunicação ocupem cada vez mais o espaço que antes era do jornal, que nasceu como boletim de informação na baixa Idade Média, a atividade profissional no fundo não muda. Muda apenas a forma de veiculação da notícia. Muito obrigado.

Ademir Médici - O próximo a falar é Humberto Pastore, jornalista.

Humberto Pastore - Boa tarde a todos. Estou no jornalismo desde 1973. Mesmo antes de me formar, eu consegui uma vaga no *Jornal de São Caetano*, com o Toledinho, e passei a trabalhar nesse campo, que sempre foi o meu sonho. Passei por vários jornais, mas sempre trabalhei em São Caetano. Nunca trabalhei na imprensa diária, sempre em semanários. Estou feliz porque em novembro do ano passado consegui criar a Pastore Comunicações e passei a editar meus próprios jornais. Foi assim que surgiu o *Vida Gerti*, jornal de bairro do Jardim São Caetano, que sai, basicamente, uma vez por semana.

Em todos os jornais, procuro colocar na primeira página os seguintes dizeres: "Este é um jornal oficial da sociedade de amigos de bairro", isso porque eu considero que a força dos fatos estão ali. Pode ser que a sociedade seja fraca, tenha diretores fracos, mas a sociedade de amigos de bairro é um núcleo perfeito onde vai parar todas as informações.

Inclusive, eu gostaria de colocar em discussão outro aspecto que acho importante. Creio que os jornais atuais nem retratam o passado e nem conseguem retratar o presente. A gente tem semanários em todas as cidades aqui do ABC e nenhum deles tem notícias direcionadas ao passado, não se busca uma entrevista com quem viveu o passado. E, pior, hoje não se publicam as notícias nem do dia-a-dia! O que quer dizer que daqui a 20 anos os jornais semanais de hoje não servirão nem para pesquisas porque todos eles são repetidores de *releases*. Se você pega todos os jornais que saem no sábado, vai encontrar o mesmo título, a mesma foto, o mesmo texto e o mesmo erro, porque a matéria que saiu errada no *release* vai sair errada no jornal.

Nos meus jornais, não sou o dono da verdade e nem estou com toda a razão, mas procuro dar espaço para isso. Por exemplo, o *São Caetano Notícias*. Esse aqui é o exemplar nº 2 de um jornal que era para se chamar *Jornal da Fundação*. Mas como o bairro é muito pequeno em nível de anunciantes, ele teve que se transformar em duas páginas dentro do *São Caetano Notícias*. Vejam aqui. Na primeira página. Isso é História: "O dr. Cunha Bueno, da Comissão Estatística da Assembléia Legislativa foi quem descobriu... Ele me ligou e disse "Neves, você gosta de São Caetano Paulista ou de São Caetano do Sul? Nós fizemos uma consulta rápida e quase por unanimidade optou-se por São Caetano do Sul". A frase é de Luis Rodrigues Neves, em 1948. Então, eu termino dizendo: jovem, descubra a história de sua cidade e divulgue-a...

Eu pego outros jornais, por exemplo, um jornal de bairro. Ele tem uma história: era para se chamar *Jornal da Barcelona*. Mas aí eu ia acabar brigando com o Santa Maria e então ficou: *Jornal do Bairro Barcelona* e *Santa Maria*. Em

todas as edições tem isso aqui, essa nostalgia, onde, por exemplo, o ex-vereador Fábio Ventura, dono de um acervo fotográfico imenso, passou-me essas fotos e a gente mostrou como era o bairro no passado. A mesma coisa eu faço com os outros jornais. Por exemplo, o *Vida Gerti*, que está cheio de fotos antigas. Como eu consigo isso? É com a população.

Eu já me emocionei ao ver pessoas chorando quando olham para essas fotografias publicadas. E hoje os jornais não publicam mais esse tipo de coisa. Então, resolvi fazer nos meus jornais aquilo que sempre quis fazer e não pude. O máximo que a gente conseguia fazer nos outros jornais era quando chegava a edição do dia 28 de julho e publicávamos notícias relatando o surgimento da cidade. Passava esta data, morria o assunto. Infelizmente, em 28 de julho próximo, todos os jornais vão reproduzir textos que as prefeituras enviarão contando como era o passado sem uma preocupação de questionar nada. Não existe isso.

Quando a gente vê uma praça depredada eu entendo que isso foi feito por pessoas que não têm raízes com sua cidade. Porque se você nasceu aqui, conhece o passado da cidade, sabe o que era antes aquela praça, quando ela foi fundada ou quem é o seu patrono, eu acredito que a praça não será depredada. Mas, infelizmente ninguém se preocupa com o passado e vão vivendo o seu dia-a-dia de maneira cada vez pior.

Então, gostaria de deixar essa questão para o debate. Penso que os jornais não só não publicam o que foi o passado como não estão ajudando nem a contar o que é o presente hoje. Porque os fatos que acontecem na cidade não são registrados e os jornais da cidade, os jornais de bairro, deveriam publicar isso. Se eu quiser ler uma notícia do mundo, leio a *Folha de São Paulo*. Se eu quiser ler uma notícia da região, leio o *Diário do Grande ABC*. Se eu quiser ler uma notícia do Bairro Barcelona, de São Caetano, tenho que procurar nos jornais daqui, mas não encontro nada. Infelizmente, esta é a grande falha que vejo nos jornais de hoje.

Ademir Médici - Eu passo a palavra ao Carlos Messias Laranjeira, assessor de imprensa em São Bernardo.

Carlos Messias Laranjeira - Boa tarde. Queiramos ou não, hoje a gente tem que admitir que São Caetano está na linha de frente da cultura e na divulgação da história da região. A pessoa que negar isso vai cair no ridículo. Quanto à notícia impressa enquanto fonte, eu de fato considero o jornal como uma fonte mais segura para a reconstituição de uma época. Eu não considero, por exemplo, a linguagem eletrônica, porque a gente tem muita dificuldade de acesso a ela. E se você quer de fato fazer uma pesquisa, tem que levar em consideração a linguagem impressa, porque ela é mais acessível e transmite um volume de informação muito maior do que a linguagem eletrônica ou falada.

Eu já escrevi dois livros e nem sempre recorri à mídia impressa nas minhas pesquisas, porque meus livros exigiam mais a tomada de depoimentos, que tive de colher com gravador, como faço hoje, também, com o Lauro Gomes. Hoje eu tenho mais de 40 horas de depoimentos gravados sobre o Lauro, porque o material que existe na linguagem impressa é muito limitado e não permitiria que a gente escrevesse um trabalho da importância deste que eu pretendo fazer.

Quando o moço aqui se refere à falta de interesse dos jornais para se reportar ao passado em seu noticiário, eu credito isto a dois fatores: o primeiro é a falta de preparo de muitos colegas nossos. Por desconhecer certos fatos da História, eles não podem desenvolver certas notícias. Então, se você pretende realmente se envolver em alguma notícia, alguma reportagem, seja o que for que esteja escrevendo, hoje, você precisa conhecer também os antecedentes, os fatos semelhantes que aconteceram dentro da nossa história para conseguir ilustrar o fato atual. E nós sabemos muito bem que muitos jornalistas desconhecem estes fatos e por isso não conseguem trabalhar direito.

Uma outra coisa que eu também considero da maior relevância é a forma como a História é transmitida ainda hoje. Sem querer provocar nenhum demérito a quem se dedica à pesquisa, à divulgação da História, a gente verifica que muitas notícias, crônicas, livros, artigos que se escrevem sobre fatos históricos, têm uma linguagem meio melancólica. Eles não estimulam o leitor a continuar a leitura. Então, eu verifico o seguinte: o trabalho da divulgação da história, feito hoje a varejo pelo Ademir, em artigos no *Diário do Grande ABC*, em livretos e livros, precisa continuar a ser feito não só por ele, mas também por outros que se interessam pelo assunto.

Vamos ver o caso da divulgação. Você está trabalhando com dois elementos. Você vai se dedicar à pesquisa de algum fato. Concluída esta pesquisa, qual é o próximo trabalho? É a transmissão da pesquisa. Aí é que eu acho que a maioria das pessoas que se dedicam à História se enrolam. A pesquisa até que acaba sendo bem feita, mas na hora de transmitir a informação que colheram, eles se enrolam um pouco e acabam fazendo o leitor não continuar lendo aquilo que se escreveu e até afastando-o da leitura de outras obras sobre o mesmo assunto.

Quanto aos jornais, acredito que continuam sendo a fonte mais segura para a reconstituição de qualquer época e seguramente vai continuar sendo assim porque ainda não apareceu nada como o jornal para você recorrer. Esses eram exatamente os pontos que eu tinha para observar nesta reunião.. Agradeço a todos pela atenção.

Ademir Médici - Concluindo a primeira parte da exposição, eu convidaria o jornalista Valdenízio Petrolli para falar sobre as origens do jornalismo impresso na região, desde *O Monitor* até a fase do Nicola Tortorelli.

Valdenízio Petrolli - Para entender a imprensa, eu a dividi, em uma pesquisa, de 1904 até 1947, sempre pegando essa fase aqui, quando nasceu o primeiro jornal do ABC, em 4 de agosto de 1904, e que se chamava *O Monitor*. Essa fase chama-se artesanal. É nela, também, que surgiu um jornal chamado *São Bernardo*, que depois passou a se chamar *Borda do Campo*, já sob a direção do professor Nicola Tortorelli. Ele é, na realidade, o último representante dessa fase ainda vivo.

Nenhum jornal que circulou nessa fase sobreviveu até o ano de 1953. O *Borda do Campo* sobreviveu até mais ou menos 53. Não foi mais do que isso. Depois, em 1948, nasce o jornal a Folha do Povo, de Paulo Zingg. Houve uma *Folha do Povo* em 1925, mas a fase a que me refiro começa com a *Folha* de Paulo Zingg e é chamada de transição, porque o ABC estava nesta fase. É quando se inicia a indústria automobilística, nasce o Grande ABC propriamente dito, São Caetano,

São Bernardo, Mauá e Ribeirão Pires, quando a malha viária começa a se expandir. É uma fase muito importante porque tudo está em transformação no ABC. Nesta época, a gente fala muito em triângulo do ABC. Nenhum jornal que circulou nessa época sobreviveu aos anos 50, com exceção de um, que é o *Jornal de São Caetano*, o mais velho em circulação. Ele também teve várias fases.

Pois bem, 1958 até 1967, o *News Seller* vem preencher um espaço que não existia mais. Não tinha jornal na época. Quando o *News Seller* começou a circular em 1958, não tinha nenhum jornal em circulação porque a *Folha do Povo* de Paulo Zingg tinha fechado, somente voltando a circular em 1958 e desaparecendo no fim. Essa fase eu chamo de industrial. De 1968 até 1987 o que prevalece é o Grande ABC. Esta fase eu chamo de empresarial.

Neste período, nós tivemos sete diários, inclusive o jornal da região que foi o primeiro impresso em off-set. De 88 até 94, veio a fase da informática. Então, nesse período todo, a história da imprensa passa por quatro passos: parte tipográfica, o linotipo, o off-set e o laser. Este último ainda não temos no ABC. As novas máquinas do *Diário* serão a laser. Neste período também nasceu a Metodista.

O *Monitor* estaria, agora em agosto, completando 90 anos. Não são só os 90 anos do primeiro jornal que surgiu na região, mas também nos 90 anos da primeira poesia, da primeira peça literária publicada. Porque no seu primeiro número ele publicou uma poesia chamada *A fábrica*. Era um poema modernista que falava dos operários em uma fábrica, trabalhando duro o dia todo. Também no dia 4 de agosto, na primeira página do *Monitor*, publica-se a primeira coluna de memórias. Porque nesta primeira página fala-se sobre a fundação de São Bernardo, toda história e origem, justificando a existência do jornal. Neste outro período também havia muitas colunas de memória e de literatura. O período em que existia uma falha é de 1968 a 1987. Era feio e vergonhoso falar nisso. Memória tornou-se uma coisa cafona, reacionária.

Vamos, então, voltar a falar sobre *O Monitor*. Ele surgiu num período em que o coronelismo tomou conta do único partido existente, que era o PRP (Partido Republicano Paulista) que, aqui na região, era dominado pelos coronéis Saladino Franco, Fláquer, Cata Preta, todos estes que são nomes de ruas centrais de Santo André. Eles tinham que manter o jornal para manter, também, a hegemonia do comando aqui na região. E aí convidaram uma comissão para criar o jornal. Convidaram um cidadão que tinha uma tipografia no Belenzinho e publicava um jornal lá. E aí instalou a tipografia na rua Marechal Deodoro e começou a imprimir o jornal, cujo primeiro número saiu com quatro páginas, sendo três com literatura, artigos, memórias, poesias e a última em branco. Era uma coisa artesanal mesmo.

Esse jornal circulou na mão de Antonio da Silva e depois foi vendido para um outro tipógrafo, que veio de Piracicaba, chamado Vicente Bartoli. O Bartoli publicou o jornal até 1907 e saiu muito magoado do ABC. Isto vai caracterizar toda a imprensa até nos dias atuais. Para imprimir o jornal, ele exigia a publicidade da Câmara. A Prefeitura era intendência e o prefeito era nomeado entre os leitores. Depois de uns dois ou três meses, ele estava publicando o jornal e não houve nem anúncio nem verba da Câmara suficientes para imprimi-lo.

Já no final de 1906/7, o jornal passou a circular com certa irregularidade e ele foi obrigado a fechá-lo. Como caracterizava muito a imprensa do começo do século, ele fez um desabafo no número 96, o último ano *O Monitor*, escrito em italiano. Naquela época, era muito comum usar-se a língua italiana para se mandar recados pelos jornais. Foi assim que se encerrou a carreira do primeiro jornal conhecido a circular no Grande ABC.

Vieram outros jornais artesanais anônimos que eram impressos na mesma tipografia, sendo que o próprio Bartoli fez alguns jornais anônimos, protestando contra os políticos da região. Mas, basicamente, essa é a história do *Monitor*. As notícias resumiam-se em política local, poesia e noticiários religiosos, sempre com quatro páginas e a última sempre em branco porque não tinha nem anúncio, nem notícia.

Ademir Médici - Antes de iniciar o debate, eu passaria o microfone novamente para o senhor Tortorelli. Eu queria que o senhor contasse como era fazer jornal nos anos 40 numa região como o ABC. Era uma região que se transformava, a indústria chegava de uma forma bem agressiva, principalmente em São Caetano e Santo André, vivia-se a ditadura do Estado Novo, existiam os líderes políticos, como Fláquer e Franco, que estavam se reorganizando porque os interventores vinham de São Paulo. E estava lá o senhor metido a fazer jornal. Como era o dia-a-dia do jornalista? Havia pauta? Vocês discutiam matérias? Criticavam e depois eram processados? João Neto Caldeira, importante historiador da região, editou um livro chamado *Álbum de São Bernardo*, em 37, e manteve um jornal chamado *O Democrata*. E ele escreveu num dos números: "Bendita hora em que agora o Getúlio vem com a censura. Realmente precisamos da censura porque sem ela vamos falar bobagem". Quer dizer, ele estava aplaudindo a censura. Era um momento delicado e vocês ficavam criticando. Domingos Tavares era do *Imparcial*. Ele era rival do senhor?

Nicola Tortorelli - O jornal dele era de São Bernardo. O primeiro jornal foi impresso aqui na rua Albuquerque Lins, atrás da igreja matriz. Morava ali um tipógrafo, o Tabarelli. E o Tavares era um português falante e até um tanto violento. Em suas crônicas e críticas. Ele escrevia e, no dia seguinte, tinha que agüentar os políticos que não as aceitavam. Naquela época, eu era um sonhador recém-formado, vindo de Guaratinguetá. Comecei minha vida cultural lá naquela cidade que, naquela época, era praticamente a cidade mais culta do Estado de São Paulo. Lá até os varredores de rua tinham o ginásio completo. Naquela época, nós aprendíamos no Instituto de Educação Dr. Rodrigues Alves. Havia cursado o ginásio "Nogueira da Gama" e também estive em Lorena. Depois foi para Pindamonhangaba, que era a princesa da Central do Brasil. Ali estavam aqueles republicanos, políticos tradicionais, e nós nos reuníamos na Praça do Teatro. Éramos boêmios, sonhadores e, ali naquela estátua toda de mármore, escrevíamos nossos poemas, provérbios, crônicas e críticas. Certa vez, quando o dr. Oscar Rodrigues Alves viu-nos naquela discussão - ali nós fazíamos nosso fórum de debates e nossas tertúlias literárias - e então convidou-nos a participar da vida política da cidade. Nós fomos e eu com aquele sonho de jornalismo, fui trabalhar no *Correio Paulistano*. Fui revisor, foca mesmo. E aí co-

nheci poetas, escritores, gente como Menotti del Pichia, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo e Monteiro Lobato, com quem tive uma convivência mais profunda, porque eu havia estado na zona das cidades mortas, daquele livro, certo? Nós fazíamos a revisão no *Correio* à noite e dali saíamos para a choperia O Franciscano, na rua Libero Badaró. Depois, vim para Santo André. O dr. Manuel de Góes, advogado e delegado de polícia, me trouxe para cá.

Ademir Médici - Vamos registrar isso, pois hoje saem as noções.

Fuad Sayar - Quando o nosso amigo Humberto Pastore falou que jornal nenhum publica História, é porque o jornal reflete a opinião do dono. E não tem nenhum jornal aqui do ABC que não esteja atrelado a um político, a não ser o seu, que estou conhecendo agora. Mas todos os jornais daqui sempre foram sustentados por políticos. O único que não se encaixava nessa regra não foi para frente por falta de dinheiro para se manter. Foi vendido. Veja bem, o Brasil não tem heróis. Somente Tiradentes. Nossos heróis históricos são Guevara, Castro. Na minha época, a meninada usava camiseta do Che. Então, por que não temos heróis? Porque não temos História. Nós não resgatamos a nossa História. Por que não temos História como você diz que está fazendo em seu jornal? Porque custa caro e não dá dinheiro. Prefeito nenhum se elege fazendo História. É a realidade. A responsabilidade pela História do ABC é de vocês, jornalistas, que têm de manter a chama acesa e brigar por isso.

Ademir Médici - Eu queria que o Fuad falasse sobre o *O Archote*, que foi um dos primeiros jornais estudantis bem montados.

Fuad Sayar - *O Archote* foi um jornal de colégio. No grêmio 28 de julho, nós tínhamos uma revistinha chamada *Archote* que era impressa numa máquina Minerva, dentro da escola. Mas logo no primeiro número nós quase fomos mandados embora da escola porque denunciávamos que a máquina havia sido comprado de forma superfaturada.

Nós fazíamos nossa revistinha e a distribuíamos. Aí o Antonio Russo disse "Mas vocês estão perdendo dinheiro! Olha, capa e contracapa não têm anúncio. Põe um anúncio aí que vocês mantêm o jornal". Aí nós percebemos que precisávamos de alguém para nos orientar e ajudar a fazer o jornal. Afinal, nós éramos garotos. Estávamos loucos para fazer alguma coisa.

Aí veio o Otto Diringier para dar curso de jornalismo para nós. Ele era gerente de propaganda e marketing da General Motors e, como eu trabalhava lá, pedi para ele nos ajudar. E ele deu o curso durante uns dois meses, aos sábados, no colégio, para um grupo de moleques. E aí nós fizemos um jornal, *O Archote*, impresso em linotipia no *Correio Paulistano*.

Era um jornal colorido, de oito ou 16 páginas, não me lembro, e nossa tiragem era maior do que qualquer jornal de São Caetano hoje. Eram 10 mil exemplares que distribuíamos para todos os grupos escolares e ginásios. É claro que o pessoal do Centro Acadêmico (CA) ajudava a gente. Eles preparavam matérias, ajudavam na revisão e esse jornal ficou durante dois ou três anos, tirando 10 mil exemplares por mês. Isso foi entre 1961 e 1963. Nosso jornal era mantido por propaganda, então, éramos livres e podíamos escrever o que quiséssemos. O CA metia o pau no prefeito, nos vereadores, na construção de Brasília, porque ali es-

tava havendo roubo. Nós mandamos o jornal para o Presidente Juscelino Kubitschek e ele nos mandou uma carta. Era um jornal que vivia a cidade. Nós todos que começamos no *Archote* devemos muito ao Otto e a ele.

Pergunta - Eu acho que dois anos é um período muito longo entre congressos. Se fosse uma semana de congresso por ano, propiciaria um material maior de divulgação. E junto com o congresso, deveriam fazer oficinas para ensinar os meninos do ginásio e do colégio como é que se entra nessa luta, como se faz pesquisa, como se começa no jornalismo. Seria uma introdução para aqueles que querem se tornar seguidores do trabalho de vocês. O colega aqui falou uma coisa muito interessante: que no começo de 1960, estavam roubando em Brasília. Pena que o roubo não tenha terminado até hoje.

Ademir Médici - O Aleks colocou o seguinte: o jornal é fragmentado. Sempre a seleção de notícias, mas sempre uma fonte primária importante para se fazer história. O Pastore coloca que os jornais não retratam nem passado, nem presente. Há uma repetição de *releases*, o que é fantástico para os assessores de imprensa mas péssimo para a sociedade. E o Laranjeira coloca a importância da linguagem impressa e a falta de preparo de muitos companheiros nossos. A pesquisa é boa, mas a narrativa falha. Eu acho que não podemos perder a oportunidade de conversar sobre isso hoje. Eu vi, em jornais antigos, o espaço que a imprensa comandada por coronéis dava para os sindicatos em pleno Estado Novo. E hoje isso não acontece. Por que?

Nicola Tortorelli - Reportando-me a uma deixa do Aleksandar, ele disse que antigamente os postes eram os jornais da época. Aqui no ABC, nós tivemos no Alto da Serra, um eucalipto na rua Fox, onde eram pregadas as notícias importantes. Todo mundo passava. O jornalismo é uma escola. É um livro que lemos a toda hora.

Agora, parece que existe no jornalista um vírus que ele não consegue extirpar. Ele vira, mexe, pula de um lado para outro, mas cai. E aqui está a verdade. Você mesmo está recordando *O Archote*. Eu conheci esse jornal. Nós tivemos a *Folha da Manhã*, a *Folha da Tarde* e o *Diário de São Paulo*, que eram perfumados (não o papel, a tinta). Mas, depois de um certo tempo, essa tinta corria pelo papel e então pararam de usá-la Hoje os jornais - não estou criticando - parecem mais revistas diárias. Coloridos, cheios de clichês.

Valdenizio Petrolli - Desculpa eu cortar. Ele fala em jornais perfumados. só houve uma experiência de jornal perfumado na região. Foi o *Jornal do Lar*, em 1958. Na tipografia, misturavam perfume na tinta. E como ele fala de jornal também, queria lembrar o sr. Tortorelli de uma experiência interessante que ele fez, sobre o que é jornalismo artesanal. Num ano qualquer, ele fez um artigo de primeira página. E na primeira página de todos os jornais, colou a bandeira paulista. Jornal por jornal. Quantos exemplares desse jornal romântico foram feitos na ocasião?

Nicola Tortorelli - 250, somente. E tinha um reclame que custava 22 mil réis e até hoje o cliente (uma indústria de Santo André) não nos pagou. Nós imprimimos um jornal no cetim uma única vez.

Ademir Médici - Gostaria agora que o nosso papo abordasse a questão da

crônica do dia-a-dia. Nós estamos deixando informações para os pesquisadores do ano 2020? Será que quem ler os jornais da região e do país vai ter informações corretas para pesquisa histórica, com base nessa fonte primária citada pelo Aleks? E o Aleks tem uma outra questão sobre memória. Mas antes vamos passar o microfone para o Philadelpho Brás. Philadelpho, como é essa relação entre sindicalismo comunista com jornalismo na terra dos coronéis?

Philadelpho Brás - O registro que queria fazer é o seguinte: sempre fui fascinado pelo jornalismo. O tempo sobre o qual vou falar não foram épocas perigosas para a imprensa porque nós já estávamos na democracia. Mas, nessa época, eu, por estar no sindicato, escrevia uma coluna sobre sindicalismo no *Correio Metropolitano*. Depois fui podado no jornal por ter escrito um artigo criticando o dr. Ulisses Guimarães, que era o Ministro do Comércio e Indústria no governo João Goulart. Esse artigo foi a gota d'água. Depois de aposentado, eu escrevi na *Tribuna Popular*, que era um jornal clandestino. E o fascínio que o jornalismo exercia sobre mim existe até hoje, tanto que eu ajudo em 2/3 da *Tribuna dos Aposentados*, que está em seu terceiro número.

Ademir Médici - Eu vou passar agora algumas questões para os debatedores. Aleks, algumas perguntas para você. Hoje, o jornalista é bem preparado? Tem memória? Os jornais estão deixando algumas informações, ou não, como crítica o Pastore? Sobre a pergunta do Paulo, o que significa *press-release*?

Aleksandar Jovanovic - A primeira pergunta é muito complicada porque envolve muitas outras questões. Desculpem-me os que forem de uma geração mais nova ou que estiverem numa Faculdade de Comunicação, cursando ou lecionando, mas acho que o jornalista está cada vez menos preparado. Eu não digo que o Laranjeira tenha razão absoluta, mas, em grande parte, a crítica que ele faz é procedente. Nós podemos ver isso até pelo simples fato de que há uma distância bastante grande entre os currículos das Faculdades de Comunicação e a realidade do dia-a-dia do profissional. Esse é um ponto fundamental.

Eu sou a favor do ensino do jornalismo, mas acho que é fundamental mudar o currículo, aproximar, efetivamente, as Faculdades de Comunicação da realidade profissional. Creio que o pessoa cada vez mais sabe escrever menos. Não fosse a língua portuguesa, o profissional seria ótimo. A língua atrapalha que é uma barbaridade. Você nem precisa saber falar se for para uma rádio ou TV, nem precisa saber escrever se estiver na imprensa escrita. Mas tudo isso são detalhes... Meios pormenores (com ironia). Esse problema do despreparo é culpa das faculdade e não das vítimas que saem mal diplomadas. São poucos os cursos de jornalismo que têm um jornal-laboratório. Das 33 Faculdades de Comunicação, existem, no Brasil, três ou quatro que têm essa atividade prática. A Metodista, que é da região, é uma delas. Não é essa a questão: ter curso superior ou não. eu poderia citar dois jornalistas brasileiros, que muitos de nós, inclusive, conhecem pessoalmente. O primeiro é o Paulo Francis, uma figura polêmica sobre todos os aspectos, a começar pelas opiniões que emite, mas, acima disso, é uma pessoa absolutamente bem preparada em todos os domínios do conhecimento. E ele não tem curso superior, mas se deu ao trabalho de ler. E existe um outro, um ex-colega nosso, "ex" porque virou roteirista de filmes, que é o José Louzeiro. Ele foi do Maranhão para o

Rio com oito anos, ajudou o pai como auxiliar de tipografia e que tem o mesmo domínio sobre qualquer assunto que o Paulo Francis, que hoje é famoso, ganha muito bem. Não é o caso do Louzeiro. São pessoas cultas que não têm curso superior. Com todo o respeito, há muita gente incompetente e diplomada. Não é esse o ponto. O ponto é que eu acho que os cursos devem permanecer sim, mas eles têm que rever esta questão.

A segunda questão que você coloca é se o jornalista tem memória. O fato mais evidente é isso que se estava discutindo sorratamente. Como categoria que lida profissionalmente com a informação enquanto matéria-prima, acho que nós não temos memória. A prova disso é o que foi discutido hoje.

Sobre a terceira questão, a crítica que o Humberto faz aos jornais. Eu acho bastante procedente. É um problema muito sério essa questão dos hebdomadários que muitas vezes são quinzenais, mensais ou anuais. Eu acho que o problema está na proposta editorial. Qual é a finalidade de certos jornais hoje? Porque alguns realmente são balcões de negócios, não vamos tapar o sol com a peneira. Alguns desses veículos são para algumas pessoas ganharem ou tentarem ganhar dinheiro.

Se há jornalistas, eles estão lá empregados para tentar fazer o jornal. Em primeiro lugar é isso. Em segundo lugar, esses veículos, se não estão lá para ganhar dinheiro, são uma espécie de escudo para campanhas eleitorais presentes, passadas e futuras. Então, isso descaracteriza aquilo que é a origem e o objetivo do jornalismo. Para nós, profissionais, o jornalismo é como uma miragem no deserto, quer dizer, um oásis que você parece divisar à distância, mas não existe quando você chega lá. E o pior é que você continua indo atrás da imagem. Talvez até fique sem graça, se você encontrasse essa imagem no deserto.

Finalmente, a questão do *press-release*. Ele é uma notícia oficial, de uma empresa ou de uma organização. A sua origem, como o próprio nome diz, é americana, e funciona no sentido de organizar o fluxo de informações. Agora, sempre, é óbvio também que os fatos têm mais de uma versão e também é óbvio que nem todas as versões são veiculadas, especialmente na imprensa eletrônica, na qual o rádio ainda é um veículo muito melhor qualitativamente falando e no sentido de dar voz a mais versões do que outros veículos eletrônicos, como a TV, cujo maior exemplo é a Globo.

A origem do *release* é interessante, assim como sua finalidade. Agora, o profissional precisa ver em que lado do balcão ele está. Não é menos jornalista aquele que produz um *press-release* do que outro que está na redação. O fundamental é a questão ética do profissional. Isso é muito importante na nossa profissão porque temos uma responsabilidade social muito grande, maior do que a muitas pessoas possa parecer. Cada vez mais no mundo informatizado a notícia é um produto, um bem, uma riqueza. Você tem poder de decisão tendo informação, o que substitui a riqueza acumulada primitiva. Agora, é uma versão. Como o jornal impresso também pode apresentar uma versão que é a da sua linha editorial.

Ademir Médici - Humberto Pastore, o Aleksandar Jovanovic disse que, como fonte primária de informação, o jornalismo impresso é básico. Você concorda com essa afirmação? O Laranjeira falou que se pesquisa bem e fala-se mal no aspecto do levantamento, resgate e reconstrução da memória. E queria que

você fizesse uma análise dos dois depoimentos.

Humberto Pastore - Primeiro, queria abordar a questão dos dois lados do balcão. Eu estou nesta situação, porque tenho o jornal e do outro lado eu ainda sou assessoria de imprensa de três sindicatos. A gente sofre para colocar as matérias nos jornais. Eu acho que o *press-release* deveria ser o início de uma matéria e os jornais o estão usando como um fim.

Fuad Sayar - Penso que se pesquisa mal e que a narrativa também é ruim. Você faz mal a narrativa em virtude de a pesquisa ser ruim. O jornalista novo, como você acabou de dizer, não sabe escrever. É uma realidade. Eu tive a experiência de pegar jornalistas para trabalharem comigo quando fazia jornalismo empresarial, o que era um desespero. Você fazia um teste e dava para ele escrever sobre o que quisesse. Não conseguia. Ele não sabe pesquisar e não sabe escrever. Um problema é que o jovem não tem paciência. Ele está pensando no *rock*, na namorada, ele está querendo sair. O jovem não tem paciência para esperar, ouvir.

Aleksandar Jovanovic - Fuad, desculpa mas eu não concordo. E defenderia o tal jovem a quem você se refere. De modo geral, o jovem tem interesse sim. Ele tem capacidade sim. Pode haver o problema da escola, que o prepara mal. Eu acho que existem coisas distintas no caso em jogo e nós temos que levar em consideração também que, com a evolução tecnológica, é uma realidade que a forma impressa de jornalismo é uma espécie de relíquia que sobrevive porque obviamente, com a informatização, com a infovia que vai ser transmitida por satélite, mais computação, você cada vez mais vai ter menos espaço não só para o cinema, que está morrendo, como o teatro, como o teatro que vai estar morrendo e também o jornal impresso. Então, a forma muda, mas isso não significa a extinção desse dinossauro chamado jornalismo. Tridimensionalmente, a imagem em movimento perpetua melhor do que o texto escrito. Agora, uma coisa não anula a outro. Só que é uma mudança de forma que está ocorrendo e isso é irreversível e positivo.

Ademir Médici - Agora eu vou jogar uma pergunta para o Laranjeira. No que estamos errando para ter essa juventude que não faz o jornalismo que a gente gostaria que fizesse nesse limiar do ano 2000?

Carlo Laranjeira - Acredito que tudo isso é uma questão de visão. Se o Ademir disse que muitos acabam piorando e não conseguem progredir por causa disso, comigo aconteceu justamente o contrário. Porque quando eu iniciei em jornal no *Jornal da Bahia*, lá em Salvador - onde o João Ubaldo Ribeiro era chefe de reportagem, o Gláuber Rocha era editor cultural do jornal - eu via nessas pessoas um exemplo para seguir. Meu pai era presidente da UDN e eu já admirava muito o Carlos Lacerda. Quando vi o Gláuber com aquela senhora cultura... Ele era um elemento muito rigoroso. Foi por isso que continuei batalhando, sem ser formado em Faculdade de Comunicação para vir a ser o jornalista que, graças a Deus, consegui ser.

Quanto ao que o moço aí falou, eu não concordo de jeito nenhum. Você acha que quem sabe escrever sabe pesquisar? Se fosse assim, quem sabe escrever deveria expressar suas idéias falando para o público. Carlos Drummond de Andrade foi um dos nossos maiores poetas e cronistas e, no entanto, quando ia falar,

dar uma entrevista, tremia todo, não conseguia expressar a metade do que queria. Então, às vezes a gente sabe fazer uma boa pergunta mas não sabe transmitir. O debate está bom, mas infelizmente, preciso me retirar porque tenho fechamento de jornal. Muito obrigado.

Pergunta - Fazendo uma referência ao período da ditadura militar, eu não vejo nenhum órgão de imprensa fazendo perguntas a respeito de Vladimir Herzog. Vocês jornalistas têm todo o instrumental na mão e mesmo assim nada fazem a respeito. Gostaria de saber o que está acontecendo. Ou vocês estão se omitindo numa questão séria?

Ademir Médici - O Collor foi cassado há dois anos e ninguém fala mais sobre o assunto. O Ayrton Senna bateu há quatro meses. Vocês vêm algo nos jornais sobre ele?

Pergunta - Hoje não se fala muito para o público, mas no nosso boletim divulgou: nosso auditório no sindicato hoje chama-se Auditório Vlado.

Aleksandar Jovanovic - Mas o assunto foi debatido!

Pergunta - Foi debatido, debatido e debatido. E anualmente nós temos a entrega do prêmio Vladimir Herzog e, em algumas palestras que nós fizemos em Santo André, a viúva dele esteve presente. Quer dizer, para os jornalistas não é esquecido não. Pode ser que talvez não se fale nas páginas dos jornais, para o público. Eu não sei de modo geral.

Aleksandar Jovanovic - O país não tem memória. O problema é outro.

Pergunta - Como está o andamento do processo? O Dops falou que ele se enforcou. Isso é conversa para boi dormir.

(?) - Houve um processo, foi julgado e ela ganhou a causa. A União indenizou-a e as fotos que provaram que ele não se suicidou foram publicadas em todos os jornais do Sindicato e, inclusive, estão à disposição do público.

Ademir Médici - Sabem porque eu falei do Senna e do Collor? A censura política não existe hoje na imprensa, existe uma muito pior, que é a econômica. Existem dois problemas. O maior é a censura econômica. O segundo é a falta de memória. Vladimir Herzog, Senna e o Corinthians quebrar o tabu em 1977: foram notícias em seus momentos. Hoje não são mais. Ninguém se interessa por elas. Elas não vendem mais jornal.

Humberto Pastore - Acho que está respondida a indagação dele justamente por isso. Hoje nós estamos discutindo aqui a memória do ABC e, portanto, estamos falando sobre os jornais daqui do ABC. Se você transfere o problema de memória para São Paulo acontece a mesma coisa e em nível nacional também. Se os jornais não divulgam o que aconteceu na semana passada, que dirá o que aconteceu há 10 anos. É uma falha dos jornais no seu geral. O Vlado voltou a ser notícia quando surgiu a resposta, mas já acabou.

Valdenizio Petrolli - Eu sempre digo que a melhor reportagem é aquela que vai ser amanhã. O jornal vive do noticiário do dia-a-dia. É o caso do Vlado esgotou-se na imprensa escrita e falada. Todos divulgaram amplamente o fato no dia, na época e depois o resultado da condenação. Agora, você vai voltar todo dia a essa história? É como se falasse de Cabral todo dia em todo jornal. Também cansa um pouco.

Aleksandar Jovanovic - Complementando o que o Petrolli disse, por quê a TV não está sendo bem utilizada? O que nós temos nas mãos hoje é o jornal, inclusive os jornais do passado, que realmente traziam os fatos do dia-a-dia. Hoje é tudo muito superficial. Quem fizer a história daqui a 20 anos em cima desse material vai ter alguns problemas.

Pergunta - Minha pergunta é para o sr. Tortorelli. Eu gostaria que o senhor passasse para a gente que tipo de notícias eram dadas no jornal onde o senhor trabalhava, em Santo André. Até que ponto os ferroviários tinham palavra na imprensa local? Eles eram importantíssimos na região.

Nicola Tortorelli - Nos primórdios do jornalismo em Santo André, os operários eram uma parte da população e geralmente não eram ouvidos. Muito comumente, os operários apareciam na redação para dar notícias. Em geral, eram familiares e nós transcrevíamos. O jornal trazia naquela época um artigo na primeira página que era chamado artigo de fundo. Até pouco tempo, todos os grandes jornais do Brasil tinham essa parte, que era de responsabilidade da diretoria e não trazia assinatura. Depois, vinha uma crônica que eu levei adiante, combatendo: "Comarca, eis a solução". Porque Santo André era um distrito e parou aí. Nós combatíamos isso todo dia. E nosso artigo explicava o porquê da necessidade de Santo André se transformar em comarca. Vinham depois as críticas políticas e as crônicas literárias. Isso na terceira página do jornal.

Valdenízio Petrolli - (para Ademir Médici) Muito na linha da pergunta que você fez e que ninguém respondeu: "Onde erramos?" Olha, eu trabalho com a juventude e estou aqui com o pessoal que está tratando da memória, mas eu trabalho mesmo é com o jornalismo do futuro, com essa gente que está na escola. Eu acho que esse pessoal não escreve nem melhor nem pior do que as velhas gerações. Eles são ótimos, vibrantes, têm garra e vontade de fazer. Agora, eles querem fazer o jornalismo deles e não o nosso, nem o daquela geração do *Monitor*, da *Folha do Povo*, nem do *Diário do Grande ABC*. Ainda bem. Porque senão, o jornalismo será um cemitério, uma coisa estática. eles querem o novo, o dinâmico. Essa geração tem o mesmo pique, mesmo dinamismo, a mesma vontade e vai manter o jornalismo vivo, mas vai fazer o jornalismo que ela quer fazer e não o jornalismo que nós gostaríamos que fizesse. E nada tira o mérito de ninguém. Ninguém errou, todo mundo fez tudo certo e essa turma vai continuar fazendo tudo certo.

Pergunta - Falaram que se pesquisa mal e escreve-se pior. É comum entrevistar uma pessoa somente a respeito do que ela faz: jogador de futebol sobre esporte; político sobre política. Isso é correto?

Valdenízio Petrolli - Depende danotícia. De repente, a pauta que o jornalista tem que cumprir é sobre aquele assunto. Aí é que está. A falha não é tanto do repórter, mas do jornal. Se o chefe da redação falasse: "Vai entrevistar o Romário, mas vamos procurar outros dados", ele iria lá entrevistar dessa maneira. Todo mundo pergunta ao Romário sobre o melhor gol dele, mas ninguém pergunta como um menino favelado chegou ali. É muito raro encontrar em jornais reportagens mais amplas.

A Cultura das Ruas

Coordenadora

Arlete F. P. da Cruz

Debatedores

Elmir de Almeida

Luciano Nardelli

Walter G. Miranda

Maria Helena V. Villar

Milton Andrade - Gostaria de apresentar Arlete Cruz, socióloga, pós-graduada em sociologia do trabalho, pesquisadora do Gipem e do SDHL, em São Bernardo do Campo.

Arlete Cruz - Dando sequência ao III Congresso de História do ABC, vamos dar início ao painel "A Cultura das Ruas", dentro do bloco de relações sociais, procurando mostrar como os grupos se manifestam e buscam conquistar seu espaço na sociedade.

O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organização da vida social e da transformação dos recursos naturais e da concepção e expressão da realidade. Com o crescimento e transformação da região à sombra das chaminés, os espaços vão diminuindo e sendo ocupados desordenadamente em função da demanda emergente. Quando entro em uma praça toda cercada, sinto-me presa, embora numa cadeia verde cujo, cercamento tem como objetivo preservar a área e seu frequentador. São as contradições impostas pela sociedade moderna.

É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos. Cada realidade cultural tem sua lógica interna e é através de seu conhecimento que fazem sentido suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam.

Vamos aos relatos. São duas experiências em administração pública, uma no setor privado, na formação de profissionais, e uma de entidades sem fins lucrativos e que desenvolve atividades sócio-culturais alternativas. Nós vamos iniciar com o dr. Walter Gomes Miranda. Ele é advogado, professor de matemática e desenho estatístico. Atualmente, é secretário do Governo da Prefeitura Municipal de São Bernardo. Atua na organização de grandes eventos. Estudou manifestações populares, tem experiência de 20 anos em escolas de samba, blocos carnavalescos e ranchos. Por 10 anos foi presidente da Comissão de Carnaval de Rua de São Bernardo. Tem experiência também com desfiles escolares militar, alegorias de indústria e comércio e manifestações religiosas folclóricas.

Walter Gomes Miranda - Trouxe o Paulo Poseti, que foi diretor da Cultura na Prefeitura de São Bernardo para dar um reforço à palestra. Quando eu

falar alguma besteira, ele fará um sinal e me corrigirei. Não recuso convite nenhum para participar de debates e acho que uma das coisas que nós temos que aprender é a participar deles. Foi bom vir e minha intenção é aprender. Não tenho nenhum bloco, nenhuma manifestação folclórica. Não amarro nenhuma manifestação minha ou do grupo ao qual eu pertença. Sempre tive como meta que essas manifestações precisam é de espaço.

Tenho experiência com o interior, que é mais calmo, e onde qualquer manifestação que se faça não precisa de ter dia nem hora para acontecer. As pessoas se encontram e se a idéia for boa, ela terá uma dinâmica própria: você começará a crescer na rua e quando chegar na praça, haverá 15 ou 20 pessoas em torno da manifestação. Isso seria o ideal. Espontânea, solta e oportuna. No dia e na hora em que o povo daquela comunidade quis que acontecesse. E aí, de repente, eu caí em São Bernardo do Campo, uma megalópole. Um lugar de difícil trânsito, onde nós tivemos aulas maravilhosas de manifestação de rua com as greves que aconteceram na cidade, que eram um choque entre a necessidade dos trabalhadores que lutavam pelas suas reivindicações e o comércio que queria ficar aberto e não estava acostumado com aquilo.

Então, toda vez que numa rua de comércio, num centro, um grupo de pessoas se reúne, assusta quem está de fora do processo. Então, está havendo o que se chama de arrastões. Agora, se um carro quebra num túnel, o pessoal corre de medo.

O que eu trouxe para debater é como tento fazer com que minha cidade continue funcionando com uma série de manifestações de rua que nós temos interesse que aconteçam. Nós trabalhamos muito com a parte do desfile escolar, que é a manifestação que está voltando. Está aparecendo um fato novo que chamo de marcha evangélica e eles chamam de desfile evangélico. Ele estava suspenso porque quando os evangélicos tentaram fazer essa manifestação que seria - vou falar uma heresia agora - uma procissão evangélica, por não terem participado os órgãos que pudessem dar apoio a esta manifestação, acabou acontecendo um acidente: houve um atropelamento e a coisa ficou difícil. Eles retornaram o ano passado e, sendo franco com vocês, até não dei muita atenção porque em sua forma simples de explicar, falaram que era uma manifestação bem simples, um desfile. Mas chegaram com 25 mil pessoas e cinco bandas.

Ora, para você colocar na rua, numa avenida para desfile, um local para concentração onde há toda uma multidão e depois este pessoal se dispersar, você precisa se organizar. Não é como no interior, numa cidade pequena, onde as pessoas fazem xixi atrás do muro. Para 25 mil pessoas você precisa montar banheiros, ter uma distribuição de água razoável. Não vamos dar alimentação, não vamos dar suporte nenhum, mas preciso ter ao menos uma ou duas ambulâncias, guardas de trânsito... Tentar criar condições. São esses os recursos que uso quando sinto que há estas manifestações. Há, por exemplo, os jogos escolares. Nós temos discutido com os organizadores e os estudantes: não basta o estádio. Prova disso é a Copa do Mundo. É muito difícil proibir o povo de festejar a vitória do Brasil. Se há alguém aqui em condições de chegar na Prefeitura de São Bernardo e decretar que a partir de hoje fica proibido comemorar a vitória

do Brasil nas ruas da cidade, eu lhe dou o emprego agora. Elas acontecem. Então, o que nós temos que fazer?

Temos que proteger essa manifestação. A única coisa que a gente procura fazer é criar condições, locais, a hora em que deve acontecer, desviar o trânsito... Eu ia até trazer um recorte que saiu no *O Estado de São Paulo* de ontem. Por um problema de trânsito, de comemoração em São Paulo não sei de quê, um camarada sacou o revólver, deu um tiro e matou uma criança. É isso que eu procuro evitar, o choque. Entre a população indiferente que não quer comemorar, mas que precisa se deslocar e as pessoas que querem comemorar. A gente tenta conduzir essas manifestações para local e hora propícios.

São Bernardo tem o seu Museu de Rua. Nós sempre procuramos, de uma forma ou de outra, desenvolver passeios ciclísticos, ruas de recreio, manhãs esportivas. Nós temos várias igrejas católicas que fazem suas procissões, que são manifestações de rua porque representam a religiosidade. Cada vez que o santo sai na rua, ele atrai mais fiéis para a igreja, dizem os padres. Existem manifestações que vêm na linha do folclore, umbanda, procissão de São Lázaro... As primeiras que eles fizeram eram, na nossa opinião, muito tristes porque eles desfilavam nas calçadas, no meio da população indo e vindo e eles ali com aquelas roupas de santo... A gente tentou organizar isso, conversamos muito com eles e então criamos um espaço para que façam esse tipo de manifestação protegido e depois disso eles conseguiram maior assistência.

O pessoal antigo de São Bernardo talvez lembre que nós tínhamos uma festa tradicional chamada Pascoela, comemorada na segunda-feira após a Páscoa. Era uma reminescência de algumas colônias italianas que saíam para as ruas tocando seus bandolins jogando farinha em todo mundo que passasse. Era uma manifestação forte. Foi difícil tentar organizar esse grupo, tanto é que parece que os antigos ou já morreram ou se acalmaram. O comércio ficava bravo. Cada vez que viam os bandolins e o pessoal com sacos de farinha, fechavam as lojas da cidade.

Nós temos também as colônias de Minas, do sertão, Moçambique, Congada. Esse pessoal também tem sido protegido. Como fazemos? A Prefeitura resgata e ampara o grupo. À medida em que começam a caminhar por conta própria, nós fazemos com que formem uma associação que tenha vida própria a Prefeitura passa a amparar à distância.

Um exemplo típico: a procissão dos Carroceiros é uma coisa antiga na cidade. Uma administração dava força e ela acontecia. A outra administração achava que era um movimento que não tinha mais razão de ser e cortava. Então ela ocorria com altos e baixos. O que nós fizemos? Nós resgatamos. Durante três ou quatro anos, o serviço do Departamento de Cultura deu-lhes sustentação. Hoje eles têm sua associação que tem, inclusive, caráter cultural. A Prefeitura tem verba própria para essa manifestação. O pessoal todo está cadastrado, protegido e a gente ainda coloca à disposição deles carretas para o transporte. A festa está linda. Mas a população reclama. Nós estamos entre a proteção da manifestação e os moradores do centro da cidade, numa luta grande. Todo mundo tem sua trincheira e ninguém está querendo levantar uma bandeira branca. Eu

estou no meio desses dois grupos. Porque os animais trazem toda uma sujeira durante a procissão, que resulta em um cheiro considerado desagradável por três ou quatro dias. Os moradores onde o fato acontece e todo o comércio tem reclamado e nós ainda não sabemos como lidar com isso. De qualquer forma, nossa função é proteger.

Quando comecei, o Carnaval de Rua tinha nove agremiações. Ao sar, tinha 23. Agora que eu estou retornando existem 12. Devemos ampliar aí para umas 15 ou 16, até porque mais não pode. Quando subi para 23, errei. Acho que exagerei. O ideal seria 15. Mas também não tenho local na cidade que aceite montar arquibancadas para o Carnaval de Rua. É como feira. Nós precisamos, mas ninguém quer na porta de casa.

Espero que alguém aqui me ajude com boas idéias de como resolver estes problemas e obrigado pela atenção.

Arlete Cruz - Agora a gente vai passar para o Elmir de Almeida. Ele é professor da Fundação Santo André, do curso de Pedagogia, com atuação na área de Educação e Cultura. Atualmente, é chefe da Divisão de Cultura da Prefeitura de Diadema. Vai falar sobre as manifestações de protesto contemporâneas, como o *hip-hop*, como isso acontece e como trata a questão.

Elmir de Almeida - Bem, a Arlete já localizou a minha fala. E é importante que a gente localize a própria fala porque vou estar aqui falando com você sobre movimento *hip-hop*. É preciso que a gente tenha clareza por que se o meu olhar não é o da academia, também não é daquele que produz símbolos, valores ou práticas culturais do *hip-hop*. É um olhar que tem se preocupado com esta manifestação cultural, que passou pela academia, mas que também passa pelo fato de ocupar um espaço num órgão institucional, que é a Divisão de Cultura de Diadema, aqui na região do ABCD.

Eu acredito que o movimento *hip-hop*, como uma manifestação contemporânea do mundo urbano, pode ser apreendido pela Divisão de Cultura e por seus agente que ali trabalham na medida em que hoje somos tributários e também co-responsáveis pela constituição de um determinado entendimento do que seja política cultural.

Acho que a Marilena Chauí já explorou isso de diferentes formas em diferentes espaços dizendo que a política cultural, que tem como pressuposto básico a instituição e a preservação de direitos do cidadão, é a que se importa com a criação de símbolos, de valores, de comportamentos e de práticas culturais, quaisquer que sejam elas. E também é aquela política que se preocupa com o direito à memória e à preservação da história social, de qualquer espaço social e de qualquer manifestação sócio-cultural.

Pelo fato de sermos tributários desta concepção, mas também co-responsáveis pela dilatação desta concepção no espaço institucional, é que foi possível apreendermos nas ruas de Diadema esse movimento contemporâneo chamado *hip-hop*.

Acho que a maioria de vocês sabe que o movimento de *hip-hop* emerge no cenário dos grandes centros urbanos, sobretudo nas metrópoles norte-americanas e que tem como protagonistas segmentos latinos e negros da sociedade

norte-americana em seus grandes espaços citadinos. E ele ganhou o mundo, cruzando e religando pólos geográficos e econômicos. O movimento *hip-hop* que chega ao Brasil também é um pouco tributário deste movimento que tem como protagonista negros, pobres, excluídos social e economicamente, também culturalmente da sociedade norte-americana. E chega ao Brasil e ocupa os espaços das ruas dos grandes centros e metrópoles também do Brasil. E também aqui os seus protagonistas são na sua grande maioria adolescentes e jovens negros e dos status sócio-econômicos menos aquinhoados da sociedade.

Agora, o que é importante no movimento *hip-hop*? Eu tenho uma dificuldade muito grande de entendê-los apenas como um "macaqueamento". um mimetismo inconsequente de jovens negros brasileiros que copiam os negros americanos. Eu tenho muita dificuldade de entender esta concepção e esta visão que temos do hip-hop aqui no Brasil.

Porque eles têm como protagonistas esses segmentos já citados mas, ao mesmo tempo, tem sido aglutinador e isto eu acho que é um marco no movimento *hip-hop* e é um fenômeno sócio-cultural que foi muito pouco entendido e a gente tem tido muita dificuldade de tentar entendê-lo. Ele tem seu locus de produção nas ruas e esquinas das grandes periferias das metrópolis e dos centros urbanos do Brasil e tem aglutinado jovens e adolescentes.

Diferentemente de outras décadas da história brasileira em que a escola, o teatro e o esporte aglutinavam. Parece-me que hoje essas instituições e práticas tem tido uma dificuldade muito grande em unir os jovens e produzir a sua socialização. No meu entender, o movimento *hip-hop* tanto lá como aqui tem sido um conjunto de práticas produzidas por esses protagonistas que têm conseguido aglutinar jovens em torno de diferentes temáticas vividas no seu cotidiano. E eu acho que esse é o grande triunfo do movimento.

Se nós pararmos um pouquinho e olharmos para quem une hoje os jovens, adultos e crianças, eu, particularmente, não teria nenhum receio em dizer para vocês que quem tem cumprido esse papel de maneira extremamente competente têm sido as novas seitas religiosas. Eu digo para o pessoal da Divisão de Cultura que queria ter a competência e o carisma que têm esses pastores. É inacreditável. É dos sete aos 70 anos, com um fervor inenarrável. E eles conseguem hoje realizar um papel impressionante de socialização da criança, do adolescente, do jovem e do adulto. Coisa que a escola e os esportes não fazem mais hoje, na medida em que a perspectiva neo-liberal introduzida no esporte e na cultura tem hoje deixado à iniciativa privada o grande trabalho de aglutinação dos valores no campo da cultura e do esporte. Mas acho que não cumpre mesmo e daí nós temos que lançar o nosso olhar para esse fenômeno.

A escola, com certeza, não cumpre este papel e posso dizer isso porque sou professor de história da Educação. A grande contribuição que o movimento *hip-hop* pode dar hoje é esta. Com suas práticas, ele tem conseguido aglutinar um conjunto de jovens excluídos socialmente por conta da sua origem social, econômica e étnica que outras instituições da sociedade não têm feito. E o faz com muita competência. E daí uma outra característica que eu vejo no movimento hip-hop é o mercado de trabalho que se coloca no horizonte para os protagonistas.

Gabriel, o Pensador, que não me deixa mentir, está aí e é um filho do movimento *hip-hop*. Podemos gostar ou não da sua produção, mas, de qualquer forma, ele é um produto deste movimento, daquilo que se chama *rap* satírico.

Acho que o que aglutina mesmo os jovens, no âmbito desses movimentos, são as mensagens que eles buscam socializar a partir do rap, que é a música e a poesia, do break, que é a dança, e a partir de uma outra linguagem artística que é o grafite. E se nós tentarmos entender a produção dos rappers, nós vamos ver que ali o conteúdo da produção é vazado pelas temáticas do cotidiano desses segmentos sociais que constituem o movimento *hip-hop*.

É a violência urbana, a miséria, a inflação, a falta de possibilidade de acesso ao conhecimento sistematizado que a escola nega de diferentes formas e por diferentes práticas. E eles lutam e solicitam isto. São as mensagens e temáticas de que eles lançam mão para fazer sua produção artística, o que aglutina os jovens. O mercado de trabalho e a mídia não estão fora do horizonte, mas não considero que isto seja o fator principal de aglutinação destes jovens.

É muito importante que os poderes públicos responsáveis pelo campo cultural busquem ter um olhar mais acurado para o *hip-hop* porque trata-se de um movimento cultural como os mencionados pelo Walter há pouco. Aqueles são parte da tradição na cultura brasileira e este emerge como o novo que às vezes amedronta, mas não deixa de ser novo por causa disto. E traz uma mensagem e nós temos tido um olhar muito pouco complacente ou inquiridor para essas práticas. E é preciso entender que a cultura se renova cotidianamente para podermos apreender este movimento. É por isso que a Divisão de Cultura de Diadema pode lançar um olhar para este movimento, que é artístico, cultural e social na medida em que cria novas formas de sociabilidade num segmento que hoje as instituições, de diferentes formas, não conseguem atingir nem entender.

Como é que a gente tem buscado lá em Diadema trabalhar com esse movimento? É sempre muito tenso. É muita tensa a relação entre o Poder Público instituído e os movimentos sócio-culturais. Porque sempre existe uma tentativa de ambas as partes de sedução um do outro, quer seja no sentido do movimento de ganhar uma atenção maior, quer seja no Poder Público de capturar e, de uma certa forma, enquadrar a produção que se revela e se faz de forma autônoma independentemente da gente.

O movimento *hip-hop* não precisa do Poder Público para se produzir. Ele se produz independentemente do Poder. Agora, para nós era muito importante apreender este movimento cultural porque a gente entende que ele é constitutivo da cidade de Diadema. Ele também faz cultura na cidade, a gente goste ou não. E faz com que a gente perceba que Diadema se renova a cada dia, que não está presa às suas raízes, mas que de suas raízes o novo se faz. E o novo também é o *hip-hop*.

Então, a gente tem procurado operar com o movimento num trabalho que também é tenso porque nós temos uma zona de limite e se pergunta: "será que não estamos interferindo demais no movimento? A gente não está interferindo em sua autonomia? Até que ponto a gente não vai paternalizar ou instituir

outras práticas, o que não gostaríamos de fazer também?" Então, nós temos tentado fazer uma ação no sentido de que possamos contribuir com a produção que eles já realizam no campo da música, da poesia, da dança e do grafite. Aliás, no grafite a gente ainda não investiu como deveria. Mas essa ação é sempre realizada pelos integrantes do *hip-hop* e a Divisão de Cultura, que não serve só aos integrantes do movimento.

A gente tem tido uma prática lá em Diadema que é a de coloca oficinas a partir da temática do *hip-hop* para a população. E tem sido muito interessante na medida em que aqueles que já eram protagonistas nesse movimento fora os nossos primeiros parceiros. Mas a partir do trabalho, novos integrantes foram sendo conquistados para o movimento *hip-hop* em Diadema. Nós ainda estamos nos primeiros passos desta relação. Há uma caminhada longa pela frente. Sempre temos este cuidado de tentarmos perceber se não estamos interferindo demais nesta produção no sentido de enquadrá-la, emoldurá-la e docilizá-la.

Às vezes, recebo críticas de cidadão de Diadema que dizem mais ou menos isto: "Como você deixa este sujeito pegar o microfone e dizer o que ele diz da maneira como diz?" Eu respondo: "Este é um direito que ele tem e forma que encontrou de dizer o que vive, portanto, eu não vou censurá-lo". Esse é sempre um pedaço tenso, não só com eles mas também com outros conjuntos, outros segmentos da população que identificam *hip-hop* de uma maneira bastante complicada.

Eu só queria terminar a minha fala dizendo o seguinte. Eu disse no início que tenho um pouco de receio das críticas que vêm sendo feitas pela imprensa, pela academia e por alguns críticos sobre o movimento *hip-hop*. Há uma forma de entendê-lo que eu acho muito complicada e que é bastante tradicional na academia e na cultura brasileira, ou seja, o que vem de fora é só um macaqueamento, um mimetismo incosequente, portanto, são idéias fora do lugar. Eu fico muito preocupado com uma visão sobre o *hip-hop* que se cria a partir desta chave. Porque, na medida em que a gente acredita que isto esteja fora do lugar, não faz parte do nosso meio, da nossa tradição cultural, da nossa tradição social e política. A gente perde a possibilidade de perceber quais foram os elementos e o solo que possibilitaram o *hip-hop* de surgir no Brasil como qualquer outro movimento sócio-cultural.

Acho essa crítica bastante complicada. Um dia destes, deu uma entrevista no *Diário do Grande ABC* que dizia um pouco disso, que o *hip-hop* era apenas um produto da mídia. Eu acho pobre essa análise, na medida em que impede que a gente se pergunte "por que é possível, como é possível o negro, pobre, sem escolaridade, no Brasil, dar conta de produzir o que ele produz, com a riqueza que produz?" É quando a gente pega essa chave de interpretação de que as idéias estão fora do lugar e, nesse sentido, o *hip-hop* também está e quando a gente deixa de se perguntar quais foram as condições que a cidade produziu para que ele pudesse surgir com a força que tem nos grandes centros urbanos do Brasil. Obrigado.

Arlete Cruz - Agora nós vamos passar para a Maria Helena Villar. Ela é psicopedagoga, professora da Fundação Santo André no curso de pedagogia.

Ela vai falar sobre o Projeto Livre Expressão, atividade desenvolvida pela Prosep - Associação de Promoção Social e Educação Popular. A Prosep, da qual Maria Helena é presidente, fica no Parque das Américas, em Mauá. É uma entidade sem fins lucrativos que se mantém com recursos de projetos aprovados por entidades governamentais, como a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social, do Município e do Estado, LBA e por entidades não governamentais como a Fundação Abrinq e Cofap e organizações internacionais. O Livre Expressão, evento de rua, utiliza-se de metodologia da pesquisa, integra educação, cultura, esporte e lazer. As atividades atendem interesses de diferentes idades, sexos e preferências e a participação dos moradores é como produtores e não somente espectadores.

Maria Helena Villar - Bem, diferente do que foi dito até então, a experiência que vivemos lá no Parque das Américas é bastante centralizada pois só acontece naquele lugar. Para dar uma idéia para vocês, o Parque das Américas é um bairro que acaba aglutinando outros pequenos bairros em volta, numa região muito próxima de Ribeirão Pires e que tem aproximadamente 45.000 habitantes. É um bairro bastante jovem, as casas ainda estão semi-construídas, está presente cultura do mutirão, da famosa caipirinha na hora de encher laje, da feijoada no almoço comunitário e assim por diante. A grande maioria da população é nordestina ou oriunda dos estados do centro-oeste. Muitos já nasceram em Mauá.

E, como em muitas cidades, inclusive as representadas aqui na mesa, é um bairro que sofre todos os problemas do crescimento desordenado. Só nessa região temos cinco núcleos de favela, falta tudo que vocês possam imaginar. Nós temos poucos postos de saúde, poucas escolas que não atendem todas as crianças, poucas creches que também não dão conta da demanda, o transporte é deficiente, o saneamento básico é complicado, etc.

Todas as casas numa determinada área tinham quintal. A escola oferecia um espaço bastante interessante para brincadeiras, socialização, troca de experiências. O interessante é que depois de uma determinada época, as casas deixam de ter quintal porque o filho mais velho se casa, não tem dinheiro para construir em outro lugar e faz sua casa nos fundos. Os campinhos de futebol que haviam no bairro começaram a ser invadidos por pessoas que não tinham onde morar. Alguns desses terrenos são públicos, outros, privados. Então, o que aconteceu? A escola estadual, creche, pré-escola, etc - perdeu esta característica de socialização. O quintal, que era um espaço muito interessante para troca de experiências com o pessoal da rua, deixou de existir. Os campinhos, por conta da vinda de novas pessoas e de falta de estrutura e de uma política habitacional séria, também deixaram de existir. E a rua começou a ser ocupada, só que como um espaço único. Uma vez que o bairro não tem planejamento, ele não foi pensando em termos de que houvesse espaços onde as crianças ficassem protegidas do trânsito e só houvesse trânsito local, onde os adultos pudessem se encontrar. E aquelas características de se encontrar na frente das casas, sentar num banquinho, bater papo com o vizinho, das crianças brincarem enquanto seus pais conversam, tudo isso começou a desaparecer.

A Prosep, preocupada com estas características que o bairro foi adquirindo e com o processo de socialização, educação popular e formação de novas lideranças, colocou à disposição duas pessoas para trabalharem lá como agentes culturais e o papel deles era ir para a rua e trabalhar com pesquisas, entrevistas, participação em algumas atividades do bairros, tudo para detectar o que estava acontecendo. Então, o que fazia o agente cultural? Ele ia lá para o barzinho da esquina para onde o pessoal ia depois do trabalho, às 18 horas, pegava o violão, a sanfona, tocava, cantava até onze da noite, tomava umas birritas, depois ia descansar para começar um novo dia de trabalho. O agente passou a participar também de atividades como, por exemplo, nos pequenos espaços que restavam. Começaram com as crianças, recuperando as brincadeiras tradicionais. Nas entrevistas, elas diziam que tinham aprendido a brincar com a mãe. A gente ia até esta mãe que dizia que tinha aprendido com a sua mãe, e assim por diante.

Os jovens, em especial nos finais de semana, ficavam na rua jogando volei, futebol, andando de skate... Os mais velhos ficavam num campo de boliche improvisado na calçada. As mulheres é que não tinham nenhum espaço, a não ser nas reuniões da Stanley, da Avon, que eram os únicos momentos de lazer que tinham e onde iam em massa, mas depois até isso começou a acabar. Então, qual era a nossa preocupação?

Nós percebíamos que as crianças tinham uma produção interessante porque perto da casa delas, que é a estação de Gapituba, tinha um grande morro com argila. E elas iam para lá, pegavam essa argila e faziam coisas lindíssimas. Os jovens também tinham uma produção cultural interessante porque tocavam instrumentos, jogavam... Os mais antigos tinham uma série de materiais sobre o bairro, inclusive toda a história de Mauá. E esses segmentos nunca se encontravam, sem falar no problema da mulher que não tinha nenhum espaço. Então, qual foi o objetivo da criação do Livre Expressão?

O aproveitamento do espaço da rua para que acontecesse todas essas atividades, com todas as mulheres, inclusive, e de todas as idades, era para que pudesse mostrar sua própria produção. Fora isso, a gente começou a detectar o grupo de umbanda, o de rap, o de música sertaneja, o de capoeira... Pessoas que, sob orientação, faziam isso nos horários vagos e que nunca tinham encontrado um espaço para botar tudo isso para funcionar. Esses agentes foram detectando onde estavam essas pessoas no bairro, inclusive pessoas que pintavam e escreviam poesia. Então, criamos o Livre Expressão, que começou assim: a gente detectava uma rua onde houvesse um mínimo de organização entre os moradores. Eles já se conheciam melhor, gostavam de festa, frequentavam a casa um do outro. Aí, o agente cultural foi para a rua e conversou com cada uma dessas pessoas e colocou a idéia da criação do Livre Espaço. As pessoas acharam a idéia ótima, marcaram o primeiro encontro, no qual foi discutida a idéia de se fazer um evento do qual elas fossem as organizadoras.

Durante esta reunião, elas planejaram o dia, local e hora, escolheram o pedaço da rua, o que iria ter neste dia. A senhora que sabia bordar tapete se propunha a realizar uma oficina de bordado naquele domingo, das 8 às 5 da tarde.

Aquela senhora que fazia doce ou uma comida qualquer se propunha a montar uma oficina de culinária ali na rua. Aquela que sabia pintar ia expor e ensinar a bordar. Aquele que sabia jogar vôlei ia montar um time e organizar campeonatos. Todas as atividades que as pessoas realizavam no evento aconteciam simultaneamente, das 10 da manhã às 5 da tarde. O evento acontecia com a organização dos moradores e ajuda da infra-estrutura cedida pela Aprocep, tipo precisa telefonar, entrar em contato com alguém, precisa de som, ajuda de algumas pessoas para levar equipamento.

Então, nós oferecíamos o transporte e assim por diante. Ocorrido o evento, havia um novo encontro onde essas pessoas avaliavam como tinha sido o dia. Levantavam falhas, coisas que foram legais e outras não. A partir disso, a gente ia para a organização do segundo evento, que já contava com quem tinha organizado o primeiro e começava o processo todo de novo, numa outra rua, onde outras pessoas iam ajudar a organizar. Até que a gente fechou todos os setores do bairro e conseguiu realizar um evento em cada região.

E aí começou o processo de discussão: "por que o nosso bairro não tem um espaço onde a gente possa ir, nadar, praticar esporte, fazer ginástica à noite?". A partir da experiência da gestão de uma atividade, esses moradores acabaram elaborando um projeto que a gente chama de Celequinho e que é um centro de educação, lazer, esporte e cultura e que foi para a discussão do orçamento da cidade como proposta de procurar um arquiteto, etc, e então começaram a rediscutir o trabalho no Parque das Américas e adjacências e como a população poderia participar tanto na elaboração como na gestão do projeto a partir da experiência que eles desenvolveram na rua e das outras pessoas que os acompanharam.

Infelizmente, em Mauá nós não tivemos a preocupação do poder público, como aconteceu em São Bernardo e em Diadema. A Prefeitura tomou para si o projeto e começou a organizar a mesma atividade em outras locais da cidade, só que fazendo absolutamente tudo. Tinha um cantor, bem, a Prefeitura contratava para ir lá cantar para a população. Tinha o cara que ensinava vôlei, ele ia lá e montava um time e jogava naquela hora. E por aí vai. O que acabou acontecendo? Novamente, a população deixou de ser o agente e passou a ser o espectador. E o projeto morreu no restante da cidade. Como esse evento necessita de uma infra-estrutura grande, dependendo do planejamento que cada rua faz, não há nenhum incentivo da prefeitura, nenhuma ajuda de outras partes, a não ser esses recursos que nós recebemos do Estado e que também são precários em termos de chegada,

Por exemplo, o próximo Livre Expressão está aprovado desde 27 de janeiro pela Secretaria do Estado, mas a verba ainda não chegou. Consequentemente, esse ano não foi realizado nenhum Livre Expressão porque não tem a menor condição de tocar, pois é necessário uma infra-estrutura mínima. Bem, o que eu quero deixar como mensagem principal?

Esta experiência tem como objetivo fazer com que as pessoas façam a sua própria produção, troquem idéias, porque isso foi uma coisa muito interessante. A partir do Livre Expressão, houve uma integração de gerações que foi

muito importante para o Parque das Américas. A integração do menor, da criança e do idoso, do mais velho, entre as mulheres, não só do bairro mas também de outros. Eles começaram a conversar e a se mostrar um pouquinho, principalmente referente à valorização de diferentes culturas e não achar que determinadas coisas são bregas enquanto outras são moderninhas. Cada pessoa tem o direito de gostar daquilo que gosta e pronto. E isso deve ser respeitado pelos outros. Mas, principalmente é importante saber que é possível que eu, uma mera cidadã desconhecida, tenho condições de produzir e desenvolver um projeto, mesmo não tendo o poder de decisão nas mãos. Ou seja, gerir um projeto. Isso é o que o Livre Expressão tem de principal, não o evento em di, mas o fato político que ele cria, formando agentes culturais e promovendo a cidadania no seu sentido mais amplo. Viver sua cidadania plenamente à medida em que a pessoa deixa de ser espectadora e passa a ser o agente transformador, elaborando projetos e pensando na forma de executá-los.

Arlete Cruz - Luciano Nardelli é professor de Recreação e Lazer no curso de Educação Física da Unifec. É também professor de Educação Física da Osec. É formado pela própria Unifec. Possui especialização em natação para bebês, mas atua na área de recreação. Possui uma empresa de recreação que organiza festas e acampamentos. Também atua na área de turismo. Ele vai falar sobre a sua experiência com o projeto do Conselho Federal, hoje extinto, mas que deixou suas marcas. Trata-se do "Esporte para todos. Grandes eventos para a comunidade".

Luciano Nardelli - Minha experiência coincide um pouco com o da professora Maria Helena, pois existiu um período de grande preocupação com a necessidade das pessoas terem uma vivência social maior. Pois ela era um pouco isolada, existia aquilo de cultura regional. Muita gente fazia muita coisa, mas nós nem sabíamos o que estava acontecendo. Aí surgiu o primeiro programa de preocupação governamental que era o projeto "Mexa-se".

Existia uma chamada pela TV que incentivava a atividade física de uma maneira geral. Aquilo não funcionou muito bem. Gastou-se muito dinheiro e a população não entendeu qual era a proposta. Em seguida, insistiu-se em outro trabalho através da Secretaria de Esportes e Turismo do estado, ligada ao Ministério da Educação. Então, mandou-se um grupo para a Alemanha, onde existia um trabalho muito grande com atividades para comunidades, conhecido como Trim. O grupo estudou a proposta e eles voltaram muito entusiasmados, mas foi um furo n'água muito grande também. Era um projeto de atividade física através da conta de luz ou de telefone. Aí percebeu-se que nem todo mundo tinha luz ou telefone e também que era um tipo de atividade física que as pessoas não interpretavam direito. Havia uma propaganda na TV dizendo que você recebia atividades físicas a cumprir. O garoto chegava, achava bacana e começava a divulgar e apostar com os amigos quem conseguiria terminar primeiro o programa. Daí, a irmã chegava e falava: Ih, você está atrasado porque eu já comecei. Olha aqui". E ligava o som e começava a fazer ginástica.

O camarada mora numa favela mas tem antena de TV e o governo

deve ter-se inspirado nessa idéia e achou que atacar atividade física pela TV funcionaria. Não funcionou também. Aí, veio a preocupação de criar-se um slogan para que as pessoas tivessem uma atividade física e comunitária intensa. Qual seria essa forma? Educação física permanente. De onde veio essa preocupação?

Quando a molecada vai para a escola, recebe a educação física, certo? Mas onde vai fazer isso quando sair da escola? Não funcionou também. Porque a linguagem não era adequada, dando a impressão de que era algo obrigatório, coordenado, orientado, que precisava de alguém para dar essa orientação.

Qual era a nossa grande preocupação? É saber o que está acontecendo. Então, pegou-se algumas pessoas ligadas à área de esporte e recreação - que é uma atividade física prazerosa - e começaram a estudar. Então, apareceu a linguagem "esporte para todos". Esse programa usava uma linguagem não-formal, onde nada é obrigatório. Vou dar um exemplo. Pegou-se a escola tradicional: um horário rígido, disciplina rígida, uniforme para todo mundo, postura adequada, ninguém sentava como alguns aqui. Fumar numa sala era impossível. Chegar atrasado ou sair no meio da aula para ir ao banheiro? De jeito nenhum. Eu lembro vem dessa fase. Paguei caro por causa disso. Mas como criar uma linguagem para que as pessoas participem?. Vai quem quer. Só que esse evento tem que ter um atrativo muito forte.

Eu vou dar um exemplo. Uma das coisas que ainda continuam e que surgiu naquele tempo foi o passeio ciclístico. Ele não tem horário. Ele só tem horário para começar e acabar: das 8 da manhã ao meio-dia. Se alguém quiser chegar às 10, é possível? Lógico. É obrigatório ir de bicicleta? Não. Pode ir a pé, com triciclo, carrinho, pode ir passear, pode ir assistir, pode ir do jeito que quiser. Passeio a pé. Durante todo o percurso do passeio a pé, há algumas atrações como ginástica, uma pessoa famosa, uma academia famosa da região colocando seus professores e alunos para que as pessoas façam atividades físicas. Funcionou.

Rua de lazer. Ela funcionou muito bem enquanto não tinha cunho político ou mal-estruturado. Quando começou a ter outros objetivos, deixou de ser um trabalho não-formal de 740 ruas e caiu para 80 ruas. É uma diferença gritante.

Mas esse trabalho "Esporte para Todos" tinha o apoio do governo. Essa foi uma época muito rica para nós porque conseguimos desenvolver muita coisa. A preocupação não era só com esses grandes eventos. Era atingir a população, respeitando as características de cada região, seu folclore, e dar alguns estímulos. Então, grupos de agentes pesquisavam, estudavam, e a gente criava um monte de coisas para levar principalmente para as cidades do interior, para que eles aproveitasse essa idéia, recebessem todo esse apoio e criassem também alguma coisa em cima.

Nós inventamos algumas coisas muito loucas que acabaram dando certo. Nem tanto, porém, porque se tivessem dado certo, vocês conheceriam e não precisaria agora ficar mostrando o que aconteceu. Mas algumas coisas acabaram tendo continuidade. Esse programa foi cancelado pelo governo porque existia um incentivo de imposto de renda para as empresas que, de alguma for-

ma, colaboravam. No fim, isso acabou ficando caro para o governo porque muita gente passou a participar, visando os incentivos.

Vou citar um desses eventos. Montava-se os grupos de agentes para estudar as características da região. A comunidade recebia um cartaz com o símbolo "Esporte para todos", com fundo vermelho, fita em branco - sempre era assim para criar a expectativa e a imagem na população, de que algo ia acontecer. Ele era bonitinho, agradável, colorido, não chocava e o pessoal ficava esperando. Aí, de repente, tinha o Campeonato de Truco, que quase vira um esporte nacional. Em algumas regiões, já deve ter chegado ao milionésimo.

O "Esporte para Todos" aproveitava o que já existia. Não era uma criação nossa e dava um estímulo para que as coisas acontecessem. Por exemplo, o "Viva a Música". Pegava-se na região e buscava-se em cada canto onde existia um grupo de jovens ou adultos que tinham lá o seu conjunto de algum canto, qualquer que fosse o tipo de música.

Os cartazes eram iguais em todas as comunidades e neles estava impresso local, nome do patrocinador ou patrocinadores. Havia um palco que era montado em algum lugar da cidade e, se houvessem vários grupos, montava-se dois ou três palcos nesse dia, que era um domingo, considerado um dia de lazer. E ali aconteciam shows de rock num canto, seresta no outro, música popular no outro e as pessoas participavam, com certeza.

Vinha tudo do fundo do baú. Tudo o que você tinha em casa, por exemplo, roupas antigas, todas aquelas coisas que a gente guarda no baú, bem, aquele era o dia de colocar para fora e mostrar para os outros o que a gente tinha de antiguidades. Foi aí que surgiram as feiras de antiguidades.

Em alguns lugares, esse tipo de atividade se mantém até hoje. Como o "Bolando com bolas". Com qualquer tipo de bola, de gude, de ping-pong, de vôlei, criava-se um espaço para que as pessoas praticassem um esporte. "Fundindo a cuca" era um monte de atividades de quebra-cabeças, tipo passar argola, tirar um prego do outro, xadrez, enfim, tudo que exigia certo raciocínio.

Um dos mais famosos é o "Troca-troca", cujo nome não deu certo no interior, porque lá significa "coisa feia", então a gente teve que mudar para "Troca-trecos". O que quer dizer isso? Alguma coisa que a gente tem em casa e da qual quer se desfazer, por exemplo, uma TV velha. Ela ainda funciona, mas é tão grande, acaba ficando estorvando num canto qualquer. Ou um piano que ninguém mais toca, enfim, alguma coisa que a gente não quer mais. E aí troca por outra. A feira que tem na 13 de maio, em São Paulo, começou com um "Troca-trecos". O negócio a dinheiro não era estimulado na nossa proposta, mas a gente sabia que ia acabar acontecendo porque o camarada tem uma coisa que você quer e nada interessa para ele. Então, o dinheiro acabou tornando-se umas espécie de mercadoria.

"Enfeitando seu pedaço". Nós o criamos porque, às vezes, a gente passa por algumas cidades ou bairros e vê que cuidam mal das casas e dos jardins e eles estão feios. Era uma forma de estimular as pessoas a darem um pouco mais de vida para o seu cantinho. Então, dava-se prêmios para a floreira mais bonita, jardim mais bonito, a casa mais ajeitada, melhor pintada,

etc. E aí as empresas e lojas da cidade começaram a querer participar. O camarada da loja de materiais para construção ia vender como nunca, idem a loja de tintas, então, a cidade participava de uma forma como no nosso primeiro objetivo, que é integrar as pessoas, fazer com que não só disputasse a competição financeira, mas sim criar uma integração maior para que as pessoas pudessem ter um relacionamento como antigamente, com papos na calçada, que foram desaparecendo até que hoje nem o cumprimento existe mais. Hoje, em alguns lugares, você está andando na calçada e se vem alguém em sentido contrário, um dos dois atravessa a rua.

Nós nos preocupávamos com a exteriorização de valores que estavam escondidos. É difícil aceitar isso, mas é uma das coisas que, dentro das pesquisas que foram feitas na época, traziam como retorno para a gente que as pessoas estavam fugindo umas das outras.

"Nossas manias". Tem gente que coleciona selos, moedas, pratica determinado esporte ou alguma atividade. Nós fizemos isso na faculdade. Os alunos que tinham que colocar suas manias dentro de um espaço. Nós descobrimos coisas incríveis. Desde revistinhas malucas pelas quais um era fanático, até um que era *punk* nos finais de semana e trouxe sua indumentária e adereços para mostrar. Cada um com sua característica e podiam acabar percebendo que existia algo em comum entre eles. A proposta era tirar as pessoas da clausura em que se colocam, sem recriminar, é claro. Por exemplo, você vê um *punk* e já fica preocupado. Esse cara deve ser agressivo, violento e muitas vezes ele é menos violento do que a gente. O trânsito que o diga.

"Piquiniquando". Fazer piquiniques. A proposta era fazê-los dentro da cidade, em vez de ter grupos pequenos e isolados na beira das estradas. Em São Roque tem um parque e as pessoas ficavam separadas, cada uma com seu grupinho e nada ofereciam para a comunidade. Então, a Prefeitura acabou colocando som, conjuntos musicais, o que tinha surgido em outros movimentos colocaram ali. Então, num canto a gente tinha música de seresta, num outro um conjunto de MPB, *hippies*, etc. E uma coisa grande que é a escola de samba. Um grupo acabou surgindo nesse parque, tocando sambas que ninguém conhecia e começou a atrair gente. Estava perto do Carnaval e formou-se um bloco. Naquele Carnaval, muita gente que desfilava nas escolas de samba também saiu naquele bloco. O samba era uma coisa muito forte para eles.

"Brinquedos gigantes". Essas atividades de folclore que a gente faz, como pular amarelinha, jogar dominó, xadrez, que era pintado na rua em tamanho grande e as próprias pessoas eram as peças destes brinquedos. Pintava-se toda a praça, a rua em seu redor e nós éramos os elementos desses brinquedos. Isso foi muito forte em Sorocaba.

"Noite da seresta". Combinava-se uns grupos e a gente saía à noite fazendo seresta nas janelas. Existiam algumas brincadeiras. A gente sabe onde tinha alguém apaixonado por não sei quem e mantinha aquele folclore. Às vezes, colocavam alguém para cantar no lugar do outro porque ele não tinha voz. Aí, essa pessoa ficava gesticulando. Essas brincadeiras acabavam resgatando algo que já tinha existido no passado. Até balde de água a gente

chegou a levar. "Dia dos mascarados". Nos EUA, esse dia é tradicional e aqui a gente acabou fazendo a mesma coisa.

Existia uma revista chamada Comunidade Esportiva. Todos os eventos, onde dava certo, onde não dava, as falhas, as coisas que vinham de fora, eram colocadas nessa revista que era editada no Rio de Janeiro com o apoio do Ministério da Educação e a gente aqui acabava sabendo de um monte de coisas que aconteciam e de como se podia melhorar esse programa. Essa revista era mandada para todos os agentes e para entidades interessadas. Nós tínhamos um boletim informativo sobre o que acontecia nas cidades onde colocávamos os eventos.

Por exemplo, "Arteiros e artistas". Pegava-se uma praça e desenvolvia-se um monte de atividades. As pessoas pintavam o sete, brincavam, faziam cultura, pintura, desenho, o que fosse. Em Bauru, Tatuí, Santos, Caraguá, Tremembé, São Sebastião, Vera Cruz, tivemos esses eventos e temos as datas e quantas pessoas participaram. Eventos como "As rodas vão rodar sem motores e sem gás". Servia qualquer coisa, carrinho de rolemã, patins, skate, carrinho de bebê. Tinha lugares onde a participação era maior do que a gente esperava e os eventos às vezes acabavam não acontecendo. Por causa disso, a gente fazia todo um levantamento com relatórios detalhados a respeito de cada um.

Basicamente, qual era nossa preocupação? Pegar o aluno de Educação Física e colocá-lo como agente motivador. O que acabou dando certo e que foi uma divulgação maior? Rua de lazer. As próprias faculdades passaram a fazer as suas ruas de lazer. A igreja, que sempre está próxima, tinha interesse em trabalhar diretamente com a população e ajudava-nos muito nesse sentido porque podiam divulgar o evento. Fechava-se a praça ou o estacionamento de algum lugar e montava-se uma quadra de basquete, vôlei, pista de skate. Ia alguma pessoa famosa lá para desenvolver uma atividade esportiva, assinar camisas, enfim, qualquer coisa para atrair a população. Infelizmente, esse trabalho foi cancelado pelo governo. As secretarias do Estado continuam até hoje dando o que já foi feito, mas os agentes que desenvolviam isso não existem mais.

Um detalhe. Nós estávamos, certa vez, na praça Antonio Prado, onde se situa a Secretaria de Esportes e Turismo, e chegou um indivíduo para fazer uma fiscalização. Ele entrou numa sala onde tinha duas pessoas tocando flauta. Saiu, chegou no responsável, a professora Lucy, e disse assim: "Você acha que eu tenho que manter este departamento? Cambada de vagabundos! Aqui ninguém trabalha e a gente fica pagando! Eu entrei numa sala ali e os caras estavam tocando flauta em horário de expediente!" E saiu muito bravo. Ele foi para outra secretaria e depois voltou. Mas eles estavam bolando a música que a gente ia tocar uma macro ginástica. Como esse indivíduo ia entender? Essa falta de comunicação acabou cancelando o trabalho. Ainda existem aqueles apaixonados que, de vez em quando, lembram que existe alguma coisa e vão divulgando esse tipo de trabalho. Então, essa é a parte da educação física atuando nas ruas junto às comunidades e respeitando o folclore.

Arlete Cruz - Dúvidas? Questões?

João Batista de Souza - Sou sociólogo de formação e professor de His-

tória. Eu gostaria de colocar duas questões para o companheiro e professor Elmir e para a companheira e professora Helena. Companheiro Elmir, você não acha que há, de certa forma, uma cooptação por setores sociais em movimentos populares de classe subalterna com o *hip hop*, por exemplo, em proveito próprio? Por exemplo, Gabriel, o Pensador, pode ser oriundo do movimento, mas não das classes subalternas. E para a Maria Helena, colocaria a questão: se não há, simultaneamente, uma capacidade de planejamento e gestão de atividade de rua por parte da população e uma consciência política por parte dessa mesma população e dizer não às iniciativas paternalistas de certos homens públicos que estão de plantão no poder?

Elmir de Almeida - Olha, João, eu acho que existe uma prática tanto de direita como de esquerda, como de centro, de cima e de baixo, que é a cooptação dos movimentos sociais. Isso não dá para negar. É lamentável o que ocorre porque os movimentos sociais são atores da constituição de tramas e em relações sociais no âmbito da sociedade que tem relativo grau de autonomia. Eu conheço um pouco a experiência do Parque das Américas e o relato da Maria Helena mostra a riqueza que tem as práticas ali constituídas. Acredito que sempre há um risco para os movimentos sociais de serem cooptados pelo poder institucional, ou como um todo ou das suas lideranças, mas também tenho que ser responsável e reafirmar que esta prática está presente em todo o espectro político, inclusive na esquerda. Da mesma forma, é possível haver populismo e demagogia nos dois campos, isto se pudermos dividir o campo político apenas em duas lateralidades.

Gabriel, o Pensador. Eu tive uma discussão com os *rappers* num desses dias lá em Diadema. Em maio agora, nós fizemos um festival de *rap* e *reggae* que também era um pouco a comemoração do Dia da Libertação Africana, e um dos nossos objetivos era trazer os Racionais e o Gabriel. Foi um racha na mesa. Dizia: "eu quero lembrar a você que o Gabriel é fruto do *hip hop*, embora seja filho da Belisa Ribeiro". É verdade. A mídia conseguiu alavancar o Gabriel. E também não é falso dizer que a mídia vai tentar cooptá-lo. Como fez com que os Racionais, embora sua origem seja diferente da do Gabriel. Os Racionais surgiram na zona leste, seu trabalho começou a ser divulgado muito mais no âmbito das escolas públicas lá de São Paulo. Eu estava na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo na gestão da Erundina, onde foi feito um trabalho chamado "Repensando a educação em diferentes escolas com a comunidade escolar", e os Racionais foram alguns dos colaboradores desse projeto.

Penso que eles não estão imunes a esta cooptação. A gente não pode se esquecer que a mídia existe. A TV existe e é um espaço e o Francisco Buarque descobriu isso. Há mais ou menos 10 anos, ele foi para a Globo juntamente com o Caetano Veloso. Por que? O Chico resistiu o máximo possível à Globo, mas um dia ele parou e disse: "é verdade também que a Globo me ajuda a me tornar mais conhecido". E daí acaba sendo mesmo um espaço para quem também é difícil dizer não.

Para quem faz cultura, pratica esporte, tem uma atividade autônoma ou é de escola de samba, é difícil competir com a TV. Não dá para você virar as

costas e falar que ela não existe. Existe sim, compete conosco, foram, informa e deforma práticas culturais. Eu não acredito que o Gabriel seja uma deformação. Só acredito que seja uma forma encontrada pela mídia para divulgar. O *hip hop* é satírico. Dentro dele há o rap, satírico e de protesto.

Maria Helena Villar - Bem, no que diz respeito se há ou não a capacidade das pessoas dizerem não a uma atitude paternalista, depende. Mauá, por exemplo, que á a realidade que eu conheço melhor, tem um espaço chamado Praça da Bíblia e que não possibilita a prática de nada porque é cheia de canteiros e foi feita num local de queda e o que não é canteiro é escada; o que não é escada é calçada que já dá na rua. A festa mais popular que tem lá é iniciativa da gestão atual e é a festa do boiadeiro. A cidade inteira vai para lá porque não tem outra coisa para fazer. A cidade tem um cinema que, basicamente, só exhibe filmes pornô. Só tem um espaço que é exatamente onde é festa esta festa, atrás da prefeitura, num grande campo aberto cercado nessas ocasiões. Não é oferecido nada.

Então, por exemplo, considero, não a festa em si, mas sim a forma de organização da festa do boiadeiro, uma atitude paternalista. Não é o que a população pediu, muitos deles não conhecem aquela prática, porém as pessoas vão porque é a única coisa que se tem para fazer. Se estão em Mauá e querem se deslocar para outros lugares para se divertir, nem sempre têm dinheiro para pagar ônibus até Diadema, São Bernardo, Santo André ou São Caetano. Então, têm que ficar por lá. Os jovens não têm espaço.

Dá para dizer não? Depende. Agora, uma coisa eu posso garantir: a prática do livre Expressão 1 e 2 desenvolvidos no Parque das Américas, com a ajuda Procep, tinha a participação, em média, de 2.000 pessoas num domingo, dependendo do local. Há o trabalho feito pela prefeitura, no qual ela decide o que vai ser feito sem se importar com o número de participantes. Às vezes, vão pouquíssimas pessoas. Eu acho que esse é um jeito de dizer não: "eu não vou participar de algo que eu não se me interessa".

Quando não existem alternativas, quando não conheço uma outra forma de fazer, é muito difícil dizer não. Você acaba entrando no roldão. Então, aí depende muito do que essa população viveu.

Maria Angela Fozati - Eu queria fazer uma pergunta a respeito do *hip hop*. Sou psicóloga em Santo André. No meu entender, o *hip hop* está contribuindo para a luta pela cidadania. Quando eu ouço *Domingo no Parque*, eu sinto um profundo mal estar e acho que não existe outra forma de se sentir essa música porque é um atirar na cara da gente a realidade da Zona Sul. Como é que fica essa contradição da *playboysada* cantando e dançando *Domingo no Parque* nas danceterias? Por que essa contradição, inclusive, degola a condição da própria diferença de classes sociais que existe entre nós? Como você acha que essa contradição pode ser solucionada?

Elmir de Almeida - Eu vejo o nosso tempo como uma coisa muito complicada. Outro dia desses, na USP, fiquei chocado numa aula sobre sociologia da violência em que falava sobre cidadania e direitos da cidadania e minha professora, que é seguidora do Alan Tourraine, virou para mim e disse: "Escuta,

ocê é um dinossauro porque não existe mais isso. Gostaria de lembrá-lo de que o mundo do consumo está dizendo que as pessoas precisam ser diferentes. Hoje o discurso e o apelo à igualdade é ultrapassado politicamente no mundo. Hoje o discurso só é o da diferença e da individualidade".

Olhei para a cara dela e pensei: "Eu tenho 36 anos e já sou um dinossauro". O mundo realmente rodou muito mais rápido do que eu pesei que rodaria. Hoje o mundo do consumo existe sim, causa rupturas no campo social e provoca desigualdades e o apelo para a diferenciação. Mas tenho muita dificuldade em acreditar que a ética do trabalho, o mundo do trabalho, esteja deixando de ser um componente para a luta social, para a aglutinação social. Eu não acredito nisso. Tenho muita dificuldade para aceitar esta teorização.

Acredito que cada vez mais marxistas têm que admitir que a gente não pode mais falar de uma classe social única, que é a classe trabalhadora, porque a gente já percebeu que ela tem homens, mulheres, crianças, consumidores. Então, não dá mais para a gente pensar dessa forma. Acho que esta é a grande contribuição do nosso tempo também. Mas não dá para dizer que o mundo do consumo é o que dita a nossa vida.

Acredito que os *rappers* são um pouco isso. Eles são produtores, sob a condição de cidadãos, sobretudo porque são negros. A gente não pode esquecer isso. Também acho que não vivemos na propalada democracia racial. Haja vistas para o produto da escola pública brasileira em relação a esses segmentos. Os maiores índices de reprovação e evasão em qualquer série atingem sobretudo os status mais pauperizados e, quando eles são negros, atingem muito mais.

E daí eu acho que o *hip hop* é um movimento que denuncia isso e como não consegue o mesmo na escola, ele o faz fora dela. Quando fizemos a avaliação do trabalho feito no ano passado, achei interessante o seguinte: nós tínhamos oferecido oficinas que traziam temáticas com algumas pessoas que trabalham com questões que chegam mais perto na população negra, trabalhamos com música, *break*, e nessa avaliação pensei que eles estavam cansados das oficinas que trabalham um pouco mais a discussão e uma reflexão social, política, pedagógica, sobre a questão dos negros. Mas foram essas oficinas que eles mais solicitaram nessa segunda fase que vivo agora. Alguns, inclusive, de uma forma bastante inflexível diziam "quem não participar das oficinas de reflexão não participa da arte". O que quer dizer isso? "A escola não nos fornece um conhecimento suficiente para estendermos os mundo no qual vivemos e para que pudéssemos decodificar tudo isso pois somos um segmento que sofre tanta violência e discriminação e para que pudéssemos ser cidadãos".

Eu não acredito que a escola pública brasileira tenha dado conta de promover cidadãos, na sua grande maioria. Haja vistas o número de analfabetos e semi-letrados que temos no Brasil, sobretudo entre essa população. Eu não sei se entendi bem sua questão, mas acho que o movimento hip hop, com todos os problemas que apresenta, é um agente de construção da cidadania de seus membros. Com Gabriel, o Pensador, ou sem ele, com os Racionais ou se eles. Na medida em que isto é bem interessante no movimento *hip hop*, estes artistas foram alavancados ao *status* onde estão. Fiquei impressionado como público

que tivemos em Diadema quando os Racionais estiveram lá. Tivemos umas 20.000 pessoas, todas jovens. Falei: "Oba, estamos competindo com a Universal do Reino de Deus". O pastor nos condenou todos ao fogo do inferno.

Claudinei Rufini - Já que existe essa efervescência de conceitos, de formas, de estéticas e tudo o mais, como isso tem se manifestado? Como vocês percebem esse outro lado do não-comprometimento com uma causa e sim com o divertimento das pessoas que podemos, aliás, encontrar em outros gêneros, como samba, pagode, etc?

Maria Helena Villar - Inclusive, o Luciano estava comentando a questão da recreação querendo se separar da educação física, é por aí?

Luciano Nardelli - Bem, na verdade, é a moda. A mídia dita a moda e a gente tem que acompanhar as tendências do momento. Por exemplo: a lambada acabou e ninguém tocou no assunto. O mesmo aconteceu com a patinação. O boliche está voltando. Existe a moda, a tendência que a TV acaba mostrando pela novela. Hoje, sem a gente perceber, ela faz propaganda de si mesma dentro da própria novela. E a gente acaba acompanhando isso. Nós só temos uma preocupação, a de manter o folclore. Por exemplo: tem uma música que está em moda agora e que é de 20 anos atrás. A coisa se repete. A gente tenta acompanhar tudo isso sem deixar de passar para a comunidade a importância dessa convivência do lazer, da diversão, recreação...

O Brasil está muito atrasado em termos de recreação. Em 1992, participamos de um congresso de recreação na Colômbia. Saímos de lá achando que, a Colômbia sendo um país atrasado, iríamos vender nosso peixe para eles, iríamos fazer sucesso. Quebramos a cara. Naquela época, eles estava 10 anos na nossa frente. O que a gente tem aqui de Sesc e Senai eles chamam de Cafan. É um negócio muito grande. Eles têm recreação para a comunidade, operários, classes diferentes, centros educacionais, desportivos, recreativos, todos riquíssimos.

Nós vimos coisas maravilhosas lá: piscinas aquecidas para cada categoria de atividade e também para deficientes físicos e para gestantes. Para você entrar na piscina, tem um chuveiro por foto-célula. Você passa e ele te dá um banho de ducha. Aqui você tem o lava-pés que o pessoal dá um jeito de pular, alguns nem funcionam mais. Era um corredor quase do tamanho dessa sala, um pouquinho maior, onde você é obrigado a passar e recebe um ducha de água na hora.

Aqui, se você escuta falar em colônia de férias, é sempre uma coisa de empresa. Colônia de férias é outra coisa. Isso aí é para colocar no papel um espaço que a empresa tem para seus funcionários para o período de férias. Lá, a colônia de férias é programada. No período de férias, vão os filhos dos funcionários. Eles têm programas especiais, é um negócio fantástico. Lá, recreação corresponde a um curso colegial. Aqui é um curso técnico. Lá, a pessoa já sai coma formação de recreador. Aqui a gente tem uma disciplina dentro da faculdade de Educação Física e algumas em Turismo.

Aí nós fomos para um encontro na Argentina. Pensamos que íamos aprender alguma coisa porque a Argentina está sempre na nossa frente. Graças

a Deus, não foi o que aconteceu. Eles estão tão atrasados quanto nós em recreação, para a nossa felicidade. Talvez até um pouco mais atrasados. Para vocês terem uma idéia: nós fomos apresentar um trabalho de macro-ginástica. Tem uma brincadeira que a gente faz, com som e ginástica. Como era uma escola, nas salas de aula estavam acontecendo outras mostras. Eles correram e desligaram o som porque ninguém ficou nas outras salas e vieram correndo ver o que os brasileiros estavam fazendo.

O brasileiro chega e cativa, ele provoca mesmo, quando é disciplinado. Quando ele é indisciplinado, não tem jeito. Quando é disciplinado, ele provoca porque tem uma riqueza interior muito grande. Mas aprendemos muitas coisas com os argentinos também e ficamos de marcar em encontro para eles virem para aprender o que a gente faz. Tive a felicidade de conhecer esse grupo que participou de tudo isso, onde hoje existe a preocupação de se montar uma faculdade para formar recreadores. A riqueza está aí e a gente sabe quem é que vai pesquisar, divulgar e crescer. Porque faculdade é pesquisa, divulgação, conhecimento que a gente não tem. Então, é o que está faltando.

Eu também tive a oportunidade de, através do meu trabalho, fazer um pouco de turismo externo como recreador-disciplinador, que é o que sou. A recreação com seriedade e não com oba-oba como muita gente costuma fazer. Fui algumas vezes, em grupos, para Israel. Se eu falo nesse país vocês já pensam em arma, bomba, guerra, né? Pois lá vive-se maravilhosamente bem e eles têm recreação nos parques. É comum, faz parte do seu modo de vida.

Uma fonte, por exemplo, fica desligada durante a semana. No fim de semana, em alguns horários ela se acende para todo mundo ver, tem shows, inclusive musicais. Cada um escolhe o seu cantinho, não é nada programado, é tudo voluntário. Isso é muito rico e a gente não tem isso aqui. Se você não pagar, não tem nada. Para um indivíduo voluntário, ele quer retorno. Lá não. O retorno é divulgar o próprio trabalho. Existem profissionais de altíssimo nível tocando nos calçadões de lá. Como surgiram Simon e Garfunkel, que tocavam nos metrô de New York e fizeram sucesso no mundo inteiro. Existem valores incríveis escondidos por aí. Então, a preocupação é resgatar tudo isso e ver a riqueza que temos.

Voltando, então. A mídia vai buscar aqui que interessa e vai manter enquanto estiver dando um lucro muito alto e a gente da recreação vai atrás.

Walter G. Miranda - Com relação à pergunta sobre o pagode. Nós estamos a dois meses do aniversário de São Bernardo e por certo vamos contratar um show. Nós sempre temos o cuidado de fazer uma pesquisa séria para saber que artista nós devemos trazer. Pois o pagode ganhou estourado. Até o romântico sertanejo está lá em baixo. É impressionante. E quanto à escola de samba, os pais continuam fazendo samba, mas os meninos estão lá em Diadema fazendo *rap*.

Maria Helena Villar - Eu só queria levantar uma preocupação que a gente tem lá e que é a seguinte: você percebe que tem coisas que vão e voltam, tem coisas que vão e nunca mais voltam e tem aquelas que permane-

cem, independente da moda. Penso que é uma questão de concepção. Nós, por exemplo, temos uma preocupação que é a seguinte: tudo o que vejo, o que conheço, com exceção da experiência que estou tendo o prazer de conhecer hoje, é uma supervalorização do esporte profissional. Então, é o mesmo de quem luta judô e que é muito bom nisso e nenhum dos outros meninos consegue praticar judô apenas pelo esporte. Os meninos que jogam futebol e que são bons, não jogam só por jogar. É extremamente agradável nadar pelo contato com a água porque isso proporciona prazer e não só pela competição. E é isso que a gente tem tentado valorizar no Livre Expressão. E eu tenho ouvido muita coisa boa das pessoas porque a gente faz um trabalho de conscientização. E o que é valorizado pela mídia é o que é importante na medida em que se ganha dinheiro. Tudo bem, a gente pode fazer isso também. É interessante brincar com um carrinho da Estrela que roda um negocinho que faz barulho, mas é muito mais gostoso brincar com um velho carrinho feito de lata de óleo, com pauzinho na frente e uma rodinha que nem roda, mas faz de conta.

É com esse tipo de coisa que a gente tem se preocupado em Mauá. Infezivelmente, o que tem acontecido lá é a valorização de tudo o que é profissionalizado. Os grupos de teatro, por exemplo, ou se profissionalizam ou não podem se apresentar. O pessoal que dança, idem. Nada de prazer. Para as pessoas serem felizes, têm que fazer o que gostam. E daí se me faz feliz ir para a rua no domingo de manhã e brincar de pedrinha com a molecada? Eu tenho que manter isso, tenho que ensinar para as crianças. Isso é uma coisa que nós trabalhamos com cultura, esporte, e não podemos deixar de preservar. Não é só moda, mas sobretudo é recuperar tudo o que importa e faz as pessoas felizes. Porque perder isso significa perder um espaço na vida da gente que é a gente mesmo. Aí eu acho que o negócio fica muito triste.

Luciano Nardelli - Ela tocou num assunto que eu tinha até separado em dois cartazes: "Revivendo o folclore". Porque ficou claro para que o que a gente chama de manutenção de recreação é folclore. O folclore é o que vem de pai para filho e se mantém. E a gente tem que respeitar isso e não permitir que morra. Ou a gente lembra que existe e dá o apoio ou a gente vai acabar fatalmente falindo na proposta.

Por exemplo, nós tivemos a Festa Junina e fizemos uma pesquisa com o pessoal sobre o tipo de música que deveríamos colocar. Deu pagode. De vez em quando, colocávamos uma do tipo *la-ri- la-rai* para lembrar que aquilo era uma Festa Junina, mas, imediatamente o pessoal falava: "põe um pagodinho aí". A gente acaba tendo que acompanhar a vontade daquele grupo e isso tem que ser respeitado.

Dentro da nossa proposta, tinha o "Revivendo o Folclore" Rodar pião, jogar pedrinha, pular amarelinha... Isso é rico e é gostoso.

Elmir de Almeida - Bem, vou falar um pouco do lugar que ocupo. Eu ocupo o aparelho do Estado, não tenho saída. Fiz uma opção por isso também. E como vejo como o Estado tem que atuar no campo da Cultura? Cultura também é a crítica do já existente e a possibilidade da produção do novo. E

acredito nisso enquanto alguém que está preocupado em coordenar o setor de Cultura de um Município e é lá que ocorrem mesmo as coisas, né?

Não sou um defensor da municipalização incontestada mas é lá que acontecem as coisas. Acho que uma política cultural tem que pensar na naturalidade, na adversidade. O que significa não se render à indústria do entretenimento e também abrir a possibilidade para o novo, para a descoberta e a reprodução deste novo. Porque ele é algo que necessariamente surge do passado, ainda que se resista em não aceitar o novo que o próprio passado pariu. Acho que o velho pariu o *rap* e provavelmente um dia vai deixar de ser uma forma, com um conteúdo, dos negros norte-americanos e brasileiros se expressarem. Mas eles vão produzir o novo a partir disto. E a indústria cultural vai também cooptá-los. Mas a gente entende que não é o Estado que produz a cultura, que também não é verdade que é o mercado que tende a coordenar as práticas culturais e esportivas, mas sim que o Estado tem um papel. Pelo menos a gente tem que entender que este Estado, ao mesmo tempo que pretende preservar a memória, o patrimônio no campo da cultura, ele também tem que entender a cultura como a criação do novo.

E a gente, às vezes, pode correr o risco de ter um pensamento maniqueísta. Existe o velho que é bom, que une, que consagra o novo, que desune, que desagrega. Mas a gente esquece de pensar que a possibilidade da emergência do novo só existe porque o velho o gestou nas suas entranhas.

Arlete da Cruz - Mais alguém?

Milton Andrade - Em nome da coordenação do congresso, quero agradecer aos debatedores e fazer uma pequena colocação sobre essa mesa. Na verdade, foi a mesa onde menos foi falado de memória, mas é uma coisa que a gente chegou a discutir porque estamos falando sobre um assunto novo. Nós entendemos que a partir do momento em que você está trabalhando com memória, você tem que se preocupar em registrar o hoje porque exatamente o que está acontecendo agora vai moldar o que vai acontecer amanhã. Esse tipo de discussão que a gente teve aqui hoje não é muito valorizado quando se faz pesquisa histórica. Mas é muito importante porque reflete exatamente como esses grupos sociais se inserem dentro da sociedade, dentro da sua cidade, dentro do seu bairro ou dentro da sua própria rua. Eu queria mais uma vez agradecer. Acho que, no futuro, quem for pesquisar vai pensar a partir daqui.

Coordenador

Claudinei Rufini

Milton Andrade - Gostaria que fizesse parte da mesa, também, Paschoalino Assumpção, coordenador do Gipem. Passo a palavra ao coordenador do III Congresso, Claudinei Rufini.

Claudinei Rufini - Vamos tentar ser rápidos. Afinal de contas, todo congresso tem uma moção, um documento tirado de suas discussões e para que fique registrado nos seus anais. Vamos partir direto para essa parte. Como membro da coordenação do III Congresso, gostaria de anunciar formalmente a realização do IV Congresso, em 1996, em Diadema. Elmir, por favor, faça a sua colocação.

Elmir de Almeida - Já me considero filho da região do ABCD. Quando foi realizado o I Congresso, estava em Santo André. Também sou professor da Fundação Santo André. Hoje tenho o privilégio, de coração e de razão, de trabalhar em Diadema e é com muito prazer que nós, desta cidade, aceitamos a incumbência de realizar o 4º Congresso de História do ABC, de sorte que possamos carinhosamente grafar o "D" no ABC e nos incluir nas memórias e na história da região. Então, aceitamos e reivindicamos que seja em nome de José de Filippi Jr, prefeito da cidade, e da professora Lisete Regina, que nós aceitamos esta tarefa.

Claudinei Rufini - Alguém tem alguma objeção? Não? Então fica aprovada por esta plenária a realização do IV Congresso de História do ABCD, em Diadema, em 1996. Agora, vamos então partir para as moções e as resoluções. Eu pediria a quem tiver alguma coisa a colocar que, por favor, fale ao microfone ou escreva.

Dalila Teles Veras - Gostaria de propor um voto de repúdio à atual administração de São Bernardo, que não cumpriu o compromisso de publicar, até esta data da realização do III Congresso de História, os anais do II Congresso de História, realizado em São Bernardo do Campo. Não se concebe que um Congresso dessa natureza não tenha esses anais impressos e distribuídos aos pesquisadores que por eles se interessarem.

Claudinei Rufini - Alguém tem mais alguma coisa a colocar sobre isso? Relacionado a isso gostaria de sugerir aqui que a data de realização do Congresso não coincidissem com uma data eleitoral. Acredito que o que houve com São Bernardo, que não publicou os anais, foi uma questão política. Porque 1992 foi ano de eleição. Saiu uma administração, entrou outra que não coincide com o partido da anterior.

Dalila Teles Veras - O Congresso, a produção cultural, não é propriedade dos senhores administradores. Os donos do poder estão aí provisoriamente. A História se faz independentemente deles. Faço parte do Gipem e o Congresso foi uma idéia surgida espontaneamente dentro de um grupo de pesquisadores. As administrações, por obrigação, apenas deram a sua infra-estrutura para que esse Congresso se realizasse. Ele surgiu da vontade de sua população, dos seus pesquisadores, alguns acadêmicos, outras pessoas espontâneas. Então, é preciso que a gente diga a esses senhores, sejam eles de qualquer partido, que não são donos da pesquisa, da His-

tória, da cultura de suas regiões. Isso tem que ficar claro. Seja em ano eleitoral ou não, as coisas acontecem porque eles estão cumprindo apenas com a sua obrigação de ceder espaço para a cultura que surge na cidade.

Claudinei Rufini - Alguém mais quer falar sobre esse assunto? Então, quem for a favor dessa proposta, que levante a mão. Obrigado. Aprovado.

Alexandre Takara - Antes de formular alguma coisa, gostaria de fazer uma pergunta. Por favor, levantem as mãos as pessoas de Secretaria de Planejamento de qualquer cidade do ABC. Somente o Tatiano. Por esse motivo, eu gostaria de lavar um repúdio pela ausência dos representantes das secretarias de Planejamento de todos os Municípios do ABC. Porque não se pode fazer qualquer planejamento urbano sem a memória, sem cultura e sem a História dos respectivos Municípios. E foi justamente devido à ausência dos representantes das secretarias de Planejamento, que verificamos disparates, absurdos, na região do ABC, como, por exemplo, a destruição da indústria Matarazzo, de São Bernardo do Campo. Se eles agiram assim, tomaram essa decisão, é porque não conhecem nada da História da região. Daí o meu repúdio, que eu gostaria que fosse submetido à votação.

Claudinei Rufini - Alguém gostaria de fazer uma colocação? Então, vamos por em votação. Quem é a favor da proposta do Takara? Aprovado.

Alexandre Takara - Segunda pergunta. Quantos membros, em nível de diretoria, aqui presentes no III Congresso História do ABC, estão aqui neste exato momento? Gente de cultura basicamente. Então, gostaria de especificar o seguinte dado. No painel sobre teatro hoje realizado, nós verificamos a ausência de representantes do Departamento de Cultura dos Municípios e, no entanto, nós, produtores culturais, tínhamos muitas perguntas a elaborar a respeito da política cultural da região ou dos seus respectivos municípios. Muitas perguntas foram formuladas e nenhuma foi respondida. Eu gostaria, então, de apresentar aqui o meu repúdio pela ausência dos funcionários, em nível de diretoria, dos Departamentos de Cultura de todos os Municípios.

Claudinei Rufini - Elmir....

Elmir de Almeida - Eu só não pude estar na mesa porque estava em outro painel. Eu pediria que se retirasse Diadema, por favor.

Alexandre Takara - Muito bem, retirada Diadema.

José Roberto Gianello - Na inauguração esteve presente o Secretário de Cultura de São Bernardo e a Secretaria de Cultura de...

Alexandre Takara - Mas de qualquer forma, Gianello, gostaria de dizer que eles vêm como representantes, mas eu gostaria de ver a presença do pessoal de nível técnico. Até para discussão, encaminhamento e aprofundamento das questões. É nesse sentido...

Claudinei Rufini - Alguém mais quer fazer alguma colocação? Então, pon-do em votação, quem for a favor, levante a mão. Aprovado.

Alexandre Takara - Com relação à Orquestra Sinfônica Jovem de Santo André, que está capenga e sofrendo o risco de extinção, se não houver socorro imediato. Eu gostaria de apresentar a seguinte proposta. Nós, membros do III Congresso de História do ABC, vimos solicitar ao sr. prefeito de Santo André, dr. Newton da Costa Brandão, conceder apoio logístico e humano para a preservação da referida

orquestra em virtude dos relevantes serviços prestados no passado e no presente momento.

Claudinei Rufini - Alguém tem algo a colocar sobre o assunto? Pondo em votação, quem for a favor que levante a mão. Aprovado.

Alexandre Takara - Na mesma linha, uma cobrança e um voto de louvor. Isso em relação ao desdobramento do Congresso, o segundo feito em São Bernardo. Já nesse período de quase dois anos, a gente ainda não conseguiu descobrir o mistério que está acontecendo dentro da Prefeitura de Santo André. O destino dos livros que foram sugeridos pelo Gipem para serem publicados e que, misteriosamente, desapareceram da Prefeitura na gestão Newton Brandão. Gostaria de deixar registrado que se fizesse uma cobrança, em nome dos participantes do Congresso, pelo não fornecimento de qualquer tipo de resposta concreta, séria, honesta, sobre um trabalho que foi feito e está lá em algum canto, em algum Departamento dessa Prefeitura. É um mistério que os pesquisadores do Grande ABC não conseguiram resolver até hoje. Na mesma linha das publicações, gostaria de sugerir um voto de louvor à administração de São Caetano, que mantém já pelo sexto ano, a publicação da revista *Raízes*, periodicamente dentro dos prazos e também a linha de livros sobre a memória que foi prometida. É um exemplo positivo e São Caetano merece o nosso apoio e um voto de repúdio para uma administração que exatamente nos priva desses documentos importantes.

Claudinei Rufini - Alguém quer fazer alguma colocação sobre o assunto? Quem for a favor da primeira moção, por favor, levante a mão. Aprovado. Quem for a favor da segunda, por favor, levante a mão. Aprovado. Nesse sentido, quero lembrar a todos que o livro da professora Heloísa Martins e o nº 11 da revista *Raízes* vão ser lançados oficialmente no dia 26, às 20 horas, numa sessão solene na Câmara Municipal, como parte dos festejos do aniversário de São Caetano. Alguém tem mais alguma moção?

Milton Andrade - A primeira é uma moção dirigida ao executivo de Santo André, no sentido de solicitar urgência nas intermináveis reformas do Teatro Conchita de Moraes e a sua entrega imediata aos moradores da região.

Claudinei Rufini - Alguém tem alguma colocação? Pondo em votação, quem é a favor que levante a mão. Aprovado.

Milton Andrade - A outra é muito interessante. Só no Brasil poderia acontecer isso. Uma moção ao sr. prefeito municipal de São Caetano do Sul, para que ele cumpra a lei que criou sobre o Salão de Arte Contemporânea desse Município e que, há muitos anos, não vem acontecendo. É uma lei municipal cujo número e data eu não me lembro no momento, mas posso verificar.

Claudinei Rufini - Alguém tem alguma colocação? Pondo em votação, quem for a favor que levante a mão. Aprovado.

Milton Andrade - Na mesa de hoje, relativa a teatro, de repente surgiu um assunto que eu não sei até onde poderia caber numa moção. As pessoas que fazem cultura no ABC não sentem, nas suas respectivas prefeituras, transparências nas obras que dizem respeito à cultura. Geralmente, essas obras são escamoteadas e utilizadas sub-repticiamente, sabe Deus em quê, porque ninguém sabe o que pretendem os executivos a respeito da cultura e da História. Eu não sei formular isso, nem

onde caberia. Talvez se fosse uma moção aos executivos pedindo a eles maior transparência em sua política cultural... É possível isso? E vocês mandam muito mais do que apenas uma pessoa. Então, que fique o pedido. É, mas eu não sei precisar exatamente qual é o caminho, de que maneira isso tem que ser conduzido. Quem sabe Diadema nos dê o caminho...

Elmir de Almeida - Eu não pude seguir o Congresso como um todo. Também acho que essa questão poderia ser equacionada na medida em que o Congresso tivesse incorporado essa preocupação. Estou falando aqui em defesa própria, evidentemente. Você sabe que eu sou chefe da Divisão de Cultura em Diadema, mas eu tenho tido a prática de atender a imprensa cotidianamente sobre tudo o que acontece na região e essa questão vem sendo equacionada lá na cidade. Então, fico pensando que colocar uma moção como essa... Ela é delicada, na medida em que o Congresso parece que também não abrigou esse tipo de fala para os dirigentes dos diferentes setores culturais. Eu tive a possibilidade, hoje, de dizer o que penso sobre a questão de como operamos lá em Diadema, porque fui convidado para fazer parte de uma mesa muito específica, na qual incluí as minhas preocupações. Então, acho que sua moção tem que ser reformulada e relativizada, também porque não foi uma preocupação do Congresso, a despeito de todos que trabalham com cultura terem quase que um interesse nato de estar aqui, mas o Congresso também não abrigou e penso que aí há, também, uma falta de organização, com todo o respeito pela organização. Eu não estou aqui fazendo uma crítica negativa à organização. Não quero que seja entendido assim, certo?

Milton Andrade - O que acho é que, pela própria constituição do Congresso, programando três mesas ao mesmo tempo, deu possibilidade a uma visão parcial. Eu coordenei uma mesa e participei como debatedor em outra. As outras mesas que trataram sobre esses assuntos são "Imagens e Movimentos", "Produção Solitária, Produção Solidária" e "Teatro e Música". E em todas elas essa queixa foi incisiva. De qualquer maneira, em qualquer aspecto da administração pública, a transparência é fundamental. Por que em cultura e memória não é? Nós apenas estamos pedindo aquilo que é direito de todo cidadão. Agora, confesso a você que tenho um pouco de receio de que as coisas sejam mal encaminhadas.

Elmir de Almeida - Eu, como representante de Diadema, que está reivindicando para a cidade a organização do IV Congresso, proponho que você, Milton, ou alguém de lá, indique essa mesa, até em termos de memória, como é que se trabalha políticas públicas na área da cultura da Região. E que, no próximo Congresso, esta preocupação seja fundamental na organização do evento. Acho que é uma saída possível e que a organização do IV Congresso não deixe de considerar que políticas públicas na área da cultura sejam um momento de reflexão, debate e discussão. Pode ser?

Milton Andrade - Talvez a formulação da coisa... Eu acho que a moção pode ser encaminhada no sentido de que, preocupado com a cultura e a memória da região, o Congresso recomenda aos executivos que dêem maior publicidade às suas políticas culturais e não escreveremos "se é que elas existem".

Claudinei Rufini - Lembrando uma coisa. Penso que são distintas, mas pertinentes uma e outra. Quando você começa a discutir a questão da memória e rela-

ções artísticas, é impossível esquecer a atuação do poder público. É como foi dito hoje. O poder público não é dono da manifestação, mas sim um canalizador dessa manifestação. E ele tem, por obrigação, sim, dar vazão a isso. Bom, isso era um comentário particular que queria fazer. Colocando em votação, primeiro, a moção proposta pelo Milton Andrade, gostaria que quem fosse a favor levantasse a mão. Aprovado. E, pondo em votação a proposta do Elmir, complementando que esse assunto seja tema num debate específico no IV Congresso. Quem for a favor, levante a mão. Também aprovado. Alguém mais gostaria de falar alguma coisa?

Alexandre Takara - Mais uma questão de recomendação. Nós vimos aí nesses dias a presença de muitas pessoas maduras, de certa idade, mas não vimos muito a presença de jovens. Eu acho que a gente deveria empenhar-se para que o próximo Congresso também trabalhe no sentido de uma maior vinda de jovens com vistas à perpetuação da memória aqui na região do ABC. Senão, nós corremos o risco de ver extinto esse movimento maravilhoso.

Milton Andrade - Um congresso de memória com jovens?

Alexandre Takara - Mas eles vão envelhecer, se Deus quiser, é claro.

Claudinei Rufini - Alguém quer colocar mais alguma coisa a esse respeito? Pondo em votação, quem for a favor, levante a mão. Aprovado. Alguém mais. Ninguém mais? Por favor.

Paulo Su - Gostaria de dizer que o Congresso está sendo feito de dois em dois anos e acho que é um espaço muito longo devido ao número de municípios. Porque, como ele é realizado em um município diferente de cada vez, se fosse realizado anualmente, teria mais força. Eu também sugeriria que, junto com o Congresso, colocassem oficinas para jovens aprenderem o que é pesquisar, o que é memória de forma prática.

Dalila Teles Veras - Sobre a primeira questão, a gente vai poder amadurecer este assunto no Gipem, mas acredito que Diadema não teria condições de fazer um Congresso já no ano que vem.

Paschoalino Assumpção - Na minha opinião, como membro coordenador do Gipem, nós temos uma experiência própria. Pelo menos no meu entender, acho que não é possível termos esse Congresso anualmente por várias razões. Se com as reivindicações que vêm sendo feitas durante esses anos todos já é difícil conseguir algo de importância... tão fácil. De forma que não teríamos tantos assuntos para serem discutidos anualmente. Sem falar no trabalho que daria para a própria administração, que funciona através de orçamento. Porque, no final das contas, os Congressos requerem uma certa importância para serem realizados e para apresentarem coisa. Na minha opinião, não acho conveniente a realização do Congresso anualmente.

Claudinei Rufini - Isso foi a título de sugestão, Paulo, ou foi só uma colocação que você fez?

Paulo Su - Sugestão.

Claudinei Rufini - Alguém tem mais alguma colocação sobre o assunto? Então, vamos pôr em votação. Quem é a favor? Duas pessoas. Quem é contra? Rejeitada a sugestão. A segunda é para a realização de oficinas voltadas para os jovens no próximo Congresso. Alguém tem mais alguma colocação sobre o assunto? Vamos pôr em votação. Quem for a favor, levante a mão. Aprovada. Alguém mais te

ria algo a colocar? Bom, já que ninguém tem mais nada a dizer, em nome da coordenação, gostaria de fazer e registrar um agradecimento especial a todos os coordenadores de mesas que, desde o início, estiveram com a gente, desde a estruturação do Congresso até esse momento final de coordenação de mesas, fazendo todo o possível para que as discussões tivessem um resultado prático e trouxessem informações que nós, enquanto pesquisadores, procuramos. Então, fica em nome da coordenação do III Congresso de História, esse registro de agradecimento a todos os coordenadores e também para aquelas pessoas que, desde as primeiras reuniões abertas, também estiveram com a gente.

E para encerrar, também em nome da coordenação, deixamos um registro, - pois gostaríamos de fazer uma homenagem a uma pessoa que, se tivesse uma figura que representasse bem os ideais desse grupo de pesquisadores da história do ABC, seria esse símbolo. Uma pessoa que, mesmo sozinha, lutando contra as dificuldades, contra a adversidade e contra a própria natureza humana e física, tem estado em todos os momentos com a gente. Eu pediria ao Paschoalino para entregar uma pequena recordação desse Congresso a dona Gisela Saar.

Bem, agora falando por mim mesmo, acho que mais uma etapa dessa luta pela preservação da memória foi encerrada. Oficialmente, a gente termina agora o Congresso. E, na qualidade de coordenador, gostaria de agradecer a todos vocês que estiveram presentes esses dias, não só por estarem aqui, mas por toda essa luta em que estados engajados, juntos, há tanto tempo. Enquanto coordenador, obrigado a todos. O Oscar vai fazer o encerramento agora.

Oscar Garbelotto - Em primeiro lugar, gostaria de dar uma resposta a esse agradecimento especial que a dona Gisela fez a mim. Absolutamente. É a todos nós que estamos aqui. Surgem idéias maravilhosas. A idéia do Congresso não saiu de uma só cabeça. Bem, o Congresso está chegando ao fim. Agora só resta nós apreciarmos um pouco de música, logo mais, à noite, lá no SESC, mas a parte do falatório, das discussões, das dúvidas, das indagações, todas elas já passaram, mas estão muito bem registradas para que vocês tomem conhecimento do Congresso todo. Na verdade, nós conseguimos pagar apenas parcialmente. Chegou o momento de terminarmos e simplesmente fazermos os nossos agradecimentos por tudo o que aconteceu aqui.

Eu não gosto de começar a agradecer, porque sempre cometemos injustiças nos agradecimentos. Mas seria injusto não agradecer a todos, que conosco partilharam esses meses de trabalho. Injusto não agradecer ao prefeito de São Caetano pelo apoio total e incondicional para que isso acontecesse da maneira como está acontecendo. A comissão de festejos comandada pelo Aleksandar Jovanovic e a nossa coordenadoria, aos nossos funcionários. Aqueles como você, Cláudio, que fica escondidinho lá dentro, atrás dos bastidores, mas controlando toda a parafernália para que nada nos falte. Enfim, eu acredito que com um único agradecimento a todo esse espírito que nos comunga, não estarei cometendo nenhuma injustiça. Portanto, gente, aquelas duas palavras mais tradicionais: Muito obrigado. Muito obrigado, de coração, por tudo o que aconteceu. Até Diadema, se Deus quiser.

Participantes do III Congresso de História do ABC

(As funções e cargos dos participantes do evento referem-se à época da realização do Anais do III Congresso de História do ABC)

1. **Ademir Médici**, jornalista e membro do Grupo Independente de Pesquisadores do Grande ABC (Gipem);

2. **Antônio Assumpção**, presidente do grupo teatral Regina Pacis de São Bernardo do Campo, o grupo mais antigo da região;

3. **Antonio de Andrade**, sociólogo, mestre em Comunicação Social, professor do Instituto Metodista de Ensino Superior, conselheiro da revista *Raízes*, conselheiro da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC (Gipem);

4. **Antonio Pezzolo**, ex-prefeito de Santo André e engenheiro ambientalista da *Cetesb*;

5. **Antônio Possidônio**, escritor e ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo;

6. **Antonio Prada**, secretário de redação do jornal *Diário do Grande ABC*;

7. **Aleksandar Jovanovic**, jornalista, doutor em Lingüística, professor da Universidade de São Paulo (USP), membro do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e presidente da Sociedade Brasileira de Eslavística;

8. **Alexandre Polesi**, jornalista e diretor de redação do jornal *Diário do Grande ABC*;

9. **Alexandre Takara**, professor do Instituto Metodista de Ensino Superior e do Colégio Singular;

10. **Aristides Deodoro**, na década de 60 foi fundador do Colégio Brasileiro de Poetas, em Mauá, o primeiro colégio do gênero na região do Grande ABC;

11. **Arlete F. P. da Cruz**, socióloga e pesquisadora do Serviço de Documentação da História Local da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo;

12. **Atílio Santarelli**, pesquisador de salas de cinema de São Caetano do Sul e colecionador de filmes e objetos de cinema;

13. **Carla Cristina Garcia**, antropóloga e professora de Sociologia da Pontífica Universidade Católica (PUC);

14. **Carlos Laranjeira**, jornalista e assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo;

15. **Carlos Miranda**, ator que protagonizou o personagem *Vigilante Rodoviário* no seriado da televisão brasileira na década de 60;

16. **Célio Robusti**, escritor e poeta de São Caetano do Sul;

17. **Cezar A. Nemitz**, músico de grupos de *rock* e *rap*;

18. **Constantino Agazzi**, professor de Ciências Sociais da Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo (FEI);

19. **Dagmar Silva P. de Castro**, mestranda em Comunicação do Instituto Metodista de Ensino Superior;

20. **Dalila Teles Veras**, escritora, fundadora do *Grupo Livre Espaço de Poesia* e secretária-geral da União Brasileira de Escritores; membro do Grupo Independente de Pesquisadores do Grande ABC (Gipem);

21. **Édis Milaré**, secretário do Estado de São Paulo do Meio Ambiente;

22. **Elmir de Almeida**, professor da Fundação Santo André e diretor de Cultura da Prefeitura de Diadema;

23. **Flávio Florence**, maestro da Orquestra Sinfônica de Santo André;

24. **Fuad Sayar**, ex-presidente do Grêmio 28 de Julho de São Caetano do Sul;

25. **Gilberto Alves**, sociólogo e professor do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul (IMES);

26. **Gilberto Toni**, foi presidente da Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul (Acascs);

27. **Gisela Saar**, advogada, pesquisadora da História do município de Rio Grande da Serra e membro do Grupo Independente de Pesquisadores do Grande ABC (Gipem);
28. **Giuseppe Casú**, diretor do Patronato Italiano de São Caetano do Sul;
29. **Glenir Santarnecchi**, jornalista, advogado, professor e pesquisador da História de São Caetano do Sul;
30. **Gonçalo Labrada**, autor do livro *Memória Musical de São Bernardo*;
31. **Heloísa de Souza Martins**, socióloga e professora da Universidade de São Paulo;
32. **Henry Veronesi**, membro do conselho editorial da revista *Raízes* e conselheiro da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul;
33. **Humberto D. Pastore**, jornalista e editor do jornal *Vida*;
34. **Ireudo Assis**, foi maestro de antigas bandas musicais na região do ABC; membro do Grupo Independente de Pesquisadores do Grande ABC (Gipem);
35. **José Armando Pereira**, autor do livro *Teatro em Santo André*, foi presidente da *Federação Andreense de Teatro Amador* e jornalista do jornal *News Sellers*;
36. **José Sebastião Witter**, ex-diretor do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB); professor de História da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Museu Paulista;
37. **Judith Villas Boas**, escritora e poetisa de São Bernardo do Campo;
38. **Lenin Silveira Gimenez**, maestro e regente do Coral Capella Áurea;
39. **Luciano Nardelli**, professor da Faculdade de Educação e Cultura (FEC), em São Caetano do Sul;
40. **Luiz Carlos Gianello**, administrador de empresas, professor do Instituto Municipal de Ensino Superior (IMES) e supervisor do Controle de Qualidade da Volkswagen do Brasil;
41. **Luiz Roberto Alves**, professor da Universidade de São Paulo e do Instituto Metodista de Ensino Superior;
42. **Manuel Reis**, designer gráfico, foi secretário da Fundação das Artes de São Caetano e promotor de exposições de fotografias e artes plásticas do Grande ABC;
43. **Márcia Gallo**, diretora do Departamento de Educação e Cultura de São Caetano do Sul (Depec);
44. **Marco Antonio Santos Silva**, diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior (IMES) de São Caetano do Sul;
45. **Maria das Graças**, escritora e poetisa;
46. **Maria do Céu Formiga**, escritora e poetisa de São Caetano do Sul;
47. **Maria Helena V. Villar**;
48. **Mário Del Rey** (não compareceu), realizou filmes experimentais de animação na década de 60;
49. **Milton Andrade**, ex-diretor da Fundação das Artes de São Caetano do Sul, ator e funcionário do Departamento Histórico e Patrimonial da Eletropaulo;
50. **Mônica de Souza**, professora, historiadora e autora do livro *Cotidiano e História*;
51. **Nicola Tortorelli**, jornalista e membro da Academia de Letras da Grande São Paulo. Foi dirigente do jornal *Borda do Campo* em Santo André na década de 40;
52. **Noêmia Rodrigues Rezende**, socióloga e professora da Fundação Santo André;
53. **Oswaldo Ciotto**, maestro da Corporação Musical Municipal;
54. **Paula Caetano**, artista plástica;
55. **Paschoalino Assumpção**, coordenador do Grupo Independente de Pesquisadores do Grande ABC (Gipem);
56. **Philadelpho Brás**, ex-sindicalista e membro do Grupo Independente de Pesquisadores do Grande ABC (Gipem);
57. **Rinaldo Gissoni**, presidente da Academia de Letras da Grande São Paulo (fundada em 1981);
58. **Ronislely Gonzales**, escritor e poeta de Santo André;
59. **Sônia Regina Ramos**, artista plástica, autora do projeto *Fabricarte* com os operários da fábrica de artigos de borracha Ruzzi, de Santo André;
60. **Urames Pires dos Santos**, ex-vereador em São Caetano do Sul (Segunda e Terceira Legislação) e engenheiro da Cerâmica São Caetano (1946 a 1971);
61. **Victor Matsudo**, foi presidente do Tijuçuçu Clube e diretor do Celafisec;
62. **Walter G. Miranda**, professor e funcionário da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo;
63. **Wilson de Souza**, diretor da Federação de Teatro Amador de Santo André.

Memória e Cultura: um jogo de espelhos do fazer-interpretativo individual e/ou coletivo

Aleksandar Jovanovic (Universidade de São Paulo)

Quando o tema Memória e Cultura me foi proposto, logo pensei em duas questões distintas: primeiro, que não seria a pessoa mais indicada para discorrer sobre o assunto, na medida em que, na vida acadêmica, trabalho com um pequeno segmento das ciências humanas, isto é, parte das pesquisas semio-linguísticas (semiótica, lingüística, psicolingüística) - segmento até importante, segmento apaixonante, mas, ainda assim, pequeno, diante do alcance e amplitude do tema proposto;

Segundo, ocorreu-me uma particularidade importante: tanto a memória quanto a cultura têm a inconfundível marca do ser humano, porque, até o momento, não dispomos de prova científica alguma no sentido de confirmar que outras espécies zoológicas - além do Homem -sejam portadoras de memória semelhante aquela que caracteriza os seres humanos ou que elas sejam produtoras de cultura, no aspecto antropológico do termo.

Enfim, se me disponho a falar a respeito das relações entre memória e cultura, somente posso fazê-lo - e de maneira bastante limitada, é bom sublinhar - com base no instrumental científico do segmento das ciências humanas com que trabalho.

Devemos lembrar, por conseguinte, que estamos diante do grande arco de conhecimentos sistematizados que se denomina ciências humanas, e Memória e Cultura é um tema que diz respeito a estas ciências, sob todos os pontos de vista possíveis.

Parece também claro que, muito mais do que nas ciências exatas ou naturais, a questão epistemológica (isto é, o problema da teoria do conhecimento). impõe-se às ciências humanas de maneira compulsiva, pela simples razão de que, ao contrário daquilo que acontece no terreno das ciências naturais, o objeto do conhecimento das ciências humanas objeto volátil, objeto que, muitas vezes, e de forma até equivocada, é encarado como uma entidade imaterial, a exemplo do que ocorre com a ideologia - não se submete, sempre, ao simples exame ou comprovação experimental e tampouco a aplicação prática dos recursos científicos nas humanidades tem efeito similar ao da aplicação prática das ciências naturais. Portanto, nas ciências humanas, a questão epistemológica - necessária para definir-lhes o objeto, o método, as leis, etc. - emerge como preocupação redobrada, vinculada à mais antiga das humanidades, a filosofia.

Se, a princípio, estas considerações parecem para alguns ouvintes - desvinculadas do tema principal, é simples efeito ilusório, ou seria afirmar, porquanto é fundamental definir, cientificamente, as balizas que permitem operar com os conceitos de memória e cultura. Sendo as balizas, por seu turno, amplas, voltamos, sem qualquer risco de sofismar, ao ponto inicial, ou

seja, ao problema relativo à teoria do conhecimento. a memória é exatamente um dos objetos com que as ciências humanas lidam. Nas ciências naturais existe uma teoria segundo a qual um determinado estímulo deixa, em qualquer ser vivo, um engrama, isto é, uma marca, sinal ou transtorno persistente provocados no protoplasma, e o engrama seria a base da memória e da hereditariedade. Este é o modelo teórico da chamada biologia mnêmica, e cabe lembrar o seguinte: mneme (radical de origem grega, que significa lembrança, memória, recordação) seria o princípio de conservação da mutabilidade de todos os acontecimentos orgânicos. No terreno das ciências humanas, por seu turno, a memória pode ser objeto da psicologia, com o propósito de definir sob que condições e de que maneira o ser humano considerado em termos individuais e como ser biológico - consegue lidar com as informações produzidas por ele próprio, pelo meio ambiente que o cerca, ou meio ambiente que ele próprio ajudou a moldar. O conceito antropológico de memória, contudo, é algo muito diferente, porque pressupõe um processo de reconhecimento e identificação, e a memória - simbólica - é o processo através do qual o homem não somente repete a experiência passada, mas a reconstrói, individual ou coletivamente.

As modernas teorias a respeito do funcionamento da memória humana, por seu turno, no terreno da psicologia cognitiva, asseveram que, acima de tudo, nossa memória é semântica, ou seja, retemos das informações processadas núdulos significativos que somos capazes de reprocessar, quando necessário. O homem é um animal simbólico, que tudo reduz a significação. Mas, diferentemente daquilo que ocorre com outras espécies - nas quais, talvez, a memória seja apenas o engrama mencionado -, os seres humanos processam informações, são capazes de codificar essas informações -lingüísticamente e/ou através de outros sistemas de significação - e podem, também e quantas vezes desejarem, retomar as informações processadas pela memória, verbalizando-lhe o produto.

Sob esta perspectiva, é preciso lembrar o seguinte fato: a percepção humana - que se situa numa fronteira muito próxima à das sensações físicas - já constitui o limiar daquilo que podemos denominar de investimento semântico. Em outros termos: a percepção já esta investida de significado no ser humano. Quando percebemos um fato físico qualquer - um som, uma nuvem, a fumaça -, esse fato físico torna-se um conteúdo perceptivo revestido de significado, o que equivale a afirmação de que tudo reduzimos à significação, porque codificamos a realidade - externa e interna. O cientista russo Liév Vygotski [que se tornou conhecido no Ocidente em épocas recentes apenas e, sobretudo, no terreno da psicologia cognitiva] tem uma afirmação lapidar a este respeito, que reproduzo na íntegra: Na filogênese (isto é, na história da evolução) do pensamento e da linguagem, é possível detectar uma fase pré-lingüística no desenvolvimento do pensamento e uma fase pré-intelectual no desenvolvimento da linguagem. Num determinado momento, o pensamento e a linguagem seguem cada qual o seu caminho, independente um do outro. Mas, atingido esse ponto, eles se reencontram: o pensamento

torna-se verbal e a linguagem torna-se racional". Isto significa, em verdade, duas coisas fundamentais: em primeiro lugar, que o nosso sistema perceptivo, desde a mais tenra infância, esta investido de um revestimento semântico; em segundo lugar, que a língua funciona como espécie de sistema modelizante primário de toda a nossa percepção do mundo. Os estudos sobre tipologia das culturas confirmam a hipótese de que a língua é o sistema modelizante primário - portanto, o mais importante - de todos os demais sistemas de significação que operam no interior de uma sociedade. A conseqüência imediata desta conclusão é o fato de que o ser humano é um animal simbólico por excelência, que somente é capaz de perceber a realidade através do filtro dos sistemas semióticos que operam no interior de uma determinada cultura. A semiótica contemporânea fornece-nos um instrumental de análise científica capaz de confirmar estas asserções, de modo claro e incontestável.

O homem só conhece o universo natural através dos códigos por ele mesmo estruturados, com os quais cria outro universo, diferente do primeiro, mas que julga ser o real. A codificação do universo natural pelo Homem não é outra coisa senão a visão particular que dele tem, como indivíduo e como grupo, de tal modo que esse universo passa a existir para eles, segundo o modelo com que foi estruturado e não por sua natureza intrínseca, física e fisiológica. Disso resulta a codificação - não a cópia, não a reprodução, não a tradução fiel do universo natural, mas uma organização de dados naturais em relações diferentes, em funções diversas, num sistema, enfim, que constitui uma visão particular de um grupo humano que nela tem a sua percepção do universo.

Mais ainda: percebemos a realidade através do filtro do chamado universo antropono-cultural, cuja substância serve de forma para outro universo - o universo semiológico que, por sua vez, fornece a substância que se transforma em forma específica do código lingüístico e, assim, sucessivamente, todos os demais sistemas de significação que operam no interior de uma determinada comunidade sócio-lingüístico-cultural são modelizados com base na substância do universo antropono-cultural, os fatos semiológicos classificam-se segundo a natureza dos fatos antropono-culturais, que costumam ser ordenados, essencialmente, em quatro grupos: os biofatos - ou fatos do universo físico e biológico, natural; os sociofatos - ou fatos da vida social, ou das estruturas sociais; os mentefatos - ou fatos da vida psíquica, interior, e os manufatos - os objetos fabricados pelo homem. Esses dados constituem a substância do universo antropono-cultural, que se organiza em rede, através de classes de equivalência de partições binárias sucessivas que mantêm entre si diferentes tipos de relações de oposição.

A memória pode também ser objeto de outras ciências humanas (além da psicologia) como da própria história, da sociologia, da sociologia da história, da antropologia, da etnologia - e a perspectiva de análise depende sempre do objetivo do estudo que se tem em mente. Mas, neste caso, não estamos falando apenas de memória individual; estamos falando de memória coletiva, memória de uma comunidade sócio-lingüístico-cultural, por

exemplo. Este fato, creio eu, ilustra de forma adequada as asserções iniciais referentes à questão epistemológica que se coloca diante de todos quantos lidem com as ciências humanas, afinal de contas, elas, de maneira geral, têm como objeto, algo que se camufla sob a imagem dupla e oposta, mas não excludente, do real e do imaginário. As ciências do homem precisam ter como evidência diante de seus pesquisadores o fato de que, sob a perspectiva humana, o real (biofatos, sociofatos e manufatos já citados) e, eventualmente, o imaginário (os mentefatos, fatos da vida psíquica) contraem relação de bitransitividade, e poucas vezes estão em relação de oposição disjuntiva. Na memória coletiva, por exemplo, ficam as imagens dos ídolos e dos heróis de uma determinada comunidade, ao passo que na memória individual amalgamam-se as veias da experiência coletiva e da experiência individual.

Precisamos conceituar, sob outro ângulo também, o que é cultura. Podemos afirmar, de modo geral, que sob o rótulo cultura subentende-se o complexo de padrões de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade, por outro lado, memória - palavra que tem origem latina (ao menos em português...) - etimologicamente significa lembrança, recordação. Em latim, o verbo *memoro*, -as, -avi, -atum, -are era empregado tanto com o sentido de lembrar ou recordar, quanto com o sentido de dizer, contar, fazer menção, narrar. Adiante poderemos ver em que medida esta acepção de memória, vinculada a noção de narrar ou contar, deve interessar-nos.

Retomando, ainda, a noção de cultura: uma civilização determinada pode ser reconhecida por diversos elementos constitutivos. Em primeiro lugar, por seu sistema lingüístico; em seguida, pelo conjunto de leis ou costumes políticos de base em que se inspira a organização das vidas pública e privada de todos os gêneros de comunidade. Também pelo sistema dos costumes sociais a partir dos quais se cria a variedade dos ritos que regem as relações entre as pessoas, os lares e famílias e, acima de tudo, o rito da educação dos filhos. O sistema econômico, por seu turno, embasa a produção dos bens e organiza a circulação e distribuição deles para o consumo dentro dos grupos. O conjunto de conhecimentos técnicos faz surgir as mais diversas formas de artesanato. O conjunto de conhecimentos científicos dimensiona o grau de análise organizada que uma determinada comunidade possui acerca da realidade. O sistema filosófico ilumina a sua concepção de mundo. O sistema religioso regula as relações entre vivos e mortos, oferece soluções para o problema da origem e do fim último do homem. Todos esses elementos são, em primeiro lugar, fatos da História.

Mas a História, senhoras e senhores, tem, pelo menos, duas dimensões distintas, porém complementares, não excludentes: uma dimensão objetiva, factual, marcada por acontecimentos que podem ser, ou podem ter sido, documentados, e uma dimensão subjetiva, individual, que resulta do fazer-interpretativo a que cada indivíduo de uma coletividade submete a realidade em função dos próprios valores sócio-culturais de que ele é portador. Todavia, não existe fato objetivo em estado puro (talvez apenas enquanto

categoria filosófica), porque, enquanto animal simbólico, o Homem tudo reduz e tudo submete ao seu fazer-interpretativo, resultante dos quadros de referência da cultura a que pertence e resultante de sua própria experiência passada.

Carl Jung, um dos fundadores da psicanálise, já falava a respeito da noção de inconsciente coletivo - alusão óbvia a arquétipos - imagens psíquicas - que se depositam na memória da coletividade e acabam sendo transmitidas de geração em geração. Este é um aspecto - a despeito das eventuais controvérsias que interessa muito a outros domínios conexos, como é o caso da tipologia das culturas, da sociologia do conhecimento, antropologia social, etc., ou seja, é um aspecto que diz respeito à compreensão múltipla dos diversos modelos culturais. A lingüística, por seu turno, explica que a língua [todas as línguas, é bom frisar] é um produto social, ou seja, resulta da interação complexa das necessidades comunicativas de uma coletividade, ao longo do eixo histórico, com a produção de condições específicas de domínio sobre a natureza que cerca essa coletividade. Portanto, enquanto produto social, a língua é uma das diversas facetas, mas seguramente a mais poderosa enquanto expressão simbólica, de uma determinada cultura. E sendo um produto social, a língua é transmitida de geração em geração e sofre mudanças, ao longo do tempo, em consequência da ação coletiva. O ser humano, enquanto falante de uma língua qualquer, é um sujeito muito específico do discurso que ele próprio produz, na medida exata em que é sujeito dos discursos produzidos antes, por ele próprio e pelos outros membros da comunidade sócio-lingüístico-cultural. Outro fato importante a ser lembrado nesse contexto é o seguinte: quando aprendemos a língua materna, não aprendemos apenas aquelas 1.500 regras que, via de regra, os falantes de qualquer língua natural precisam dominar para serem capazes de utilizar o código; aprendemos, também, a escala de valores sociais da comunidade sócio-lingüístico-cultural e acabamos enxergando o mundo que nos cerca através da análise a que essa comunidade em particular submete a realidade. Afinal de contas, além de ser a única espécie dotada de um tipo de memória bastante característico (memória que pode ser estocada e reproduzida) e além de ser, ainda, capaz de produzir fatos e artefatos culturais, o ser humano é também a única espécie que se caracteriza pelo fato de ter inerente à sua essência aquilo que se convencionou chamar de função simbólica. Em outros termos: somos a única espécie capaz de representar a realidade que nos cerca - exterior ou interior - através de diversas linguagens, diversos sistemas de significação. O universo cultural humano produz os traços formais capazes de serem transformados na substância do chamado universo semiológico (universo de funções sígnicas) nele contido e este universo semiológico submete o universo cultural a uma ordenação não-analógica. Daí a razão pela qual as mais variadas línguas não expressam de modos diferentes as mesmas coisas, mas expressam, de modos diferentes, análises distintas da realidade. A percepção que cada grupo sócio-lingüístico-cultural possui da realidade é diferente. Alguns exemplos podem explicá-lo de maneira clara: os falantes da lín-

gua portuguesa conseguem distinguir um curso d'água apenas pelas dimensões: rio, riacho, córrego, ribeirão, etc. Mas para um falante do francês inexistente a noção de rio: ele distingue dois objetos culturais diferentes: *rivière* (um curso d'água que desemboca em outro curso d'água) e *fleuve* (um curso d'água que desemboca no mar). Numa das várias línguas da família Bantu da África, o kinyarwanda (falado no Burundi e em Ruanda) inexistente palavra para designar a noção de hoje e, curiosamente, os mesmos termos designam as noções de anteontem e depois de amanhã (*ejobundi*) e ontem e amanhã (*ejo*), respectivamente. Numa língua como o japonês, objetos de formatos diferentes - quadrados, redondos, retangulares - ou funções distintas - utensílios domésticos, livros, peças de vestuário, etc. são enumerados, quando contados, com classificadores, ou seja, prefixos lingüísticos diferentes. Não se pode contar, simplesmente, de modo igual, uma camisa, um livro, etc.; contam-se objetos diferentes; trata-se de uma percepção cultural específica. Estamos, portanto, num primeiro ponto interessante de confluência entre língua e cultura: pode afirmar-se que uma língua contém a cultura de seu grupo, na exata medida em que ela expressa os valores dessa cultura. mas podemos dizer, também, que uma cultura contém a língua que a veicula, na medida em que essa língua veicula, só e exclusivamente, os valores subjacentes a essa cultura.

Portanto, quando começamos a vasculhar os territórios em que a cultura se entrelaça com a memória coletiva, verificamos que a cada etapa do desenvolvimento da produção, da evolução das relações sociais e do progresso da autonomia do homem com respeito a seu meio ambiente correspondem maneiras particulares de viver o mundo. A cultura pode ser considerada como uma espécie de segunda natureza do ser humano, na medida em que a passagem da barbárie para a civilização, historicamente, caracteriza-se pela ausência ou pela presença de valores sociais organizados. E, a partir do momento em que surgem valores socialmente organizados - sobretudo a divisão social do trabalho - , temos uma intervenção consciente do ser humano no meio ambiente que o cerca, com a conseqüente alteração dos meios e modos de produção que, por seu turno, implicam mudanças quantitativas na forma de preservação do saber acumulado. Nas chamadas sociedades primitivas e nas civilizações da antigüidade, o ato de narrar possuía relevância muito especial, porque era (e continua sendo nas sociedades ágrafas que ainda hoje subsistem pelo mundo afora) o único modo encontrado para preservar e transmitir, de geração em geração, as conquistas técnicas, os feitos heróicos do grupo e, por fim, preservar a própria identidade do grupo. É claro que se levarmos em consideração as grandes narrativas épicas que nos chegaram da antigüidade histórica - como a *Gesta de Gilgamesh*, de origem babilônica (séculos 18/17 a.c.), o *baghavad-gita*, os *rg-veda*, os *upanichades*, o *ramayana* e o *mahabharata* (séculos 3 a 5 a.C.) hindus, as obras atribuídas ao bardo grego homero, isto é, a *Ilíada* e a *Odisséia* (século 9 a.C.), ou, ainda, o *kalevala*, epopéia finlandesa, os *edda* islandeses, elas já representam mais, bem mais, do que uma simples preservação oral do

saber acumulado, porquanto são portadoras de uma verdadeira cosmogonia, uma concepção clara acerca da criação do próprio universo, uma espécie de resposta coletiva as indagações fundamentais que o *homo faber* [o homem hábil, engenhoso] podia fazer a respeito da origem, finalidade e término de sua existência. Aliás, a fronteira entre a barbárie e a civilização é o surgimento do chamado *homo faber*, isto é, do ser humano capaz de intervir na natureza e, deste modo, permitir não somente a sobrevivência mais segura da espécie mas também amoldar o meio ambiente as suas necessidades existenciais. No entanto, como afirma a semióloga francesa Julia Kristeva, o *homo faber* só pode falar com a máscara do *homo significans* [do homem dotado da função simbólica], isto é, do seu próprio contrário.

Entre os gregos antigos, *mnemosina*, aquela que se recorda dos fatos, era a deusa e musa do gênero épico. E o gênero épico, como afirma o pensador alemão Walter Benjamin [no livro *Über Literatura* (sobre a literatura)] é antecessora direta da historiografia. Convém lembrar que a epopéia gira em torno de um assunto ilustre, solene, geralmente vinculado a acontecimentos históricos e, via de regra, o autor é um poeta ou bardo e o protagonista é um herói, ao passo que a epopéia folclórica costuma ser anônima, narrar não é nem uma atitude mecânica nem uma atitude neutra: requer o auxílio da memória, que reconstrói o passado e o projeta no presente e no futuro. E a respeito desta relação convém frisar que o tempo e o espaço são duas dimensões estritamente culturais; não são dimensões físicas percebidas de modo idêntico pelas diferentes culturas. Situar-se no tempo e no espaço implica balizar-se em relação ao mundo, segundo categorias culturais. E a Memória com M maiúsculo - é uma categoria social, um conjunto de fatos retidos, compartilhados e retransmitidos. A memória coletiva pode, muitas vezes, representar uma forma de resistência diante dos próprios fatos históricos; pode conter, portanto, mecanismos de defesa, mecanismos de fabulação, mecanismos de mitificação, mecanismos de ocultação, negação ou sublimação das adversidades, como é o caso típico do Sebastianismo português, que transformou a tragédia nacional - a derrota na batalha de Alcácer Quibir e o desaparecimento do rei Dom Sebastião - numa lenda, num objeto da memória coletiva. Esses mecanismos de que se utilizam a memória individual e/ou coletiva são mecanismos semióticos, caracterizadores dos diversos sistemas de significação que operam no interior de uma coletividade sócio-lingüístico-cultural e aparecem, de maneira muito clara, sobretudo nas - línguas naturais, veículo fundamental da narrativa, da retransmissão e reconstrução dos fatos passados [reais ou imaginários] ou dos fatos, enfim, dignos de rememoração.

Olhar o mundo e contemplar os fatos históricos através do prisma da memória - individual e/ou coletiva - pode lançar luz sobre recantos que, a primeira vista, se ocultam a visão do cientista social. A literatura de cordel nordestina, por exemplo não é apenas resultado da produção de talentos individuais; é, também, a memória coletiva que captura os seus mitos, os seus heróis e os seus ídolos -mitos, heróis e ídolos que, muitas vezes, se confun-

dem enquanto categorias. Rememorar o passado é reconstruí-lo a luz da experiência presente; é submetê-lo a uma classificação em que a neutralidade é sempre impossível.

No mundo de hoje, tecnologicamente avançado, onde a escrita acabou predominando de forma absoluta (a partir da invenção da imprensa, da reprodução mecânica das letras, no século XV), onde os veículos de comunicação eletrônica inundam todos os espaços possíveis e imagináveis, e também todo o tempo disponível das pessoas, as relações entre memória e cultura tornam-se mais complexas ainda, na medida em que existe uma reiteração constante dos mitos, heróis e ídolos criados ou não pelos meios de comunicação, não importa, tentar resgatar, através da memória individual os acontecimentos históricos é um exercício fundamental para entender a articulação dos próprios fatos históricos e a relação desses fatos históricos com os indivíduos, sujeitos do fazer-histórico. Tentar resgatar, através da memória coletiva, esses mesmos acontecimentos históricos é um exercício indispensável para compreender o fazer-histórico e as representações simbólicas de uma comunidade.

O soldado constitucionalista, que, através de depoimento, explica os momentos que viveu em 1932, filtra o fato histórico e sinaliza o ponto de vista através do qual os protagonistas do episódio observaram os fatos. O velho imigrante que narra as peregrinações e as agruras decorrentes da adaptação a uma nova sociedade testemunha não somente o encontro de duas culturas, mas também projeta a visão - idealizada ou não - de sua terra de origem e reconstrói os costumes, a língua, a culinária, a organização social, religiosa ou até mesmo política de seu grupo. O estudante que pesquisa a história de seu bairro, seja através dos livros, seja por intermédio da coleta de depoimentos de antigos moradores e de seus próprios familiares, acaba construindo o seu processo de conhecimento através da reconstrução dos fatos, através da recontextualização desses fatos. Projetar no tempo e no espaço as experiências é um fato cultural, porque humano; é um fato semiótico, porque isso tudo é realizado através de símbolos que possuem uma inconfundível marca do ambiente em que são, ou foram, criados. A memória torna o virtual concreto, porque, sempre, o fazer-interpretativo do indivíduo e/ou do grupo atua sobre os fatos rememorados e os enforma de acordo com a série de valores sociais de que os sujeitos-interpretantes são portadores; a memória, por outro lado, virtualiza a realidade, porque a própria leitura dos fatos concretos, no presente, é resultado do fazer-interpretativo; trata-se, portanto e sempre, de um jogo de espelhos que liga o imaginário ao real e entrelaça estas duas dimensões. Os ídolos de uma época podem tornar-se heróis na memória coletiva na exata medida em que tenham conseguido encarnar as aspirações momentâneas de um grupo social, compete ao cientista social, compete aquele que trabalha numa das diversas áreas das ciências humanas flagrar essas categorias, descrevê-las e explicar-lhes o funcionamento, a estruturação e a articulação. Depende do enfoque metodológico o resultado, a aplicação, ou a utilidade do trabalho realizado nesse extenso território se-

meado entre a memória e a cultura. O mesmo fenômeno pode ser analisado sob ópticas distintas, complementares; cada óptica diferente pode lançar luz sobre os mesmos fenômenos de maneira distinta, reveladora. Para um historiador, a memória oral poderá servir de ingrediente para concatenar os fatos com as fontes documentais e tecer a trama da narrativa que será capaz, assim, de construir. Para o cientista social, seja ele sociólogo, antropólogo ou etnólogo, a memória oral poderá servir de elemento para estudar a articulação de determinadas categorias de fatos no interior de uma comunidade. Para o semiótico, o depoimento oral poderá, por exemplo, ilustrar os mecanismos fundamentais da narrativa popular, ou, ainda, indicar as categorias básicas do fazer-interpretativo dos indivíduos de uma determinada comunidade em relação a um certo conjunto de fatos.

Em verdade, a cultura nada mais é do que um tecido composto pelos diversos códigos ou sistemas de significação que operam no interior de uma determinada comunidade sócio--lingüístico-cultural. A cultura é fato resultante de uma interação coletiva regulada entre os indivíduos que constituem determinado grupo social e a própria percepção que temos da cultura é regida por leis que podem ser explicitadas. A vida de uma cultura é a vida dos inúmeros textos [orais, escritos, de outra natureza, não importa aqui distinguir as espécies] que convivem no interior de uma sociedade, textos que se intercomunicam o tempo todo através da recorrência das mesmas leis semióticas. A semiótica, isto é, a produção da significação somente tem lugar na atividade interacional entre os homens, e estes produzem significação quando e porque interagem. Portanto, se aceitarmos o termo cultura em seu correto sentido antropológico, encontraremos, de imediato, três fenômenos culturais elementares que, aparentemente, não possuem qualquer função comunicativa: 1) a produção e o uso de objetos que transformam a relação homem-natureza; 2) as relações familiares como núcleo primário das relações sociais institucionalizadas e, 3) a troca de bens econômicos. Esses três fenômenos não estão sendo arrolados de maneira casual: eles constituem não somente fenômenos formadores de toda cultura (junto com o surgimento da linguagem verbal articulada), mas também demonstram que a cultura, como um todo, é um fenômeno de significação e comunicação; humanidade e sociedade existem apenas quando se estabelecem relações de significação e processos de comunicação. Logo, a cultura, como um todo, pode ser estudada como um fenômeno de comunicação baseado em sistemas de significação, como afirma o semiótico italiano Umberto Eco. Daí podermos concluir, também, que, na qualidade de *homo symbolicus*, no ser humano a cultura já integra a própria memória - individual e coletiva. Estudando a memória - individual ou coletiva - estamos estudando os fragmentos - maiores ou menores - da própria cultura em que o indivíduo esta inserido. E a nossa memória - qualquer sentido que se atribua aqui ao termo, sentido restrito ou amplo, sentido específico ou abrangente - é um elemento integrante da cultura de que fazemos parte. Portanto, sempre estamos diante de um verdadeiro jogo de espelhos do fazer-interpretativo.

Bibliografia

- Barthes, R. - Mythologies. Paris, Minuit, 1957;*
- Cassirer, E. - Antropologia Filosófica (Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana.)
Trad. de Vicente Félix de Queiróz. São Paulo, Mestre Jou, 1972;
- Eco, U. - La Struttura Assente. Milano, Bompiani, 1968;
- Eco, U. - Trattato di Semiotica Generale. Milano, Bompiani, 1976;
- Goldmann, L. - Recherches Dialectiques. Paris, Gallimard, 1959;
- Greimas, A. J. & E. Landowski (Org.) - Introduction à L'Analyse du Discours em Sciences Sociales. Paris, Hachette, 1979;
- Greimas, A. J. - Sémiotique et Sciences Sociales. Paris, Sevil, 1976;
- Hymes, D. (Ed.) - Language in Culture and Society. New York, Harper, 1964;
- Kristeva, J. - La Sémiotique, Science Critique et/ou Critique de lá Science. In: Semeiotiké. Paris, Sevil, Tel Quel, 1969;
- Lévi-Strauss, C. - Anthropologie Structurale. Paris, Plon, 1958;
- Lévi-Strauss, C. - Le Totémisme Aujourd' hui.. Paris, Puf, 1962;
- Machado Neto, A. L. - Formação e Temática da Sociologia do Conhecimento. São Paulo, Convívio: Edusp, 1979;
- Morris, Ch. - Signs, Language and Behavior. New York, Prentice Hall, 1946;
- Pais, C. T. - Relações Isotópicas e Heterotópicas no Universo Semiológico. In: Significação: Revista Brasileira de Semiótica. Ribeirão Preto, nº 1, 1974;
- Pais, C. T. - Ensaio Semiótico-Linguísticos. 2ª Edição. São Paulo, Global, 1984;
- Rastier, F. - Idéologie et Signes. Haia, Mouton, 1971;
- Ricoeur, P. - Symbole et Temporalité. In: Archivio di Filosofia, 1-2, 1966;
- Robin, R. - Histoire et Linguistique. Paris, Armand Colin, 1973;
- Vygotski, Liév S. - Mychliênie i Riétch (Pensamento e Linguagem). Moskvá, Izd-vo Naúka, 1956;

Memória e Trabalho

"Quando o apito da fábrica toca..."

Prof. Dr. Luiz Roberto Alves

Coordenação de Pesquisa do Instituto Metodista

Departamento de Comunicações e Artes da Universidade de São

Paulo

O III Congresso de História do Grande ABC propõe que recuperemos e partilhemos mais alguns fatos e valores ocorridos à sombra das chaminés, quando e onde soam os apitos. Sugere também que a memória daquelas gigantescas válvulas de escape da produção industrial associadas aos sons indicativos do tempo do trabalho criem relações com as produções artísticas e os relacionamentos interindividuais e grupais. Nesse sentido, o programa de trabalho deste Congresso continua a considerar a força preponderante do sistema de produção industrial e sua lógica econômica, que transformaram esse espaço de passagem entre o planalto e o mar em um pólo de grande condensação urbana. Ao mesmo tempo, a lógica humana das relações sociais colocou as suas necessidades e desejos na lógica da produção e fez do subúrbio a morada, do escoadouro de produção a fundação de suas raízes, do espaço auxiliar da metrópole um centro nervoso de relações de trabalho. O que seria fluido e difuso se reorienta como concentrado; o que poderia ter sido uma parte especializada da dinâmica do capitalismo dependente tomou-se uma fatia capaz de dar provas do sabor pleno do país, suas riquezas culturais, contradições sócio-políticas e desafios.

A temática do Congresso não segue o caminho mais fácil, que seria o de atestar nosso salto para a pós-modernidade, quando já não há mais grupos de interesse, ou classe, quando o sistema industrial de produção não determina as formas de relações de trabalho, quando a terciaridade plena já excluiu qualquer coesão entre trabalhadores e seus meios de produção. Ora, num momento histórico em que a cidadania ainda é uma conquista sofrida, em que o desemprego não indica a supremacia da informatização mas a política de reaplicação de capital e no qual as chaminés com dificuldade são contidas em sua sanha de ataque ao ambiente natural, neste tempo, que ainda vivemos, o pesquisador, o estudante e o educador, o cidadão e a cidadã sensíveis precisam reconhecer que há um caminho ainda longo e não-fácil para que essa concentração humana produza a passagem do seu sistema de produção sócio-econômico-cultural com a dignidade e a grandeza que merece.

Para tanto, convém duplamente o exercício da memória: para que sintamos as várias dimensões (afastando preconceitos e estereótipos) pelas quais esse sistema industrial de produção possibilitou o adensamento humano, o salto quantitativo dos 25.215 habitantes da região em 1920

para os atuais dois milhões de pessoas, a par do pulo de qualidade nas formas comunitárias e sindicais de organização. Do mesmo modo, é imprescindível que o nosso encontro com a realidade histórica plena, mediado pela categoria do trabalho, possibilite e estimule os novos lances da ação social organizada na passagem já em desenvolvimento para as novas formas de relações econômicas e sociais. Oxalá essas novas formas superem a frustração perante as atuais formas de progresso que submetem as maiorias à miséria.

Memorizar o trabalho sob os signos dos apitos e chaminés implica ver que as formas variadas de cultura aqui produzidas se enovelaram em torno do trabalho; que o trabalho produziu certas culturas; que os sons das sirenes e a fumaça das chaminés são valores e pontos de referência para a memória e, enfim, para a cultura criada no Grande ABC.

As sirenes e apitos ordenam o tempo, enquanto as chaminés dão sentido ao espaço. Em nossa região, muito cedo os campanários submeteram-se à força sonora dos apitos industriais, superando a memória da centralidade religiosa dos espaços interioranos e anunciando que um poder mais alto se levantava, enquanto as torres, símbolos por excelência da conexão entre terra e céu, entre a matéria e o espírito, se transformavam em condutos da nova força, do novo poder temporal.

A arte brasileira foi brilhante para mostrar a realidade humana decorrente desses poderes da sociedade industrial. Não o fez sem algum estereótipo, como o do Jeca Tatu, lado atrasado do Brasil, o não-progresso, o que necessita dos produtos da nova sociedade para sair da sua letargia. Monteiro Lobato não perscrutou o sentimento e a inteligência do Jeca, mas o seu corpo abatido pelos séculos de exploração. Ali viu somente o atraso, mas não o resultado das relações de produção no mundo agrário. O mundo da cidade deveria salvar o rural (o que de fato não poderia acontecer e não aconteceu, porque o processo migratório não é a salvação, mas sim o adiamento dos confrontos e crises; bombas relógios que o Brasil continua a ver estouradas em suas mãos). A arte literária viu também a extrema frustração perante o sistema industrial, o quixotismo evidente na personagem Vitorino Papa-Rabo, de José Lins do Rego, o novo cavaleiro da triste figura a dar pinotes e rodeios com o seu pangaré, sob o apupo das crianças e a gozação geral. Vitorino é o quixote sem rumo, sem perspectiva perante o novo sistema de relações de trabalho, em que o antigo banguê e o manual engenho vão sendo substituídos pela usina, capaz não somente de triturar cana, mas também carne e ossos dos humanos a ela submetidos. Assim, um dos frutos do trabalho é a própria morte, aquele velho castigo que Lewis Mumford e outros profetas da modernidade industrial viam na formação das cidades.

Mas não foi somente isso que a arte viu e mostrou. A revolução começa quando o modernismo literário quer captar essa novidade industrial nas próprias palavras, no próprio significante, a fim de fazer o que Oduvaldo Viana sugeriria mais tarde: olhar de perto e diretamente nos olhos da

tragédia, para superá-la. Nas brincadeiras com as palavras, na aglutinação dos mundos italiano-espanhol-brasileiro, que se encontram em Bandeira, Alcântara Machado, Mário de Andrade e outros já se começa a sugerir o domínio do humano sobre o processo tecnológico. A superação do dilema tem na palavra a sua primeira visibilidade. O silêncio do Jeca, ou do migrante, a angústia monossilábica do Vitorino, de Lins do Rego, serviram à proliferação do domínio, enquanto a criação poética do modernismo começou a tourear a nova fera industrial. Mais evidente é o discurso dialético que se encontra na música de Noel Rosa, *Três Apitos*, em que o primeiro apito é o reconhecimento do poder sonoro da indústria sobre a sua amada, trabalhadora da fábrica de tecidos, o segundo é o contorcionismo do amante e sua angústia para aproximar-se dela, tão envolvida pelo processo de produção. No terceiro apito, ou terceiro momento, a tomada de consciência de que aquele apito era negativo ao seu amor. Aí o humano sensibilizado se revolta contra o chefe da amada, símbolo do processo, cuja impertinência inviabiliza o encontro amoroso.

De fato, não seria correto dizer que o rosto, ou as faces das nossas cidades industriais foram moldadas pelos equipamentos industriais aqui instalados, cujo simbolismo no apito e na chaminé marcou um sistema de referência. O molde das nossas cidades, e as nossas sete como destaques no cenário brasileiro, foi dado pela tensão, pelo confronto, pela falta de consenso entre o tamanho da humanidade e o tamanho do sistema, pelo duelo entre as falas, as metáforas, as poéticas do povo querendo dizer mais alto do que simbolizavam o apito e as chaminés. Qualquer identidade só pode dar-se mesmo no confronto. Sensibilizar-se para juntar gentes e falas a fim de não se submeter aos apitos exclusivos e à imponência das chaminés foi o desafio contínuo dos homens e mulheres do ABC. Esses confrontos criaram a cultura do trabalho, forma especial de criação de valores e símbolos em que o velho vetor do trabalho como suor, sofrimento e morte dá lugar não ao trabalho como honra e nobreza, mas a um modo de criar valores e símbolos em que a fala humana supere a intensidade dos apitos e o calor dos homens e mulheres seja superior ao das chaminés. Tarefa incompleta, mas que já tem história.

De fato, as formas da cultura fincadas sobre a base do trabalho aqui desenvolvidas privilegiaram a alta comunicabilidade advinda da máxima concentração. Assim, a primeira recusa cultural foi a de que esse espaço fosse mera passagem passiva, ou linha auxiliar da metrópole. A concentração humana em espaço limitado é fator de degradação, mas aqui converteu-se em alta comunicação, rede nascida da própria deficiência de sua original instalação como um acampamento industrial, depois de deglutir as experiências agrícolas de imigrantes e nativos. Concentração de voz alta, de recuperação da memória, de acumulação de experiências.

Essa forma de pensar a cultura, que Noel Rosa e os modernistas intuíram e a concentração industrial do ABC vivenciou, isto é, produzir comunicabilidade e discurso inteligível e de alta sonoridade a fim de não se

submeter à imponência do sistema, tem exemplos concretos. E não nasce em 1970, mas se abre em maior comunicabilidade, experiência e sonoridade sob a força da memória reprimida, memória migrante-imigrante que aceita silêncios parciais para produzir-se em gritos maiores.

Entre tantos exemplos, a memória puxa fatos para dizer desse modo de fazer cultura pelo confronto, pela não-consensualidade, pela comunicabilidade da experiência, que são a cara das nossas cidades.

Cito inicialmente um fato do fim do século XIX, quando apitos e chaminés eram coisa novíssima, marca do novo impulso industrial, da inicial migração campo-cidade, dos primeiros acampamentos. Cito a visita do Imperador Pedro II aos colonos italianos estabelecidos no hoje São Caetano. O fato está presente no livro do colega pesquisador José de Souza Martins, *Subúrbio*.

Desde alguns dias após a sua chegada (os italianos não tinham suportado a vida nas fazendas para as quais tinham sido aliciados) os imigrantes começaram a reclamar das condições adversas: falta de mantimentos, incerteza na demarcação de lotes, mortes por doenças. Várias revoltas precederam a visita de D. Pedro II ao final da tarde de sábado, 28 de setembro de 1878. Três meses depois de chegados, 15% dos italianos haviam morrido no núcleo de São Caetano. A morte dá, pois, o tom do ritmo do trabalho.

A visita real se realiza como complemento à sociabilidade de S. Majestade. Dura precisamente uma hora, vindo de São Paulo por trem. Chega às 15h45 e parte às 16h45. O seu olhar real se encontra com as casas precárias de poucos trabalhadores, algumas senzalas mais antigas (sinal do outro sistema de trabalho, o escravo) e a linda capela barroca do século XVII, construída na fazenda dos beneditinos. Durante a manhã e parte da tarde daquele 28 de setembro o imperador assistira a aulas na Faculdade de Direito, visitara e apreciara obras de arte na Igreja do Pátio do Colégio, recebera comunicações de caráter pessoal e então tomara a São Paulo Railway para uma parada no subúrbio que abrigava italianos. Algumas linhas do seu diário merecem a nossa análise. Referem-se à visita. O que dizem: São Caetano, colônia do governo d'italianos. 162, estabelecidos os mais antigos há pouco mais de um ano. Parece que prosperavam plantando cereais. Convém que tenham melhores casas. Estão contentes.

D. Pedro II não articula a realidade, mas destila um discurso pré-construído, a despeito da materialidade frente aos seus olhos. Ele não ignorava as contradições da imigração subvencionada, na qual abrigava projetos e interesses. As notícias certamente lhe chegavam. Ademais, o trajeto entre a ferrovia e a sua rápida hospedagem no núcleo colonial lhe proporcionara o Brasil, passado-presente: casas precárias, senzalas e igreja barroca finamente decorada. No entanto, a asserção, a consideração e a determinação postas no papel, para ficar, para sempre, obedecem à lógica do senso-comum do poder. Surgem os verbos: *é, parece, convém e estão*: a estrutura maior da determinação concede o direito intermediário à impres-

são, recurso realista para ver alguma materialidade, mas que termina sendo mera observação, detalhe demagógico de interesse. No entanto, a auto-explicação se fecha em determinação: estão contentes. Parece que D. Pedro está criando uma historinha, fazendo ficção ingênua. Assim: Era uma vez um grupo de italianos que chegou ao Brasil para trabalhar e ganhar a vida, estabelecendo-se na periferia da cidade de São Paulo. Depois de algum tempo de luta, prosperaram com o cultivo de cereais. No entanto habitavam casas acanhadas, as quais, à medida da prosperidade no cultivo de cereais, iam melhorando. Enfim, esses trabalhadores eram felizes.

O texto escrito pelo Imperador é paradigma dos muitos discursos oficiais relacionados ao trabalho, à prosperidade, ao pioneirismo. Perpassam as falas de palanque e de palácio e jorram pelos livros didáticos e para-didáticos, nos quais a carne, o sangue e o suor dos pretensos cidadãos, vida feita cultura pelo trabalho, se reordenam em matéria verbal competente para refluir o criado à condição de natureza. Estão contentes, perenidade da natureza do estar, do ser o que convém, da história feita paisagem. Ali, o mundo do trabalho da nossa região é espaço de paisagem somente. Se é verdade que o olhar do poder não represa a realidade, pois os núcleos coloniais continuaram como espaço de sofrimento, pobreza e luta, no entanto interfere como conceito, os trabalhadores estão contentes. O que parece à elite termina sendo a realidade, diferentemente do que tem dito a arte e a sensibilidade dos cidadãos sobre o mundo do trabalho. O texto escrito pelo Imperador em 1878 atualiza a visão folclórica e romantizante do povo e, entre casebres, fachadas barrocas e senzalas de escravos ou novos escravos, determina a alegria, o contentamento. O discurso de D. Pedro nega o esforço dos novos trabalhadores para superar a fragmentação cultural, a condição abjeta e transformar um espaço de passagem e paisagem em centro de trabalho. Então se pode estar contente morrendo diariamente de diarreia e tuberculose? Ou estar contente quando nenhum filho pode ir à escola? (Em 1915 menos de um quarto das crianças escolarizáveis da Borda do Campo freqüentavam escolas. E as que iam, logo a abandonavam para meter-se no mundo do trabalho)

O apito do trem de D. Pedro não sinalizou qualquer crescimento na dignidade dos trabalhadores. No entanto, as vozes não se calaram. Cresceram. Se esse sistema de produção significava salário baixo, doença, mutilação, silêncio, em torno dele produziu-se um conjunto de sons e falas que se transformou em ato político. Ora, o humanismo renascentista italiano já tinha ensinado que a comunicabilidade é a própria essência da vida civil, da criação de sentidos para a cidade, o burgo. Felizmente, os pobres não aceitaram integralmente os discursos positivistas dos republicanos e mantiveram dentro de si reservas da velha experiência grupal já vivenciada na Europa, na África e no ambiente nativo desses trópicos.

E os sons crescem. Os gestos também, confrontando-se a apitos e chaminés. Aqui, reorganizo e condenso informações também presentes nas obras de Ademir Médici e outros companheiros da memória. Há uma

produção homóloga de fábricas e resistências. Vejamos. A expansão do capital entre nós pode ser vista na seqüência da instalação dos equipamentos industriais e mostram a relação entre a ação humana e o processo industrial de produção. Em 1913, instala-se o Matadouro Martinelli, bem como a Cerâmica Privilegiada. A Rhodia, 1919, ao lado da metalúrgica Ligdgerwood. No ano de 1922 a Refinadora de Óleos Brasil. No ano seguinte, a Pirelli. Matarazzo em 1926, General Motors em 1927, Varam Motores em 1948. Os anos cinquenta encontram Willys Overland, Mercedes e as demais conhecidas, ao lado de ampla rede de auto-peças e indústrias químicas.

O operariado já é realidade. Em 1902 e 1907 algumas lutas nas tecelagens resultam vitórias parciais quanto à jornada de trabalho. Já em 1907 é fundada em São Bernardo a Liga Operária. Em 1917 também os trabalhadores da nossa região param no famoso movimento. O jovem Castellani é fuzilado no centro da atual Santo André ao participar de passeata. Seu assassino é promovido de posto policial. Alexandre Zanella, italiano, líder dos pedreiros, vai deportado para o seu país em 1919. Há outras deportações nos anos 20 e 30, ao lado da criação de uniões operárias e sua transformação em sindicatos, a despeito da estrutura sindical montada pela ditadura getulista. Em 1939 funda-se o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Dirigentes Sindicais promovem movimentos contra o fascismo. Armando Mazzo e uma grande bancada de vereadores da esquerda são eleitos e impossibilitados de tomar posse em 1947 pela força. O Sindicato Metalúrgico de São Bernardo e Diadema é fundado em 1961. Criam-se movimentos universitários e operários de resistência às repressões. Há presença da arte teatral e literária no esforço de criar a sonoridade para esse esforço humano de criar uma cultura nascida do trabalho. E porque nascida do trabalho, da semântica do trabalho, capaz de resistir à idéia de trabalho como castigo, mutilação, morte. Seguem-se os acontecimentos brilhantes dos anos 70, que ajudaram a rever e questionar o modelo político brasileiro, patrimonialista e liberal, rígido e falsamente modernizante.

Ao incômodo da condição humana submetida, que a arte sentira e dissera, seguiu-se a resistência, a criação de instrumentos comunicantes, veículos capazes de evitar o silêncio e o oco sem beiras do desespero. Nessa evolução, projeta-se alguma identidade, resultado do próprio confronto. Não se pode identificar com *a* sem confrontar-se com *b*.

No caso da região do ABC, a identidade haurida no processo de industrialização vê o esforço por superar as oligarquias regionais, que não foram diferentes do coronelismo nordestino até onde puderam dominar; vê a criação de instituições adequadas ao jogo de confronto entre capital e trabalho, desde as sociedades de mutuo socorro e ligas aos sindicatos e centrais. De fato, quem descobre a vocação complexa das sociedades industriais como a nossa não são as elites, as oligarquias, para quem a organização social é simples porque de mão única, mantendo as mesmas regras de domínio. Quem descobre a vocação complexa dessas cidades é a orga-

nização de trabalhadores, o grupo que teve de ouvir o som dos apitos e sentir o vulcão das chaminés, secundada pelos gestos artísticos que procuravam expressá-los e realizar a análise da experiência. Para tanto, o baú das memórias e a alta comunicabilidade foram imprescindíveis. De fato, a sociedade civil é educada pela condensação da memória e pela animação dos modos de comunicar a experiência. Mumford tinha razão na sua obra *A Cultura das Cidades*, onde afirmou que é na cidade considerada como teatro que as atividades propositivas do homem são formuladas e elaboradas, mediante o conflito e a cooperação de personalidades, acontecimentos e grupos, para resultar nas culminâncias mais significativas. Aqui se produz uma visão da totalidade brasileira. Só não se fez mais porque as representações políticas, executivas e legislativas, foram sempre muito inferiores às forças de resistência e às formas de organização e, sendo inferiores, vesgas, oligárquicas, atrapalharam as formas de organização, de comunicação, de proposição.

Outro bom exemplo desse processo se realizou depois da II Guerra Mundial. Como se sabe, o sistema industrial revelou-se obsoleto, exigindo atualização. Os senhores do capital exigiam do governo benefícios múltiplos para a extensão do sistema industrial, modernização e capacitação para o consumo de massa, que exigia alta produção. Paralelamente, os líderes trabalhadores exigiam liberdades cívicas, democratização. Intuíam que a extensão do capital sem democratização toma-se o império das desigualdades, pois nenhuma quantidade cria a qualidade se não for uma quantidade já qualificada por valores. O movimento de trabalhadores sugeriu sempre que os apitos e chaminés tivessem sons diversos (como é horrível ouvir sempre a mesma cantilena ...) e tamanhos humanizados. As torres-chaminés não poderiam ter, na modernidade idealizada pelos trabalhadores, a altura teológica das velhas torres, que diminuam o humano, provocavam o respeito medroso e o sentido do domínio. Por isso, as criações de resistência na região tiveram a memória das coisas grandes, amplas, como amplo e grande sempre foi o capital dominante. Miguel Guilhen, o velho sindicalista, se recorda de um fato do tempo da guerra, quando os industriais solicitavam o apadrinhamento do governo para expandir e eles as liberdades democráticas. Em primeiro de maio (diz Guilhen) a turma forçou a vinda do Getúlio Vargas a São Paulo, aqui no Pacaembu, para assinar a legislação trabalhista, essa porcaria que está aí, essa nossa legislação. O Getúlio veio em companhia do Marcondes Filho (Ministro do Trabalho) e mais um sujeito lá. Nesse dia o estádio do Pacaembu lotou de forma tal que se jogasse uma agulha para cima ela não cairia no chão de tanta gente. E nesse dia o Getúlio engoliu tudo que fosse reivindicação. Ele engoliu o problema das liberdades sindicais, engoliu a decretação de guerra contra o nazi-fascismo e engoliu também o pedido de todo o povo de anistia ampla e irrestrita, inclusive a Luiz Carlos Prestes, que era o que mais fedia para eles. E ele disse: Atenderei o que vocês estão pedindo. Aí a coisa começou a andar. Uns cobravam expansão de lucros, outros cobra-

vam liberdades. Mas quem cobra liberdade só o faz em público, muito público. A memória de Guilhen se atualiza na fala do líder político-sindical Luiz Inácio da Silva, feita por ocasião do I Congresso, em Santo André. Dizia Lula: No começo de 1979 assisti uma disputa do campeonato brasileiro. Corinthians *versus* Guarani. O Morumbi estava entupido de gente. Eu sonhava fazer uma assembléia com o número de pessoas de um campeonato de futebol. Assim, a gente ia poder virar a mesa. No dia 9 de março convocamos a assembléia e, para minha surpresa, o Estádio da Vila Euclides entupiu de gente por todos os lados. Nós não tínhamos nem mesmo uma aparelhagem de som. Era tudo na base do grito. Eu gritava e o pessoal ia passando o que eu dizia para aqueles que não podiam ouvir, lá atrás. Imagine como as coisas chegavam lá no fundo do estádio... Depois dizia que a gente tinha que convencer o peão e depois a mulher dele. Caso contrário, ela passava a ser a mais adversária dele e da greve, com medo do marido perder o emprego e a família passar fome. Depois tínhamos que convencer a sociedade, para que ela fosse solidária.

O Morumbi entupiu de gente. O Vila Euclides também. Noutros momentos as igrejas e ainda as praças e as ruas. Tudo entupido de gente. Não a imagem de Guimarães Rosa sobre os catrumanos das gerais, gente sem nenhuma organização, mas a recorrência à dignidade como resultado do entupimento de gente. Pois o entupir reelabora o sentido de tomar conta, em oposição à rarefação dos corpos e mentes cada qual para seu lado. O desentupimento faz escorrer ralo abaixo os corpos e as intenções dos protagonistas de algum projeto. O entupimento é a concentração, uma espécie de gravidez necessária ao crescimento e à maturidade, além de se transformar em algo sólido, visível à distância, construtor de solidariedade que se fortalece e vem à luz. Ora, os pobres do mundo rural e suburbano conheciam o pouco encontro, a concentração mais que pontual, a distância divisionista, a comunicação fragmentada (por isso Monteiro Lobato faz injustiça para com o Jeca Tatu). Essas cidades fizeram por tornar-se o contrário do desentupimento, que significava nos governos militares a circulação por empregos ou o desemprego, chamado *turn-over*, num contexto que não concentrava, ou entupia, índices justos na contagem da economia, mas destilava em conta gotas os sinais da mentira do bolo nacional de lucros em ritmo de comunicação global. Assim, o entupimento dos espaços era a simbolização da retomada dos lugares públicos, que devem servir para a festa e para o reclamo. Se o entupimento do estádio de Vila Euclides demandava um valor superior à concentração futebolística no Morumbi, ambos se opunham à fragmentação operada pelas comunicações de massa, ou pela propaganda getulista, as quais se horrorizam perante o ajuntamento de pessoas. A metáfora refaz a história regional: o entupimento de gente - que se nega a ser pedaço ou detrito - no espaço público ampliado pela transmissão das vozes (que se amplifica nas práticas da rádio peão) é a necessidade vista, desejada e trabalhada nos mais de 150 anos de transmissão de experiências das passagens do planalto que exigiam o fincamento

de suas raízes. Desde o movimento dos imigrantes empobrecidos aos migrantes desejosos de recriar a vida severina. No entupimento de gente supera-se a informação pela comunicação, a resistência pela proposição. Noutras palavras, aí fica claro o desejo de não aceitar as formas de desintegração. Entupir significa estar perto, ouvir, dizer. Não admitir a rotina e o vazio, bem como a racionalidade tecnocrática e o individualismo.

Ouvindo as histórias populares (e nós coletamos mais de 1.200 delas em quatro anos de trabalho nas sete cidades da região, entre 1980 e 1984) detectamos na memória de vida de migrantes, nativos e imigrantes valores semelhantes à experiência aqui argumentada.

Quando os homens e mulheres contam as histórias de suas vidas produzem aquela dialética também presente na música de Noel Rosa e nas atitudes dos movimentos sociais perante o sistema econômico-industrial: suas falas querem ser um acontecimento coletivo, em que o *eu* deseja dizer não somente de si, mas de todos. Em segundo lugar, reconhecem os problemas culturais como valores básicos que têm de enfrentar. Finalmente buscam o equilíbrio, buscam descobrir a totalidade da vida (afinal de contas, quem é que deseja ser um pedaço alienado da vida e da história? Não está aí toda a angústia que sentimos nos livros de Kafka e Albert Camus?) As histórias são o lugar em que a fala deseja garantir a vida, como sempre nos mostrou Manuel Bandeira ou Carlos Drummond de Andrade e cada poeta que conhecemos, de longe ou de perto!

Pode ser a história da senhora Natália, de Santo André: Nós chegamos em 1936 como imigrantes, né? Aí fomos trabalhar na fazenda Arara. A situação era muito difícil e não dava prá continuar porque nós éramos muito vigiados. Eles cozinhavam o milho como feijão, pão com serragem (outro narrador já tinha dito que o pão nosso de cada dia é sinal do estado da nação: pão com serragem, bromato e outras coisas são evidências de que o país vai mal, inclusive eticamente). Mas dona Natália continua: Aí começamos a ficar doentes. Quem tinha dinheiro podia ir embora da fazenda. Quem não tinha cumpria a missão de trabalho de seis meses a um ano. A família era grande e nós era muito pequeno. Então meu pai resolveu fugir da fazenda, ele e mais três homens de outras famílias que estavam juntas na Colônia. Tentaram fugir prá procurar uma vida melhor, né? Aí minha mãe e nós ficamos na fazenda e meu pai partiu com a minha irmã mais velha e outro conhecido. Aí ele combinou com a minha mãe se em prazo de três dias não voltasse, então era prá ela catar as crianças e seguir caminho, ir embora prá cidade mais próxima. Aí minha mãe viu que meu pai não veio em três dias, pegou a criança. Engraçado que ela cozinhou um saco de feijão e um de milho, cozinhou e pôs nas costas dos irmãos mais velhos e aí nós partimos. Ficamos três dias andando até chegar em Cafelândia. Aí nós esperamos o caminhão que levava transporte para Lins, então pedia carona prá levar até Lins e lá pegava o trem prá ir a São Paulo, parecia pau-de-arara. Aí nós caminhamos. Nossa, nós chorava de fome e minha mãe tinha um nenezinho de seis meses. Não tinha leite nem comida

e quando chegou em São Paulo ele morreu. Trouxeram nós em Lins para pegar o trem e nós ficamos dormindo três dias na estação prá pegar o trem. Minha mãe teve de dar coisas boas que ela tinha prá poder pagar o trem. Então nós pegamos o trem e descemos na Estação da Luz e meu pai tava lá esperando. Lá ele era livre, não tinha mais perigo e ele levou a gente na casa de um conhecido. Foi aí que a vida começou a melhorar um pouco no trabalho. O tempo das fazendas foi o pior de toda a minha vida.

Outro narrador, Paolo Borsato, de São Bernardo, anota que depois da vida difícil na cidade do interior, mudou-se para cá. Mas a mãe, apesar de todo o conforto que ele procurou dar, vivia saudosa, descontente, triste e não conseguiu se adaptar, morrendo pouco depois de chegada. Acrescenta que o tempo cicatriza as feridas.

Uma história bem diferente, com algum humor, é a da senhora Ivone, de São Bernardo: Eu tinha sido internada, iiiiii... e eles não fizeram exame de urina, não fizeram nada, não me deram nada. Eles me batiam de baixo do braço, assim da paleta das costas prá baixo, até nos rins, ah!... Vinha um médico batia, aí quando eu vi um grandão, levantei e falei é.... ele falou: - Pelo jeito eu vejo que a senhora está bem boa!, - Bem boa? O senhor vai me bater também é?, - Por que? Aqui estão te batendo?, - Claro! Até aqui não me fizeram nada, só me bateram, só me bateram. Não pense que o senhor também vai me bater! E ele pegou e mandou fazer exame de urina, tudo, mas eu falei prá ele que eu ia fugir. Na próxima vez que ele veio prá fazer exame de sangue, eu tinha já fugido do hospital. Aí mandaram a polícia no endereço da casa, mas eu não tava na casa que eu morava, eu tava na casa da minha mãe no Ipiranga. Eles mandam aqui em São Bernardo. Mandaram chamar meu marido na Scania, mas foi um loró aquele dia e eu perdi o direito naquele hospital. Por isso eu falo: aquele hospital é uma porcaria, não serve nem prá cachorro!

Outro narrador conta das perseguições dos governos aos pobres, da luta entre partidos, em que o povo sai sempre prejudicado, da carestia da vida, dos dramas individuais em que o trabalho exerce a função terapêutica, do acerto de contas com os patrões via sindicato e a tentativa de exploração que os trabalhadores sofrem na hora desses acertos, tanto pelo peleguismo quanto pelo não-cumprimento das obrigações trabalhistas. Outra cita as profecias da avó, sobre as grandes aeronaves do futuro (que já chegou) e da babel do desentendimento humano. Ao final, a asserção: agora estou velha, estou ficando cansada... Um outro se posiciona sobre a eleição e a posse impedida do prefeito Armando Mazzo.

Independentemente das posições político-ideológicas, essa gente busca conhecer pela palavra. O seu conhecimento, embora colocado no horizonte da classe social, busca abertura no tempo e no espaço, reage pela memória, faz confrontos. Joga com o antes e o depois, as relações sociais, as dores e as saudades, mas busca, pela palavra difícil, o equilíbrio vital. Como faz a região, a sociedade civil em seu afã de produzir uma cultura pelo trabalho, mesmo que o trabalho se reorganize na diversidade

contínua. Paulo Freire, introduzindo uma publicação dessas histórias, disse que a coletânea era uma forma de dar voz às classes silenciadas na história, pois as elites sempre puderam falar, inclusive falar mal e falar bobagens. A narrativa é uma das formas de devolução da palavra a trabalhadores que tinham sido convidados para marcar o compasso da vida pelo ritmo dos apitos e chaminés, no entanto silenciosos.

Nessas histórias os exemplos vividos são reconhecidos. Essas vidas continuamente em risco buscam escolher as possibilidades, via palavra. Quando aparece a repressão, como vimos no hospital ou nas fazendas, dá-se a reação, o protesto, a descoberta de novo espaço. A palavra é o espaço e a cidade o seu lugar de crescimento. E a recorrência à comunidade, ao grupo, família, vizinhança, cidade, é contínua.

Nas histórias a palavra é a própria cultura, a criação cultural, como para o poeta. No caso das culturas diretamente associadas ao trabalho, como no caso desses memorialistas, a palavra cria um conjunto capaz de explicar o trabalho: sofrimento, caminhada, fazenda, viagem, repressão, esperanças, de preferência criando uma ordenação em que o trabalho não se transforme num mal, mas num valor necessário, embora dificultoso. É verdade que o trabalho é objeto de crítica, como no caso do hospital com atendimento medíocre donde fugiu a paciente, fato ao qual se podem associar milhares de críticas ao trabalho mutilador, repressor, cansativo, desvalorizado etc. No entanto, a palavra que aponta os males do trabalho também não o negam; ao contrário, terminam por afirmar que ele é uma fonte de dignidade possível, dependendo de como for conduzido. O que é um possível castigo pode ser também uma bênção. A palavra procura descobrir o melhor sentido para o trabalho. E a palavra está baseada no baú cultural, na história dos agentes, inclusive sua memória ética e mesmo religiosa. Algumas histórias terminam de modo pio, outras sob revolta. No seu conjunto, porém, sobressaem-se valores capazes de sustentar a vida. A História é exatamente um modo de, ao narrar, buscar sustentação para a existência difícil.

A palavra deseja meter-se no mundo do trabalho, na história do trabalho e provocar mudanças, mostrar como é possível produzir a vida onde há efetivas possibilidades de morte. Ora, quem acompanhou todos os movimentos sociais realizados em nossa região nos últimos 20 anos sabe que os temas associados ao trabalho se transformaram em palavra, discurso, poesia, cinema, música, dança, isto é, o universo do trabalho é motivo central da cultura e a produção cultural tematiza, exorciza, provoca mudanças no próprio sentido como se vê e se concebe o trabalho. Na virada, criam-se politicamente sentidos novos para o trabalho. Por isso, a região tem apresentado ao país e ao mundo discursos, conversações, negociações capazes de, com cuidado e atenção, fazer a passagem da etapa industrial para a pós-industrial. Para tanto, o processo educativo diretamente associado ao modo de ser desta micro-física regional será central, permitindo a passagem de etapas de modo harmônico e não anômico, civilizado e não caó-

tico. Para as próximas gerações, será impossível discutir, pesquisar e avançar nas reflexões sobre a cultura na região do grande ABC fora do vetor do trabalho, não visto como camisa de força, mas como fator fundante em torno do qual se criaram as expressões, comunicações e análises da experiência humana aqui radicada. A concentração industrial não é unitária e singular, mas, menos plural do que outras regiões geográfico-sociais. Por isso, a cultura na região do ABC se constitui numa semântica especial em torno do trabalho. No entanto, é necessário alertar sobre o futuro imediato. Há memórias, potencialidades, histórias e criação regionais capazes de se fazer cultura e produzir a vida melhor, mas não há vacinas seguras contra a falsidade política, o reacionarismo, os clientelismos e o sufocamento dos espaços públicos para o exercício das experiências da sociedade organizada. Provavelmente a memória das nossas potencialidades e a contínua vigilância garantirão esse processo educativo nesta nova fase do sistema político-econômico. Nossos filhos precisarão ter constituído novos sentidos para o trabalho.

Convém dizer, para concluir, que as memórias e as ações não se bastam na representação da cidade, mas são construtoras da cidadania. A gente que viveu sob estruturas contínuas de dominação, regulação e simbolização oficial também buscou o direito de superar a oficialidade da linguagem. Aliás, a cidadania não é fruto da representação da cidade (para não perder-se em linguagem oficial ou folclorização da realidade), mas construção de novos sujeitos culturais, que não obedece fronteiras. A memória acumulada esteve sempre a exigir novos lances na construção da cidadania, nome melhor para as pequenas conquistas das gentes que aqui constróem a cidade, cidade que não é um jardim, mas também não é um inferno; é o lugar possível onde nos é dado lançar os lances da vida e alargar os espaços da existência, criando a qualidade indispensável da mesma vida.

À sombra das chaminés e ao som dos apitos produziu-se uma palavra e um gesto horizontal e verticalmente, que produziu identidades por confronto, e que também plantou o coração da própria cidade, a cidadania. Falta acompanhar, cultivar, educar o processo para os novos saltos.

ISBN 95-86788-12-6



9 788586 788123